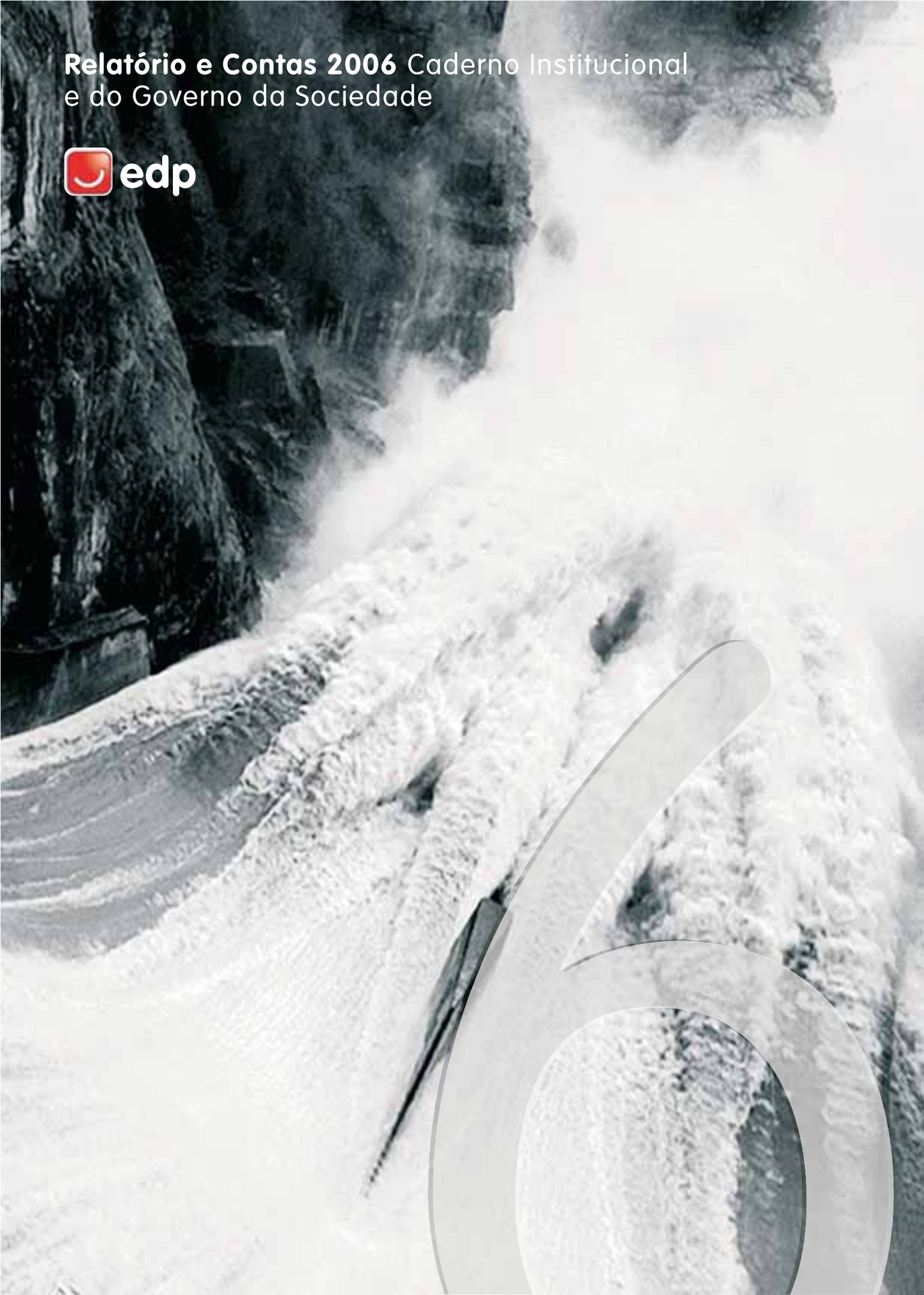
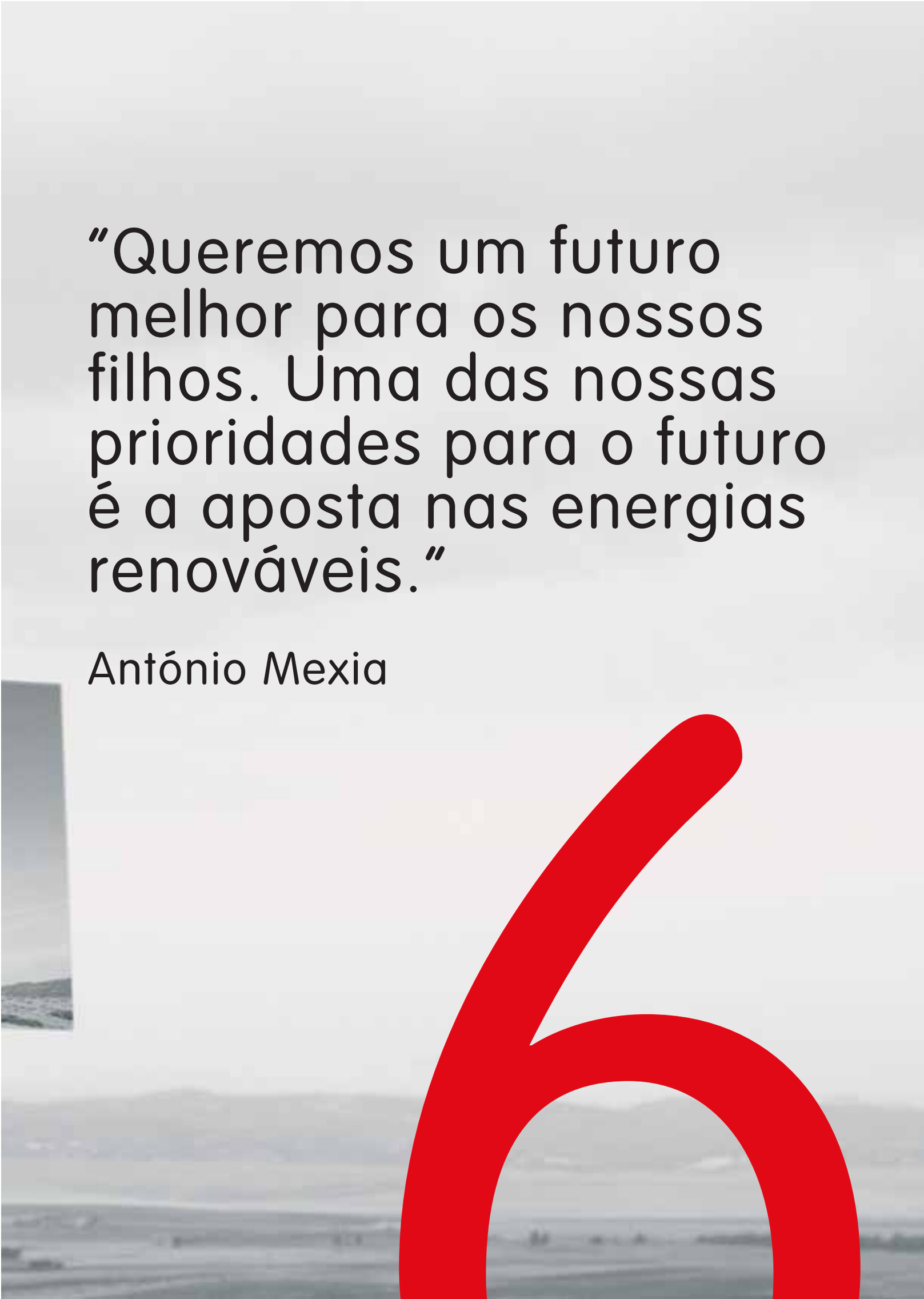
Relatório e Contas 2006 Caderno Institucional e do Governo da Sociedade



Relatório e Contas 2006 Caderno Institucional e do Governo da Sociedade

edp



"Queremos um futuro melhor para os nossos filhos. Uma das nossas prioridades para o futuro é a aposta nas energias renováveis."

António Mexia

Relatório e Contas 2006 Caderno Institucional e do Governo da Sociedade **Índice**

edp

Visão, Compromissos e Cultura EDP	**4**
Síntese de Indicadores	**6**
Principais Acontecimentos	**8**
Mensagem aos Accionistas	**10**
Órgãos Sociais da EDP	**16**

Negócios do Grupo EDP **23**
- Marca 24
- Cliente 26
- Estrutura Organizacional 28
- Enquadramento Macroeconómico 30
- Plano Estratégico 34
- Síntese da Actividade 36
  - Negócio Eléctrico na Península Ibérica 36
  - Negócio do Gás na Península Ibérica 71
  - Negócio Eléctrico no Brasil 78
  - Telecomunicações 88

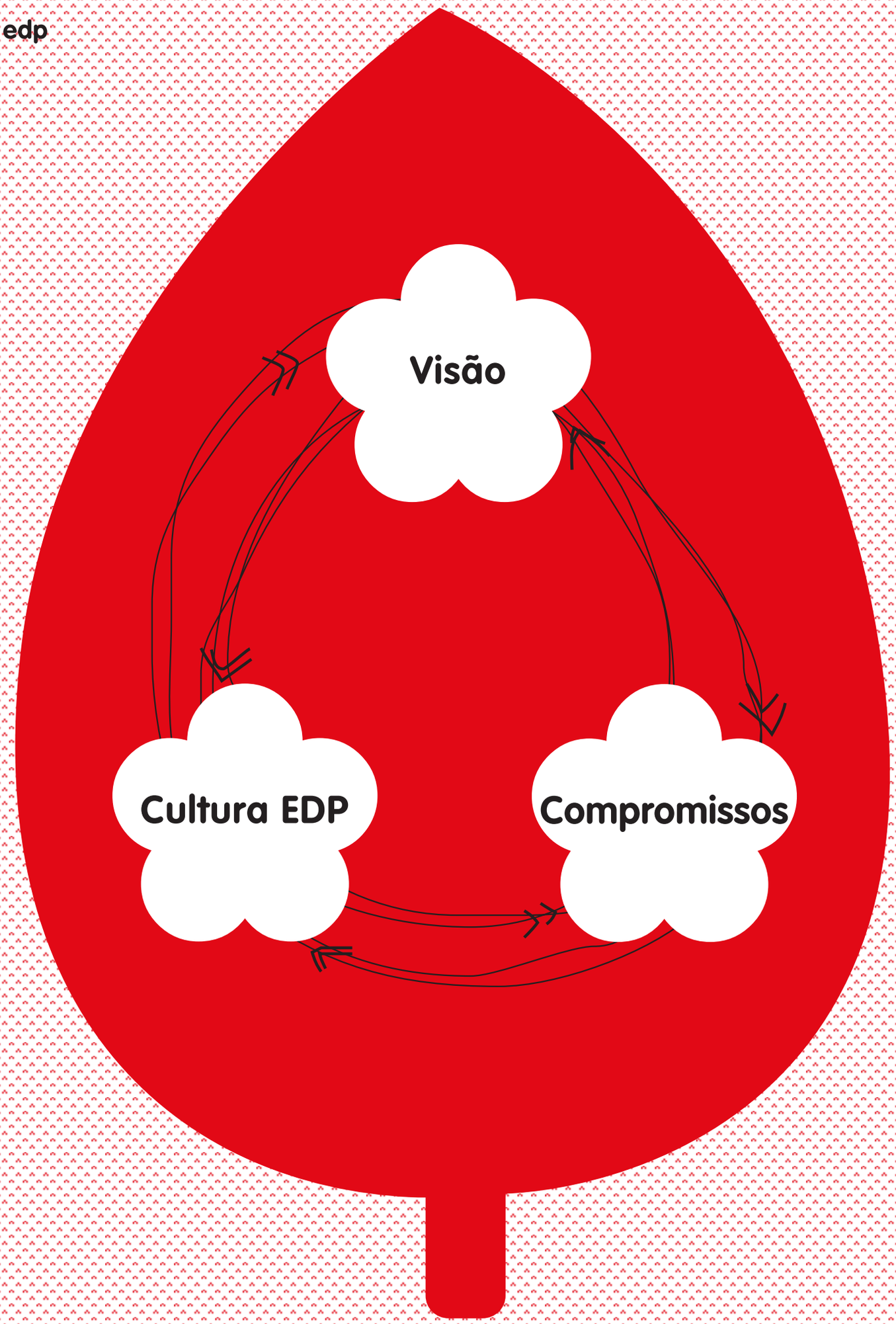
Temas Corporativos **93**
- Qualidade 94
- Recursos Humanos 96
- Gestão do Risco 102
- Sistemas de Informação 108
- Investigação, Desenvolvimento e Inovação 111
- Serviços de Suporte 114

Governo da Sociedade **119**
- Declaração de Cumprimento 121
- Divulgação da Informação 124
- Exercício do Direito de Voto e Representação de Accionistas 151
- Regras Societárias 153
- Órgão de Administração 156

Demonstrações Financeiras **162**
Proposta de Aplicação dos Resultados **166**
Perspectivas para 2007 **167**
Referências Finais **168**
Extracto da Acta da Assembleia Geral **169**

Relatório e Contas 2006 Caderno Institucional e do Governo da Sociedade **Visão, Compromissos e Cultura EDP**

edp



Visão

Uma empresa de energia integrada, líder em criação de valor nos mercados onde podemos fazer a diferença.

Compromissos

Clientes:

- Sempre que tomamos uma decisão colocamos o Cliente em primeiro lugar;
- Esforçamo-nos por antecipar as necessidades dos nossos Clientes e por satisfazê-las plenamente com o nosso serviço;
- Sabemos ouvir os nossos Clientes e nunca os deixamos sem respostas, comunicando com transparência e simplicidade;
- Disponibilizamos as melhores e mais inovadoras soluções do mercado.

Pessoas:

- As nossas pessoas e as nossas equipas são a nossa principal vantagem competitiva;
- Trabalhamos com entusiasmo e com energia para mover o mundo;
- Atraímos, desenvolvemos e recompensamos os nossos melhores colaboradores. O mérito é a base deste sistema;
- Delegamos responsabilidades e damos autonomia, mas exigimos ética, integridade e profissionalismo.

Vida e ambiente:

- Reconhecemos as responsabilidades sociais que resultam da nossa dimensão. Queremos ajudar a construir uma sociedade mais justa;
- Sentimos entusiasmo pela vida e profundo respeito pela Natureza;
- O nosso mundo enfrenta fortes desafios climatéricos. Queremos contribuir para repor o equilíbrio ambiental e assegurar a sustentabilidade;
- Ajudamos os nossos clientes a fazer uma utilização racional da energia, como forma de os satisfazer e de melhorar o ambiente.

Resultados:

- Respeitamos a confiança que os nossos accionistas e investidores depositam em nós e retribuímos com os nossos resultados;
- Procuramos sempre melhorar o nosso desempenho e atingir a excelência, trabalhando em parceria com os nossos fornecedores;
- Lideramos os mercados energéticos onde actuamos com elevados níveis de satisfação dos nossos Clientes, de desempenho operacional e de eficiência;
- Buscamos sempre o sucesso em tudo o que fazemos.

Cultura EDP - edp way

Eficiente e Excelente
Natural e Sustentável
Envolvente e Entusiasmante
Responsável e de Confiança
Global e Justa
Inovadora e com Iniciativa
Aberta e com Ambição

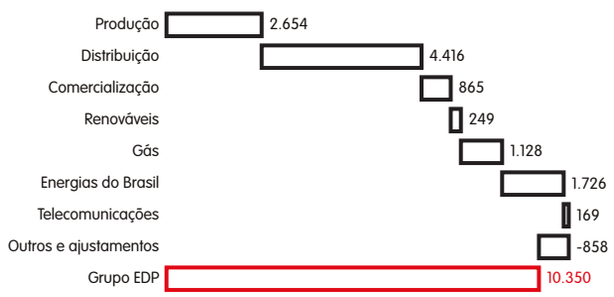
edp

Indicadores Financeiros

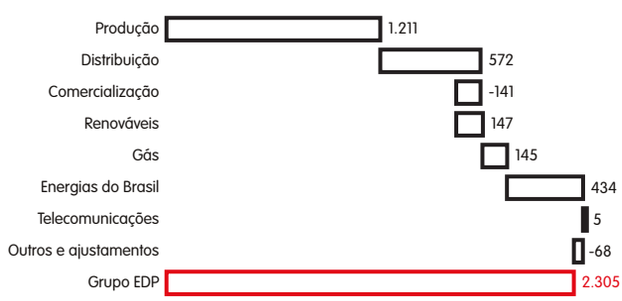
Milhares de euros	**2006**	2005	Var. %
Grupo EDP Consolidado			
Volume de Negócios	10.349.826	9.648.167	7,3%
Resultados Operacionais Brutos	2.305.450	2.050.167	12,5%
Resultados Operacionais	1.253.036	1.141.880	9,7%
Resultado Líquido	940.823	1.071.102	-12,2%
"Cash-Flow" Operacional	2.017.523	1.652.816	22,1%
Investimento Operacional Líquido	1.456.537	1.427.154	2,1%
Investimento Financeiro	-96.940	775.682	-
Activo Líquido	25.468.911	24.035.570	6,0%
Capitais Próprios	5.589.235	4.823.400	15,9%
Passivo Financeiro	10.153.050	10.584.300	-4,1%
Rentabilidade dos Capitais Próprios	18,5%	25,2%	-6,7 p.p.
Rentabilidade do Activo	3,8%	4,7%	-1,0 p.p.
Passivo Financeiro / Capitais Próprios	181,7%	219,4%	-37,8 p.p.
Activo líquido / Passivo	128,1%	125,1%	3,0 p.p.
Resultado por Acção (euros)	0,26	0,29	-11,9%
"Dividend Yield"	2,9%	3,8%	-1,0 p.p.
Capitalização Bolsista	14.041.105	9.506.998	47,7%
Produção de Electricidade - Península Ibérica			
Volume de Negócios	2.654.122	2.784.898	-4,7%
Resultados Operacionais Brutos	1.211.468	1.305.626	-7,2%
Resultados Operacionais	868.657	1.022.142	-15,0%
Resultado Líquido	612.900	685.885	-10,6%
Investimento Operacional	389.540	258.113	50,9%
Distribuição de Electricidade - Península Ibérica			
Volume de Negócios	4.416.468	3.920.528	12,6%
Resultados Operacionais Brutos	571.846	458.562	24,7%
Resultados Operacionais	236.093	170.308	38,6%
Resultado Líquido	138.725	122.897	12,9%
Investimento Operacional	306.591	387.526	-20,9%
Comercialização de Electricidade - Península Ibérica			
Volume de Negócios	865.043	879.544	-1,6%
Resultados Operacionais Brutos	-140.670	-259.799	45,9%
Resultados Operacionais	-141.624	-275.287	48,6%
Resultado Líquido	-110.727	-194.984	43,2%
Investimento Operacional	571	5.751	-90,1%
Renováveis - Península Ibérica			
Volume de Negócios	249.058	127.589	95,2%
Resultados Operacionais Brutos	146.858	65.674	123,6%
Resultados Operacionais	57.652	36.387	58,4%
Resultado Líquido	20.070	10.315	94,6%
Investimento Operacional	386.035	226.184	70,7%
Gás - Península Ibérica			
Volume de Negócios	1.128.425	717.431	57,3%
Resultados Operacionais Brutos	144.759	123.436	17,3%
Resultados Operacionais	110.222	89.461	23,2%
Resultado Líquido	169.302	32.775	416,6%
Investimento Operacional	51.756	62.053	-16,6%
Energias do Brasil			
Volume de Negócios	1.726.298	1.503.654	14,8%
Resultados Operacionais Brutos	433.907	412.330	5,2%
Resultados Operacionais	332.111	340.594	-2,5%
Resultado Líquido	162.641	180.889	-10,1%
Investimento Operacional	295.138	419.349	-29,6%
Telecomunicações			
Volume de Negócios	168.846	278.403	-39,4%
Resultados Operacionais Brutos	5.113	19.271	-73,5%
Resultados Operacionais	-34.038	-61.845	45,0%
Resultado Líquido	-57.015	-118.079	51,7%
Investimento Operacional	17.437	34.070	-48,8%

Nota: Considera-se 100% dos valores apresentados para o Investimento Operacional (Líquido de comparticipações).

Volume de Negócios do Grupo EDP (Milhões de euros)

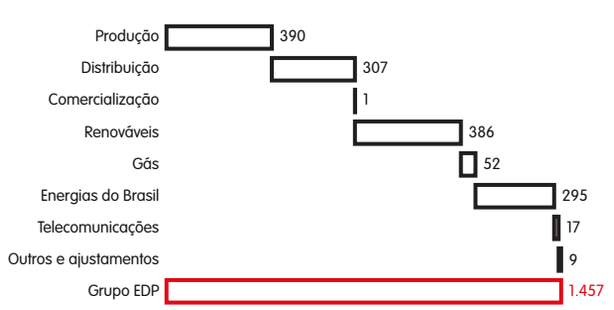


Resultados Operacionais Brutos do Grupo EDP (Milhões de euros)



Resultado Líquido do Grupo EDP (Milhões de euros)

Investimento Operacional Líquido do Grupo EDP (Milhões de euros)

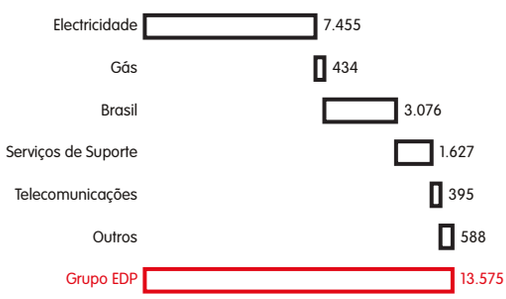


Indicadores Operacionais

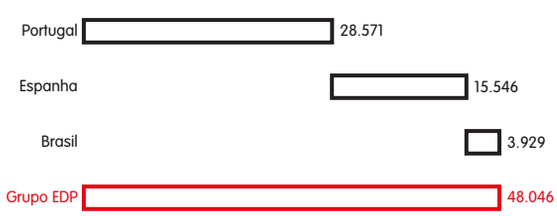
	2006	2005	Var. %
Número de Colaboradores	**13.575**	**14.317**	**-5,2%**
Mercado Ibérico de Energia	7.889	8.137	-3,0%
Produção em Regime Ordinário	2.160	2.276	-5,1%
Produção em Regime Especial	246	229	7,4%
Distribuição de Electricidade	4.869	5.016	-2,9%
Comercialização de Electricidade	180	172	4,7%
Gás	434	444	-2,3%
Brasil (Electricidade)	3.076	3.528	-12,8%
Produção	242	282	-14,2%
Distribuição	2.818	3.231	-12,8%
Comercialização	16	15	6,7%
Serviços de Suporte	1.627	1.654	-1,6%
Telecomunicações	395	492	-19,7%
Outros	588	506	16,2%
Produção de Electricidade em Regime Ordinário - Península Ibérica			
Potência Máxima (MW)	11.075	11.073	0,0%
Portugal	8.584	8.584	0,0%
Espanha	2.492	2.488	0,1%
Vendas de Electricidade (GWh)	40.696	39.448	3,2%
Portugal	27.112	24.076	12,6%
Espanha	13.584	15.372	-11,6%
Produção de Electricidade em Regime Especial - Península Ibérica			
Potência Máxima (MW)	1.469	951	54,4%
Portugal	499	337	48,0%
Espanha	970	614	58,0%
Vendas de Electricidade (GWh)	3.420	2.285	49,7%
Portugal	1.459	1.161	25,7%
Espanha	1.962	1.124	74,5%
Distribuição de Electricidade - Península Ibérica			
Número de Clientes	6.591.077	6.492.287	1,5%
Portugal	5.987.896	5.907.365	1,4%
Espanha	603.181	584.922	3,1%
Vendas de Electricidade (GWh)	54.964	53.031	3,6%
Portugal	45.414	43.784	3,7%
Espanha	9.550	9.247	3,3%
Comercialização de Electricidade - Península Ibérica			
Número de Clientes	84.757	13.290	537,8%
Portugal	22.586	9.212	145,2%
Espanha	62.173	4.078	1.424,6%
Vendas de Electricidade (GWh)	10.708	12.240	-12.5%
Portugal	4.037	6.314	-36,1%
Espanha	6.671	5.926	12,6%
Gás - Península Ibérica			
Distribuição de Gás - Portugal			
Número de Clientes	163.391	149.196	9,5%
Vendas de Gás (GWh)	2.293	2.158	6,2%
Distribuição de Gás - Espanha			
Pontos de Abastecimento	641.336	599.904	6,9%
Vendas de Gás (GWh)	19.713	21.547	-8,5%
Comercialização de Gás - Espanha			
Pontos de Abastecimento	248.159	94.493	162,6%
Vendas de Gás (GWh)	13.755	11.791	16,7%
Brasil - Electricidade			
Potência Máxima (MW)	1.018	531	91,8%
Vendas de Electricidade (GWh)			
Produção	3.980	2.756	44,4%
Distribuição	23.948	23.061	3,8%
Comercialização	6.702	6.379	5,1%
Número de Clientes	3.113.604	2.972.458	4,7%
Telecomunicações			
Tráfego Voz Total (milhões de minutos)	1.121	978	15%
Novos Clientes Banda Larga (seg. Retalho) (clientes)	67.900	31.724	114%

Nota: Considera-se 100% dos valores apresentados para todas as empresas,independentemente da participação do Grupo EDP.
O número de colaboradores inclui órgãos sociais.

Colaboradores do Grupo EDP

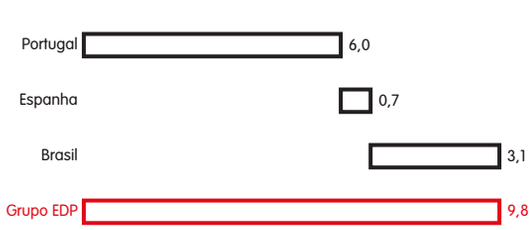


Electricidade Produzida - Grupo EDP (GWh)



Electricidade Distribuída - Grupo EDP (GWh)

Clientes de Electricidade - Grupo EDP (Milhões de Clientes)



edp

BES detém 2,18% do capital social da EDP.
5 de Janeiro - O BES adquiriu 67.204.883 acções representativas de uma participação de 1,84% no capital social da EDP. Na sequência desta transacção, o BES passa a ser titular, directa e indirectamente, de 79.524.691 acções, correspondentes a 2,17% do capital social da EDP.

Assembleia geral de Accionistas da EDP.
30 de Março - Alteração do Contrato de Sociedade, instituindo um novo modelo de governo societário, para vigorar após a entrada em vigor da alteração do Código das Sociedades Comerciais aprovada pelo Decreto-Lei nº 76-A/2006, de 29 de Março. Eleição dos membros dos Órgãos Sociais para o mandato do triénio de 2006 a 2008.

Naturgas Energia adquire o controlo total da Bilbogas.
3 de Maio - A Naturgas Energia assumiu o controlo total da empresa de distribuição de gás Bilbogas, após o acordo celebrado com o Município de Bilbao, com vista à aquisição dos restantes 50% do capital social da Bilbogas. O valor desta operação ascendeu a 35 milhões de euros.

EDP reforça a participação accionista na Portgás e Setgás.
11 de Maio - A EDP passou a deter a totalidade do capital social da NQF Gás, e, por essa via, reforça a sua posição accionista na Portgás e na Setgás, passando a dispor de uma participação, directa e indirecta, de 72,0% e de 19,8%, respectivamente.

Jan

Fev

Mar

Abr

Mai

Jun

Baltic adquire 2% do capital social da EDP.
2 de Fevereiro - Aquisição em bolsa pela BALTIC, empresa do Grupo José de Mello, à Brisa Participações de 73.202.802 acções representativas de uma participação de 2,0020% no capital social da EDP.

Standard & Poors reafirma notação de crédito da EDP.
3 de Fevereiro - A Standard & Poor's reafirmou as notações de crédito 'A' (longo prazo) e 'A-1' (curto prazo) da EDP, com perspectiva estável (Stable Outlook).

Publicação do Real Decreto 3/2006.
16 de Fevereiro - O Real-Decreto 3/2006 implicou duas medidas relacionadas com o negócio de produção de electricidade. A primeira foi a imposição de um preço de 42,35 €/MWh para contratos bilaterais implícitos entre empresas de distribuição e geração pertencentes ao mesmo Grupo. A segunda foi a dedução das receitas da empresa do valor dos direitos de emissão de CO_2 relativos aos volumes de electricidade vendidos na pool.

Aquisição de acções preferenciais "resgatáveis" emitidas pela Investco.
24 de Fevereiro - EDP Lajeado concluiu a negociação com a Eletrobrás relativamente às acções preferenciais "resgatáveis" emitidas pela Investco, empresa na qual a EDP Lajeado detém 27,65%.

Reajuste tarifário na Enersul.
6 de Abril - A ANEEL, a entidade reguladora do sector eléctrico brasileiro, aprovou o índice médio do reajustamento anual das tarifas da Enersul em 16,75%, para o período entre Abril de 2006 e Março de 2007.

Pagamento de dividendo.
28 de Abril - Pagamento de dividendo bruto por acção no valor de 0,10 euros por acção (exercício 2005).

EDP emite Eurobonds.
2 de Junho - A EDP Finance BV emitiu Eurobonds no montante global de 1.500.000.000 euros em 3 tranches.

Entrada em vigor do novo modelo de governo societário.
30 de Junho - No dia 30 de Junho foi celebrada a escritura pública de alteração do Contrato de Sociedade da EDP, em conformidade com a deliberação aprovada pela Assembleia-geral Anual em 30 de Março de 2006.

Apresentação das linhas de orientação estratégica do Grupo EDP.
19 de Julho - Apresentação em Londres das linhas de orientação estratégica do Grupo EDP para o triénio de 2006 a 2008.

Reestruturação societária da Electra.
25 de Julho - O Agrupamento EDP / Águas de Portugal celebrou um acordo de princípio com o Governo de Cabo Verde relativo à reestruturação societária da ELECTRA, no qual o Agrupamento comprometeu-se a vender pelo menos 51% do capital da ELECTRA ao Estado Cabo Verdiano, permanecendo como accionistas minoritários, sem obrigações particulares.

HC Energía assina acordo de intenções para alienação da sua participação na Telecable à Cajastur.
27 de Julho - A HC Energía e a Cajastur assinaram um acordo de intenções que prevê a alienação da participação de 46% da HC Energía na Telecable à Cajastur por 53,7 milhões de euros.

Naturgas Energia adquire a totalidade da Gasnalsa.
8 de Setembro - A Naturgas acordou o reforço da sua participação accionista na distribuidora de gás Gasnalsa dos actuais 50% para 100%. A aquisição representa um investimento de 45 milhões de euros.

Venda da ONI.
9 de Novembro - A EDP celebrou um contrato através do qual acordou vender 100% do capital social da ONI à Win Reason, por um valor com base num "enterprise value" de 160 milhões de euros.

Apresentação do Plano de Negócios 2007-2010.
22 de Janeiro - Na sequência do parecer prévio favorável do CGS, a EDP apresentou, no Museu da Electricidade em Lisboa, o seu plano de negócios para 2007-2010, tendo como orientação as linhas estratégicas apresentadas ao mercado em Julho de 2006.

Anúncio de pacote legislativo relativo ao sector eléctrico.
16 de Fevereiro - O Governo anunciou a aprovação de um pacote legislativo relativo ao sector eléctrico, em matérias relevantes para a actividade da EDP no domínio da produção de energia eléctrica, em particular no que respeita à revisão do regime de cessação antecipada dos CAE e da utilização do domínio hídrico para fins de produção eléctrica.

EDP vende participação de 5% na REN.
6 de Março - A EDP celebrou um contrato de compra e venda através do qual alienou uma participação de 5% do capital social da REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (anteriormente denominada REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A.) à Red Eléctrica de España, S.A., operadora da rede de transporte de electricidade em Espanha.

Jul Ago Set Out Nov Dez 2007

Reajuste tarifário da Escelsa.
4 de Agosto - A ANEEL, a entidade reguladora do sector eléctrico brasileiro, aprovou o índice médio do reajustamento anual das tarifas da Escelsa em 16,67%, para o período entre Agosto de 2006 e Julho de 2007.

Reajuste tarifário da Bandeirante.
20 de Outubro - A entidade reguladora do sector eléctrico brasileiro, a ANEEL, aprovou o índice médio do reajustamento anual das tarifas da Bandeirante em 13,44%, para o período entre Outubro de 2006 e Setembro de 2007.

EDP decide exercer a opção de compra sobre OPTEP.
26 de Outubro - A EDP decidiu exercer a opção de compra das acções e prestações acessórias da OPTEP devido ao "roll-up" da 093X para o capital social da Sonaecom. Com esta operação e no âmbito do aumento de capital da Sonaecom, a 093X passou a deter 58.300.000 acções da Sonaecom.

Agrupamento Eólicas de Portugal assina contrato relativo à "FASE A" do concurso eólico.
31 de Outubro - Foi atribuído ao Agrupamento Eólicas de Portugal um total de 1.200 MW de capacidade eólica. O Grupo EDP detém uma participação de 40% entre os promotores eólicos que compõem este agrupamento.

EDP adquire os activos renováveis de Agrupación Eólica e Ceasa.
14 de Dezembro - A NEO assinou acordos para a compra de 100% do capital social da Tarcan, Ceasa Promociones e Agrupación Eólica, por um "equity value" global de 346 milhões de euros.

EDP reduz participação na Sonaecom.
14 de Dezembro - A 093X realizou através de uma oferta particular, uma operação de colocação junto de investidores de 29.150.000 de acções representativas do capital social da Sonaecom a um preço de 4,85 euros por acção.

Tarifas de electricidade em Portugal para 2007.
15 de Dezembro - A entidade reguladora do sector eléctrico em Portugal, ERSE divulgou parâmetros, tarifas e preços para 2007, tendo sido definido um aumento médio das tarifas de 6,2%.

Publicação do DL 237-B/2006.
18 de Dezembro - Publicação do DL 237-B/2006 que permite a securitização, em Portugal, dos défices tarifários e ajustamentos.

EDP vende participação de 15% na REN.
22 de Dezembro - A EDP celebra contratos de compra e venda através dos quais aliena uma participação global de 15% do capital social da REN (em três blocos de 5%) à Gestmin, SGPS, S.A., Logoenergia, SGPS, S.A. e Oliren, SGPS, S.A..

Senhores Accionistas,

Em 2006, a EDP tornou-se a maior empresa cotada na Bolsa de Lisboa.

Este é o resultado da ambição e pragmatismo de uma organização com talento e da implementação de uma cultura forte e aberta, que fomenta a iniciativa, a excelência e a criação de valor.

Em 2006, a EDP registou a maior valorização bolsista da sua história.

A subida das acções de 48% superou a "performance" da maioria das nossas congéneres internacionais, situando-se 18 pontos percentuais acima da valorização do índice PSI20 e 12 pontos percentuais acima do índice Eurostoxx Utilities, os nossos principais índices de referência.

Em 2006, investimos em energias mais limpas.

A EDP é hoje um dos 5 maiores operadores mundiais de energia eólica, tendo sido a empresa que mais capacidade produtiva instalou em Espanha e Portugal, ao longo do ano passado.

Em 2006, foram eleitos novos Corpos Sociais e foi alterado o modelo de Governo da Sociedade.

Foi criado o Conselho de Administração Executivo, a quem compete a fixação dos objectivos e das políticas de gestão, a elaboração dos planos anuais de actividades e financeiros e a gestão dos negócios. E foi criado o Conselho Geral e de Supervisão com as funções de acompanhamento, aconselhamento e fiscalização da gestão executiva.

É neste contexto, e com particular satisfação, que, em nome do Conselho de Administração Executivo, apresento este Relatório aos Senhores Accionistas da EDP, o primeiro produzido pela actual Administração, eleita na Assembleia Geral de 30 de Março de 2006.

Um ano de bons resultados

Considero que os resultados alcançados em 2006, e apresentados em detalhe neste relatório, reflectem o desempenho positivo que se registou globalmente em toda a Empresa.

O Resultado Bruto Operacional (EBITDA) aumentou 13%, para 2,3 mil milhões de euros, atingindo o seu valor mais elevado de sempre. O Resultado Líquido alcançou os 941 milhões de euros e a rentabilidade do capital investido foi superior ao custo de capital, traduzindo-se na efectiva criação de valor para os nossos Accionistas.

Perante estes resultados, propomos a distribuição de um dividendo bruto de €0,11 por acção, que comporta um aumento de 10% face ao valor do ano anterior, a sujeitar à aprovação da próxima Assembleia Geral.

Um sector em profunda transformação

Estes resultados foram conseguidos num momento de profundas transformações no sector energético.

A evolução do actual quadro regulatório a nível internacional encontra-se condicionada por objectivos difíceis de conciliar, numa procura de maior eficiência, mais rápida liberalização, maior segurança no abastecimento, defesa da competitividade e respeito pelo ambiente.

Os processos de liberalização nos sectores da electricidade e gás, acompanhados por uma forte intervenção regulatória, têm acentuado a pressão competitiva dos mercados onde actuamos, nomeadamente na produção e comercialização.

A forte instabilidade nos custos das matérias-primas e a crescente preocupação da sociedade com a agenda ambiental têm conduzido a uma rápida evolução tecnológica do nosso negócio.

Estas alterações estruturais dos paradigmas da nossa indústria exigem uma elevada capacidade de antecipação e de inovação, quer ao nível do nosso portfólio de produção, quer ao nível da nossa abordagem ao mercado e serviço ao Cliente.

Um compromisso para a criação de valor

Estas mudanças vieram reforçar a necessidade de uma definição clara daquilo que queremos ser: "uma empresa de energia integrada, líder em criação de valor nos mercados onde podemos fazer a diferença".

- "Uma empresa de energia integrada", porque consideramos que os nossos Clientes valorizam uma oferta completa de serviços de energia - electricidade e gás - e porque detemos as competências necessárias para sermos um operador de excelência nesta área.

- "Líder em criação de valor", porque temos consciência que é isto que os nossos Accionistas esperam de nós. Porque sabemos que não é na dimensão relativa que reside a nossa vantagem competitiva.

- "Nos mercados onde podemos fazer a diferença", porque a EDP quer deter a liderança onde actua, focando-se em mercados e negócios nos quais detém efectivas competências distintivas, fazendo aí mais e melhor do que os seus Concorrentes.

A concretização desta visão, traduzida em objectivos ambiciosos no nosso Plano de Negócios até 2010, passa pela capacidade de assegurar três aspectos fundamentais: uma estratégia clara, uma organização eficaz, e uma cultura forte.

Uma estratégia clara

Em Julho de 2006, revelámos ao mercado as linhas gerais do nosso Plano Estratégico, focado em três vectores: "risco controlado, eficiência superior e crescimento orientado".

- "Risco controlado", através da gestão de um portfólio de negócios de menor risco face às nossas congéneres ibéricas.

Neste domínio, o ano de 2006 constituiu já um contributo decisivo para o futuro. Destaco, em particular, o acordo estabelecido para a entrada em funcionamento dos CMECs, garantindo a preservação do valor actual dos CAEs. Adicionalmente, a resolução desta questão era essencial para o efectivo arranque do MIBEL.

Também na gestão integrada das actividades comercial e de produção no mercado liberalizado conseguimos bons resultados, que possibilitaram uma melhoria da margem unitária, origem de resultados negativos nos anos anteriores.

Finalmente, a gestão da componente ambiental também está a contribuir para o nosso perfil de risco controlado. A EDP já tem a quase totalidade das emissões de CO_2 cobertas para 2007, enquanto que para o período pós-2008 estimamos uma exposição de apenas 16% das nossas emissões previstas.

- "Eficiência superior", através da racionalização das operações, da disciplina no investimento, do foco no "core business" e de exigência no desempenho.

Realço o lançamento de uma iniciativa global de redução de custos, que coloca a EDP entre as empresas mais eficientes do sector, com um objectivo de poupança anual de 150 milhões de euros até 2010. Este esforço foi já visível em 2006, com um crescimento dos custos operacionais (excluindo custos extraordinários e efeitos cambiais) de 1,5%, portanto abaixo da inflação.

A este nível saliento ainda a criação de uma maior disciplina ao nível do investimento, através de novos processos de desafio sistemático e de concorrência interna por recursos entre as diversas empresas do Grupo.

Também no foco no "core business" são evidentes resultados positivos. Vendemos a Telecable e a ONI, realizámos o "swap" da participação na Optimus por 16% da Sonaecom (e posterior venda de 8%) e preparámos a venda de 20% no capital da REN.

- "Crescimento orientado", através da consolidação da nossa posição no mercado ibérico, do desenvolvimento de uma posição de liderança no sector das energias renováveis a nível internacional e de um maior peso do negócio da geração no Brasil.

Consolidámos a nossa posição de 3º maior operador da Península Ibérica, com uma capacidade instalada de 12,5 GW, um aumento de 5,6% face ao ano anterior. Isto permitiu-nos aumentar a produção em 5,5% para os 44,0 TWh, e a energia distribuída em 3,6%, para os 55,0 TWh.

Nas energias renováveis, liderámos o consórcio que venceu o concurso para a instalação de 1.200 MW de potência eólica em Portugal, comprámos a Agrupación Eólica em Espanha, reforçando a nossa presença no mercado ibérico e em França, e entrámos no mercado belga.

Iniciámos a construção das novas centrais de ciclo combinado (CCGTs) de Castejón 2 e Soto 4 em Espanha, tendo recebido aprovação para construção de mais dois grupos na Figueira da Foz em Portugal.

No gás, reforçámos a nossa posição de segundo operador na distribuição de gás natural na Península Ibérica, nomeadamente pela aquisição das restantes participações no capital da Gasnalsa e da Bilbogas, ultrapassando os 800 mil lares e empresas abastecidas.

No Brasil, inaugurámos a central hídrica de Peixe Angical que permitiu duplicar a capacidade instalada em geração naquele país, equilibrando o "mix" entre distribuição e produção.

Reforçámos também a nossa aposta na energia hídrica em Portugal, uma tecnologia com enorme potencial remanescente a desenvolver, criando as condições internas para que o ano de 2007 marque o regresso dos investimentos neste domínio.

Uma organização eficaz

Estes novos desafios e a refundação estratégica da EDP necessitam de uma organização eficaz, ágil, focada e coesa que, estruturada por geografias e negócios, tenha a capacidade para maximizar sinergias.

Neste contexto, em 2006 foi lançada uma iniciativa global de criação de valor que integrou 12 projectos transversais a todo o Grupo EDP, que permitiram estabelecer as bases para redefinir a estratégia da EDP, reestruturar a organização, optimizar custos e investimentos, aprofundar competências, desenvolver o talento e aplicar as ferramentas de gestão essenciais para a criação de valor.

Em termos de organização, gostava de destacar três projectos: o projecto "PR.O.S" (processos, organização e sistemas), o projecto "INOVAÇÃO" e o projecto "TALENTO".

O projecto "PR.O.S" porque permitiu desencadear um processo de transformação organizacional, destinado a tornar a EDP mais eficaz. Saliento:

- A criação de uma nova Unidade de Negócios - a EDP Gás - que passou a integrar e a efectuar a gestão dos activos e das participações nas empresas gasistas em Portugal e em Espanha;

- A reestruturação do Centro Corporativo, que passou a assumir-se como um "Strategic Manager", ou seja, mais concentrado em actividades de carácter estratégico, e com capacidade para acompanhar os negócios nas suas necessidades de suporte;

- A reformulação da plataforma de serviços partilhados, que passou a deter mais responsabilidades, por forma a maximizar as sinergias decorrentes da globalização da operação.

O projecto "INOVAÇÃO", porque foi o embrião de um novo modelo de gestão e difusão da inovação no seio do Grupo, criando uma nova empresa que tem como responsabilidade coordenar a I&D e acompanhar o desenvolvimento de novas tecnologias.

O projecto "TALENTO", porque acreditamos que as pessoas são o nosso factor diferenciador, num sector tipicamente capital intensivo. Este projecto visou estabelecer e implementar uma política integrada de recursos humanos, que valorize as competências críticas para a EDP e que crie os instrumentos necessários à captação, desenvolvimento e retenção do capital humano. Neste âmbito, destaco a subida de 44% do tempo de formação das pessoas em todo o Grupo, para um total de 664 mil horas no ano de 2006.

Uma cultura forte

A concretização da nossa Visão implica uma cultura empresarial forte. De responsabilidade e orientação para os resultados, que nos permita uma posição de referência simultânea na criação de valor e na ética empresarial. De abertura, que estimule a comunicação e reforce a produtividade. De mérito, que premeie o desempenho e promova a indispensável mobilidade interna. De rigor, em que as decisões de investimento e custos garantam competitividade e eficiência. De realização e excelência, orientando a organização para o respeito sistemático dos seus valores e compromissos.

Esta cultura influencia de forma determinante a maneira como tomamos decisões e como gerimos o dia-a-dia. Permite-nos compreender as mudanças que nos rodeiam e as expectativas que existem em relação a nós, assim como a importância do reconhecimento racional e emocional. E acima de tudo, permite-nos construir confiança e compromisso. Partindo de uma fonte de energia que é inesgotável: a energia dos 13.575 colaboradores da EDP.

Um futuro com ambição

Em 2006, comemorámos 30 anos de existência da EDP, tal como ela é hoje conhecida. São três décadas de uma longa história de sucesso e que nos transformou numa das maiores instituições do país.

Estamos cientes da responsabilidade que daqui advém e que nos compromete perante os nossos Clientes, os nossos Accionistas, os nossos Colaboradores e as Comunidades onde operamos.

Queremos continuar a ser uma referência no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável e ao nosso contributo para o bem-estar dos nossos Clientes.

Vamos continuar a ser um agente activo na procura dos equilíbrios laborais, sociais e ambientais, respondendo, assim, àquilo que a sociedade exige de nós.

Vamos continuar a investir nas energias renováveis, com uma forte aposta na eólica, mas também defendendo e apostando no desenvolvimento da capacidade hídrica ainda por explorar em Portugal, na redução das emissões poluentes e no desenvolvimento de projectos que promovam e incentivem a eficiência energética.

Queremos uma EDP que crie valor para os seus Accionistas, mantendo-se como um projecto independente, numa economia cada vez mais global e num contexto internacional cada vez mais competitivo na captação dos recursos financeiros e humanos.

Os resultados alcançados em 2006 mostram que estamos no caminho certo.

Mas o futuro reserva-nos uma tarefa ainda mais complexa: executar as metas ambiciosas que traçámos no nosso Plano de Negócios até 2010, já partilhado com o mercado e com todos os nossos colaboradores, e exceder as expectativas face a um historial de bons resultados.

Queremos crescer o Resultado Operacional Bruto e o dividendo por acção acima dos 11% ao ano, e queremos aumentar o resultado líquido por acção a um ritmo superior a 14% ao ano (com base no ano de 2005), atingindo ao mesmo tempo uma rentabilidade do capital investido superior a 8% em 2010.

Queremos mais de 1 milhão de novos clientes. Vamos investir cerca de 7,6 mil milhões de euros, dos quais metade em energias renováveis (incluindo energia hídrica).

Tenho a certeza que a EDP, as suas pessoas, a sua organização e os seus parceiros estão preparados e determinados em executar estas metas ambiciosas.

Quero deixar uma palavra de agradecimento aos nossos Clientes, para quem trabalhamos todos os dias no sentido de merecermos a sua confiança, aos nossos Fornecedores, pela sua constante colaboração, e às nossas Comunidades, pelo reconhecimento do nosso trabalho, reflectido nos vários prémios que nos foram atribuídos nas mais diversas áreas, nomeadamente da responsabilidade social, do ambiente e financeira.

Senhores Accionistas, gostava de concluir agradecendo o apoio e a confiança depositada na Empresa e na sua estratégia, realçando a minha convicção de que estes resultados não seriam possíveis sem o contributo das pessoas que fazem a EDP. A estas agradeço, com merecido reconhecimento, o esforço e a dedicação demonstradas ao longo deste ano na prossecução dos objectivos traçados.

António Mexia
Presidente do Conselho de Administração Executivo

Lisboa, 8 de Março de 2007

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

José Manuel Galvão Teles, Presidente
António Campos Pires Caiado, Vice-Presidente

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Fiscal Único Efectivo: KPMG & Associados, SROC, S.A., representada por Jean-éric Gaign, ROC
Fiscal Único Suplente: Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho, ROC

CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO

António de Almeida, Presidente
69 anos. É Presidente do Conselho Geral e de Supervisão da EDP desde 2006. Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto (1961). Em Moçambique, foi Técnico dos Serviços de Planeamento de Moçambique de 1963 a 1965; Director Financeiro da Companhia de Cervejas e Refrigerantes Mac-Mahon, de 1965 a 1966; Director Financeiro e Secretário-Geral da Maragra - Marracuene Agrícola Açucareira, de 1966 a 1971, Administrador e Vice-presidente do Instituto de Crédito de Moçambique, de 1971 a 1974. Em Portugal, foi Governador e Presidente do Banco de Angola, de 1974 a 1978; Secretário de Estado do Tesouro, de 1978 a 1980 e, novamente, de 1983 a 1985; Presidente da União de Bancos Portugueses até 1991; Técnico Consultor do Banco de Portugal, até 1992; Consultor da Associação Industrial Portuense, de 1991 a 1976; Presidente da EDP, de 1976 a 1998; Administrador do BERD, de 1998 a 2004; Presidente da Comissão de Auditoria da EDP de 2003 a 2004; Presidente do OMIP, de 2004 a 2006.
Professor convidado do Curso de Economia da Universidade de Lourenço Marques, de 1971 a 1974, e do Curso de Gestão da Universidade Autónoma de Lisboa, de 1993 a 2000. Colunista do jornal Diário Económico, de 1994 a 2004, e do Expresso desde 2005.

António Sousa Gomes
70 anos. Licenciado em Engenharia Mecânica pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa e Graduado SEP pela Graduate School of Business, Stanford University. Foi Director na Siderurgia Nacional entre 1968 e 1974, Administrador da ETP, S.A. entre 1974 e 1975 e Secretário Geral da SEDES entre 1972 e 1973 onde passou a Presidente entre 1973 e 1974. Foi Secretário de Estado dos Investimentos Públicos entre 1975 e 1976, Deputado à Assembleia da República entre 1976 e 1980, Ministro do Planeamento e Coordenação Económica entre 1976 e 1978, Ministro da Indústria em 1977, Ministro das Obras Públicas e Habitação entre 1978 e 1979, Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Integração Europeia em 1981. Foi ainda Presidente da JUC entre 1985 e 1990, Presidente do CA da IPE entre 1983 e 1991, Administrador da EGF entre 1987 e 1991 e Administrador da EFACEC entre 1988 e 1992. Foi de 1990 a 1998 Membro do CA da Fundação de Serralves, de 1992 a 2001 Presidente do CA da Cimpor, S.A. e é actualmente Presidente não executivo da CORPORATION NOROESTE.

Alberto Coraceiro de Castro
54 anos. Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia do Porto e Doutor em Economia pela Universidade da Carolina do Sul. As suas áreas de especialização são a economia industrial, a economia e estratégia empresarial, a economia do trabalho e a internacionalização, nas quais tem várias publicações desde as académicas até às de divulgação. É Professor na Universidade Católica Portuguesa, onde é Director da Faculdade de Economia e Gestão. É membro do Conselho Geral da Associação Empresarial de Portugal, da Direcção da Associação Comercial do Porto, Vice-Presidente do Conselho de Administração da Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações e Membro do Conselho Consultivo para o Plano Tecnológico. É Presidente do Conselho de Administração da CIENCIVEST - Valorização Económica da Ciência, Administrador não executivo da Douro Azul e Consultor da PICCAPS.

Carlos Jorge Ribeiro*
52 anos. Licenciado em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa e pela Universidade Gama Filho no Rio de Janeiro, Brasil. Em conjunto com outros investidores, principalmente com Stanley Ho, e outros grupos económicos Chineses, tem realizado investimentos financeiros em Portugal e em Macau, através de diversas Holdings e Joint-Ventures na área da Comunicação Social, Imobiliário, Desenvolvimento de Infraestruturas na Banca, na Engenharia e Engenharia Aeronáutica, Gestão Hospitalar, Telecomunicações, Seguros e no Turismo. Actualmente, em conjunto com Stanley Ho, constituiu em Macau a Geocapital - Investimentos Estratégicos, onde ocupa os cargos de Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva. É ainda Administrador da Energy Finance.

* Apresentou no dia 22 de Fevereiro de 2007 a sua renúncia ao cargo de membro do Conselho Geral e de Supervisão.

Carlos Santos Ferreira
57 anos. Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa (1971). Foi membro da Comissão da Reforma Fiscal (1984-1988), deputado à Assembleia da República, Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Segurança Social e Saúde (1976), Vogal do Conselho de Gerência da ANA (1977-1987) e Presidente do CA da Fundição de Oeiras (1987-1989) e da Companhia do Aeroporto de Macau (1989-1991). Foi Administrador no Grupo Champalimaud (1992-1999), tendo presidido ao CA da Mundial Confiança e à Assembleia-geral do Banco Pinto & Sotto Mayor. Entre 1999 e 2003, assumiu, no Grupo BCP, funções de Administrador da Servibanca, Vice-Presidente e Vogal do CA da Seguros e Pensões Gere, Administrador e Presidente do CA da Império Bonança, das Companhias de Seguros Ocidental e Ocidental Vida, da Seguro Directo, da ICI-Império Comércio e Indústria, da Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, da Autogere, da Corretoresgest e Administrador da Eureko B.V. Foi ainda Vice-Presidente da Estoril Sol, Vice-Presidente da Finansol, Presidente não Executivo da Willis Portugal-Corretores de Seguros (2003-2005) e Administrador do Seng Heng Bank. É actualmente Presidente do CA da Caixa Geral de Depósitos.

Diogo Lacerda Machado
45 anos. Licenciado em Direito. Foi Monitor de Direito Processual Civil na Faculdade de Direito de Lisboa em 1985, Management Trainee na FIMA-LEVER-IGLO em 1986, Consultor Jurídico do Fundo de Turismo e da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa entre 1986 e 1988, Assessor do Secretário-Adjunto para a Administração e Justiça do Governo de Macau entre 1988 e 1990, Técnico Superior no Fundo de Turismo entre 1990 e 1992, Director da Interfina, e Administrador de várias sociedades participadas entre 1992 e 1995. Entre 1995 e 1999 foi advogado e sócio da Sampaio Caramelo, Fonseca Santos & Lacerda Machado, Soc. de Advogados, membro do Conselho Superior da Magistratura entre 1997 e 1999, Director Jurídico do Grupo Parque Expo'98 e Administrador de Sociedades participadas no ano de 1999, Secretário de Estado da Justiça do XIV Governo Constitucional entre 1999 e 2002 e advogado em colaboração com a J.A. Pinto Ribeiro & Associados entre 2002 e 2004. É advogado em colaboração com a Barrocas, Sarmento, Neves Sociedade de Advogados e Membro da CADA - Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos.

Eduardo Catroga
64 anos. Licenciado em Finanças pelo ISEG da Universidade Técnica de Lisboa, Pós-graduado na Harvard Business School. Foi Ministro das Finanças do XII Governo Constitucional entre 1994 e 1995. É Professor Catedrático Convidado na área de Estratégia Empresarial do MBA da sua escola. Fez essencialmente carreira no domínio da gestão e administração de empresas, com pelouros financeiros e de planeamento e controlo de gestão antes do 25 de Abril nomeadamente na CUF onde foi Administrador e no Grupo Belga SAPEC, na qualidade de Administrador-Delegado. Actualmente é Presidente do Grupo SAPEC, Administrador da Nutrinveste, Administrador do Banco Finantia e Membro do Conselho Nacional do Mercado de Valores Mobiliários.

José Galvão Teles
68 anos. Licenciado em Direito, e Senior Partner da Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados - Sociedade de Advogados, exercendo a advocacia a tempo inteiro, desde 1961. Entre 1975 e 1976 foi Embaixador de Portugal na ONU, onde representou o País na Assembleia Geral e no Conselho de Segurança na discussão e negociação respeitante à descolonização, em especial quanto a Angola e Timor Leste. Entre 1996 e 2006 foi Membro do Conselho de Estado por designação do Presidente da República. Actualmente, além de Presidente da Assembleia Geral, é Administrador não executivo do Banco Santander Totta, Presidente da Assembleia Geral de diversas sociedades e dirigente de prestigiadas associações e fundações sócio-culturais.

José Maria Ricciardi
52 anos. Licenciado em Sciences Economiques Appliquées pelo Instituto de Administração e Gestão da Faculdade de Ciências Económicas, Políticas e Sociais da Université Catholique de Louvain. Entre 1981 e 1983 desempenhou funções de financial controller na sede europeia do Grupo Espírito Santo (GES), assegurando a função de Assistente do General Financial Controller do GES a nível mundial. A partir de Junho de 1983, foi Director Adjunto do Bank Espírito Santo Internacional Limited e em 1987 foi nomeado Director da Direcção de Merchant Banking do Banco Internacional de Crédito (BIC). Em 1990 foi Director Geral-Adjunto da Direcção Geral de Empresas e Director da Direcção de Mercado de Capitais do BIC. Foi Administrador da Espírito Santo Sociedade de Investimentos em 1992 e Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo de Investimento. Desde 1999 que exerce o cargo de Administrador da Comissão Executiva do Banco Espírito Santo e Presidente da Comissão Executiva do Banco Espírito Santo de Investimento.

Manuel Alves Monteiro
49 anos. É licenciado em Direito, é Administrador das sociedades cotadas CIN, Novabase, Jerónimo Martins e Douro Azul, SGPS. É Presidente da Direcção do Instituto Português Corporate Governance, membro do Conselho Coordenador da SEDES, do Conselho Consultivo do Banco Privado Português, do Conselho Consultivo da Faculdade de Economia do Porto. Foi Presidente da Euronext Lisbon e membro dos Conselhos de Administração das Bolsas de Paris, Bruxelas e Amesterdão e da Euronext NV, foi Presidente da Bolsa do Porto, CEO da Bolsa de Lisboa e Porto e da Interbolsa. Foi Presidente da Ass. Portuguesa de Analistas Financeiros, vogal do Cons. Consultivo da CMVM e Presidente da Casa da Música / Porto 2001, S.A. Desempenhou cargos em órgãos executivos de organizações internacionais ligadas ao mercado de capitais (Executive board da FIABV-Federeação Ibero-Americana de Bolsas, da ECOFEX-Federação Europeia de Bolsas de Futuros e Opções , do IFCI - International Finance and Commodities Institute e ECMI - European Capital Markets Institute). Agraciado com distinção "Chevalier de L´Ordre Nacionale de la Legion d´Honneur", por Decreto do Presidente da República Francesa.

Manuel Menéndez Menéndez
47 anos. Licenciado em Economia em Administração de Empresas em 1982, Doutor em Ciências Económicas pela Universidade de Oviedo em 1985 e Catedrático no Departamento de Administração de Empresas e Contabilidade de la Universidade de Oviedo em 1990. Foi vogal do CA e Membro da CE da Cajastur e da Hidrocantábrico, Membro do CA, CE e Comissão de Auditoria e Controle da AIRTEL, Vogal do CA da Ahorro Corporación, da LICO Corporación e da ENCE, Vice-Presidente do CA da SEDES, S.A. e Presidente Executivo da Sociedad de Garantias Recíprocas de Astúrias. É Presidente da Cajastur, da Hidrocantabrico e da Naturgas Energia, Vogal do CA da Nuevas Energias de Ocidente e da Confederación Española de Cajas de Ahorros (CECA), Vogal da Junta Directiva da UNESA e Membro do Registro Oficial de Auditores de Cuentas. Representa ainda a Peña Rueda, S.L. (filial 100% da Cajastur) no CA da Enagas.

Paulo Teixeira Pinto
46 anos. Licenciado em Direito na especialidade de Ciências Jurídico-Políticas, pela Universidade de Lisboa, e na especialidade de Ciências pela Universidade Livre. Realizou cursos de Doctorado em História do Direito, pela Universidade Complutense de Madrid, o Programa de Estratégia Empresarial pelo INSEAD de Fontainebleau e o programa de Alta Direcção da Empresa pela AESE. Foi Sub-Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Porta-Voz do XII Governo Constitucional e representante do Governo Português no Programa "Public Management" da OCDE. Integrou os quadros do Banco Comercial Português em 1995, como responsável pela Assessoria Jurídica do Centro Corporativo. Em 2000 foi nomeado Director-Geral e Secretário-Geral do Banco. Foi coordenador do Programa Millennium em 2003. É Presidente do Conselho de Administração Executivo do Banco Comercial Português e Presidente de diversas subsidiárias do Grupo desde Março de 2005.

Vasco José de Mello
50 anos. Bachelor of Science em Gestão de Empresas pelo American College of Switzerland em 1978, tendo frequentado o Training Program no Citigroup em New York de 1978 a 1979. Foi Assessor do CA da União Industrial Têxtil e Química (1980-1982) onde passou a Vogal do CA entre 1982 e 1999, Vogal do CA da Sociedade Independente de Comunicação (1992-1994), Vogal do CA da TRANSITEC-LAUSANNE (1982-1987), Administrador Delegado da CUF Finance (1985-2002), Vogal do CA da Companhia de Seguros Império (1992-1996) onde passou a Presidente entre 1996 a 2000. Foi também Presidente do CA do Banco Mello, S.A. (1995-2000), Presidente do CA do Banco Mello de Investimentos (1991-2000), Vice-Presidente do CA da José de Mello, SGPS (1994-2004). Vogal do CA da ONI SGPS (2000-2002) e Presidente do CA da União Internacional Financeira, SGPS (2001-2004). É Presidente do CA e da CE da Brisa desde 2002, Vice-Presidente do Conselho Superior do Banco Comercial Português desde 2000, Vogal do CA da Abertis desde 2003, Presidente do CA e da CE da José de Mello, SGPS desde 2004 e Vogal do Conselho de Supervisão do Bank Millennium desde 2005.

Victor Seabra Franco
56 anos. Licenciado em Finanças pelo Instituto Superior de Economia e em Direito na especialidade de Ciências Jurídicas pela Universidade de Lisboa. Doutor em Ciências Empresariais pela Universidade Autónoma de Madrid e Catedrático do Departamento de Contabilidade do ISCTE. É actualmente Presidente da Assembleia do ISCTE e do Departamento de Contabilidade do ISCTE onde lecciona as disciplinas de Contabilidade Financeira e Contabilidade de Gestão nas licenciaturas, mestrados e programa doutoral em Contabilidade do ISCTE. Foi Inspector da Inspecção-Geral de Finanças. Foi Presidente da Assembleia Geral da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. É sócio de Grant Thornton & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Vital Moreira
62 anos. Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (FDUC), onde conclui o Mestrado em Direito Público e o Doutoramento em Direito Público e onde é actualmente Professor. Lecciona também em cursos de Pós-Graduação na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e no curso de mestrado no ISCTE em Lisboa e é Presidente do Centro de Estudos de Direito Público e Regulação (CEDIPRE) na FDUC e Director do curso de Pós-Graduação em Regulação Pública e Concorrência, organizado pelo CEDIPRE. É ainda Vice-Presidente do comité "Serviços de Interesse Económico Geral" do CEEP - Centro Europeu de Empresas Públicas e de Participação Pública, com sede em Bruxelas. Foi Deputado à Assembleia Constituinte (1975-76) e à Assembleia da República em diversas legislaturas, Juiz do Tribunal Constitucional (1982-89), Membro do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior, Presidente da Comissão de Projectos para as Comemorações do 1º Centenário da República Portuguesa e Membro do Conselho Consultivo da Fundação Calouste Gulbenkian.

Vítor Fernando da Conceição Gonçalves
51 anos. Licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo ISEG em 1978. Doutorado em Ciências Empresariais pela FCEE da Universidade de Sevilha (1987). Agregado em Gestão pela Universidade Técnica de Lisboa (1993). Professor Catedrático de Gestão desde 1994, é actualmente Vice-Reitor da Universidade Técnica de Lisboa. Presidente do Conselho Directivo do ISEG (2003-2006). Foi Presidente do Departamento de Gestão do ISEG (1992-2000), Director do Programa de Doutoramento em Gestão (2001-2005). Professor Convidado em universidades europeias, americanas e asiáticas. É desde 1997 Membro da Comissão de Avaliação das candidaturas a Doutoramento, Pós-Doutoramento e Cientistas convidados da Fundação para a Ciência e Tecnologia. Membro do "Panel of Experts on World Competitiveness" do IMD World Competitiveness Center desde 2005. Membro da Direcção do Conselho da Especialidade de Economia e Gestão Empresarial da Ordem dos Economistas (1999-2001) e membro do Conselho da Profissão. Administrador do Instituto de Formação Empresarial Avançada (1999-2003). Administrador da Promindústria (1994-1996). Presidente do Instituto para o Desenvolvimento e Estudos Económicos Financeiros e Empresariais desde 2003. Em 2001/2002 presidiu ao grupo de "peritos de alto nível" da Comissão Europeia que avaliou o programa sobre a competitividade europeia.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

António Mexia, Presidente

49 anos. Licenciado em Economia pela Universidade de Genéve (1979), onde foi Assistente do Departamento de Economia da Universidade de Genéve (1979-1981). Entre 1985 e 1989 foi Professor no curso de Pós-Graduação em Estudos Europeus na Universidade Católica e Regente na Universidade Nova e na Universidade Católica onde Administrou entre 1982 e 1995. Foi Adjunto do Secretário de Estado do Comércio Externo entre 1989 e 1991, quando assumiu funções de Vice-Presidente do CA do ICEP - Instituto do Comércio Externo. Entre 1992 e 1998 foi Administrador do Banco Espírito Santo de Investimentos e em 1998 foi nomeado Presidente dos CA da Gás de Portugal e da Transgás. Em 2000 integrou a Galp Energia como Vice-Presidente do CA e entre 2001 e 2004 assumiu funções de Presidente Executivo da Galp Energia e Presidente dos CA da Petrogal, Gás de Portugal, Transgás e Transgás-Atlântico. Em 2004 foi nomeado Ministro das Obras Públicas, Transporte e Comunicações do XVI Governo Constitucional. Foi ainda Presidente da APE - Associação Portuguesa de Energia (1999-2002), membro da Comissão Trilateral (1992-1998), Vice-Presidente da AIP - Associação Industrial Portuguesa, Presidente do Conselho Geral da Ambelis, bem como representante do Governo Português junto da União Europeia no Grupo de trabalho para o desenvolvimento das redes transeuropeias.

Ana Maria Fernandes

44 anos. Licenciada em Economia pela Faculdade de Economia do Porto (1986), Pós-Graduada em Finanças pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto (1989) e MBA pela Escola de Gestão do Porto. Foi Assistente na Faculdade de Economia do Porto de 1989 a 1991. Iniciou a sua carreira profissional em 1986 na Conselho - Gestão e Investimentos, empresa do Grupo Banco Português do Atlântico, na área de mercado de capitais, investimentos e reestruturação de empresas. Em 1989, assumiu funções na área de "Corporate Finance" da Sociedade de Investimentos EFISA, sendo posteriormente Directora do Banco EFISA. Em 1992 integrou o Grupo Banco de Fomento e Exterior como Administradora na área da Banca de Investimento e foi Directora de "Corporate Finance" no BPI entre 1996 e 1998. Em 1998, integrou a Gás de Portugal como Directora de Planeamento Estratégico e M&A e em 2000 assumiu as funções de Directora de Estratégia e Gestão do Portfolio de Negócios e Administradora da Transgás. Em 2004 foi nomeada Administradora da Galp Energia.

António Martins da Costa

52 anos. Licenciado em Engenharia Civil (1987) e MBA pela Escola de Gestão do Porto (1989), tem ainda formação executiva complementar no INSEAD (Fontainebleau, França - 1995), AESE (Lisboa 2000) e Wharton School (Filadélfia, EUA - 2003). Iniciou a sua carreira profissional em 1976 como docente universitário de Engenharia, tendo assumido funções na EDP em 1981 no Sector de Produção Hidráulica. Em 1989 assume funções no sector financeiro, onde foi Director Geral do Banco Millennium BCP e Administrador Executivo das empresas de Seguros, de Pensões (S&P) e de Gestão de Fundos e Patrimónios (AF Investimentos) do Grupo Millennium BCP. Foi também director da Eureko BV (Holanda), Presidente da Eureko Polska e Vice-Presidente Executivo da PZU, Polónia, maior seguradora e gestora de patrimónios e de fundos de pensões da Europa Central e de Leste.

António Pita de Abreu

56 anos. Licenciado em Engenharia Electrotécnica pelo Instituto Superior Técnico (1972), onde foi Assistente e Professor Convidado no Departamento de Engenharia Electrotécnica e de Computadores. Assumiu funções no Sector Eléctrico desde 1977. Até 2006 desempenhou as seguintes funções: Membro Executivo do CA da EDP; Presidente do CA da REN - Rede eléctrica Nacional; Presidente do CA da EDP Produção; Presidente do CA da CPPE - Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade; Presidente do CA da EDP Cogeração; Presidente do CA da TER - Termoeléctrica do Ribatejo; Vice-Presidente do CA da EDP Distribuição - Energia; Membro do CA da EDP Energia; Membro do CA da EDP Brasil; Membro Executivo do CA da REN - Rede eléctrica Nacional e Presidente do CA da ONItelecom; Presidente do CA da Edinfor; Vice-Presidente do CA da Turbogás; Vogal do CA da EDA - Electricidade dos Açores e é actualmente Vice-Presidente da APE - Associação Portuguesa de Energia; Presidente do Conselho Directivo da ELECPOR e membro do CA da EURELECTRIC.

João Manso Neto
48 anos. Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia (1981) e Pós-Graduado em Economia Europeia, pela Universidade Católica Portuguesa (1982), completou ainda o Curso da "American Bankers Association" (1982-1985), a componente académica do Mestrado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa e, em 1988, o "Advanced Management Program for Overseas Bankers", Wharton School - Philadelphia. Entre 1981 e 1995 assumiu no Banco Português do Atlântico diversas funções designadamente as de responsável pelo Crédito Internacional, Director Central Adjunto da Direcção Internacional e Director Central das Direcções Financeiras e Comercial Retalho Sul. Entre 1995 e 2002 assumiu no Banco Comercial Português as funções de Director Geral da Direcção Financeira, Direcção Geral de Grandes Empresas Institucionais, Direcção Geral de Tesouraria, Membro do CA do BCP - Banco de Investimento e Vice-Presidente do BIG Bank Gdansk e da PZU Vida. Entre Setembro de 2002 e Julho de 2003 assumiu no Banco Português de Negócios as funções de Presidente do BPN Serviços ACE, Administrador do BPN SGPS, Administrador da Sociedade Lusa de Negócios e Membro da Direcção do Banco EFISA. Director-Geral da EDP desde Julho de 2003 é Conselheiro Delegado da HidroCantábrico desde Fevereiro de 2005, sendo ainda vogal do CA da OMEL.

Jorge Cruz Morais
49 anos. Licenciado em Engenharia Electrotécnica pelo Instituto Superior Técnico em 1980 e MBA pela Universidade Nova de Lisboa em 1989. Iniciou a carreira na EDP em 1983 no planeamento da rede de transporte. De 1991 a 1994 foi Assessor do CA da EDP, tendo sido Coordenador do processo de reestruturação que culminou com a criação do Grupo EDP em 1994. Foi então nomeado Director de Planeamento Estratégico, tendo sido responsável pela coordenação do processo de Privatização (IPO e 2ª fase). Adicionalmente, foi Membro Não Executivo do CA da Turbogás (1998-2000), Membro Não Executivo do Conselho da Electricidade dos Açores (1999-2000) e Administrador do Centro para a Conservação de Energia (1993-1996). Entre 2000 e 2004, foi Administrador Executivo da Oni SGPS e de outras empresas do Grupo Oni, tendo assumido, entre 2002 e 2004, as funções de CFO.

Nuno Alves
48 anos. Licenciado em Engenharia e Construção Naval na Universidade de Michigan (1980), e MBA (1985), na mesma Universidade norte-americana. Iniciou a sua carreira profissional em 1988 como Técnico na Direcção de Estudos e Planeamento do Banco Comercial Português, onde em 1990 assumiu funções como Sub-Director na Direcção de Investimentos Financeiros e em 1991 assumiu o cargo de Director da Direcção de Relações com Investidores (DRI). Em 1994 integrou a Direcção de Coordenação de Retalho - Particulares, com função de Director. Em 1996 assumiu o cargo de Director na Direcção de Mercado de Capitais do Banco CISF, Banco de Investimento do Banco Comercial Português, chegando a Director na Direcção de Banca de Investimento no ano de 1997. Em 1999 assumiu o cargo de presidente do CA da CISF Dealer onde se manteve até 2000, ano em que assume o cargo de Administrador do Millenniumbcp Investimento (anterior Banco CISF), com os pelouros de Mercado de Capitais e Tesouraria do Grupo.

Relatório e Contas 2006 Caderno Institucional e do Governo da Sociedade **Negócios do Grupo EDP**

edp

Negócios do Grupo EDP **23**

Marca 24
Cliente 26
Estrutura Organizacional 28
Enquadramento Macroeconómico 30
Plano Estratégico 34
Síntese da Actividade 36
Negócio Eléctrico na Península Ibérica 36
Negócio do Gás na Península Ibérica 71
Negócio Eléctrico no Brasil 78
Telecomunicações 88

edp

1. MARCA

Sinta a nossa energia no futuro

O ano de 2006 foi marcado pela mudança de paradigmas.

Foi o primeiro ano da liberalização do mercado doméstico em Portugal. O primeiro ano de um novo ciclo de gestão.

O primeiro ano da nova realidade energética mundial. O ano em que se percebeu que no futuro não há energia sem responsabilidades assumidas hoje. Por isso, este foi também o primeiro ano da reconstrução da marca EDP.

Uma reconstrução que pretende contagiar a marca com os princípios que estão na base do seu crescimento enquanto empresa, ou seja políticas sólidas de sustentabilidade e de investimento em energias renováveis e adopção de práticas de eficiência.

Com tantas e tão importantes mudanças era fundamental ajustar a arquitectura da marca e concluir o processo de reformulação de identidade iniciado em 2004.

Tendo presente o seu importante papel social baseado na relação intrínseca com as pessoas e com o seu dia a dia, a EDP quer não só estar presente hoje na vida de todos, mas assegurar a permanência futura desta relação. E por isso:

- Criar uma ideologia de marca que permita não só gerar uma imagem social, mas acima de tudo criar e dar visibilidade ao conteúdo EDP, simbolicamente representado na sua actual promessa - o sorriso;

- Criar mais do que uma expressão visual da marca, construindo uma forma de estar, de acreditar, de actuar reclamando pela proximidade às suas vidas, a responsabilidade de promover o bem estar das pessoas, a qualidade de vida, a conquista entusiasmante do futuro;

- Antecipar uma relação ainda mais próxima com os seus clientes, através da optimização de processos, da promoção da eficiência energética, do reconhecimento do seu papel de consumidores livres num mercado agora aberto à escolha e à concorrência;

- Marcar positivamente a sociedade com iniciativas apenas possíveis numa empresa que ocupa um papel de liderança na economia, na inovação tecnológica e na protecção ambiental.

Sinta a nossa energia na marca

Qual a intenção do sorriso na marca EDP?
Era essencial adaptar todas as estruturas de marca, não só à promessa contida no sorriso, mas também aos desafios actuais e futuros do mercado liberalizado. Era necessário traduzir o significado desta responsabilidade assumida de forma positiva e entusiástica e transformá-la no símbolo do posicionamento da EDP no mercado.

O ambiente, a importância para a economia e o desenvolvimento no contexto internacional, as relações comunitárias e o investimento no desenvolvimento das sociedades e a criação e uma relação experiencial são hoje factores fundamentais na comunicação do sector energético.

Neste contexto criou-se uma missão, uma visão, valores, um posicionamento, uma assinatura e um "restyling" gráfico que reflecte maior modernidade e flexibilidade em termos gráficos.

Sinta a energia da assinatura

Redefiniu-se o posicionamento e consequentemente a assinatura de marca, tornando-a mais alinhada com o valor da identidade, acrescentando-lhe uma visão de futuro, mas também uma expressão clara da promessa do presente.

Uma promessa que claramente se afirma no bem estar, mas que tem o poder de projectar a empresa para todas as direcções, definindo uma atitude e uma personalidade - A EDP produz energia, que produz qualidade de vida que produz dinamismo e entusiasmo. Pretende-se que todos sintam esta energia para que assim exista consonância.

Uma energia a 3 dimensões

Era essencial que a identidade visual da marca - o logótipo e o símbolo - acompanhasse este movimento de reconstrução sem, no entanto, se iniciar um novo processo de identidade. Para isso adoptou-se uma nova plástica para a marca, através da introdução do símbolo em 3D - de maior impacto visual e mais adaptado a ambientes audiovisuais e virtuais.

edp

sinta a nossa energia

6

2. CLIENTE

Um ano marcado pela liberalização do mercado da BTN

No dia 4 de Setembro de 2006 concluiu-se o calendário de liberalização do mercado da electricidade em Portugal, com a abertura do segmento da baixa tensão normal. Foi, sem dúvida, um momento marcante para o sector e, em particular, para a EDP. Foi definitivamente o acontecimento que mais marcou o ano de 2006 no que concerne ao mercado e ao cliente.

A EDP estabeleceu cinco compromissos prioritários no contexto do processo de liberalização, que foram reiterados no designado Dia do Cliente, a 1 de Setembro - encontro que reuniu mais de 300 colaboradores da EDP exclusivamente dedicado ao Cliente e ao mercado liberalizado:

- Liderar o mercado: Como líder de mercado em Portugal, a EDP tem uma elevada responsabilidade na forma como se posiciona perante a liberalização. É uma realidade que altera todos os paradigmas do negócio tradicional e que coloca novos desafios. A EDP pretende continuar a reforçar a sua liderança do mercado, mesmo no novo contexto de liberalização;

- Fidelizar os clientes: A EDP fornece electricidade a todos os clientes com baixa tensão normal. A liberalização fará com que os clientes possam vir a efectuar escolhas diferentes da EDP. A EDP valoriza cada um dos seus clientes e trata-os com vista à sua satisfação e fidelização;

- Ser excelente no serviço: Esta nova realidade veio atribuir uma importância redobrada à qualidade do serviço. Se até hoje a EDP tem colocado um enfoque claro na melhoria contínua do serviço prestado, a partir de dia 4 de Setembro essa necessidade acentuou-se ainda mais. Na EDP, é valorizado cada detalhe do nosso serviço, com a consciência de que é nos detalhes onde reside a diferença;

- Inovar na oferta: A liberalização do mercado vem também colocar pressão sobre a disponibilização de soluções cada vez mais adaptadas às necessidades dos clientes. Num sector tradicionalmente conservador, a EDP tem o desafio de liderar pela inovação. A EDP pretende disponibilizar os melhores produtos e serviços, adaptados às necessidades efectivas do mercado;

- Respeitar os concorrentes: Como resultado da liberalização é esperado o aparecimento de concorrentes num mercado anteriormente servido por um único operador. Assistimos a este fenómeno noutros sectores que também passaram de monopólios para arenas fortemente competitivas. A EDP gosta do mercado em competição e respeita os seus concorrentes.

Ao longo de 2006 múltiplas actividades foram desenvolvidas com vista a entrar na nova fase de mercado de forma sólida e sustentada:

- Implementação dos processos de "switching": A EDP investiu na preparação dos processos e sistemas associados ao "switching" de comercializador de energia eléctrica. Este investimento foi decisivo para que a liberalização do mercado pudesse ser uma realidade. "Call- center", sistema de informação, processos de negócio, tudo foi preparado para que no dia da liberalização a EDP correspondesse às solicitações dos seus clientes;

- Informação aos clientes sobre liberalização: Outro contributo decisivo para o processo de liberalização foi a informação que, em articulação com a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, a EDP enviou aos seus clientes e que difundiu em órgãos de comunicação generalistas. Num esforço ímpar de informação, foram enviados folhetos para casa dos clientes e para as lojas e inúmeros anúncios de imprensa foram publicados;

- Lançamento de um novo serviço de energia - edp5D: O principal destaque da oferta comercial no mercado liberalizado da baixa tensão normal recaiu sobre a solução edp5D, um novo serviço de energia concebido para este segmento. Este serviço integrado é constituído por 5 dimensões de posicionamento: mais economia, mais conforto, mais proximidade, mais inovação e mais ambiente. Os clientes que aderirem ao edp5D têm à sua disposição novos tarifários destinados a proporcionar maior economia, novos serviços de aconselhamento sobre eficiência energética, seguros de assistência domiciliária, uma linha telefónica exclusiva, acesso a novas tecnologias, e a possibilidade de se constituírem como "clientes verdes", aderindo a um plano tarifário que garante que é introduzida na rede uma quantidade de energia proveniente de fontes limpas, equivalente ao seu consumo anual;

- Constituição de novos mecanismos de gestão de clientes: Acompanhando as alterações estruturais que se registam no mercado, a EDP também adaptou os seus mecanismos de gestão de clientes às necessidades geradas pela nova realidade. Destaca-se a constituição, já em 2007, da Direcção de Relação com o Cliente, criada a partir do Gabinete de Qualidade, com o objectivo de reforçar as nossas competências naquilo que geralmente se designa por "Customer Relationship Management".

A EDP desenvolveu um trabalho considerável na preparação para uma nova realidade de mercado. A liberalização é também uma realidade que implica o reforço em novas competências e a consagração de uma cultura interna caracterizada pela abertura, pela flexibilidade e pragmatismo, que permita concretizar a nossa ambição.

O dia 4 de Setembro de 2006 assinalou assim a conclusão do processo de liberalização do mercado, com a abertura total do segmento dos clientes de baixa tensão normal. Esta realidade, pese embora uma concorrência ainda reduzida, reforçou a exigência de criação de novos mecanismos de gestão e de comunicação, bem como o desenvolvimento de competências do capital humano.

Ajudar o Cliente a reduzir a sua factura de electricidade

No novo contexto de mercado, a EDP está empenhada em continuar a ser o parceiro por excelência das empresas portuguesas, privilegiando uma relação de parceria e proximidade com os seus clientes. Como forma de complementar a sua oferta, contribuindo para a melhoria da performance operacional e consequente redução de custos energéticos dos seus Clientes, em 2006, a EDP deu particular enfoque à dinamização da sua Oferta de Valor, criando e desenvolvendo novos Serviços de Valor Acrescentado, nomeadamente ao nível da qualidade e eficiência no consumo de energia eléctrica.

Em 2006, a par com o enriquecimento da sua oferta, a EDP candidatou-se ao Plano de Promoção da Eficiência no Consumo (PPEC), promovido pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos. A filosofia e metodologia com que a empresa abordou esta candidatura enquadram-se bem na estratégia da EDP de contribuir positivamente para o cumprimento dos objectivos nacionais de racionalização global da energia nas suas múltiplas vertentes, de melhorar os padrões de qualidade de serviço e de partilhar as preocupações sociais com a defesa do meio ambiente, num contexto de desenvolvimento sustentável.

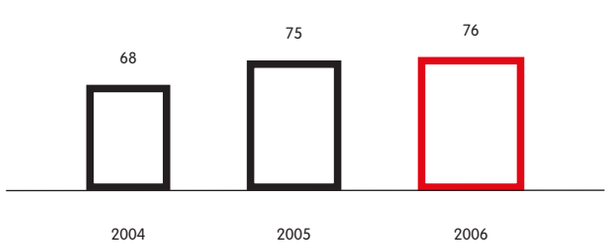
Neste âmbito, a EDP conseguiu obter um total de 8,1 milhões de euros dos 10 milhões orçamentados pela Entidade Reguladora para este fim. Para que os Clientes possam fazer as suas escolhas, é prioritário produzir e criar informação pelo que se destacam medidas como o "TopTen Portugal", que pretende orientar o Cliente na escolha dos equipamentos domésticos mais eficientes, ou o concurso de ideias de negócio na área da eficiência energética, destinado a projectos de fim de curso por alunos de universidades e politécnicos, ou ainda a divulgação e promoção da Utilização Eficiente de Energia Eléctrica junto de clientes finais. A EDP irá ainda dinamizar um conjunto de medidas, em todos os segmentos de consumo, que contemplam a instalação efectiva de equipamentos com eficiência energética superior à tecnologia padrão.

Uma aposta na satisfação e envolvimento dos Colaboradores

Tornar a organização interna mais eficiente e os Colaboradores mais conscientes das expectativas dos Clientes, qualificá-los e treiná-los para elevar a qualidade da resposta, foram prioridades do ano 2006.

O nível de satisfação e de envolvimento dos Colaboradores com os objectivos da EDP foram factores determinantes da qualidade do relacionamento com os Clientes. Em 2006, o Índice de Satisfação com a Empresa registou uma evolução positiva face aos anos anteriores.

Índice de Satisfação com a Empresa

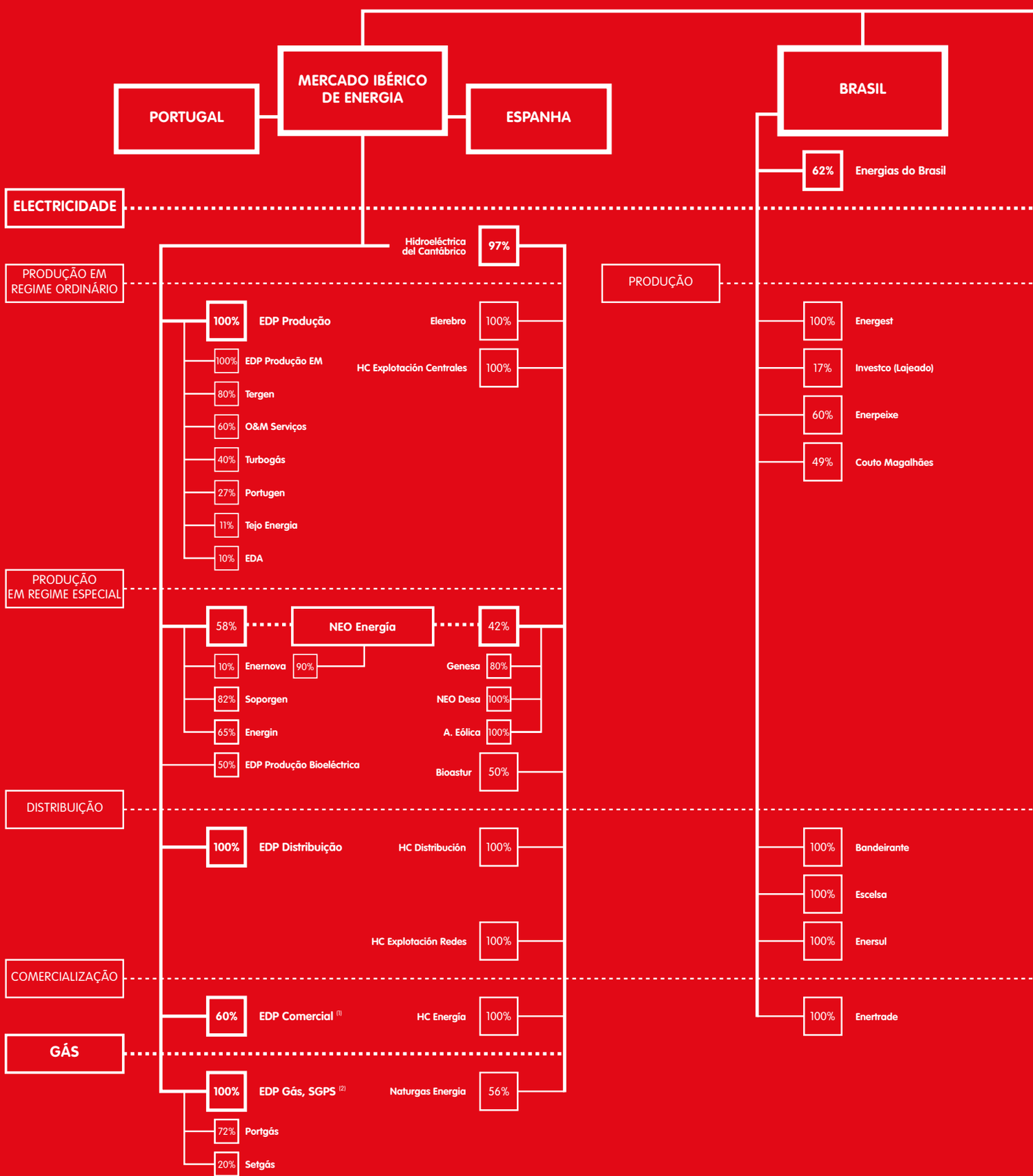


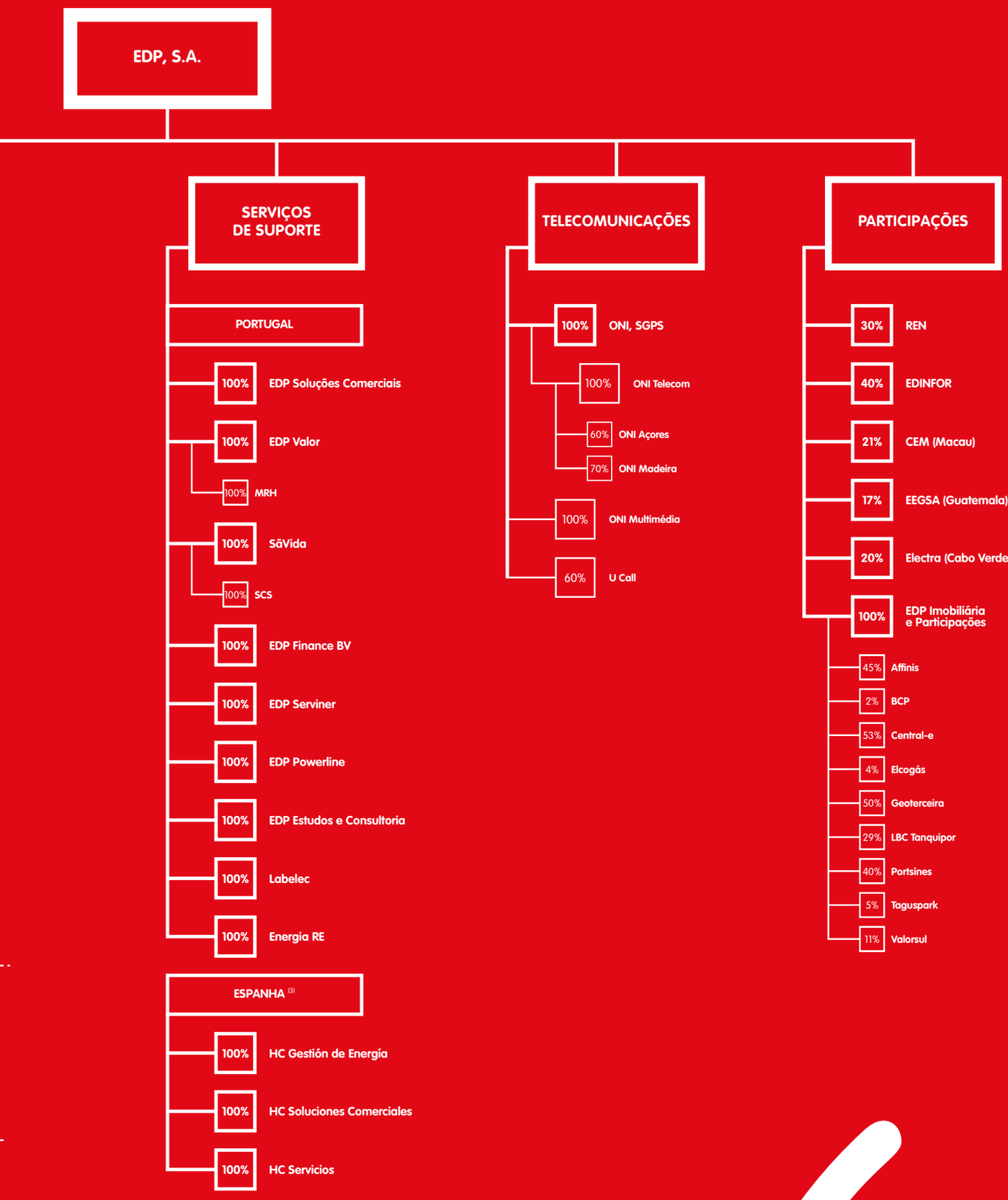
Nota: empresas do negócio eléctrico em Portugal

Merece referência a taxa de resposta verificada em 2006, que se situou nos 77%, tendo registado uma subida de 10 pontos percentuais face ao ano anterior, evidenciando um envolvimento crescente com a Empresa.

edp

3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL





Nota: Organigrama não exaustivo. Algumas das percentagens apresentadas correspondem a participações indirectas.
(1) Detida em 40% pela EDP Produção
(2) Ex-EDP Participações, SGPS
(3) Sociedades detidas pela Hidroeléctrica del Cantábrico

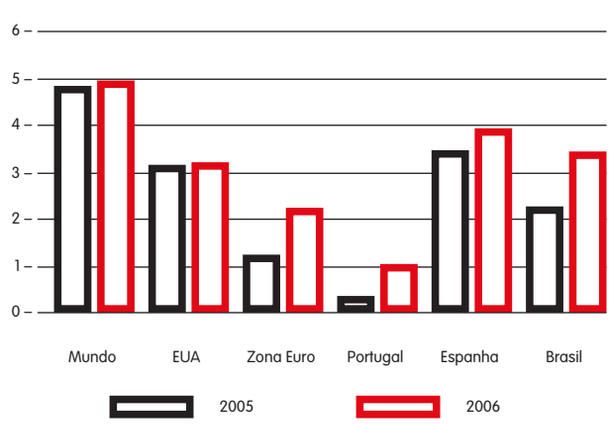
4. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

4.1. Economia Mundial

4.1.1. Crescimento económico mundial

Em 2006, a economia mundial registou um crescimento na ordem dos 5,0%, dando continuidade ao movimento de subida verificado desde 2003. O crescimento não só foi robusto, como acima da tendência histórica dos últimos 30 anos, e a base de países que mais contribuem para esse crescimento é hoje mais alargada com a presença de países como a China e a Índia. É ainda de notar a recuperação económica da Europa, eliminando os contributos negativos das economias japonesa e americana durante a segunda metade do ano. As expectativas para a economia mundial em 2007 parecem relativamente estáveis, embora se espere um abrandamento do ritmo da expansão económica.

Evolução do PIB (%)



Fonte: FMI, WEO, Set.06

A recuperação económica e a ampla liquidez disponível conduziram em alta os mercados de capitais, que beneficiaram de um aumento da distribuição de resultados, do crescimento de movimentos corporativos, de volatilidades muito baixas e spreads de crédito mais reduzidos. A procura por rentabilidade, a melhoria dos "fundamentals" das economias emergentes e melhoria dos "ratings" suportaram a procura de activos em mercados emergentes durante o ano. Os raros episódios de forte aversão ao risco e turbulência de mercado foram prontamente resolvidos.

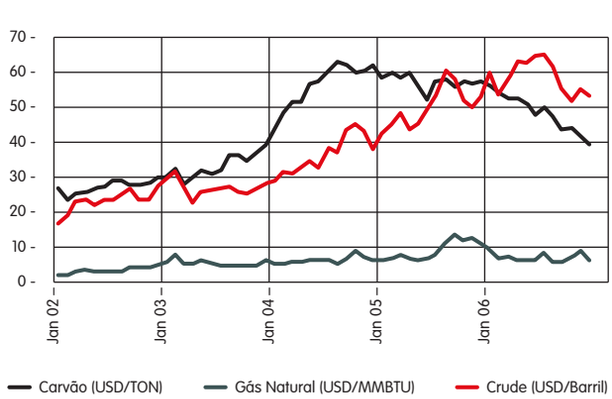
4.1.2. Preço dos combustíveis

A rápida expansão da economia mundial, mais evidente em países energeticamente menos eficientes, a somar à limitada capacidade de resposta da oferta, têm sido os principais responsáveis pelo aumento dos preços dos combustíveis. Em 2006, o petróleo atingiu o seu máximo histórico, acima dos 75 USD/barril durante os meses de Verão, agravado por tensões no Médio Oriente. À medida que esta tensão abrandou, juntamente com condições climatéricas mais suaves, com um abrandamento da procura e com o aumento da procura de crude, os preços baixaram rapidamente.

As tendências de preços do carvão e gás natural foram similares às verificadas no petróleo, dada a competição "inter-fuel" e um uso mais difundido de mecanismos de indexação ao preço do petróleo em contratos de longo prazo. Apesar da redução da procura de carvão pelos produtores energéticos europeus, o aumento da procura oriunda de outras geografias evitou uma correcção maior dos preços. Os preços do gás natural provaram ser mais estáveis durante todo o ano mesmo com o risco persistente de interrupção da oferta por parte dos produtores.

Não obstante os esforços para inverter o uso de combustíveis fósseis e os incentivos para uma utilização mais intensiva de recursos renováveis devido aos interesses ambientais, espera-se que estes combustíveis se mantenham como a fonte dominante de energia nos próximos anos, com a China e a Índia a representar uma percentagem considerável e crescente da procura global. A expectativa de forte procura e a capacidade de reserva limitada são esperadas para suportar os preços de energia em níveis consideravelmente elevados, com os mercados vulneráveis à interrupção da oferta.

Preço dos Combustíveis



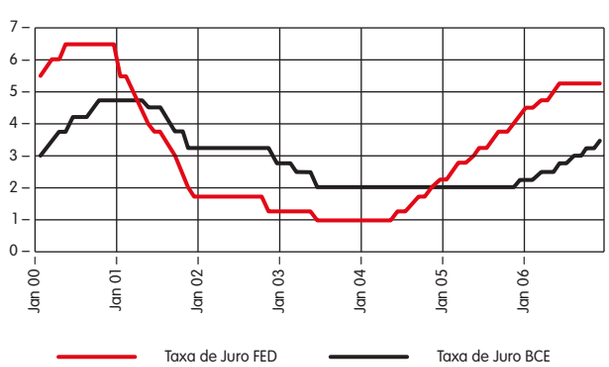
Fonte: Bloomberg

4.1.3. Taxas de juro

A sólida expansão económica, o despontar dos agregados de moeda e crédito e o aumento de pressões inflacionárias junto do mundo industrializado apontam para uma futura alteração dos estímulos da política monetária que tem caracterizado o ciclo económico corrente. A Reserva Federal Americana aumentou as taxas de juro 100 b.p. para 5,25%, o Banco Central Europeu aumentou gradualmente a principal taxa de refinanciamento, de 2,25% no fim de 2005 para os 3,50% em Dezembro de 2006 e o Banco do Japão aumentou a sua taxa de juro oficial de 0% para 0,25%.

Durante a segunda metade do ano, o progressivo ajustamento no sector imobiliário americano e o abrandamento da produção mundial tornaram expectável o recuo das taxas de juro nos EUA. Deste modo, as taxas de juro de longo prazo permanecem baixas, mantendo as condições financeiras amplamente favoráveis.

Taxas de juro (%)



Fonte: Bloomberg

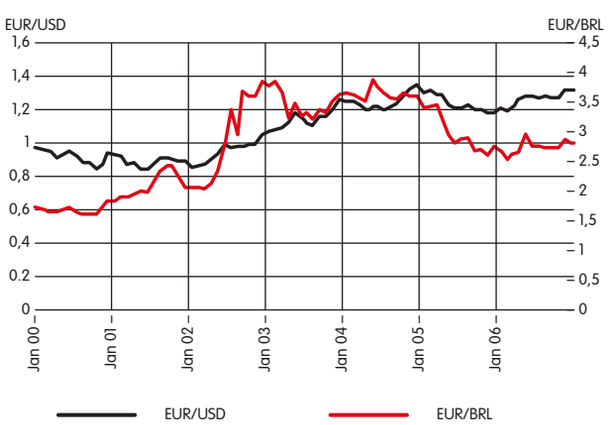
4.1.4. Evolução das taxas de câmbio

Os desequilíbrios mundiais - altas poupanças na Ásia e o elevado défice externo dos EUA - não se materializaram na instabilidade da moeda americana. De facto, esta foi bastante estável quando comparada com a maioria das moedas em 2006. No final do ano, as pressões sobre a moeda americana intensificaram-se, valorizando o euro acima de 1,30, ainda assim mais baixo que o valor registado em 2004. Algum desapontamento com a performance do yen japonês e a atractividade de estratégias "carry-trade" empurraram a moeda japonesa para os registos mais baixos vis-à-vis com o euro. É importante realçar a decisão das autoridades chinesas que permitiu que a sua moeda valorizasse, facilitando a resolução dos desequilíbrios mundiais e promovendo a estabilidade dos mercados globais.

A boa performance dos mercados emergentes e a sólida procura por "commoditties" foi positiva para as moedas emergentes durante a primeira metade do ano, liderada por uma forte apreciação do real do Brasil. A correcção mundial em activos de risco no período de Maio/Junho, mais motivada por uma procura de motivar ganhos com as valorizações passadas do que uma alteração nos pressupostos subjacente às avaliações, levou a uma repentina, mas temporária, depreciação das moedas dos mercados emergentes.

Como tal, a moeda brasileira, o real, acabou o ano de 2006 não muito longe dos níveis verificados no princípio do ano.

Taxas de câmbio



Fonte: Bloomberg

4.2. Evolução das principais economias mundiais

O crescimento da economia norte-americana em 2006 está estimado em 3,2%, o mesmo que em 2005. Este desenvolvimento envolve um abrandamento ao longo do ano, reflectindo o impacto de condições financeiras mais restritivas. O investimento residencial caiu drasticamente e como resultado do receio de

prolongamento deste abrandamento. A elasticidade do mercado de trabalho, a inversão da tendência do crescimento do preço do petróleo, os aumentos constantes de ganhos corporativos e o ambiente externo favorável compensam no ajuste no imobiliário e suportam a visão de recuperação gradual em 2007.

As perspectivas de crescimento para a Ásia permanecem favoráveis associadas à expectativa de manutenção de uma procura interna forte, ainda que associada a pressões inflacionistas. A economia japonesa continua gradualmente a recuperar, suportada por uma forte performance da actividade industrial conduzida por mercados de exportação flutuantes. Apesar da força do mercado de trabalho, o consumo privado mantém-se calmo. Embora pareça que a deflação tenha terminado no fim de 2005, a inflação ainda se mantém em níveis muitos baixos tornando possível que o Banco do Japão persiga a sua orientação de subida da sua politica monetária. Na China, as preocupações de sobrecapacidade e dinâmicas de crédito fortes conduzem as autoridades a adoptar diferentes medidas para conter o crescimento de investimento e a promover um padrão de crescimento mais orientado para o aumento do consumo. Ainda assim, mais uma vez o crescimento da economia chinesa superou os 10%.

A situação económica na zona euro registou uma melhoria substancial no ano de 2006. Após vários anos com crescimentos bastante moderados, a subida repentina dos mercados de exportação estendeu-se à procura interna, primeiro nas despesas em investimento e depois no consumo privado. O inverso foi verificado no mercado de trabalho, com a taxa de desemprego a ser das mais baixas nos últimos anos, contribuindo para uma significativa melhoria na confiança das famílias, suportando assim uma gradual recuperação do consumo privado. Estima-se que o crescimento da economia na zona euro tenha sido na ordem dos 2,7% em 2006, bem acima da taxa de crescimento estimada.

4.3. Economia ibérica

4.3.1. Portugal

A economia portuguesa registou um crescimento de cerca 1,3% em 2006. Embora seja 1 p.p. acima do verificado em 2005, ainda se mantém abaixo da média europeia, reforçando a tendência de divergência dos últimos anos. O crescimento tem sido suportado pelo forte contributo das exportações líquidas, beneficiando da retoma no aumento da procura dos tradicionais parceiros portugueses e de outros mercados, como os E.U.A. e África. Apesar da retoma económica ser pouco acentuada, a taxa de desemprego recuou de 8,0% para 7,3%, o que promoveu uma maior confiança e um aumento do consumo privado. As restrições dos gastos em investimento público, a forte competitividade exterior nos sectores industriais tradicionais portugueses e a incerteza relativa à sustentabilidade do crescimento da economia continuará a dificultar uma melhor performance dos gastos de investimento, nomeadamente no sector da construção.

A taxa de inflação anual para o ano de 2006 situou-se nos 3,0%, mais 0,7 p.p. que em 2005, reflectindo a influência do aumento de taxas indirectas, variações nos preços do fuel e bens alimentares. Uma fraca procura interna e uma forte competição internacional induziram a restrições salariais, mantendo a inflação estável e em níveis moderados.

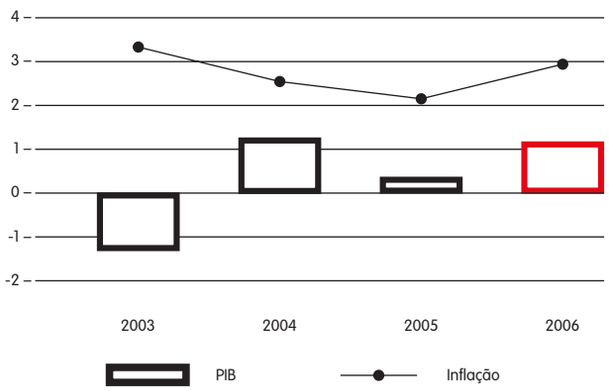
A redução do preço do petróleo e o dinamismo das exportações provocaram uma diminuição no défice externo para perto dos 7% do PIB. Embora se registe uma melhoria face ao ano anterior, este valor mantém-se elevado e é um sinal da vulnerabilidade da economia portuguesa ao sentimento económico global. Assim a procura por um "mix" de políticas privilegiando a consolidação fiscal e restabelecendo uma maior competitividade é de extrema importância. A recuperação gradual das despesas em investimento, com a antecipação de diversos projectos de investimento, a recuperação lenta do rendimento disponível real e o favorável enquadramento externo são pontos essenciais na continuação de recuperação da economia portuguesa.

4.3.2. Espanha

Durante o ano de 2006, a economia espanhola manteve a boa tendência dos anos anteriores com taxas de crescimento superiores à média europeia.

A economia espanhola assistiu a um grande crescimento no ano de 2006. O incremento do PIB situou-se em torno dos 3,9%, valor similar ao registado no ano anterior e superior à média da zona euro que se situou nos 2,6%. Este crescimento deve-se em grande parte à manutenção da procura interna, apesar da subida das taxas de juro, e ao crescimento

Evolução do PIB e da Inflação (%)



Fonte: INE e Comissão Europeia

substancial das exportações no mercado não comunitário, em particular os E.U.A, a América Latina e a Rússia. O dinamismo da economia espanhola é sustentado em larga medida à boa actividade do sector da construção, obras públicas e serviços, ainda que outro factor importante seja o forte saldo imigratório que se tem vindo a registar nos últimos anos.

De modo contrário ao resto da Europa, a taxa de inflação, no final do ano, situou-se nos 2,7%. Trata-se de uma redução considerável, devida principalmente à descida do preço da energia, mas ainda longe do valor registado na zona euro, 1,9%.

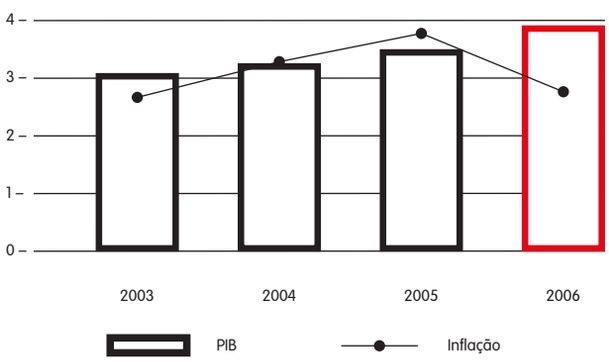
Este bom momento da economia espanhola permitiu uma redução da taxa de desemprego para perto dos 8%, o valor mais baixo dos últimos 25 anos.

4.4. Economia brasileira

O cenário de estabilidade económica manteve-se em 2006. Os principais indicadores económicos mantiveram a tendência apresentada em 2005 - inflação e taxa de câmbio sob controlo, taxas de juro em queda e crescimento económico moderado.

A cotação do Real vem mantendo a tendência de 2004 e 2005 de apreciação face ao dólar fechando o ano em 2,14BRL/USD. Em 2006 esta apreciação situou-se em 8,7% e deve-se à manutenção do confortável quadro das contas externas brasileiras. A inflação (medida pelo IPCA) alcançou uma variação de 3,1%, a menor taxa desde a adopção do regime de metas inflacionárias em 1999 e abaixo do centro da meta

Evolução do PIB e da Inflação (%)

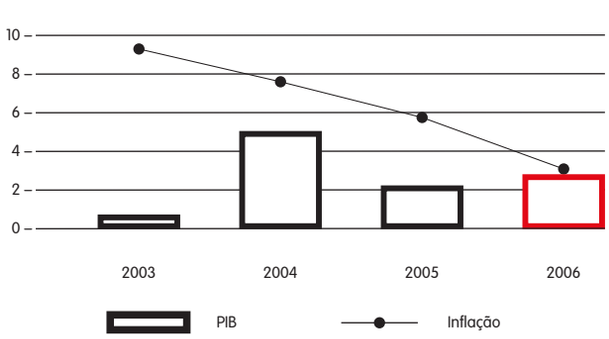


Fonte: Eurostat e Comissão Europeia

estabelecida pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) de 4,5%. O cenário benigno de inflação verificado em 2006 foi, principalmente, consequência da valorização da moeda, queda dos preços de produtos agrícolas e pequena variação dos preços administrados.
A actividade económica manteve o ritmo apresentado no ano anterior, com a expectativa de apresentar um crescimento do PIB de cerca de 2,7%.

A perspectiva para os próximos anos é que o ambiente de estabilidade macroeconómico seja mantido, mas continuam os desafios para que o Brasil adopte uma agenda que acelere a sua taxa de crescimento económico. Esta agenda está centrada na realização de reformas que possibilitem o aumento do investimento privado no país, especialmente na área de infra-estruturas.

Evolução do PIB e da inflação (%)



Fonte: Banco Central do Brasil

5. PLANO ESTRATÉGICO

No dia 19 de Julho de 2006, a EDP apresentou ao mercado, em Londres, as suas **linhas de orientação estratégicas** para o triénio 2006-2008, através das quais assumiu um compromisso de liderança ibérica na criação de valor:

- Risco controlado, com um portfolio e exposição regulatória de baixo risco face às suas congéneres ibéricas;
- Eficácia superior, através da racionalização das operações, da disciplina no investimento e de uma cultura de desempenho reforçada;
- Crescimento rentável, com investimentos selectivos com vista a criar uma posição de liderança no sector das energias renováveis e nos mercados brasileiro e ibérico.

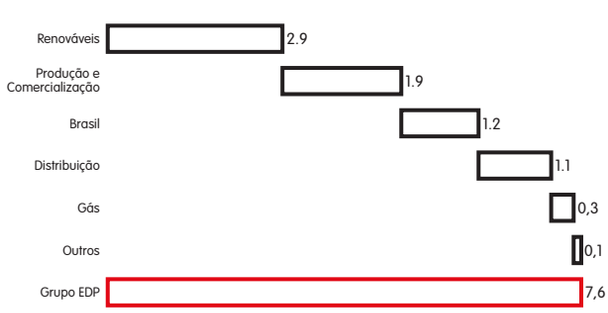
Para a execução destas linhas de orientação, a EDP delineou uma **agenda estratégica**, que se estrutura da seguinte forma:

- Risco controlado
  - Gestão activa dos desafios regulatórios para sustentar o baixo perfil de risco;
  - Estratégia de comercialização lucrativa como cobertura natural ao negócio da produção;
  - Redução das emissões de CO_2 através de capacidade de produção "limpa".
- Eficiência superior
  - Lançamento de um novo e ambicioso projecto de eficiência de custos;
  - Forte disciplina no investimento incutindo competição interna pelos recursos;
  - Desinvestimento em activos não estratégicos e aumento do foco no "core business".
- Crescimento orientado
  - Entrada de novos parques eólicos de elevada qualidade na Península Ibérica e lançamento da expansão internacional;
  - Crescimento em geração no Brasil, mantendo uma exposição limitada;
  - Construção de novas centrais de ciclo combinado na Ibéria até 2008;
  - Desenvolvimento de uma estratégia integrada de gás, assegurando o fornecimento de gás de uma forma competitiva.

No final de 2006 a EDP aprovou o **Plano de Negócios 2007-2010**, apresentado ao mercado já em Janeiro de 2007, que prevê um plano de investimentos para o período na ordem dos 7,6 mil milhões de euros, dos quais 2,9 mil milhões de euros em energias renováveis, e que tem como objectivos:

- Consolidar a EDP como "top world-wide player" nas energias renováveis (na Península Ibérica e noutros mercados);
- Incrementar a posição que a EDP tem actualmente no Brasil, na produção e distribuição;
- Consolidar a posição da EDP na Península Ibérica, nomeadamente na produção de electricidade e no gás.

Investimento Operacional 2007 - 2010
(Mil milhões de euros)



A implementação deste plano de investimentos, associada a um programa de redução de custos num montante global de 150 milhões de euros, permitiu definir as seguintes **metas para 2010**:

- Aumento anual composto do EBITDA até 2010 superior a 11% face a 2005;
- Redução do peso da dívida líquida no EBITDA de 4,6x em 2005 para 3,0x em 2010;
- Aumento dos dividendos a distribuir aos accionistas superior a 11%/ano até 2010.

No contexto da agenda estratégica foram lançados **12 projectos estratégicos transversais**, tendo sido ainda criada uma estrutura ("Value-creation Office") responsável pelo acompanhamento desses projectos:

- Opex - desenho e implementação de um programa transversal de redução de custos;
- Capex - optimização da alocação de capital;
- Lean - definição e implementação de metodologias Lean;
- Portfolio - redefinição das prioridades estratégicas da EDP, garantindo um crescimento rentável;
- Cliente - fortalecimento da capacidade de retenção e fidelização de clientes;
- Hedge - implementação de uma estratégia integrada de venda de electricidade no mercado grossista e a clientes finais;
- Marca - desenvolvimento de uma estratégia coordenada com o objectivo de aumentar o "brand equity";
- Talento - redefinição, no âmbito dos recursos humanos, de políticas de atracção, desenvolvimento e retenção de talentos;
- Inovação - definição e implementação de um novo modelo de investigação, desenvolvimento e inovação;
- PR.O.S. - revisão e optimização de processos organizacionais e sistemas;
- SOX - cumprimento de requisitos do "Sarbanes--Oxley Act";
- LEX - definição e implementação de um plano de acção resolução de temas regulatórios.

A actividade da empresa durante o ano de 2006 ficou marcada pelas actividades inerentes a estes projectos, tendo alguns deles sido concluídos ainda durante o ano e outros iniciado a fase de implementação.

6. SÍNTESE DA ACTIVIDADE

6.1. NEGÓCIO ELÉCTRICO NA PENÍNSULA IBÉRICA

6.1.1. Enquadramento Regulatório

O processo de integração dos mercados de electricidade em Portugal e Espanha continuou durante o ano de 2006 o seu desenvolvimento, constituindo-se num passo intermédio para o desenvolvimento de um Mercado Interno da Electricidade no espaço da União Europeia.

No ano 2006 conquistaram-se etapas significativas em ambos os países tendo em vista a abertura total do mercado, possibilitando às empresas e aos consumidores domésticos a liberdade de escolha do seu fornecedor. Neste sentido, tem-se assistido a progressos tendentes à harmonização legislativa e regulatória, ao reforço das interligações, e à cessação do regime de custos de transição para a concorrência em Espanha. Em 2006 verificou-se também a entrada em funcionamento, de forma integrada, dos dois pólos do Operador de Mercado Ibérico.

Em resultado do funcionamento de mecanismos concorrenciais de um mercado integrado e liberalizado, é expectável que o MIBEL conduza a ganhos de eficiência, melhoria da qualidade de serviço, convergência e transparência de preços, com reflexos positivos no acréscimo de competitividade das empresas.

Entrada em funcionamento do MIBEL

O Mercado Ibérico de Electricidade (MIBEL) resulta da iniciativa conjunta dos Governos de Portugal e Espanha, e como mercado regional constitui um passo intercalar importante na construção do mercado interno da electricidade.

Com a concretização do MIBEL, passará a ser possível, a todos os consumidores no espaço ibérico, adquirirem energia eléctrica, num regime de livre concorrência, a qualquer produtor ou comercializador que actue em ambos os países.

O quadro legal de funcionamento do MIBEL tem as suas bases no Memorando de Acordo assinado pelos Governos de Portugal em Espanha em 1998, em Madrid. Na sua sequência foram posteriormente estabelecidos novos Acordos, que aprofundam e detalham alguns aspectos relevantes do funcionamento do Mercado Ibérico de Electricidade. Saliente-se neste âmbito o Memorando de Entendimento alcançado na Cimeira Luso-Espanhola da Figueira da Foz, em Novembro de 2003, o Acordo Internacional celebrado em Lisboa no dia 20 de Janeiro de 2004, o "Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha para a constituição de um Mercado Ibérico da Energia Eléctrica", assinado em Santiago de Compostela em 1 de Outubro de 2004 e ratificado pela Assembleia da República em Março de 2006 (Resolução nº 23/2006) e pelas Cortes Españolas (o Convénio Internacional foi publicado no "Boletín Oficial del Estado" em 22 de Maio de 2006) e as Conclusões da Cimeira Luso-Espanhola realizada em Évora, em Novembro de 2005.

Em Novembro de 2006, na XXII Cimeira Luso-Espanhola, realizada em Badajoz, os Governos dos dois países reafirmaram o seu empenho no aprofundamento do MIBEL. Neste contexto, foram acordadas as seguintes linhas de orientação para o sector eléctrico:

- Interligações transfronteiriças - Continuação do trabalho de definição de um traçado definitivo das novas interligações a Sul, "Algarve-Andaluzia" e a Norte, "Eixo Internacional do Noroeste", que deverão estar concluídas em 2010 quando se atingir uma capacidade de interligação de cerca de 3000 MW entre os dois países. Continuar com o estudo para o desenvolvimento de um "Eixo do Nordeste", fundamental para o escoamento das energias renováveis na região nordeste da Península Ibérica;

- Plano de compatibilização regulatória - Apresentação pelos Directores Gerais de Energia de Portugal e Espanha, até 28 de Fevereiro de 2007, que incluirá para os distribuidores ou Comercializadores de Último Recurso de ambos os países um modelo comum de contratação de energia, à vista e a prazo, a realizar no âmbito do OMI - Operador de Mercado Ibérico;

- Implementação do mercado à vista de âmbito ibérico - Até ao final do primeiro trimestre de 2007, através de um mecanismo coordenado de gestão das interligações baseado em "market splitting" e leilões explícitos;

- Revisão da proposta de mecanismo de gestão de interligações e uma proposta de mecanismo para a garantia de potência - A apresentar pelo Conselho de Reguladores Ibérico até ao final de Maio de 2007;

- Princípios gerais de organização e gestão do OMI - A apresentar pelos Directores Gerais de Energia até 28 de Fevereiro de 2007, devendo o modelo de implementação ser detalhado e calendarizado pelo OMIP e OMIE até 31 de Maio de 2007, para concretização até ao final de 2007;

- Aquisição de 10% de energia no OMIP - Obrigação para os distribuidores ou comercializadores regulados durante o ano de 2007.

Evolução do enquadramento da Concorrência

Em Junho de 2005, a Direcção Geral da Concorrência da Comissão Europeia lançou um Inquérito ao Sector da Energia para avaliar as condições de concorrência nos mercados da electricidade e do gás. No seguimento desse Inquérito a Comissão Europeia (CE) publicou formalmente em Fevereiro de 2006 as respectivas Conclusões Preliminares.

Foram genericamente encontrados cinco grandes obstáculos ao funcionamento concorrencial dos mercados energéticos, comuns ao sector eléctrico e do gás: a elevada concentração dos mercados, o nível excessivo de integração vertical, a ausência de integração de mercados, a falta de transparência e a desconfiança dos mecanismos de formação de preços.

A CE já confirmou as referidas conclusões, em Relatório definitivo publicado no início de 2007, pelo que pretende implementar um conjunto alargado de políticas e medidas com o objectivo de eliminar as principais barreiras ao funcionamento concorrencial dos mercados, ainda durante o ano de 2007.

Em 2006 não se registaram alterações significativas ao nível do enquadramento institucional e legal da concorrência em Portugal. No que respeita a Espanha, é de salientar a publicação do Real Decreto 4/2006, de 24 de Fevereiro. Este diploma prevê a necessidade de autorização prévia por parte da Comisión Nacional de Energía (CNE) de aquisições de 10% de capital de empresas espanholas que desenvolvam actividades reguladas ou sujeitas a controlo administrativo especial. A Comissão Europeia abriu um procedimento de infracção a Espanha por este Real Decreto poder estar a restringir a liberdade de circulação de capitais e o direito de estabelecimento, com eventuais consequências ao nível da concorrência dos mercados.

6.1.1.1. Enquadramento Regulatório em Portugal

Política energética nacional

Em Outubro de 2005, através da Resolução de Conselho de Ministros nº 169/2005, o Governo estabeleceu uma nova Estratégia Nacional para a Energia, promovendo, simultaneamente, a revisão do quadro legislativo e regulamentar, com vista essencialmente à liberalização do mercado da electricidade e do gás, ao reforço das energias renováveis e à promoção da eficiência energética. Esta nova resolução veio revogar a anterior Estratégia Nacional para a Energia, aprovada pela Resolução de Conselho de Ministros nº 63/2003, de 28 de Abril.

Como orientação estratégica para o sector energético, o Governo veio fixar o alargamento do âmbito das actividades das empresas que nele operam, de modo a que haja mais do que um operador integrado relevante nos sectores da electricidade e do gás natural, em ambiente de concorrência, e promover a constituição de uma empresa detentora das redes de transporte de energia eléctrica e de gás natural, bem como dos demais activos regulados de ambos os sistemas, garantindo independência aos operadores.

Na prossecução da nova Estratégia Nacional para a Energia definida pelo Governo em 2005, e num contexto de progressiva liberalização do sector eléctrico nacional, da criação do MIBEL e da cessação antecipada dos Contratos de Aquisição de Energia (CAE), o quadro legal do Sistema Eléctrico Nacional (SEN) foi profundamente alterado durante o ano de 2006 pela publicação do Decreto-Lei nº 29/2006, de

15 de Fevereiro, que estabeleceu as novas bases da organização e do funcionamento do sector, e pela legislação complementar publicada, nomeadamente através do Decreto-Lei nº 172/2006, de 23 de Agosto, que veio concretizar as referidas bases, estabelecendo os regimes jurídicos procedimentais do exercício das actividades de produção, transporte, distribuição e comercialização de electricidade, bem como o regime do exercício da actividade de operação logística de mudança de comercializador.

Substituindo o quadro organizativo aprovado em 1995, incluindo as alterações subsequentes, o novo modelo instituído durante o ano de 2006, visa, igualmente, transpor para o ordenamento jurídico nacional a Directiva nº 2003/54/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho, e obedece a princípios de racionalidade e eficiência dos meios a utilizar em toda a cadeia de valor, de forma a contribuir para a melhoria da competitividade e eficiência do SEN, sem prejuízo das obrigações de serviço público.

A definição desta estratégia para o sector eléctrico veio assim modificar estruturalmente o anterior modelo de organização do SEN, assente na divisão entre um Sistema Eléctrico de Serviço Público (SEP), que agregava os produtores e distribuidores detentores de licenças vinculadas e a concessionária da Rede Eléctrica Nacional (REN); e um Sistema Eléctrico Independente (SEI), constituído pelo Sistema Eléctrico Não Vinculado (SENV), incluindo produtores e distribuidores não vinculados e comercializadores, e pela Produção em Regime Especial (PRE), que compreendia a produção a partir de energias renováveis, instalações de cogeração e mini-hídricas.

De modo semelhante, também as relações entre os diversos intervenientes do SEN foram revistas, extinguindo-se, nomeadamente, a relação de exclusividade entre os produtores e distribuidores vinculados e a REN, abandonando-se assim a lógica de um planeamento e gestão centralizadas.

De cariz mais integrado, esta nova legislação estabelece um sistema em que as actividades de produção, comercialização e gestão de mercados organizados se processam em regime de livre concorrência, sujeitas unicamente a autorização ou licença. As actividades de transporte e distribuição passam a ser todas exercidas mediante a atribuição de uma concessão de serviço público.

Passam a ser intervenientes no SEN os produtores de electricidade, o operador da rede de transporte (ORT); os operadores das redes de distribuição em MT e AT, e em BT; os comercializadores, incluindo o comercializador de último Recurso (CUR), os operadores de mercados de electricidade, o operador logístico de mudança de comercializador (OLMC) e os consumidores de electricidade.

Nova organização

Eliminando-se a distinção entre o SEP e o SEI e a coexistência de produtores e distribuidores vinculados e não vinculados, o novo Sistema Eléctrico passa a organizar-se em torno de seis actividades:

- Produção de electricidade;
- Transporte de electricidade;
- Distribuição de electricidade;
- Comercialização de electricidade;
- Operação de mercados de electricidade;
- Operação logística de mudança de comercializador de electricidade.

Actividades do SEN

- Produção de electricidade

A lógica do planeamento centralizado dos centros electroprodutores é abandonada, recaindo a iniciativa nas partes interessadas. Num enquadramento liberalizado, o Estado apenas intervém supletivamente à iniciativa privada, de modo a suprir eventuais falhas de mercado, garantindo a segurança do abastecimento de electricidade, através da realização de concursos públicos.

A produção de electricidade passa a englobar a produção em regime ordinário e a produção em regime especial. A produção em regime ordinário compreende a produção de electricidade que não está sujeita a um regime jurídico especial de produção que beneficie de incentivos à utilização de recursos endógenos e renováveis, ou à produção combinada de calor e electricidade, e rege-se pelo princípio da liberdade do exercício da actividade, estando apenas sujeita à atribuição de uma licença.

A produção em regime especial abrange a produção em mini-hídricas (até 10 MW), a cogeração e a produção de energia a partir de fontes renováveis. O novo regime jurídico aplicável aos produtores em regime especial ainda não foi publicado, pelo que nos termos da legislação em vigor, estes produtores podem efectuar entregas à rede, através de contratos bilaterais celebrados com o Comercializador de Último Recurso, continuando a ser remunerados com base no princípio dos custos evitados ao sistema, complementado por um prémio ambiental que reflecte os benefícios decorrentes da utilização de energias renováveis.

- Transporte de electricidade

O Transporte de electricidade é assegurado pela Rede Nacional de Transporte (RNT) e é exercido em regime de concessão de serviço público, em exclusivo, pela REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.. O actual contrato de concessão para o transporte, embora tenha que ser adaptado às novas bases, mantém-se na titularidade da REN por um prazo de 50 anos.

Tendo em vista a continuidade e segurança do abastecimento e o funcionamento integrado e eficiente do sistema, a exploração da RNT integra também a função de gestão técnica global do sistema, assegurando a coordenação das infra-estruturas de transporte e distribuição.

O operador da RNT é independente no plano jurídico e patrimonial das restantes actividades desenvolvidas no âmbito do SEN, encontrando-se definidos os critérios mínimos a respeitar para o efeito, nomeadamente a impossibilidade de qualquer pessoa ou entidade deter, directa ou indirectamente, mais do que 5% do capital social do operador da RNT ou de empresa que o controle.

- Distribuição de electricidade

A distribuição de electricidade processa-se através da exploração da Rede Nacional de Distribuição (RND) e compreende a rede em média e alta tensões, e as redes de distribuição em baixa tensão (BT). A distribuição é exercida em regime de concessão de serviço público, em exclusivo. Neste sentido, a actual licença de distribuição de electricidade em média tensão (MT) e Alta tensão (AT) da EDP Distribuição - Energia, S.A. tem que ser convertida em concessão, mediante a celebração do respectivo contrato, por um período de 35 anos, estando, no entanto, salvaguardado o princípio do equilíbrio da exploração.

As redes de distribuição em BT continuam a ser exploradas mediante concessões municipais que deverão ser igualmente adaptadas por força das alterações decorrentes da nova legislação, observando-se o prazo dos contratos actualmente em vigor.

O operador da rede de distribuição é independente no plano jurídico das restantes actividades, não sendo esta limitação imposta aos distribuidores de BT que abasteçam menos de 100.000 clientes.

- Comercialização de electricidade

O exercício da actividade de comercialização de electricidade é livre, sujeito unicamente a um regime de licenciamento. Os comercializadores podem livremente comprar e vender electricidade. Para o efeito têm o direito de acesso às redes de transporte e de distribuição, baseado em tarifas reguladas pela ERSE.

Com o objectivo de garantir a prestação universal do fornecimento de electricidade a todos os clientes que o solicitem e assegurar a actividade de comercialização de último recurso, o Governo atribuiu essa incumbência à EDP Serviço Universal, S.A., entidade constituída com este objectivo pela EDP Distribuição - Energia, S.A. e juridicamente independente das restantes actividades. Esta nova sociedade, a constituir obrigatoriamente até 1 de Janeiro de 2007, exerce a sua actividade transitoriamente até o mercado estar totalmente liberalizado ou até caducarem os respectivos contratos de concessão da rede de distribuição em MT e AT e de distribuição em BT, nas correspondentes áreas.

Com vista a garantir o abastecimento a preços razoáveis, fácil e claramente comprováveis e transparentes, o CUR deve adquirir a electricidade produzida em regime especial e dar preferência à aquisição da energia eléctrica produzida pelos centros electroprodutores relativamente aos quais os actuais CAE ainda se encontrem a produzir efeitos, através da realização de contratos bilaterais com a concessionária da RNT ou com a entidade que a venha a substituir. Através da celebração de contratos bilaterais, o CUR pode ainda adquirir electricidade a outras entidades.

O CUR está ainda obrigado a comprar energia a prazo, no mercado gerido pelo OMIP e OMIClear, nas quantidades e leilões estabelecidos anualmente pela DGGE, relativamente aos contratos de futuros sobre electricidade anuais, trimestrais e mensais, de carga base, com entrega física, listados no OMIP. Estas compras são reconhecidas para efeitos de custos regulados sempre que cheguem a vencimento.
O CUR deve gerir as diferentes formas de contratação de modo a adquirir a energia ao menor custo possível. Toda a electricidade que o CUR adquira em quantidade excedentária face às suas necessidades deve ser revendida no mercado organizado.

- Operação de mercados de electricidade

O mercado organizado corresponde a um sistema com diferentes modalidades de contratação que possibilitem o encontro entre a oferta e a procura de electricidade, englobando os mercados a prazo, diários e intradiários.

A actividade de gestão de mercados organizados em Portugal é livre, sujeita a autorização, e da responsabilidade dos operadores de mercado.

O OMIP - Operador do Mercado Ibérico de Energia (pólo Português), S.A. e a OMIClear são as entidades responsáveis pelo funcionamento do mercado a prazo do MIBEL, que compreende, designadamente, as transacções referentes a blocos de energia com entrega posterior ao dia seguinte da contratação, de liquidação quer por entrega física quer por diferenças.

Os mercados diários (compreendem as transacções referentes a blocos de energia com entrega no dia seguinte ao da contratação, de liquidação necessariamente física) e os intradiários (de liquidação necessariamente física), são assegurados pela OMEL.

De forma a permitir a entrega física de electricidade inerente às posições registadas no mercado a prazo, e da troca de informação entre os mercados, foi celebrado, em Abril de 2006, um acordo de interconexão entre o OMIP e a OMEL.

Os mercados não organizados são compostos por contratos bilaterais entre as entidades do MIBEL, de liquidação tanto por entrega física como por diferenças, sujeitos em Portugal à aprovação da ERSE.

- Operação logística de mudança de comercializador de electricidade

Em condições de mercado os consumidores são livres de escolher o seu fornecedor de electricidade, estando isentos de qualquer pagamento pela mudança de comercializador. Para o efeito da gestão da mudança de comercializador está prevista a criação de um Operador Logístico de Mudança de Comercializador (OLMC). Esta entidade, que ainda não se encontra nomeada, terá de ser independente nos planos jurídico, organizativo e de tomada de decisão relativamente a outras entidades que exerçam actividades no sector. A legislação aplicável a esta actividade encontra-se ainda por desenvolver.

As actividades de transporte, de distribuição, de comercialização de último recurso, bem como de operação logística de mudança de comercializador e de gestão de mercados organizados estão pois sujeitas a regulação.

Abertura dos mercados

De acordo com a Directiva 2003/54/CE sobre o Mercado Interno da Electricidade, a partir de 1 de Julho de 2007, os Estados Membros devem garantir a abertura dos seus mercados a todos os clientes, permitindo-lhes escolher livremente o seu fornecedor de energia eléctrica.

Em Portugal, e à semelhança da maior parte dos países europeus, o processo de liberalização foi efectuado de uma forma gradual, tendo começado, numa primeira fase, por incluir os consumidores com maiores consumos e níveis de tensão mais elevados, e sido progressivamente alargado a todos os consumidores de energia eléctrica.

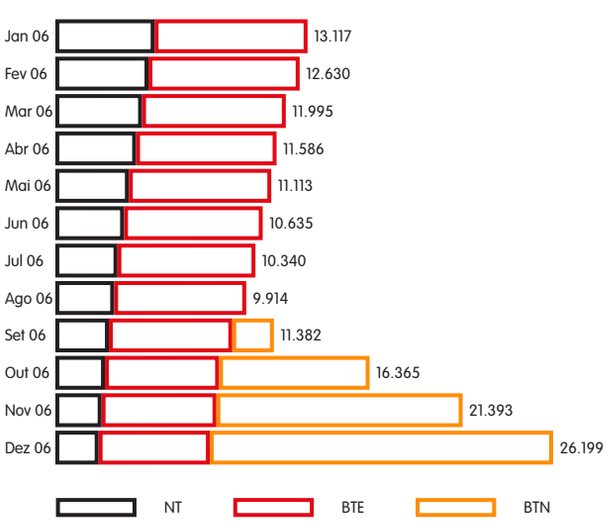
A última fase deste processo foi aprovada pelo Decreto-Lei n.º 192/2004, de 17 de Agosto, e resultou na completa abertura do mercado, consubstanciada na extensão da elegibilidade aos consumidores de energia eléctrica em Baixa Tensão Normal (BTN), categoria em que se incluem os consumidores domésticos, e Iluminação Pública (IP), correspondendo o mercado total a um universo potencial de 6.035.860 clientes, com um consumo anual de 45.376 GWh.

O exercício efectivo da escolha de fornecedor para os Clientes em BTN foi tornado possível a 4 de Setembro de 2006, após a ERSE ter emitido o despacho n.º7/2006, de 17 de Julho, em que aprovou os perfis iniciais para 2006 aplicáveis aos consumidores em BTN e as regras a observar pelos operadores de redes de distribuição na selecção do perfil inicial a aplicar a cada instalação em BTN.

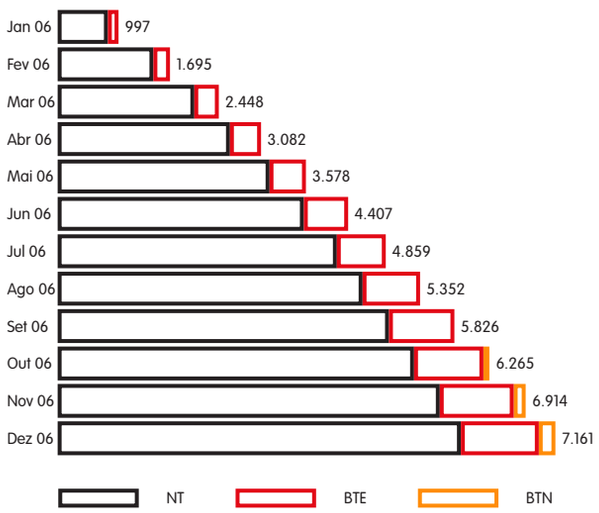
Em Dezembro de 2006 existiam 26.199 clientes no mercado livre (ML), o que corresponde a cerca de 7.161 GWh de consumo representando cerca de 16% do mercado total.

Dos 26.199 clientes existentes no ML no final de Dezembro, 18.141 correspondiam a clientes em BTN, o que representa 69% face ao total de clientes no ML. Em termos de consumo, os clientes em MT são os que apresentam o maior peso face ao consumo total, representando cerca de 81% do consumo total no ML.

Clientes no Mercado Livre por nível de tensão



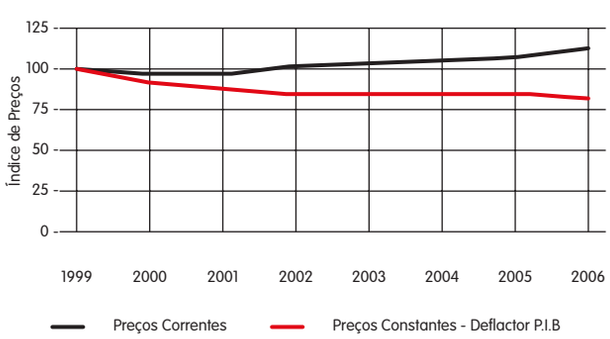
Clientes no Mercado Livre por nível de tensão em GWh



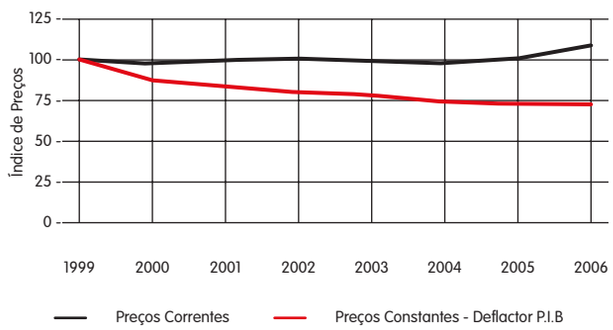
Evolução temporal das tarifas

Nos últimos sete anos, os preços médios de venda da electricidade registaram um decréscimo médio anual, em termos reais, de cerca de 2,7% na baixa tensão e 4,4% no conjunto dos restantes níveis de tensão.

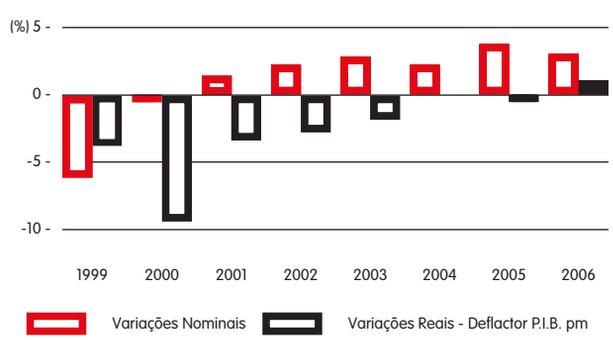
Evolução dos Preços Médios de Electricidade em Baixa Tensão



Evolução dos Preços Médios de Electricidade em Muito Alta, Alta e Média Tensão



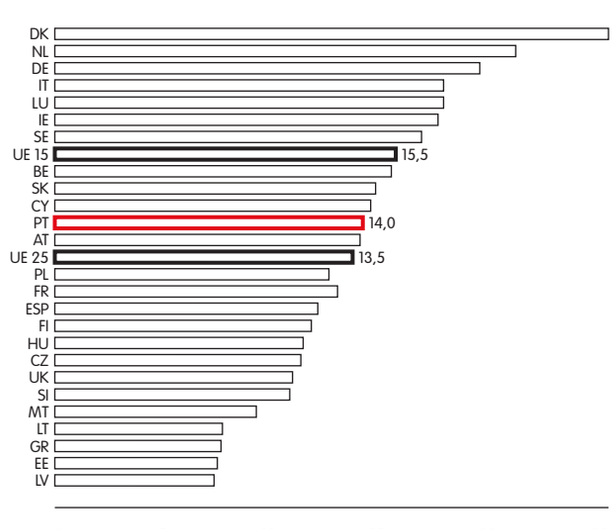
Variação Nominal e Real dos Preços Médios de Electricidade



Quando comparados com outros países, os preços da electricidade em Portugal, em 1 de Janeiro de 2006, para consumidores domésticos, encontram-se 9,7% abaixo da média da União Europeia dos 15 e 3,4% acima da média da União Europeia dos 25.

Preços Médios de Electricidade

(consumidores domésticos) Cent. Euro/KWh



Estes dados têm por base um inquérito do EUROSTAT, aos preços médios de cinco consumidores-tipo do sector doméstico dos vários países da UE. Tendo em vista adaptar esta metodologia à presente realidade de abertura dos mercados, encontra-se em curso o processo de revisão da Directiva da Transparência de Preços aos Consumidores Finais de Electricidade e do Gás - DIR nº 90/377/CEE, de 29 de Junho.

De acordo com o nível de custos do sistema eléctrico em 2006, divulgado pela ERSE ainda em 2005 as "Tarifas de Venda a Clientes Finais" (TVCF) em baixa tensão deveriam ter subido 14,7% em 2006. No entanto, o Decreto-Lei n.º 187/95, de 27 de Julho, (já revogado, mas em vigor à data) estabelecia que "[o] valor global resultante da aplicação das tarifas e preços, estabelecidas nos termos do número anterior, a clientes finais em baixa tensão (BT), não pode, em cada ano, ter aumentos superiores à taxa de inflação esperada para esse ano."

Sendo a previsão do aumento do índice de preços implícitos no consumo privado em 2006, relativamente a 2005, 2,3%, foi este o crescimento máximo permitido legalmente das TVCF em baixa tensão.

Desta forma foi gerado um défice tarifário de 368,9 milhões de euros, devido essencialmente aos custos de aquisição de energia, suportado transitoriamente pelas empresas reguladas (REN: 253,5 milhões de euros e EDP Distribuição: 115,4 milhões de euros) e que seria recuperado, com juros, através das tarifas dos 5 anos seguintes.

Adicionalmente, o Decreto-Lei n.º 90/2006, de 24 de Maio, estabeleceu novas regras sobre a afectação aos consumidores de energia eléctrica do diferencial entre o custo de produção de energia eléctrica em regime ordinário e o custo de produção de origem renovável. Como resultado as tarifas dos clientes de MAT, AT, MT e BTE desceram 1,8% face ao que estava estabelecido nas tarifas iniciais de 2006. As tarifas de BTN deveriam subir 2,5% o que não pode efectivar-se devido ao já referido cap legal. Criou-se assim um défice suplementar, em 2006, de 30,3 milhões de euros, repartido por REN (20,8 milhões de euros) e EDP Distribuição (9,4 milhões de euros).

O défice tarifário total explicitado na fixação de tarifas de 2006 e no DL 90/2006 foi, assim, de 399,2 milhões de euros, repartidos entre a REN (274,3 milhões de euros) e EDP Distribuição (124,9 milhões de euros).

Em 18 de Dezembro de 2006 foi publicado o Decreto-Lei nº 237-B/2006 que aprovou as regras respeitantes à recuperação dos montantes relativos aos défices tarifários e aos ajustamentos tarifários, estabelecendo, ainda, os mecanismos respeitantes à transmissibilidade desses montantes, condição necessária para a respectiva titularização.

Do mesmo diploma legal resulta a fixação de um limite de 6% ao crescimento das tarifas de Baixa Tensão Normal (BTN) para o ano de 2007, relativamente às tarifas que vigoraram no ano de 2006. Tal veio gerar um défice adicional, respeitante às tarifas de 2007, estimado em cerca de 79 milhões de euros, dos quais a EDP Distribuição suportará transitoriamente 49 milhões de euros.

Enquadramento legal

No decorrer do ano 2006 foram publicados, em Portugal, novos diplomas com o objectivo fundamental de construir um quadro legislativo sistematizado e coerente, articulado com a legislação comunitária, por forma a adequar a estrutura e funcionamento do SEN a um regime de mercado liberalizado e de livre concorrência. Neste contexto, para além dos já referidos decretos-leis que definem as bases e os princípios gerais enquadradores do sector eléctrico foram também publicados, um conjunto de diplomas tendentes à sua construção e regulamentação:

- Despacho nº 169/2006 da DGGE, de 11 de Janeiro: fixa os limites máximos de investimento elegível para os projectos respeitantes à produção de energia eléctrica com base em fontes renováveis;

- Despacho nº 2438 - A/2006, de 30 de Janeiro: estabelece o alargamento do prazo do concurso para a atribuição de capacidade de injecção de potência na rede do sistema eléctrico de serviço público e pontos de recepção associados para a energia eléctrica produzida em centrais eólicas;

- Decreto - Lei nº 1/2006, de 2 de Fevereiro: estabelece as regras relativas à indicação do consumo de energia eléctrica, por meio de etiquetagem, de frigoríficos, congeladores e respectivas combinações transpondo para a ordem jurídica nacional a Directiva nº2003/66/CE, da Comissão, de 3 de Julho;

- Decreto - Lei nº29/2006, de 15 de Fevereiro: estabelece as bases gerais da organização e funcionamento do sistema eléctrico nacional (SEN); as bases gerais aplicáveis ao exercício da actividade de produção, transporte, distribuição e comercialização de electricidade e à organização dos mercados de electricidade transpondo para a ordem jurídica os princípios da Directiva nº 2003/54/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho, que estabelece regras comuns para o mercado interno de electricidade e que revoga a Directiva nº 96/92/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Dezembro;

- Portaria nº 1074/2006, de 3 de Março: cria uma reserva de 800MW destinada à produção de energia eléctrica a partir de carvão com reduzidos níveis de emissão de gases de efeito de estufa;

- Resolução do Conselho de Ministros nº 23/2006, de 23 de Março: aprova o Acordo entre a República Portuguesa e o Reino da Espanha para a constituição de um Mercado Ibérico da Energia Eléctrica, assinado em Santiago de Compostela em 1 de Outubro de 2004;

- Decreto - Lei nº 78/2006, de 4 de Abril: aprova o Sistema Nacional de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior nos Edifícios transpondo parcialmente para a ordem jurídica nacional a Directiva nº 2002/91/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Dezembro, relativa ao desempenho energético dos edifícios;

- Decreto - Lei nº 79/2006, de 4 de Abril: aprova o Regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatização em Edifícios;

- Decreto - Lei nº 80/2006, de 4 de Abril: aprova o Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios (RCCTE);

- Despacho nº 324/2006, de 10 de Abril: cria um grupo de trabalho com a missão de propor a criação de uma zona piloto para instalar parques de aproveitamentos de energias renováveis e estudar a legislação reguladora das licenças e das concessões;

- Decreto - Lei nº 172/2006, de 23 de Abril: desenvolve os princípios estabelecidos no Decreto - Lei nº 29/2006, de 15 de Fevereiro, que aprovou as bases da organização e funcionamento do sistema eléctrico nacional; estabelece o regime jurídico aplicável às actividades de produção, com excepção dos PRE; ao transporte; à distribuição e comercialização de electricidade; à operação logística de mudança de comercializador; aos procedimentos aplicáveis à atribuição das licenças e concessões; completando a transposição da Directiva nº 2003/54/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho;

- Decreto - Lei nº 90/2006, de 24 de Maio: estabelece os princípios de alocação dos custos resultantes da remuneração da produção de electricidade aos produtores em regime especial (PRE);

- Portaria nº 643/2006, de 26 de Junho: altera a Portaria nº 139/2005, de 3 de Fevereiro, que autoriza a atribuição da licença de comercialização de energia eléctrica de agentes externos;

- Portaria nº 949-A/2006, de 11 de Setembro: aprova as Regras Técnicas das Instalações Eléctricas de Baixa Tensão;

- Decreto - Lei nº 192/2006, de 26 de Setembro: transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva nº 2004/22/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de Maio, relativa aos aparelhos de medição;

- Decreto - Lei nº 228/2006, de 22 de Novembro: aprova o processo de reprivatização de parte do capital social da REN - Rede Eléctrica Nacional, SGPS, S.A.;

- Resolução da Assembleia República nº 66/2006, de 6 de Dezembro: constituição de uma comissão eventual para a política energética;

- Decreto - Lei nº 237 - B/2006, de 18 de Dezembro: define as regras aplicáveis à recuperação e transmissibilidade do défice tarifário e dos ajustamentos tarifários.

Tendo em consideração a profunda alteração legislativa, publicada logo a partir do início do ano 2006 e no sentido de acelerar a implementação e desenvolvimento das condições necessárias à concretização da liberalização e funcionamento do MIBEL e criar mecanismos tendentes a proporcionar aos agentes do Sistema e aos clientes um quadro regulatório coerente e seguro, a ERSE, em Dezembro de 2006 procedeu à revisão do Regulamento Tarifário do sector eléctrico, aguardando-se idêntica modificação e harmonização do Regulamento das Relações Comerciais, do Regulamento da Qualidade de Serviço e do Regulamento de Acesso às Redes e às Interligações.

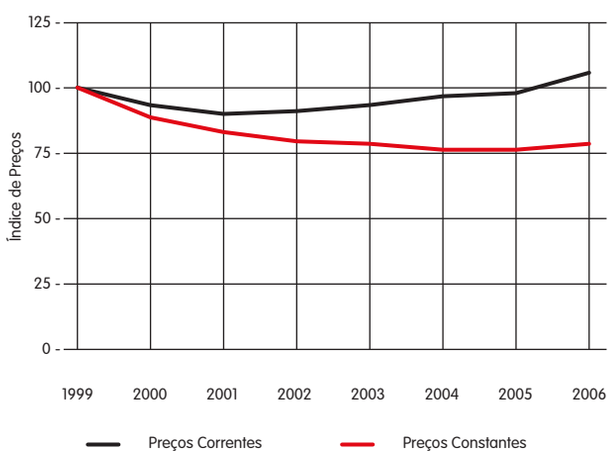
6.1.1.2. Enquadramento Regulatório em Espanha

Regulação eléctrica e tarifas

O ano de 2006 foi marcado por preços elevados na produção em resultado da alta dos preços dos combustíveis. À semelhança do verificado em anos anteriores, em 2006 assistiu-se a um défice significativo das receitas do sistema pelo facto dos preços da energia utilizados no cálculo das tarifas eléctricas dos consumidores não terem tido integralmente em conta os preços reais.

No início de 2006, foi aprovado o Real Decreto 1556/2005 que determinou um aumento da tarifa média de 4,48% face ao ano anterior e, simultaneamente, estabeleceu a possibilidade de revisão tarifária, ao longo do ano, conforme se veio a observar.

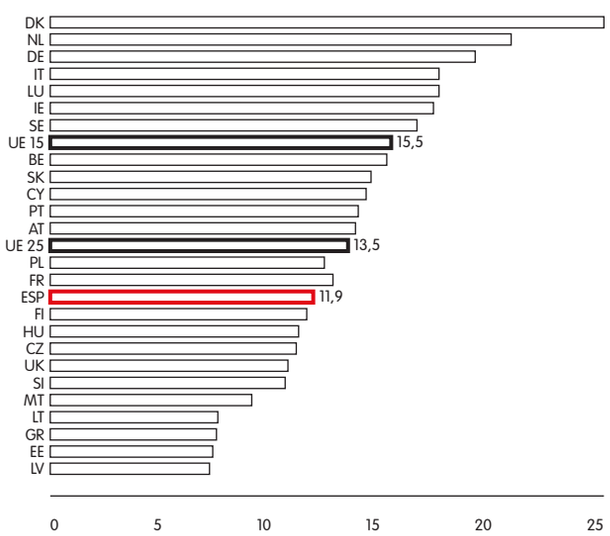
Evolução dos Preços Médios de Electricidade



Quando comparados com outros países, os preços da electricidade em Espanha, em 1 de Janeiro de 2006, para consumidores domésticos, encontram-se 23% abaixo da média da União Europeia dos 15 e 12% abaixo da média da União Europeia dos 25.

Preços Médios de Electricidade

(consumidores domésticos) Cent. Euro/KWh



Face ao elevado défice do sistema, verificado nos primeiros meses do ano, o Real Decreto-Lei 3/2006, aprovado em Fevereiro, veio reduzir o défice tarifário alterando o mecanismo de encontro de ofertas de energia e retirando aos produtores parte dos direitos de emissão atribuídos gratuitamente. Este Real Decreto, ao não tratar directamente a principal causa do défice, ou seja, a diferença entre o preço da energia no mercado e o preço da mesma repercutido na tarifa, introduziu uma grande incerteza regulatória.

Até ao final do ano ainda não se tinha desenvolvido a metodologia definitiva para a aplicação do disposto neste Real Decreto-Lei, no entanto, o Governo começou a tomar medidas tendentes a reflectir os custos reais da energia nas tarifas.

Considerando a necessidade de se adoptarem medidas urgentes no sector energético, em 23 de Junho, foi aprovado o Real Decreto-Lei 7/2006, que veio estabelecer o fim do regime do sistema de Custos de Transição para a Concorrência (CTC), sem implicações nas receitas da produção. Adicionalmente, este diploma vem determinar o prazo para o estabelecimento de um novo regime retributivo para as instalações do regime especial, modificar o regime regulatório da actividade de cogeração, definindo a possibilidade destas instalações venderem toda a energia produzida no mercado, e derrogar os limites de variação da tarifa média ou de referência que se encontravam em vigor.

Na sequência dos diplomas mencionados, é aprovado o Real Decreto 809/2006 que estabelece a revisão da tarifa eléctrica a partir de 1 de Julho, e vem determinar um incremento de cerca de 1,38% na tarifa média, que na prática se traduz num aumento de 0,8% para os consumidores domésticos e de 6% para os consumidores de alta tensão.

O défice de liquidações do sistema relativo a 2005 passa a estar incluído nos custos a recuperar através das tarifas.

Tendo em vista a transposição das directivas que estabelecem regras comuns para o mercado interno da electricidade e do gás natural (Directivas 2003/54/CE e 2003/55/CE), em Setembro, foram apresentados os projectos de Lei que visam alterar, respectivamente, a Lei 54/1997 do sector eléctrico e a Lei 34/1998 do sector dos hidrocarbonetos, e que ainda se encontravam em discussão parlamentar no final do ano.

Por último, em 31 de Dezembro é aprovado o Real Decreto 1634/2006 que determina a tarifa eléctrica a aplicar a partir de 1 de Janeiro de 2007. Este diploma altera de forma substancial a estrutura tarifária e fixa em 4,3% o aumento médio das tarifas integrais, com cerca de 2,8% de aumento nas tarifas domésticas e de 6,4% para as de média e alta tensão. Estabelece ainda um novo prazo para a elaboração da nova metodologia de retribuição do regime especial e incrementa de forma importante a retribuição da distribuição (+28% face a 2005 para a HC Energía).

6.1.2. Actividade de Produção

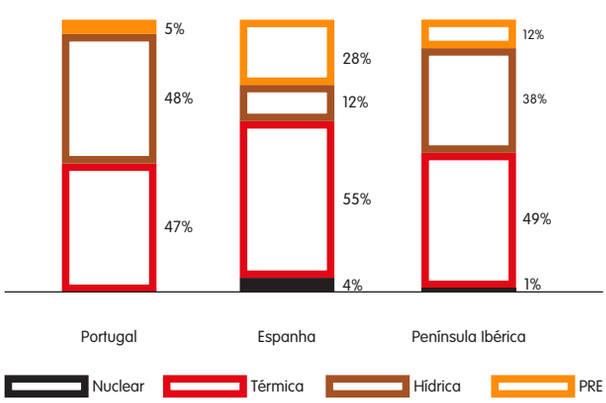
O Grupo EDP tem actualmente um parque electroprodutor na Península Ibérica com uma capacidade instalada de 12.545 MW.

Potência Máxima em 31 Dez					Península Ibérica
MW	**2006**	2005	2004	2003	2002
Regime Ordinário	11.075	11.073	10.586	10.167	9.860
Portugal	8.584	8.584	8.080	7.699	7.438
Espanha	2.492	2.488	2.488	2.468	2.422
Regime Especial	1.469	951	668	383	262
Portugal	499	337	322	241	216
Espanha	970	614	346	143	46
Total Península Ibérica	12.545	12.024	11.236	10.550	10.122

Face a 2005, registou-se um crescimento da capacidade instalada em Regime Especial como resultado da aposta do Grupo EDP nas energias renováveis, nomeadamente com a aquisição no final de 2006 das empresas CEASA, CEASA Promociones e Agrupación Eólica.

Este parque constitui um "portfolio" equilibrado de produção entre as diversas tecnologias que o compõem, combinando a maior componente hídrica em Portugal com a maior componente térmica em Espanha.

"Portfolio" de Produção na Península Ibérica



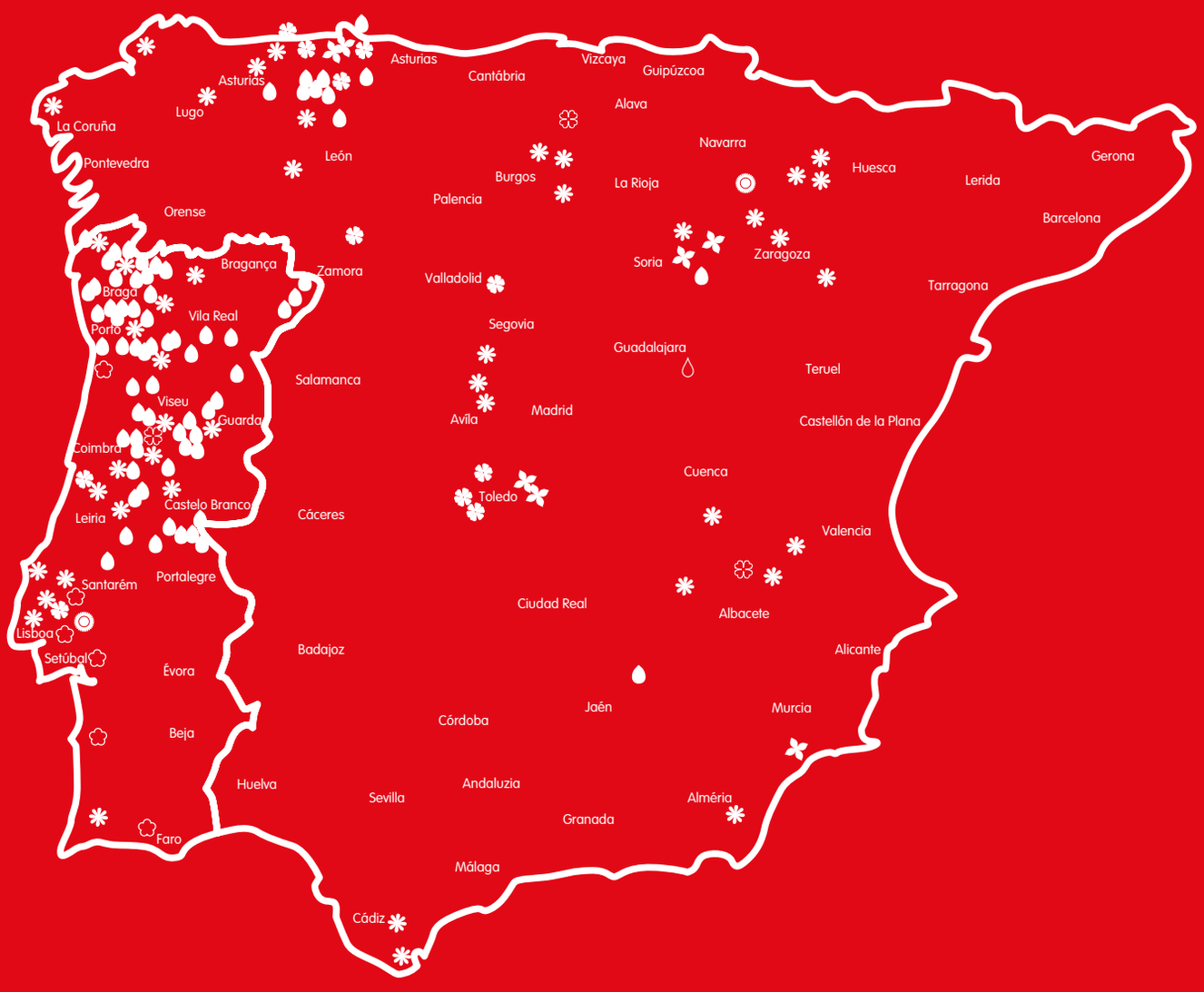
O negócio da produção para o Grupo EDP caracteriza-se pelo seu risco controlado, com 7.164 MW (57%) da capacidade de produção não exposta a riscos de mercado por via dos CAE e 1.469 MW (12%) da capacidade de produção em Regime Especial, ao abrigo das tarifas reguladas. Os restantes 31% da capacidade estão expostos a mercado, existindo uma política de "hedging" dos riscos de volume e preço através da comercialização.

A actividade de produção em 2006 ficou também marcada pela implementação do programa Lean. O Lean é um programa "bottom-up" de optimização operacional, cujos objectivos são: i) Aumentar a eficiência e qualidade na operação, manutenção e restantes áreas funcionais; ii) Aumentar a motivação, envolvimento e sentido de pertença dos colaboradores, estimulando a mudança e o aperfeiçoamento, recolhendo directamente de todos os níveis da organização ideias de melhoria de forma estruturada e consequente, capitalizando a experiência e conhecimento dentro da empresa.

Após o arranque do programa em Sines, foi planeado o "roll out" para todos os centros de produção e áreas centrais a nível Ibérico. O "roll-out" foi desenhado com base em critérios de: i) proximidade geográfica, ii) afinidade tecnológica, para que cada centro onde o programa se desenvolve possa contribuir para o desenvolvimento nos centros seguintes. Desta forma, de Sines o programa expandiu-se para Setúbal (centro produtor mais próximo) e Soto de Ribera (central também a carvão).

Já em Janeiro de 2007, o programa chegou aos centros de produção do Ribatejo (gás), Carregado (fuel) e às hídricas (Centro de produção Tejo-Mondego). Em Espanha chegou ao centro de produção de Aboño (carvão).

Até Dezembro de 2006 tinham sido geradas 92 iniciativas Lean, das quais 23% estavam implementadas e 8% parcialmente implementadas.



Centrais Hidroeléctricas

Centrais Termoeléctricas

Parques Eólicos

Central Biomassa

Centrais de Cogeração e Gás Natural

Centrais de Ciclo Combinado a Gás Natural

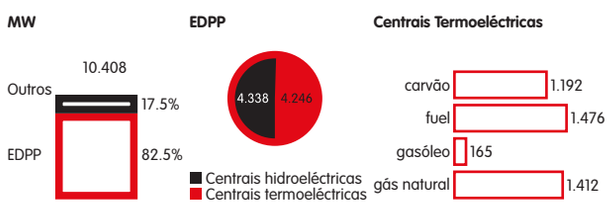
Termonuclear

Outros

6.1.2.1. Actividade de Produção em Regime Ordinário em Portugal

O Grupo EDP, através da EDP Produção tem uma forte presença na Produção em Regime Ordinário, quer no âmbito das centrais regidas por CAE, quer no âmbito do mercado liberalizado. Na Produção Ordinária operam ainda as outras duas empresas titulares de CAE, a Tejo Energia e a Turbogás, onde a EDP detém participações de 11,1% e 40% respectivamente.

No final de 2006 a potência total instalada na Produção em Regime Ordinário em Portugal era de 10.408 MW, da qual 8.584 MW (82,5% do total) pertencente à EDP Produção, sendo 4.338 MW em aproveitamentos hidroeléctricos e 4.246 MW em centrais termoeléctricas.



Nos quadros a seguir apresentam-se as potências instaladas e as produções líquidas da EDP em Portugal nos últimos cinco anos. Refira-se que as centrais agora designadas por centrais com CAE são aquelas que em anos anteriores pertenciam ao extinto SEP e as centrais em mercado as que pertenciam ao extinto SENV na sequência da publicação do DL 29/2006:

Potência Máxima em 31 Dez — **Portugal**

MW	**2006**	2005	2004	2003	2002
Centrais com CAE	7.164	7.164	7.052	7.052	7.183
Centrais hidroeléctricas	4.094	4.095	3.903	3.903	3.903
Centrais termoeléctricas	3.070	3.070	3.149	3.149	3.280
Centrais em Mercado	1.420	1.420	1.028	647	255
Centrais hidroeléctricas	244	244	244	255	255
Centrais termoeléctricas	1.176	1.176	784	392	0
Total Regime Ordinário	8.584	8.584	8.080	7.699	7.438

Produção Líquida — **Portugal**

GWh	**2006**	2005	2004	2003	2002
Centrais com CAE	20.888	18.824	20.475	26.583	24.201
Centrais hidroeléctricas	9.574	4.279	8.718	13.964	6.764
Centrais termoeléctricas	11.314	14.545	11.756	12.619	17.437
Centrais em Mercado	6.224	5.252	3.817	908	497
Centrais hidroeléctricas	496	164	398	705	497
Centrais termoeléctricas	5.728	5.088	3.419	203	0
Total Regime Ordinário	27.112	24.076	24.291	27.491	24.698

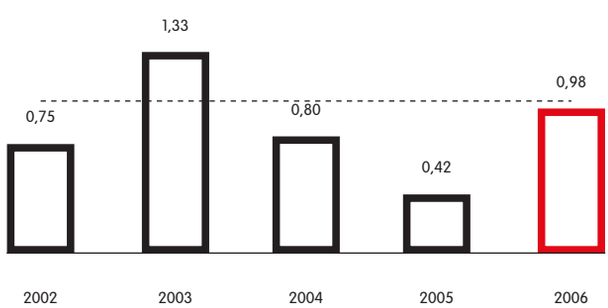
Em termos de ampliação da capacidade instalada da EDP Produção há a registar a entrada em serviço industrial, em Março, do Grupo 3 da Central do Ribatejo (392 MW), que comercialmente já havia iniciado a produção em 2005.

O parque hidroeléctrico da EDP Produção situa-se, em termos geográficos no Norte e Centro do País e é constituído por 65 grupos geradores em centrais com CAE e por 26 grupos a operar em mercado, agregados em termos operacionais em três centros de produção e comandados de forma centralizada a partir de um único Centro de Telecomando, localizado na Régua.

O parque termoeléctrico localiza-se na generalidade na parte mais a Sul do país e é constituído por 6 centrais, 5 com CAE, sendo as mais importantes a central a carvão em Sines, e a central fuel em Setúbal, e em mercado a central do Ribatejo, no Carregado.

Em termos hidrológicos, as afluências aos aproveitamentos hidroeléctricos foram muito irregulares ao longo de 2006, tendo o ano começado muito seco mas recuperado acentuadamente no último trimestre, podendo mesmo considerar-se o período de Outubro e Novembro como o mais húmido desde que há registos. No conjunto do ano as afluências acabaram por ficar muito próximas do regime médio com um coeficiente de hidraulicidade de 0,98.

Índice de Produtibilidade Hidroeléctrica em Portugal

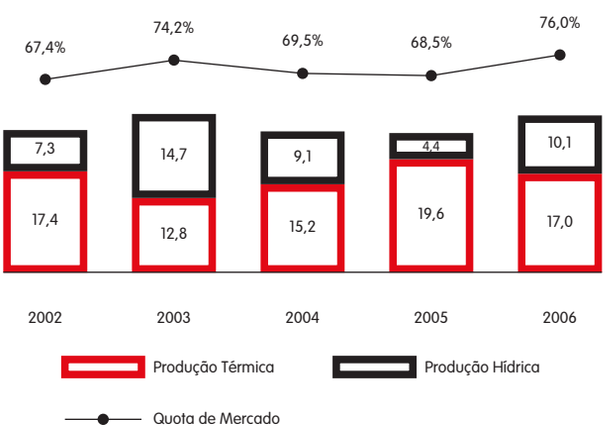


A produção líquida da EDP Produção na Produção em Regime Ordinário foi de 27.112 GWh, 12,6% superior à verificada no ano anterior (24.076 GWh), devido à contribuição da produção hidroeléctrica que mais do que duplicou a produção de 2005:

- A produção hidroeléctrica foi de 10.070 GWh, cerca de 127% superior à de 2005, reflectindo o ano hidrológico mais favorável;

- A produção de origem térmica atingiu 17.043 GWh, cerca de 13% inferior à de 2005, em resultado de uma menor utilização das centrais a fuelóleo.

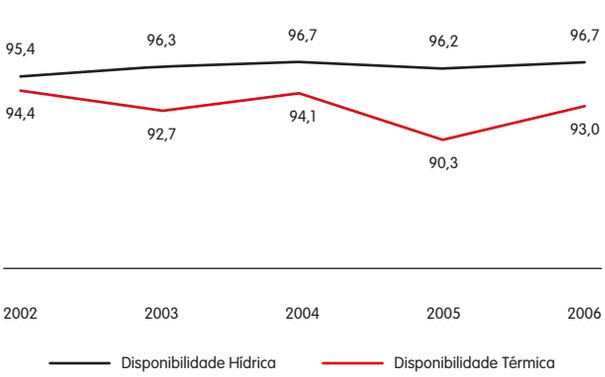
Produção Líquida e Quota de Mercado na PRO (TWh)



O acréscimo da produção hidroeléctrica fez com que a quota de mercado da EDP Produção passasse de 68,5% para 76,0% em 2006.

Em termos de disponibilidade, os centros produtores da EDP Produção continuam a manter elevados níveis de performance, tendo este indicador registado, na Produção Ordinária, em 2006, 96,7% no parque hidroeléctrico e 93,0% no parque termoeléctrico.

Produção em Regime Ordinário - Disponibilidade



A actuação em mercado no ano de 2006 foi determinada, essencialmente, pela redução registada nos preços de electricidade no OMEL (devido à elevada hidraulicidade no último trimestre do ano, à diminuição das cotações do CO_2 e às alterações regulatórias em Espanha que modificaram o comportamento dos agentes em mercado) e por uma grande volatilidade nos custos com os combustíveis (gás e carvão). Paralelamente, a actividade em mercado foi ainda condicionada pela redução da procura térmica com o aumento do peso das eólicas na geração eléctrica, pelo início do funcionamento do Operador do Mercado Ibérico de Energia a Prazo (OMIP), por uma maior capacidade de produção com a entrada em funcionamento do Grupo III da Central do Ribatejo, uma melhoria significativa das disponibilidades das centrais e um decréscimo significativo do volume de energia vendido aos clientes não vinculados.

Neste contexto, verificou-se, por um lado, um aumento considerável na exposição às cotações do OMEL e, por outro uma redução e uma grande variabilidade das margens em mercado. Apesar desta envolvente, a EDP seguiu uma estratégia de cobertura de risco com resultados muito positivos e materializados na manutenção da exposição global a limites de risco em níveis muito inferiores aos limites definidos para esta actividade.

Realce ainda para os seguintes factos na actividade de produção:

- Realização, em Fevereiro, da escritura pública notarial de redenominação social da CPPE - Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A. para EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A., no âmbito do processo de reestruturação da área de produção;

- Adjudicação, no âmbito de adaptação da central de Sines às novas exigências ambientais, da implementação das Medidas Primárias Complementares de Redução de NOx nos Grupos

1, 2 e 3, a realizar até 2008 e, no caso das instalações de dessulfuração (adjudicadas em 2005), está em curso a montagem dos equipamentos e a construção das diversas estruturas;

- Desenvolvimento dos processos de autorizações e de licenciamento da Central de Ciclo Combinado de Lares, tendo além da resposta favorável da DGGE para a ligação à rede dos dois grupos na zona de Lavos, sido emitida uma DIA (Declaração de Impacto Ambiental) favorável, na sequência do processo de AIA (Avaliação de Impacto Ambiental), sido obtida a licença ambiental e o título de emissão de gases de efeito de estufa (20 de Dezembro), aguardando-se para breve a atribuição da licença de produção. Prosseguiram igualmente os trabalhos de contratação, tendo sido recebidas as propostas para o concurso do EPC (Engineering Procurement, Construction) da central (31 de Outubro);

- Desenvolvimento do projecto do Reforço de Potência de Picote, que se encontra em fase de processo AIA e cujos estudos base foram concluídos, tendo já sido lançados os concursos internacionais relativos à Empreitada Geral de Construção e ao Fornecimento dos Equipamentos;

- Prosseguimento dos trabalhos e estudos do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor, cujo Relatório de Conformidade Ambiental do Projecto de Execução (RECAPE) já mereceu, em final de Dezembro, parecer favorável da Comissão de Avaliação, estando o desenvolvimento da actividade condicionada ao esclarecimento pelo Governo Português junto da União Europeia de questões de natureza ambiental relacionadas com a queixa apresentada por ONG's da área do ambiente;

- Desenvolvimento de outros projectos hidroeléctricos, com o Reforço de Potência de Bemposta e do Aproveitamento de Foz Tua que têm em curso diversos trabalhos nas vertentes do projecto, estudos ambientais e processos de licenciamento;

- Acordo de princípio com a REN visando o descomissionamento faseado da central do Carregado, com início em final de 2008 (dois grupos), continuando em final de 2010 (mais 2 grupos) e em final de 2012 (os restantes 2 grupos da central);

- Criação do Fundo Português de Carbono, através de Decreto-Lei n.º 71/2006, de 24 de Março, cujo objectivo é o cumprimento dos compromissos quantificados de limitação de emissões de gases com efeito de estufa a que o Estado Português se comprometeu ao ratificar o Protocolo de Quioto.

Serviços de Engenharia e de O&M

No domínio da engenharia em 2006 destaca-se em especial o desenvolvimento para a EDP Produção e para outras empresas do Grupo de estudos, projectos e actividades de gestão e fiscalização, quer no âmbito da construção de novos centros produtores e reforços de potência, quer na remodelação/renovação tecnológica e requalificação ambiental de instalações existentes destacando-se os empreendimentos de Baixo Sabor, Picote, Bemposta, Foz Tua e Lares.

No domínio da Operação & Manutenção há a registar a continuação da actividade da empresa detida maioritariamente pelo Grupo EDP, a O&M Serviços, que no final de 2006 tinha em vigor um total 39 contratos de prestação de serviços distribuídos por empresas do Grupo EDP e por clientes externos, podendo o ano ser caracterizado por um bom desempenho operacional em todos os contratos celebrados e pelo cumprimento dos objectivos operacionais fixados.

Balanço Energético

No continente o consumo referido à emissão atingiu cerca de 49,3 TWh, correspondendo a um crescimento anual de 2,7%, cerca de metade do valor verificado em 2005 (5,4%), reflectindo um abrandamento do efeito da Portaria 399/2002, que permitiu aos cogeradores a venda de energia à rede a partir de 2004.

Em termos da participação da PRO para a satisfação do consumo da rede pública, o carvão continua à frente com uma contribuição de 28,6%, tendo a hídrica atingido cerca de 20,5% e o gás natural 19,9%.
O contributo da PRE passou de 14% em 2005 para 18% em 2006, em grande parte por influência da produção eólica, que globalmente representou em 2006, cerca de 6% do consumo da rede.

O saldo de trocas com Espanha foi favorável à importação permitindo abastecer 11% do consumo.

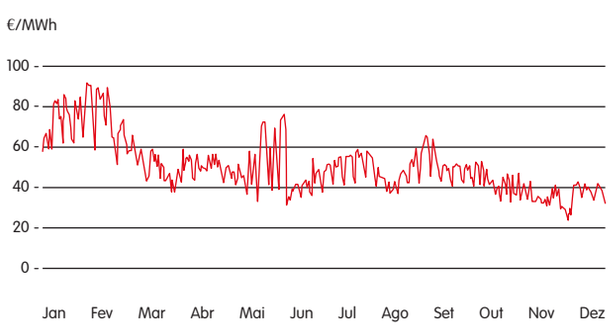
Balanço Energético

		2006	2005	Var. %
Índice de Hidraulicidade		0,98	0,42	0,56%
				GWh
Centrais do Grupo EDP				
Emissão hidroeléctrica	PRO	9.574	4.279	123,7%
Emissão termoeléctrica	PRO	11.314	14.545	-22,2%
Emissão hidroeléctrica	PRO	496	164	202,9%
Emissão termoeléctrica	PRO	5.728	5.088	12,6%
Emissão mini-hídricas	PRE	193	90	114,3%
Emissão Eólica	PRE	482	348	38,5%
Emissão Biomassa	PRE	57	51	11,8%
Emissão Cogeração	PRE	726	671	8,2%
Produção Líquida do Grupo EDP		28.571	25.237	13,2%
Vendas directas a Clientes Industriais		-255	-251	-1,6%
Emissão para a rede (Grupo EDP)		28.316	24.986	13,3%
Outros Produtores do SEP	PRO	8.570	11.069	-22,6%
Autoprodutores	PRE	7.563	5.643	34,0%
Saldo Importador / (Exportador)		5.441	6.820	-20,2%
Bombagem Hidroeléctrica		-622	-568	-9,4%
Consumo referido à emissão		49.269	47.950	2,8%
Compensação síncrona		-17	-29	42,1%
Consumos próprios da Produção		-5	5	-
Energia entregue na Distribuição		49.247	47.926	2,8%

6.1.2.2. Actividade de Produção em Regime Ordinário em Espanha

Ao longo de 2006, o preço médio da energia no mercado liberalizado (Pool) alcançou os 55,7 €/MWh, valor bastante similar ao registado no ano anterior, devido à manutenção dos elevados preços dos combustíveis, à baixa hidraulicidade e ao aumento da procura. Nos dois primeiros meses, os preços tiveram valores superiores a 70 €/MWh, enquanto que nos dois últimos meses em que a hidraulicidade foi muito elevada, estiveram abaixo de 40 €/MWh.

Evolução do preço "Base Load" na pool espanhola

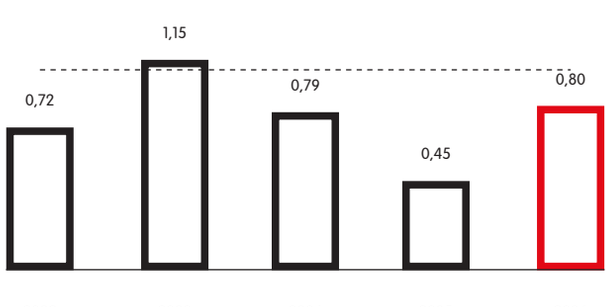


A potência instalada no sistema peninsular sofreu um incremento de 4.213 MW, totalizando 78.290 MW no final de 2006, o que traduz um acréscimo de 5,7% relativamente ao ano anterior. Destaca-se a incorporação de 6 novos grupos de ciclo combinado a que correspondem 3.132 MW e de novos parques eólicos com uma potência total de 1.210 MW.

Também se verificou o encerramento da central nuclear mais antiga do país. A central de José Cabrera (também conhecida por Zorita), em Guadalajara, que não completou o seu ciclo de vida prevista e foi encerrada em 30 de Abril (160 MW), após quase 40 anos de actividade.

Em termos hidrológicos, as afluências aos aproveitamentos hidroeléctricos, apesar de inferiores à de um ano médio, com coeficiente de hidraulicidade de 0,80, foram muito superiores às de 2005, que foi um ano muito seco. Os primeiros nove meses de 2006 foram também secos mas os três últimos registaram uma elevada hidraulicidade, o que permitiu que o armazenamento nas albufeiras subisse até final do ano, tendo atingido 61,6% da sua capacidade máxima, cerca de 20 p.p. acima do valor no final de 2005.

Índice de Produtibilidade Hidroeléctrica em Espanha



Em 2006 a produção líquida da HC Energía, no regime ordinário, alcançou o valor de 13.584 GWh, cerca de 11,6% inferior à de 2005, essencialmente devido à realização das revisões gerais de Aboño 2 e do grupo de ciclo combinado de Castejón.

Produção Líquida em Regime Ordinário — **HC Energía**

GWh	**2006**	2005	Var. %
Hidroeléctrica	846	847	-0,1%
Termoeléctricas - Carvão	9.854	11.164	-11,7%
Nuclear	1.192	1.252	-4,8%
Ciclo Combinado	1.692	2.109	-19,8%
Total Regime Ordinário	13.584	15.372	-11,6%

A produção hidráulica, apesar do valor da hidraulicidade do país já referida, foi similar à de 2005 e superior em 13,7% à produção média, devido à elevada produção da central de Tanes, com recurso à bombagem. Descontando a produção proveniente da bombagem, a produção hidroeléctrica foi semelhante à produção de um ano com hidraulicidade média.

A produção com origem no carvão (9.854 GWh) foi 11,7% inferior à de 2005, ano em que registou o máximo histórico da produção a carvão, em consequência da revisão geral de Aboño 2 e, em menor grau, da elevada hidraulicidade registada no último trimestre do ano.

A disponibilidade da central a carvão de Aboño foi de 93%, devido à paragem da unidade 2, já referida, e a indisponibilidade por avaria de somente 2%, bastante inferior à registada em 2005 (4,5%). Destaque, tal como em 2005, para o excelente valor de disponibilidade de Aboño 1, que se fixou em 99,1%, apesar do funcionamento intensivo a que esteve sujeito (8.596 horas de funcionamento).

A produção nuclear, correspondente à participação 15,5% da HC Energía na central nuclear de Trillo, foi de cerca de 4,8% inferior à produção de 2005, devido à paragem anual da central para recarga de combustível. A disponibilidade total da central foi de 88,6% e a indisponibilidade por avaria situou-se em 1,7%.

A produção do grupo de ciclo combinado de Castejón, foi igualmente inferior à de 2005, em cerca de 19,8%, por limitações na disponibilidade de fornecimento de gás natural em Janeiro e devido à realização da revisão geral (inspecção tipo C) do grupo. Esta intervenção, realizada após mais de 24 mil horas equivalentes de funcionamento, incluiu uma modificação ("retrofiting") do compressor da turbina a gás, o que vai permitir um aumento de 24 MW na potência liquida do grupo.

Realce ainda para os seguintes factos na actividade de produção:

- Continuação dos trabalhos de construção das instalações de dessulfuração nas unidades de Aboño 2 e Soto 3, já numa fase bastante avançada, prevendo-se a entrada em serviço destes equipamentos para 2007, o que vai permitir a estas centrais o cumprimento da nova Normativa Ambiental;

- Instalação dos novos queimadores de baixo teor de NOx na unidade de Aboño 2, com resultados muito satisfatórios na redução dos valores das emissões;

- Início da construção do segundo grupo da central de Castejón (Navarra), estando os trabalhos a decorrer segundo o programado e prevendo-se a entrada em exploração em finais de 2007;

- Conclusão com êxito dos trâmites administrativos para a instalação de dois grupos de ciclo combinado em Soto Ribera (Astúrias). Em finais do ano foram iniciadas as obras relativas ao primeiro grupo, que se espera entre em exploração durante 2008;

- Publicação do Real Decreto 1636/2006, de 29 de Dezembro, inclui uma determinação para que a CNE estabeleça até 1 de Junho de 2007, novos mecanismos de tratamento e os procedimentos de pagamento e cobrança da garantia de potência de forma a garantir uma adequada margem de cobertura da procura, se incentive a disponibilidade e se dê sinais para o avanço de investimentos em novos centros produtores.

Balanço Energético

A procura de energia eléctrica no território peninsular atingiu 253.476 GWh, cerca de 2,5% superior à registada em 2005. Esta taxa de evolução da procura foi a mais baixa desde a liberalização do sector em 1998.

No quadro seguinte apresenta-se o balanço de energia em 2006 e a sua comparação com 2005.

Balanço Energético			Espanha
GWh	**2006**	2005	Var. %
Índice de Produtibilidade Hidroeléctrica	0,80	0,45	0,38
			GWh
Hidráulica	25.530	19.169	32,1%
Nuclear	60.126	57.536	4,5%
Carvão	66.006	77.394	-14,7%
Fuélóleo + Gás	5.905	10.013	-41,0%
Ciclo Combinado	63.506	48.886	29,9%
Regime Especial	50.051	50.553	-1,0%
Consumos afectos à Produção	-8.907	-9.081	1,9%
Produção Líquida	262.017	254.458	3,0%

O carvão mantém-se como a principal fonte de energia (25% da produção líquida), apesar da produção de 2006 ter sido inferior à habitual, devido à elevada produção hidroeléctrica e ao incremento de produção dos ciclos combinados.

De destacar igualmente o incremento da contribuição dos ciclos combinados, que em 2006 representaram 24% da produção líquida.

A produção nuclear aumentou cerca de 4% relativamente a 2005 e continua a ter um peso importante na estrutura de produção em Espanha.

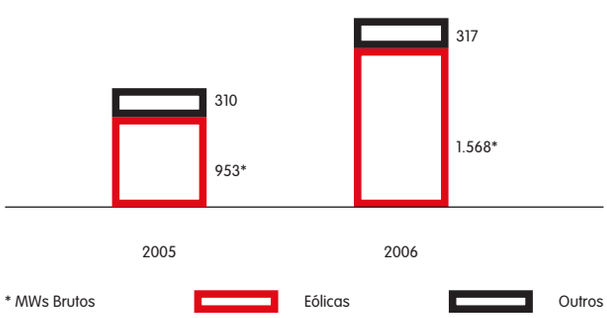
A produção em Regime Especial alcançou 49.335 GWh, o que representou uma redução de 2,4% relativamente ao ano anterior. Esta redução, a primeira dos últimos anos, foi devida essencialmente à menor utilização das instalações de cogeração, influenciada pelo alto preço do gás natural.

6.1.2.3. Actividade de Produção em Regime Especial na Península Ibérica

A actividade de Produção em Regime Especial do Grupo EDP na Península Ibérica é desenvolvida pela Neo Energía, detentora dos activos eólicos e responsável pelo desenvolvimento de tecnologias como a solar ou a das ondas, pela EDP Produção detentora das pequenas centrais hidroeléctricas (mini hídricas) e das centrais de cogeração da Soporgen e da Energin, e pela EDP Produção Bioeléctrica, responsável pelo desenvolvimento de centrais a biomassa. Adicionalmente a Neo Energía tem hoje em exploração 144MW de centrais de biomassa, cogeração, resíduos e mini hídricas, através da sua participada Genesa. Por fim há que ainda ter em conta com 4MW da HC Energía correspondente a resíduos.

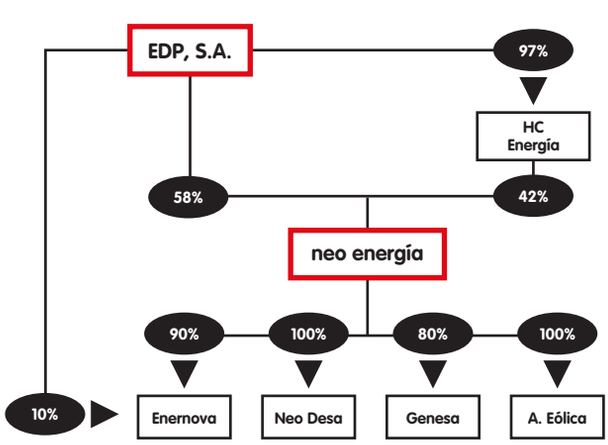
Em 2006, a EDP cimentou a sua posição como um dos líderes de mercado nas energias renováveis na Península Ibérica, com uma capacidade instalada de 1.539 MW brutos em energia eólica (mais 29 MW em França) e 317 MW em outras energias renováveis.

Capacidade Instalada em Regime Especial (MW)



Em 2006 a Neo Energía acrescentou ao seu "portfolio" as empresas CEASA, CEASA Promociones e Agrupación Eólica, com activos em Espanha e França.

A figura seguinte apresenta o organigrama simplificado da Neo Energía a 31 de Dezembro de 2006:



No final de 2006, a Neo Energía é o terceiro operador a nível Ibérico, tendo no segmento eólico 1.568 MW brutos em operação dos quais 28,5 MW em França, encontrando-se ainda a desenvolver uma carteira de projectos de 2.645 MW brutos, dos quais 493 MW brutos já se encontram em fase de construção, 965 MW em fase de projecto avançado e os restantes em fase de licenciamento.

A estratégia definida pela Neo Energía passa pelo reforço da sua posição no mercado ibérico, a concretizar com recurso ao desenvolvimento da sua carteira de projectos, à aquisição de posições de controlo em empresas já em actividade no mercado (através de uma participação activa no processo de fusões e aquisições a nível ibérico), à exploração das licenças obtidas no âmbito do concurso público de atribuição de nova potência eólica em Portugal e à exploração das oportunidades resultantes da revisão do plano energético espanhol.

A Neo Energía iniciou em 2006 o seu plano de expansão internacional, tendo colocado em operação em França dois parques eólicos, que representam 19,5 MW brutos, e iniciou neste mesmo país a construção de um parque com 10,4 MW de capacidade instalada. Há a adicionar aos dois parques em operação neste país, um parque de 9 MW pertencente à Agrupación Eólica, empresa adquirida na totalidade pela Neo em Dezembro de 2006. Assim, a Neo Energía tinha em operação em França no final de 2006, 28,5 MW brutos. A Neo Energía tem actualmente em diferentes fases de desenvolvimento neste país, mais de 200 MW brutos de capacidade.

A Neo Energía está também a desenvolver a sua presença na Bélgica, através de parcerias com empresas locais. Está igualmente a analisar a entrada noutros países, com o objectivo de aumentar a sua presença internacional.

Para além da energia eólica, a Neo Energía está a apostar nas outras tecnologias renováveis, como sejam a solar termoeléctrica e a energia das ondas. Em relação à primeira, está previsto o início da construção durante 2007 de um projecto de 50 MW, que entrará em operação em 2010. Os projectos de energia das ondas estão ainda numa fase inicial, sendo o seu desenvolvimento feito em parceria com a EDP Inovação.

6.1.2.3.1. Energia Eólica

A capacidade instalada eólica no final de 2006 pela Neo Energía era a seguinte:

MW Eólicos em exploração	2006[1]		2005[2]	
	Brutos[3]	EBITDA	Brutos[3]	EBITDA
Portugal	326	313	215	151
Espanha	1.213	839	738	266
Total Península Ibérica	1.539	1.152	953	418
França	29	29	0	0
Total Eólicas	1.568	1.181	953	418

Notas:
(1) - Os valores de 2006 incluem a Agrupación Eólica
(2) - Os valores de Espanha em 2005 incluem apenas Genesa e Neo Desa
(3) - MW brutos totais, independentemente da percentagem de participação

No conjunto dos parques em serviço, em construção e em licenciamento, a carteira própria da Neo Energía em conjunto com as aquisições referidas totalizam uma capacidade eólica instalada/a instalar de cerca de 4.200 MW brutos, o que coloca a Neo Energía como a terceira maior empresa do sector das energias renováveis na Península Ibérica e uma das maiores a nível mundial.

Portugal

Durante o ano de 2006, a Enernova continuou a implementar a estratégia de expansão do Grupo EDP no domínio das eólicas, através:

- Do desenvolvimento da carteira existente com um acréscimo da capacidade eólica instalada de 138,79 MW, face ao final de 2005. Este acréscimo, que quase duplicou a capacidade instalada da Enernova, resultou de:
  - Desenvolvimento da carteira própria (88,49 MW): entrada em serviço dos parques eólicos de Ortiga (11,69 MW), Abogalheira (3,34 MW), Serra d'El Rei (21,71 MW), Madrinha (10 MW) e Coentral-Safra (41,75 MW);
  - Transferência para a Enernova da titularidade dos seguintes parques das sociedades Bolores, S.A., e Eneraltius, S.A., adquiridas à Tecneira (50,3 MW): Bolores (5,2 MW), Mosteiro (9,1 MW), Amaral 1 (10 MW), Caldas 1 (10 MW), Fanhões 1 (12 MW) e Fanhões 2 - 1 e 2ª fases (4 MW);

- Do sucesso do consórcio Eólicas de Portugal, S.A., onde a EDP detém uma participação de 40% e que venceu a Fase A do concurso público lançado pelo Governo português para a atribuição de "capacidade de injecção de potência na rede do SEP e pontos de recepção associados para energia eléctrica produzida em centrais eólicas". A classificação final atribuída ao agrupamento, de 80,6 pontos, para além da atribuição de uma capacidade de injecção de 800 MVA, conferiu-lhe mérito excepcional, o que permitiu a adjudicação de 200 MVA adicionais. Por outro lado, ao valor da potência total adjudicada, foram acrescidos 20% de sobre-equipamento, perfazendo-se assim um total de cerca de 1.200 MW de capacidade eólica a instalar pela Eólicas de Portugal, S.A..

No final do ano - e considerando ainda a aquisição, aprovada pela Autoridade da Concorrência já em 2007, de mais 20% do capital social da Eólica de Alagoa, S.A., detentora do parque eólico de Alagoa de Cima (13,5 MW), passando a posição da Enernova nesta sociedade de 40% para 60% - a Enernova tinha em exploração vinte e um parques eólicos, detendo 298 MW dos 303,4 MW brutos de capacidade instalada.

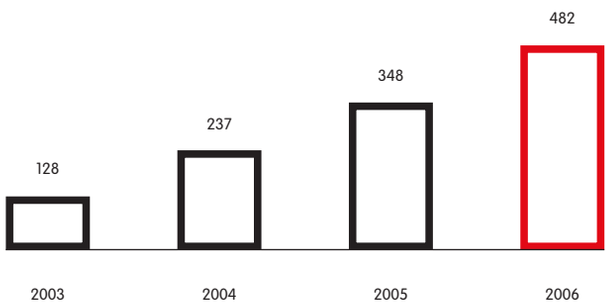
A situação dos projectos eólicos das sociedades adquiridas à Tecneira, cujo desenvolvimento e construção continuou a cargo desta empresa, era, no final de 2006, a seguinte:

- Os parques eólicos de Pó (9,1 MW), Arruda 1 (6 MW) e Sobral 2 - 1ª fase (8 MW) encontravam-se em serviço, estando em fase de construção adiantada Sobral 2 - 2ª e 3ª fases (6 MW), sendo previsível a transferência da sociedade detentora (Levante, Lda) para a Enernova nos inícios de 2007;

- Os restantes parques eólicos, das sociedades Malhadizes, S.A. e Cabeço Pedras, S.A. e, ainda as últimas fases dos parques eólicos das sociedades Bolores e Eneraltius, totalizando cerca de 41,3 MW, encontravam-se em fase de licenciamento/adjudicação.

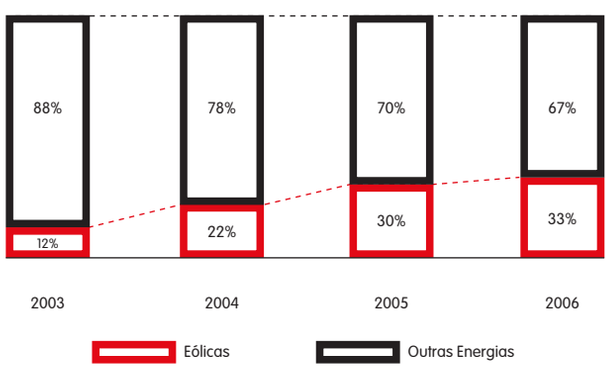
As vendas de electricidade referentes a parques eólicos atingiram 482 GWh, o que representa um acréscimo de cerca de 39% em relação ao registado em 2005.

Produção - Eólicas (GWh)



Este crescimento proporcionou um aumento do peso da energia eólica no total da Produção em Regime Especial em Portugal de 12% para 33% em 2006.

Peso das Eólicas no Regime Especial (em GWh)



No que respeita ao desenvolvimento de novos projectos eólicos da carteira própria da Enernova, no final de 2006 encontravam-se:

- Em fase de construção, os parques eólicos de Pedras Lavradas / Serra de Alvoaça (36,1 MW), Bordeira / Poldra (24 MW) e Testos (20 MW), com entrada em exploração prevista para 2007;

- Em fase de adjudicação, o parque eólico de Pico Alto (6 MW), com entrada em exploração ainda prevista para 2007;

- Em fase de licenciamento, 6 parques eólicos com potência total a instalar de 136 MW, alguns em regime de parceria, cuja construção se prevê iniciar na sua maioria durante 2007 e com entrada em exploração prevista para 2008. Existem ainda outros 3 projectos em carteira com potência expectável de cerca de 20 MW, cujo desenvolvimento aguarda autorização oficial.

Assim, no conjunto dos parques em serviço, em construção e em licenciamento, a carteira própria da Enernova e as aquisições referidas totalizarão uma capacidade eólica instalada/a instalar de cerca de 610 MW, o que corresponde a uma quota de mercado de cerca de 20% do total da capacidade já atribuída em Portugal e prevista instalar até 2008.

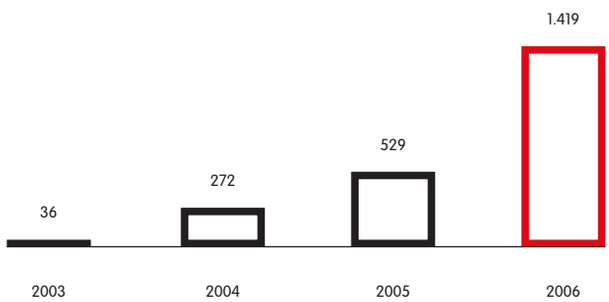
Excluem-se desta percentagem os parques da Eólicas de Portugal, S.A., referentes ao concurso atrás referido, cuja entrada em exploração se verificará a partir de 2009.

Espanha

O ano de 2006 foi um ano muito importante para a actividade de promoção e exploração da energia renovável em Espanha. A Genesa e Neo Desa mantiveram um forte ritmo de construção dos parques da carteira de projectos própria enquanto a Neo Energía assegurou a aquisição de diversos projectos de outros promotores presentes no mercado espanhol. De maior relevância foi a aquisição da CEASA, CEASA Promociones e Agrupación Eólica, detentoras de um portfolio de mais de 700 MW. No final de 2006, este conjunto de empresas detinha em exploração 8 parques, totalizando 146 MW de potência bruta instalada.

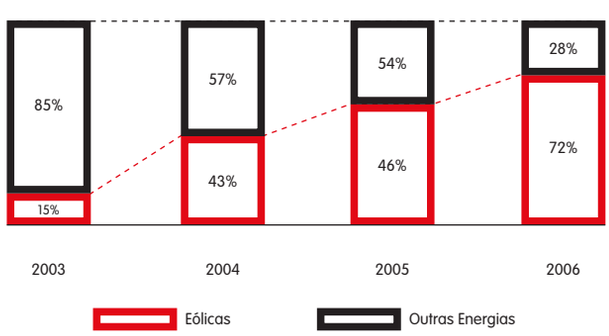
O desenvolvimento da carteira própria conduziu, face a 2005, a um acréscimo da capacidade eólica instalada de mais de 400 MW brutos, em resultado da entrada em serviço mais de dez parques eólicos. Assim, no final do ano, a Genesa e a Neo Desa tinham em exploração 1.066 MW brutos de potência instalada total. A Agrupación Eólica tinha nessa data, 146 MW brutos em exploração, fazendo com que em Espanha no final de 2006, a Neo Energía detenha 1.213 MW brutos. As vendas de electricidade dos parques atingiram 1.419 GWh[1], o que representa um acréscimo de 172% em relação ao registado em 2005.

Produção - Eólicas (GWh)



Este crescimento proporcionou um aumento do peso da energia eólica no total da Produção em Regime Especial em Espanha de 15% para 72% em 2006.

Peso das Eólicas no Regime Especial (em GWh)



No que respeita ao desenvolvimento de novos projectos eólicos da carteira própria em Espanha, no final de 2006 encontravam-se:

- Em fase de construção mais de dez parques eólicos, com uma potência instalada de 360 MW brutos. Estes parques entrarão em exploração durante o ano de 2007;

- Para o período compreendido entre 2008 e 2010, estão em promoção avançada parques eólicos com uma potência instalada de 1.200 MW.

França

2006 foi o ano da expansão internacional da Neo, com a entrada em operação dos primeiros parques em França.

Os dois parques - Le Gollot e Keranfouler - estão localizados na região da Bretanha - e representam uma potência instalada de 19,5 MW.

(1) Inclui apenas Genesa e Neo Desa.

Com a aquisição da Agrupación Eólica, a Neo Energía passou a deter outro parque nesta mesma região, com 9 MW brutos de capacidade instalada, fazendo com que no final de 2006, a Neo Energía detenha, neste país, 28,5 MW em operação.

No que respeita ao desenvolvimento de novos projectos eólicos em França, a Neo Energía encontra-se no final de 2006 na seguinte posição:

- 4 parques em fase de construção com uma capacidade instalada de 46 MW, e cuja entrada em operação está prevista para 2007;
- 4 parques em fase avançada de licenciamento, com uma capacidade instalada de 48 MW brutos;
- Cerca de dez parques em diferentes fases de desenvolvimento.

Há ainda a referir que 2006 foi um ano de grande esforço em termos organizativos, dado que se iniciou o processo de integração das várias empresas que constituem o universo da Neo Energía. Para atingir este objectivo, foram lançados vários projectos internamente, entre os quais se destacam:

- Início do desenvolvimento do centro de telecondução Ibérico (adjudicado à Edinfor Lógica CMG / Areva em Novembro 06);
- Desenho de processos e sistemas de gestão a aplicar numa lógica multi-geografia;
- Desenho de uma nova política de Recursos Humanos para o universo Neo Energía.

6.1.2.3.2. Outras Energias

A capacidade instalada e as produções líquidas em outras energias, que não eólicas, para 2006 foram as seguintes:

Potência Máxima em 31 Dez				Península Ibérica
MW	**2006**	2005	2004	2003
Portugal				
Mini-Hídricas	66	66	66	56
Cogeração	111	111	111	111
Biomassa	9	9	9	9
Espanha				
Mini-Hídricas	3	3	3	3
Cogeração	42	41	39	24
Biomassa	4	7	7	3
Residuos	82	73	72	33
Total Outras Energias	317	310	307	238

Produção Líquida				Península Ibérica
GWh	**2006**	2005	2004	2003
Portugal				
Mini-Hídricas	193	90	141	196
Cogeração	726	671	656	679
Biomassa	57	51	49	38
Espanha				
Mini-Hídricas	2	5	12	12
Cogeração	176	212	129	87
Biomassa	13	20	15	12
Residuos	351	387	198	86
Total Outras Energias	1.519	1.436	1.200	1.110

Portugal

No final de 2006 o Grupo EDP dispunha neste segmento de uma potência instalada de 66 MW em centrais hidroeléctricas, de 9MW em centrais de biomassa e de 111 MW em centrais de cogeração.

O parque hidroeléctrico da EDP Produção no segmento de Produção em Regime Especial é constituído por 39 grupos geradores. Estão em curso alguns projectos de remodelação e reforço destas pequenas centrais, assim como está em fase de licenciamento o projecto da Central de Recuperação de Energia de Alto Lindoso, que terá uma potência instalada de 1,6 MW e uma produtibilidade média anual de 8,9 GWh.

A cogeração tem lugar nas centrais a gás natural da Soporgen e da Energin, empresas detidas maioritariamente pela EDP Produção, que estão associadas ao fornecimento de electricidade e calor às instalações fabris da Soporcel e da Solvay Portugal, respectivamente. Estas centrais tiveram um funcionamento bastante regular em 2006, tendo assegurado o cumprimento das suas obrigações contratuais com os clientes, quer de energia eléctrica quer térmica. À Central de Cogeração da Soporgen,

foi atribuída pelo Ministério da Economia e Inovação uma Licença Ambiental com validade até 18 de Abril de 2016. A EDP Produção possui ainda uma participação de 35% na Central de Cogeração do Carriço, que dispõe de uma potência instalada de 30 MW.

A Bioeléctrica, S.A. detém a central termoeléctrica a biomassa florestal de Mortágua, que registou em 2006, um valor de 57 GWh para a venda de electricidade à rede, o que significou um aumento de 12% relativamente ao observado no ano anterior.

Já a disponibilidade foi ligeiramente superior a 89%, verificando-se assim um acréscimo de 4,1% relativamente aos valores registados em 2005.

A biomassa consumida atingiu cerca de 109 kton, sendo a mesma constituída, em 96,4%, por biomassa florestal residual, sendo a parte restante constituída por cascas de pinheiro e de eucalipto.

A Bioeléctrica iniciou em 2006 o seu plano de expansão, com base nos 108 MW de potência que tem atribuída para biomassa, ocorrendo a concretização da segunda central no início de 2007, pelo que estarão em funcionamento 23 MW.

Entretanto a Bioeléctrica concorreu, durante 2006, a 3 dos 15 concursos públicos lançados para atribuição de pontos de recepção com base em biomassa florestal residual, tendo como objectivo assegurar 26% do total da potência posta a concurso. A expectativa é de vir a assegurar, em Portugal um total de 134 MW de potência, a partir de biomassa.

Espanha

O Grupo EDP, em Espanha, através de várias sociedades, participa em vinte instalações térmicas, que no conjunto representam cerca de 130 MW de potência instalada.

A produção líquida das centrais de cogeração atingiu cerca de 176 GWh de energia eléctrica, o que pressupõe um funcionamento perto das 4.000 horas. As instalações térmicas funcionaram satisfatoriamente, mas as horas de funcionamento foram inferiores às previstas dada a evolução do preço do gás.

As centrais de biomassa que correspondem a cerca de 4 MW de potência instalada, produziram, no ano de 2006, 13 GWh dado que as centrais estiveram paradas desde o mês de Setembro.

Do total de 82 MW de potência instalada relativa ao tratamento de resíduos, 62 MW corresponderam a 262 GWh de produção de energia eléctrica, além de cumprir com os compromissos de tratamento de resíduos. Durante o ano de 2006 avançou-se na resolução de problemas existentes no tratamento de biomassa animal.

Das centrais de resíduos, destaca-se a SIDERGAS, central que aproveita os gases siderúrgicos excedentes da fábrica de Arcelor-Mittal em Avilés para a produção das necessidades de vapor do processo siderúrgico, exportando para a rede a energia eléctrica excedentária. Assim, os 20 MW instalados produziram cerca de 110 GW de energia eléctrica.

6.1.3. Actividade de Distribuição

A actividade de distribuição de electricidade na Península Ibérica, pelas suas características de monopólio natural, é uma actividade totalmente regulada, sendo definidos regulatoriamente os parâmetros de qualidade de serviço técnico e comercial, bem como as suas condições de remuneração. A EDP está presente neste mercado através da EDP Distribuição, em Portugal, e da HC Energía, em Espanha.

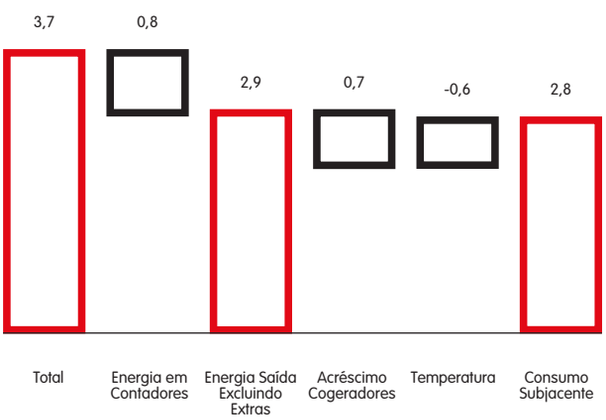
6.1.3.1. Actividade de Distribuição em Portugal

Balanço Energético

Em 2006, registou-se um acréscimo de 3,7% no volume global da energia eléctrica distribuída. Parte deste acréscimo tem origem na alteração de critério na avaliação da energia em contadores e na recuperação de facturas, factores que explicam cerca de 0,8 pontos percentuais (p.p.) do referido crescimento. A continuação da adesão de cogeradores à opção pela venda às redes da totalidade da energia produzida nas suas instalações, na sequência da Portaria nº 399/2002, explica cerca de 0,7 p.p do acréscimo global. Por outro lado, o efeito associado às condições climatéricas verificadas em 2006, com temperaturas

mais amenas que em 2005, contribuiu negativamente com cerca de -0,6 p.p., segundo estimativas da REN. Neste contexto, o crescimento subjacente do consumo foi próximo de 2,8%.

Crescimento de Consumo em 2006



Energia Saída da Rede Eléctrica

GWh	2006	2005	Var. %
Energia Entregue à Rede de Distribuição	48.634	47.268	2,9%
Consumos próprios da Distribuição	-26	-25	4,0%
Vendas a Centrais do Grupo EDP	-25	-22	13,3%
Perdas da Distribuição	-3.169	-3.437	-7,8%
Energia Saída da Rede de Distribuição	45.414	43.784	3,7%
Vendas de Energia no Mercado Regulado	38.253	34.164	12,0%
Muita Alta Tensão	1.377	1.265	8,9%
Alta Tensão	5.358	5.148	4,1%
Média Tensão	8.589	5.091	68,7%
Baixa Tensão Especial	2.308	2.347	-1,7%
Baixa Tensão	19.222	19.013	1,1%
Iluminação Pública	1.399	1.299	7,7%
Entregas de Energia no Mercado Livre	7.161	9.621	-25,6%
Muita Alta Tensão	41	37	8,7%
Média Tensão	98	144	-31,7%
Baixa Tensão Especial	5.820	8.489	-31,4%
Baixa Tensão	1.190	950	25,2%
Iluminação Pública	13	0	-

Para satisfação da procura a energia eléctrica entrada na rede de distribuição aumentou 2,9% em 2006 com significativo acréscimo na destinada ao mercado regulado (10,9%) em detrimento da relativa ao mercado livre (-26,6%).

Energia Saída da Rede Eléctrica

GWh	2006	2005	Var. %
Para o Mercado Regulado	41.228	37.178	10,9%
REN	31.755	29.961	6,0%
Parcela Livre	7.012	902	677,2%
PRE	2.461	6.314	-61,0%
Para o Mercado Livre	7.406	10.091	-26,6%
REN	7.406	10.091	-26,6%
Total	48.634	47.268	2,9%

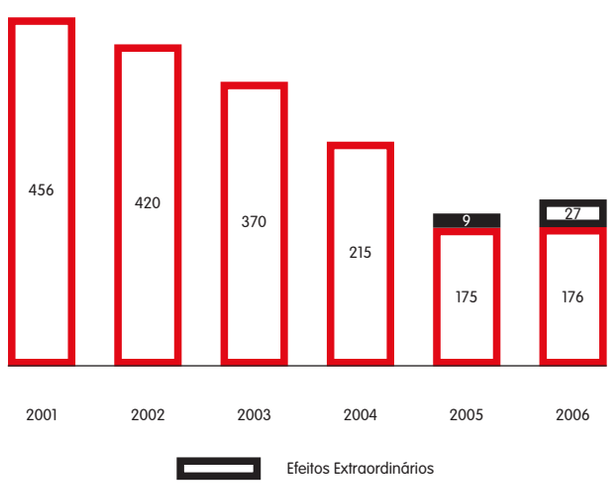
Qualidade de serviço

A aplicação de critérios cada vez mais exigentes na análise de investimentos, associada a um grande esforço de optimização na exploração e manutenção das redes, possibilitou uma redução do investimento em 2006.

A qualidade de serviço técnica, medida pelo indicador Tempo de Interrupção Equivalente da Potência Instalada (TIEPI), atingiu em termos globais 203 minutos, valor mais elevado que o registado em 2005 (184 minutos).

Tempo de Interrupção Equivalente da Potência Instalada em Média Tensão

(Minutos)



No entanto, não considerando os valores resultantes do Deslastre Frequencimétrico ocorrido na Europa no dia 4 de Novembro, do temporal que assolou o País no dia 24 de Novembro e dos incêndios, o valor deste indicador foi de 176 minutos. De referir ainda que, ao nível do TIEPI interno (aquele em que a acção da Empresa pode ter influência), houve uma melhoria significativa de 12%, isto é, de 142 minutos em 2005 para 125 minutos em 2006, o que corresponde a uma redução de 12%.

Os restantes indicadores gerais da qualidade de serviço das redes MT e BT da EDP Distribuição acompanharam a evolução do TIEPI.

O esforço continuado desenvolvido ao nível das obras de investimento e de manutenção realizado nos últimos anos e a acção conjugada de um conjunto alargado de iniciativas de carácter técnico e organizativo iniciado há três anos, fizeram com que o desempenho apresentado pela rede ainda fosse aceitável, apesar das condições climatéricas fortemente adversas que se fizeram sentir ao longo do ano.

Do conjunto de iniciativas que têm sido desenvolvidas destacam-se o Programa de Melhoria da Qualidade de Serviço Técnico e os Projectos PROEDIS e Produtividade +, que têm mobilizado a quase totalidade dos colaboradores da área técnica na procura e implementação das melhores práticas e soluções para ultrapassar, com eficiência e eficácia, os principais problemas e estrangulamentos detectados, quer a nível técnico quer organizativo.

As regiões do país que registam níveis de qualidade de serviço inferiores têm vindo a ser objecto de planos específicos de melhoria, constituídos por acções de manutenção, reforço e remodelação, que incidem sobre as redes que as servem, com resultados muito positivos.

A qualidade e a continuidade da onda de tensão (QCT) da rede da EDP Distribuição foram avaliadas em 2006 através da execução do Plano de Monitorização da QCT, conforme previsto no Regulamento da Qualidade de Serviço (RQS). Nas monitorizações efectuadas privilegiou-se a observação prolongada e concentrada em determinadas zonas, com o objectivo de caracterizar a qualidade da onda de tensão em zonas onde se verifica uma maior concentração de certo tipo de indústria ou actividade económica, designadamente de fabrico de componentes de micro-electrónica, semicondutores, vidreira e nas que utilizem igualmente equipamento electrónico de tecnologia avançada, no controlo dos seus processos de laboração.

Este Plano desenvolveu-se de acordo com o previsto, com monitorizações em 219 instalações, das quais 6 em contínuo durante todo o ano e 213 por períodos de 3 meses, o que representou um número total de 512.640 horas de monitorização da QCT das nossas instalações e redes.

Com esta orientação está a consolidar-se o conhecimento da QCT das redes tendo em vista assegurar a todos os clientes um fornecimento de energia eléctrica com elevados padrões de qualidade.

No decurso de 2006 foram ligados à rede de distribuição 53 novas instalações de produtores em regime especial (PRE) às quais correspondeu uma potência instalada de 503 MVA, essencialmente associada a instalações eólicas (415 MVA).

Por outro lado, em consequência dos esforços realizados pela Empresa, constata-se um crescimento sustentado da qualidade de serviço prestado aos clientes, na actividade comercial da rede de distribuição, visível no cumprimento dos Indicadores Gerais de Qualidade de Serviço Comercial do Regulamento da Qualidade de Serviço (RQS):

- Orçamentação de ramais e chegadas BT até 20 dias úteis;
- Execução de ramais e chegadas BT até 20 dias úteis;
- Ligação de clientes BT até 2 dias úteis;
- Atendimento nas lojas até 20 minutos;
- Atendimento telefónico até 60 segundos;
- Reposição por interrupção acidental até 4 horas;
- Pedidos de informação até 15 dias úteis;
- Leitura de Contadores BT, se forem tomadas em conta as Normas Complementares do Regulamento da Qualidade de Serviço, que consideram que "não são consideradas para efeitos do cálculo do indicador relativo à leitura do contador as situações de segunda habitação em que o contador não se encontra disponível ao distribuidor".

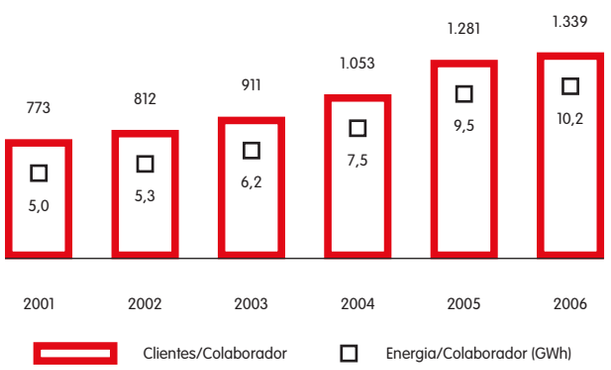
Ainda com o objectivo de melhorar a qualidade do serviço prestado, foram adoptadas medidas relacionadas com a optimização da utilização dos equipamentos para a recolha de leituras (TPL's) e lançado um projecto-piloto de telecontagem BTN (Baixa Tensão Normal) envolvendo 120 clientes.

Na sequência do processo de liberalização total do mercado e da divulgação das novas condições gerais dos contratos do Uso de Redes, foram acordados e assinados com todos os Comercializadores as condições particulares daqueles contratos.

Eficiência das operações

O aumento da eficiência operacional permitiu servir um maior número de Clientes e distribuir mais energia com menos colaboradores, tendo o rácio número de Clientes por trabalhador, que é muitas vezes utilizado como medida de produtividade nas empresas de distribuição, aumentado de 773 em 2001 para 1.339 em 2006. Por outro lado, o indicador relativo à energia distribuída por colaborador mais do que duplicou entre 2001 e 2006.

Eficiência Operacional da EDP Distribuição (Mercado Regulado+Mercado Livre)



Destaque ainda para os seguintes factos da actividade de distribuição:

- Materializando a responsabilidade social da EDP e os seus princípios de sustentabilidade, foi prolongado o protocolo celebrado entre a EDP Distribuição, o Instituto de Conservação da Natureza (ICN), a QUERCUS e a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA), com o objectivo de estudar e minimizar os impactes resultantes da interacção das linhas eléctricas de alta e média tensão na avifauna;

- Foi apresentada uma proposta ao Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Eléctrica para 2007, lançado pela ERSE, tendo sido aprovado um conjunto de medidas;

- Durante o ano de 2006, a EDP Distribuição manteve um relacionamento próximo e de estreita colaboração com a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, ao mesmo tempo que procurou solucionar os problemas apresentados pelos diversos municípios, referentes quer a aspectos institucionais quer a questões do âmbito do próprio contrato de concessão. Merece particular referência o facto de ter sido possível celebrar o contrato de concessão de energia eléctrica em baixa tensão com o município de Caldas da Rainha, formalizando, desta forma, uma situação de exploração da rede que se mantinha indefinida desde o início da distribuição pela EDP. Igualmente se destaca a renovação do contrato de concessão de energia eléctrica em baixa tensão com o município do Porto. Ambas as concessões foram estabelecidas no estrito cumprimento da legislação em vigor, nomeadamente quanto aos termos constantes dos respectivos contratos;

- Foram aprofundadas as negociações em curso para a formalização da renovação dos contratos de concessão com os municípios de Oeiras e Tomar, prevendo-se a sua concretização para breve;

- No sentido de sensibilizar todos os colaboradores da Empresa para actuação no mercado liberalizado, foi desenvolvida uma acção de formação sobre o papel do Operador de Rede no novo contexto organizativo do sector, com grande ênfase na transparência, não discriminação e cumprimento do Código de Conduta; esta acção foi implementada através do denominado projecto SOL (Serviço, Operador, Liberalização);

- Num prazo recorde quando comparado com práticas internacionais, e após obtida a necessária luz verde por parte da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, foi implementada a plataforma logística que permitiu a concretização, a partir do dia 4 de Setembro, da extensão da liberalização aos clientes em Baixa Tensão Normal, envolvendo um universo de cerca de 6 milhões de clientes.

edp

6.1.3.2. Actividade de Distribuição em Espanha

No ano de 2006, a actividade de distribuição eléctrica em Espanha alcançou os 603.181 clientes. Deste total, 10,16% correspondem a clientes em regime de tarifa de acesso, percentagem que no ano de 2005 se situava nos 3,42%. Este forte incremento de clientes no mercado liberalizado deve-se em grande escala à comercialização de energia eléctrica.

Distribuição de Electricidade (T1+TA)

Número de Clientes	**2006**	2005	Var. %
Alta Tensão	21	21	0,0%
Média Tensão	867	819	5,9%
Baixa Tensão	602.293	584.082	3,1%
Total	603.181	584.922	3,1%

A energia distribuída foi de 9.550GWh, o que supõe um crescimento de 3,3% face ao ano de 2005. Este crescimento é praticamente similar ao registado o ano anterior e ligeiramente inferior ao registado a nível nacional.

Distribuição de Electricidade

GWh	**2006**	2005	Var. %
Alta Tensão	5.874	5.788	1,5%
Média Tensão	1.215	1.116	8,9%
Baixa Tensão	2.461	2.343	5,0%
Total	9.550	9.247	3,3%

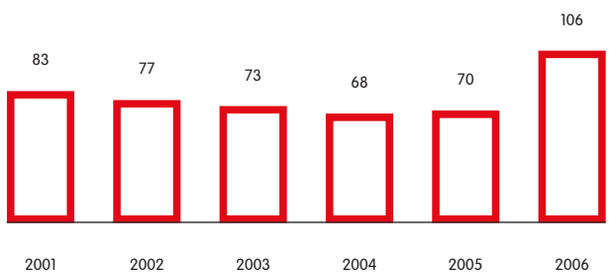
No que confere à actividade de distribuição fora das Astúrias cabe destacar que foram alcançados 9.509 clientes no conjunto das zonas de Distribuição de Alicante, Madrid e Valência. Deste modo verifica-se um crescimento de 32% face a 2005.

O total de energia distribuído nestas zonas totalizou 208GWh o que supõe um incremento de 12% face a 2005, com um máximo na procura no conjunto das três zonas de 45,5MW e uma potência contratada de 115MW.

Qualidade de serviço

O indicador da qualidade de fornecimento de energia na rede de Distribuição (TIEPI) registou um valor de 106 minutos, sensivelmente mais alto que nos anos anteriores, causado por dois acidentes ocorridos no mês de Setembro e Outubro em duas subestações. Mesmo assim, este valor está abaixo da média nacional, dos últimos anos, que ascende a 140 minutos.

Tempo de Interrupção Equivalente da Potência Instalada
(Minutos)

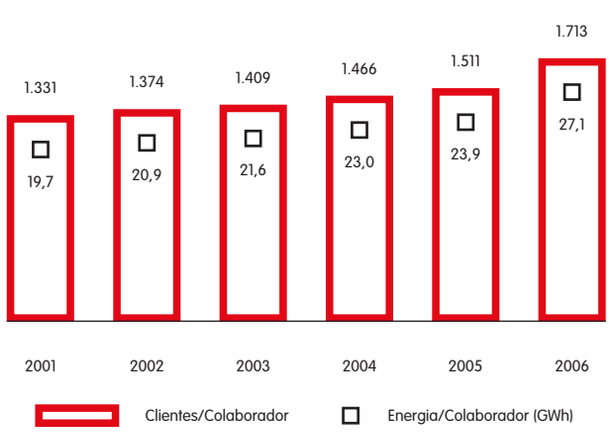


No que diz respeito à rede de Transporte, de tensão maior ou igual a 220 KV, o índice de disponibilidade (ID) foi de 98,86%, e não se registou nenhuma interrupção do serviço a clientes ligados a esta rede, pelo que os valores de Energia Não Fornecida e o Tempo Médio de Interrupção são zero.

Eficiência das operações

Durante o ano de 2006, foi dado seguimento aos trabalhos e desenvolvimentos organizacionais para optimizar a eficiência das operações na distribuição de energia eléctrica. A reorganização do número de trabalhadores, os investimentos realizados e os novos critérios de ordenação de trabalho permitiram atingir 21,7 GWh distribuídos por colaborador, cerca de 37% superior ao ano de 2001. Igualmente, o número de clientes por colaborador alcançou, em 2006, 1.713, cerca de 29% superior ao verificado em 2001.

Eficiência Operacional da Distribuição em Espanha



Nota: Indicadores calculados com base na afectação de colaboradores por empresa de trabalho. No capítulo de Recursos Humanos a afectação é feita por empresa de contrato.

6.1.4. Actividade de Comercialização

O Grupo EDP desenvolve a sua actividade de Comercialização em Portugal e em Espanha no mercado regulado, no qual assegura o fornecimento de electricidade cujo tarifário é definido regulatoriamente e no mercado livre, no qual actua em regime de concorrência com outros "players" ibéricos e cujo preço de venda é definido por encontro entre a procura e a oferta.

Em 2006, encerrou-se, na comercialização em Mercado Livre do Grupo EDP, o processo, iniciado em 2005, que visou transformar uma carteira de Clientes que tinha sido contratada com referenciais de preços mais baixos (alinhados com os preços de produção no momento da contratação), numa carteira com preços alinhados com os actuais custos de produção e preços do mercado grossista. Esta acção, que não colocou em causa a relação de confiança que tem existido entre o Grupo EDP e os seus Clientes, teve como consequência directa a transferência de muitos deles do Mercado Livre para o Mercado Regulado.

Por outro lado, a organização concentrou grande parte do seu esforço na liberalização da Baixa Tensão Normal em Portugal, tendo sido garantida a liderança destacada do Grupo EDP neste segmento.

Estão reunidas as condições para iniciar, em 2007, um novo ciclo na actividade comercial do Grupo EDP. Independentemente da geografia (Portugal ou Espanha) e do mercado (Mercado Livre ou Mercado Regulado), este novo ciclo terá que passar pelo desenvolvimento de uma organização de referência ao nível ibérico, que tenha como objectivo primordial o de acrescentar valor ao Cliente, garantindo, simultaneamente uma contribuição positiva, ao longo da cadeia de valor integrada, para o acréscimo de rentabilidade do Grupo.

6.1.4.1. Actividade de Comercialização em Portugal

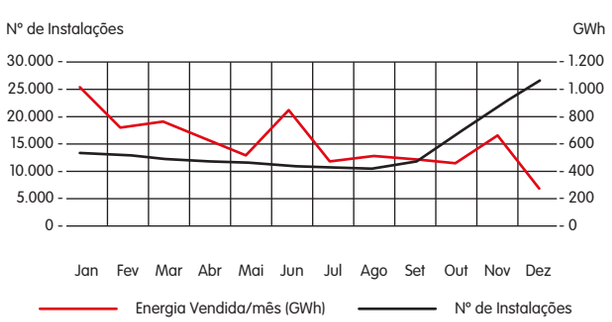
No dia 4 de Setembro de 2006, com a liberalização da Baixa Tensão Normal (BTN), terminou o processo iniciado em 1999, que tinha como objectivo a liberalização total do mercado. Desta forma, cerca de 6 milhões de consumidores passaram, a partir daquela data, a poder contratar o seu fornecimento no Mercado Livre.

O Grupo EDP, que tem estado activamente comprometido com o processo de liberalização, enfrentou este novo desafio através da plataforma comercial que já tinha sido utilizada nas anteriores fases de liberalização - a EDP Comercial, tendo sido o primeiro agente de mercado a colocar ofertas para clientes residenciais no mercado livre.

Durante o ano de 2006 acentuou-se a tendência, que já se percebia no final de 2005, de diminuição do volume de energia comercializado em Mercado Livre. Mau grado esta diminuição de volume, o número de instalações efectivamente fornecidas em Mercado Livre cresceu, em relação ao verificado em 2005, embora este facto resulte somente das características do segmento da Baixa Tensão Normal liberalizado em Setembro.

Assim, foram fornecidos durante o ano, no âmbito do Mercado Livre e por todos os comercializadores neste Mercado, cerca de 6,9 TWh (15% do consumo nacional), o que representou uma diminuição de 28% face ao ano anterior. Por outro lado, o número de instalações fornecidas por Comercializadores Livres, em Dezembro, foi de 26.200 (70% ligadas em BTN), o que representou um aumento de 98% face a igual momento do ano anterior.

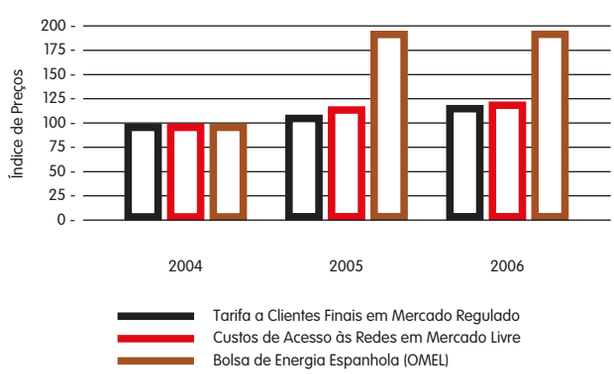
Comercialização no Mercado Livre



A diminuição do volume de energia fornecida no Mercado Livre é explicada pelo regresso ao Mercado Regulado de um grande número de empresas, que tinham optado por Comercializadores Livres em anos anteriores. O aumento do custo de produção da energia é o grande responsável pela diminuição da competitividade do Mercado Livre, uma vez que os comercializadores deste mercado incorporam directamente e em "tempo real" as variações que ocorrem ao nível dos custos de produção, ao contrário do que acontece no Mercado Regulado.

Assim, enquanto as tarifas a clientes finais do Mercado Regulado (MAT, AT, MT e BTE) subiram em média, entre 2004 e 2006, 17%, no Mercado Livre, o custo da energia quase duplicou, no mesmo período, e os custos de acesso às redes (custos de transporte, distribuição e uso do sistema), suportados pelos comercializadores do Mercado Livre, aumentaram cerca de 22%.

Evolução dos Preços de Venda em Mercado Regulado vs. Custos de Aquisição de Electricidade em Mercado Livre



Qualidade de Serviço

Face ao alargamento do mercado não vinculado aos clientes de Baixa Tensão Normal (BTN), concretizada em 4 de Setembro de 2006, as actividades desenvolvidas ao longo do exercício tiveram como objectivo principal a melhoria da satisfação dos clientes e o desenvolvimento de iniciativas indutoras da redução de custos, sendo visíveis nas acções seguintes:

- Implementação da facturação bimestral;
- Sensibilização dos clientes para adesão ao sistema de pagamento através de um montante fixo mensal, designado por "Conta Certa", ao qual já aderiram 1,5 milhões de clientes;
- Redução significativa do tempo de espera dos clientes nas lojas da EDP;
- Adaptação do sistema de triagem à liberalização total do mercado;
- Desenvolvimento de acções visando a melhoria do atendimento especializado a clientes institucionais (autarquias, entidades oficiais) e grandes empresas (bancos, "utilities", etc.), através do Gestor de Cliente;
- Implementação, nas lojas, de 43 Quiosques com ligação à Internet;
- Aumento do número de máquinas de pagamento automático de facturas que permitem o pagamento em dinheiro;
- Aumento do número de Agentes com Loja Virtual que permite o tratamento "on-line" de um maior número de assuntos;
- Continuação do alargamento da página na Internet, com nova imagem, novo "layout" e diferente organização de conteúdos;
- Implementação do projecto CTI (Computer Telephone Integration) que possibilita a integração entre o Telefone e o Sistema Comercial, permitindo uma rápida identificação do Cliente e do assunto a tratar, com ganhos evidentes ao nível da personalização e da redução de custos;
- Destaque ainda para o esforço realizado na preparação adequada e atempada de todos os canais de interface com os Clientes (lojas, agentes, "Contact Center" e Internet) ao nível da imagem, conteúdos e procedimentos de atendimento, tendo em vista uma resposta eficaz da Empresa face à nova realidade do mercado.

No que se refere à qualidade do serviço prestado na comercialização regulada foram cumpridos os indicadores do RQS, específicos desta actividade:

- Atendimento nas lojas até 20 minutos;
- Atendimento telefónico até 60 segundos;
- Pedidos de informação até 15 dias úteis.

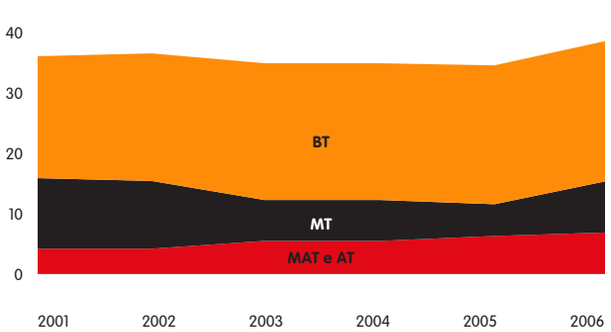
Comercialização no Mercado Regulado

A actividade comercial realizada no Mercado Regulado registou um significativo regresso de clientes oriundos do Mercado Livre que, associado ao crescimento natural, permitiu um acréscimo global nos clientes do mercado regulado de 1,1%, com particular realce para a Média Tensão.

Da mesma forma, a energia distribuída para a comercialização regulada apresentou um forte crescimento, cerca de 12%, também particularmente significativo na Média Tensão.

	Número de Clientes			Electricidade (GWh)		
	2006	2005	Var. %	**2006**	2005	Var. %
Total	5.961.697	5.894.139	1,1%	38.253	34.164	12,0%
Muito Alta Tensão	20	16	25,0%	1.377	1.265	8,9%
Alta Tensão	182	157	15,9%	5.358	5.148	4,1%
Média Tensão	19.955	16.600	20,2%	8.589	5.091	68,7%
B. Tensão Especial	25.118	22.036	14,0%	2.308	2.347	-1,7%
Baixa Tensão	5.869.451	5.809.699	1,0%	19.222	19.013	1,1%
Iluminação Pública	46.971	45.631	2,9%	1.399	1.299	7,7%

Vendas de Electricidade no Mercado Regulado por Nivel de Tensão (TWh)



Relativamente à actividade de comercialização regulada, há a assinalar a publicação do Decreto-Lei nº 29/2006, de 15 de Fevereiro, que estabelece os princípios da organização e funcionamento do Sistema Eléctrico Nacional. O Decreto introduz o Comercializador de Último Recurso (CUR), entidade titular de licença de comercialização de energia eléctrica sujeita a obrigações de serviço universal, cuja actividade passa a ter separação jurídica. O artigo 73º daquele diploma atribuiu transitoriamente a qualidade de comercializador de último recurso à sociedade a constituir, para o efeito, pela EDP Distribuição - Energia, S.A.. De acordo com o artigo 52º do Decreto-Lei nº 172/2006, de 23 de Agosto, foi criada no dia 1 de Janeiro de 2007 a referida sociedade.

Comercialização no Mercado Livre

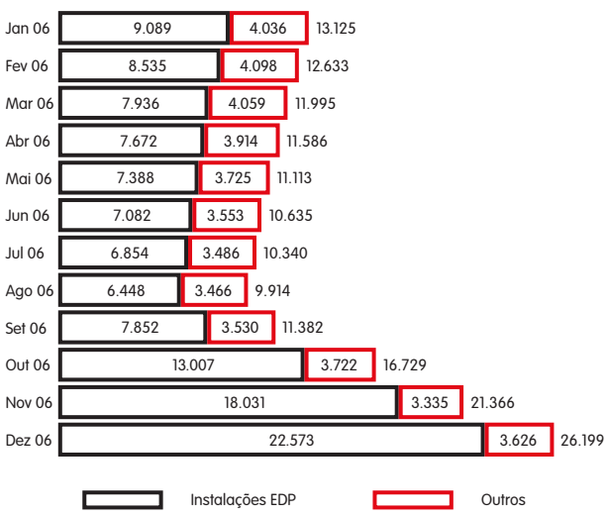
A presença do Grupo EDP no Mercado Livre em Portugal é assegurada pela EDP Comercial, através de duas operativas comerciais distintas:

- Uma dedicada ao segmento de empresas e instituições (B2B), que actua no mercado com a marca EDP Corporate;
- Outra responsável pela comercialização ao segmento residencial e aos pequenos negócios (B2C).

Através destas duas operativas, a EDP Comercial continuou a garantir a liderança no Mercado Livre, com 56% de quota de mercado na energia vendida durante o ano e 85% de quota ao nível das instalações fornecidas em Dezembro.

edp

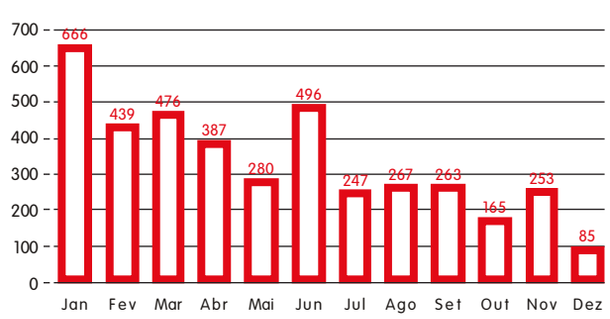
Instalações no Mercado Livre



Empresas e instituições (B2B)

No final de 2006, a operativa B2B da EDP Comercial fornecia 4.446 instalações (metade do que no final de 2005), tendo comercializado durante o ano 4,0 TWh, o que representa uma diminuição de 36%, face ao ano anterior.

Energia Vendida - EDP Comercial B2B (GWh)



EDP Comercial B2B

	2006		2005	
Vendas em Mercado Livre (GWh)	**7.148**	**100%**	**9.620**	**100%**
EDP Comercial	4.024	56%	6.314	66%
Outros	3.124	44%	3.306	34%
Instalações em Mercado Livre	**8.072**	**100%**	**13.226**	**100%**
EDP Comercial	4.446	55%	9.212	70%
Outros	3.626	45%	4.014	30%

Ao longo de 2006, a EDP Comercial, na sua abordagem ao segmento Empresas e Instituições (B2B), implementou uma estratégia que tinha como objectivo uma melhoria com significado dos resultados da companhia. Em linha com esta estratégia e na sequência da disrupção verificada ao nível dos custos de aquisição da energia, a EDP Comercial usou referenciais de preços que, para muitos Clientes, tornaram o Mercado Regulado mais competitivo. Como consequência, assistiu-se a uma diminuição progressiva da dimensão da carteira de Clientes, à medida que os contratos (anuais) de fornecimento a Clientes iam terminando, transitando os Clientes para o Mercado Regulado ou, marginalmente, para a concorrência.

Face a este cenário, foi necessário flexibilizar a organização, alinhando-a para o novo quadro, intensificando a gestão de riscos, melhorando o controlo, e optimizando processos operacionais. O ano de 2006 foi, portanto, para este segmento, um ano de realinhamento.

Clientes residenciais e pequenos negócios (B2C)

Tendo ocorrido, em 2006, a abertura efectiva do segmento da Baixa Tensão Normal ao mercado livre, a última etapa do processo de liberalização do mercado de energia eléctrica, cerca de 6 milhões de Clientes[2] passaram a poder escolher livremente o seu fornecedor a partir do dia 4 de Setembro, tendo o consumo de energia elegível para Mercado Livre sofrido um incremento de cerca de 20 TWh (~46% do consumo nacional).

Uma vez que o segmento da Baixa Tensão Normal é constituído sobretudo por Clientes domésticos e pequenos negócios, cujas necessidades e características diferem, naturalmente, dos restantes níveis de tensão, a EDP havia já dado início a um trabalho de preparação para realizar a abordagem a este segmento no âmbito do Mercado Livre.

Dada a envolvente relativamente desfavorável ao desenvolvimento do mercado livre durante o ano de 2006, quer a nível regulatório (incerteza quanto é evolução das tarifas de acesso) quer a nível competitivo (tarifas de venda do Mercado Regulado "subsidiadas" e, portanto, artificialmente competitivas), o grande desafio desta unidade de negócio, focada nos segmentos doméstico e de pequenos negócios,

(2) Número de contratos de fornecimento de energia eléctrica

consistiu no desenvolvimento de uma oferta que reflectisse, em simultâneo, a proposta de valor que os Clientes deste segmento mais valorizam e o posicionamento que a EDP pretende assumir no processo de liberalização do mercado da Baixa Tensão Normal.

Neste enquadramento, foram estabelecidos 5 objectivos, em torno dos quais a proposta de valor para o mercado livre foi construída, nomeadamente:

1. Proporcionar ao Cliente economia, na utilização de um bem essencial;

2. Facilitar a vida aos Clientes, contribuindo para um maior conforto;

3. Tornar o relacionamento com a EDP ainda mais simples, aumentando a proximidade entre a EDP e os seus Clientes;

4. Disponibilizar soluções inovadoras, quer nos tarifários quer nos serviços que viermos a oferecer;

5. Reforçar a associação da EDP à gestão eficiente dos recursos ambientais e possibilitar a participação dos Clientes nessa gestão.

Foi sobre estas 5 dimensões que a EDP desenvolveu o **edp5D - energia à sua dimensão**, que tem as seguintes características:

- Economia: "Tarifário edp5D", que beneficiará um número significativo de Clientes; Eficiência edp5D, aconselhamento para economizar através da redução do consumo;

- Conforto: "Assistência edp5D", seguro de assistência técnica nas áreas de electricidade, de gás, de electrodomésticos e de ar condicionado;

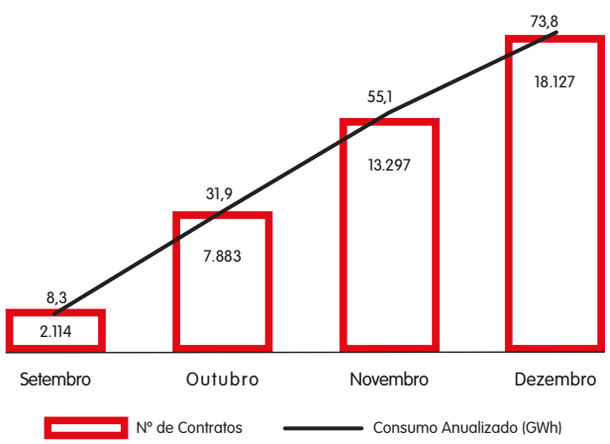
- Proximidade: "Linha edp 5D": 808 5D5D5D (808 535353), para apoio especializado. Caso o Cliente prefira, também terá ao seu dispor qualquer loja EDP em todo o país ou o sítio www.edp.pt;

- Inovação: Proximamente, será lançada a factura electrónica e outras novidades, como por exemplo, serviços de telecontagem;

- Ambiente: "Tarifa edp5Dverde", que garante que a energia consumida é produzida através de fontes de energia renovável. Adicionalmente, a EDP investirá 15 euros por ano por Cliente "edp5Dverde" num fundo de investigação e desenvolvimento em tecnologias limpas.

No final de 2006, ao fim de 4 meses de comercialização, o produto edp5D contava já com mais de 18 mil adesões, representando esta carteira de Clientes um consumo anualizado de aproximadamente 74 GWh.

Contratos e Consumo - EDP Comercial B2C



Para o sucesso do novo produto edp5D, que apresentou assim um número médio de cerca de 206 adesões diárias, foi fundamental, para além de desenvolver uma proposta de valor adequada aos segmentos-alvo, asseverar uma execução comercial bem sucedida. Para este efeito, foram identificadas quatro linhas de acção prioritárias, nas quais estiveram envolvidos múltiplos núcleos organizativos do Grupo EDP num esforço constante de coordenação e de acompanhamento intensivo, de forma a garantir o êxito da sua implementação:

- A criação de um plano de objectivos e incentivos personalizado (apelidado de "corrente de prémios") e coerente com a intensificação da competitividade esperada para o mercado livre;

- O desenho e implementação de novos processos e procedimentos de atendimento e de venda, de forma a adaptar os canais da EDP ao novo regime regulatório e às melhores práticas comerciais;

- A implementação de um novo sistema informático de gestão das vendas, integrado, ágil e apto para fazer face aos novos desafios e exigências do Mercado Livre;

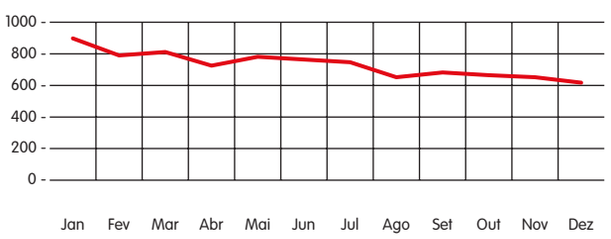
- O desenvolvimento e realização de um plano de formação de âmbito comercial, que compreendeu mais de 700 colaboradores, abrangendo não só todos os pontos de contacto com o Cliente como também as áreas de "back office".

Em 2007, a EDP Comercial pretende continuar a desenvolver a sua oferta em torno das cinco dimensões de valor para o Cliente (economia, conforto, proximidade, inovação e ambiente), assegurando assim a continuação do crescimento acentuado neste segmento, bem como a liderança no processo de liberalização.

6.1.4.2. Actividade de Comercialização em Espanha

A actividade de comercialização no Mercado Livre em Espanha reduziu-se 25%, consequência dos elevados preços na produção, que não têm sido acompanhados pelas tarifas no Mercado Regulado. A energia comercializada no âmbito do Mercado Livre (comercializadores e Clientes) em 2006 foi de 62.570 GWh.

Energia vendida no Mercado Livre em Espanha (GWh)



A nova marca HC Energía alcançou, em apenas um ano, uma notoriedade superior a 80% na sua zona de influência.

Comercialização no Mercado Regulado

Na actividade da comercialização no Mercado Regulado, ultrapassaram-se, em Novembro de 2006, os 600.000 Clientes de energia eléctrica nas zonas de distribuição da HC (Astúrias, Madrid, Valencia e Alicante), representando um consumo de 9.550 GWh.

Foram promovidas acções de fidelização dos Clientes domésticos com o Serviço Funciona, que consiste na revisão e manutenção de instalações e aparelhos eléctricos e de gás (75.000 contratos), e com o Programa de Pontos HC (130.000 clientes já aderiram a este programa).

Comercialização no Mercado Livre

Foram fornecidos em 2006, no âmbito da actividade de comercialização em Mercado Livre, 6.671 GWh, com um crescimento de 40% face ao ano anterior, correspondendo a uma quota de mercado de 13%. No final do ano, o número de Clientes a serem fornecidos era de 62.173. O esforço da actividade comercial centrou-se na obtenção de uma cobertura eficiente da produção do grupo e na optimização da carteira de Clientes.

Vendas em Mercado Livre (GWh)	2006	2005	Var. %
Mercado Total	62.571	106.583	-41,3%
HC Energía	6.671	5.926	12,6%
B2B	6.425	5.822	10,4%
B2C	246	104	136,6%

A operativa B2B registou vendas de 6.425 GWh, com um crescimento de 10%. Para este valor contribui de forma significativa o facto de ser o maior fornecedor de electricidade da empresa ferroviária espanhola Adif, com 1.500 GWh. Por outro lado, também se operou uma melhoria ao nível da estrutura da carteira de Clientes, melhorando a margem dos segmentos de Grandes Contas e Empresas.

A comercialização em Mercado Livre tem servido como protecção natural à actividade de produção, nomeadamente face a incertezas regulatórias, das quais se destacam a publicação do Real Decreto RD-L 3-2006.

Na operativa B2C alcançaram-se vendas de 246 GWh, com um crescimento de 137%. A estratégia neste segmento tem se centrado na análise de carteiras para a captação de clientes rentáveis e a sua fidelização. Por outro lado, efectuou-se uma campanha de protecção ao segmento dos Clientes domésticos duais, através do plano Fórmula Ahorro.

Esta oferta incluiu o fornecimento de electricidade e gás, o serviço de manutenção Funciona e o Programa de Pontos HC.

Esta campanha terminou com a contratação de cerca de 60.000 clientes duais em Mercado Livre.

Também ao nível do "site" de Internet da HC Energía foram feitas alterações, introduzindo um novo grafismo e melhorando a navegação. Criou-se a Área do Cliente, que permite a consulta de dados, contratos e facturas. Durante 2006, registaram-se mais de 250.000 visitas à página "www.hcenergia.com".

Pelo segundo ano consecutivo, o Centro de Atendimento ao Cliente, que prestou serviço a mais de 200.000 Clientes, foi premiado com o Prémio "Call Center" de Ouro na categoria de "utilities" (organização IFAES).

6.2. NEGÓCIO DE GÁS NA PENÍNSULA IBÉRICA

6.2.1. Evolução do Sector

Em Portugal o sector do gás natural só foi criado na década de 90 com a construção da rede de gasodutos que teve início em 1994, mas a chegada efectiva de gás natural ao país aconteceu apenas em 1997, com o gás natural vindo da Argélia. A dependência do país ao exterior para o fornecimento de gás natural é total. Por isso, este sistema de infra-estruturas foi complementado por um terminal de regaseificação em Sines, em 2003, que permitiu o abastecimento do país com GNL (gás natural liquefeito), procedente sobretudo da Nigéria. Em Portugal o mercado do gás natural tem apresentado elevadas taxas de crescimento nos últimos anos, consequência da continuada infra--estruturação do país com redes de distribuição e do aumento do peso da geração eléctrica a gás natural. No entanto, o sector tem ainda um importante potencial de crescimento como ilustram as baixas taxas de penetração até agora verificadas em alguns segmentos de mercado. É este potencial de crescimento do mercado bastante elevado que a EDP pretende aproveitar, com a concertação de esforços de investimento na expansão de redes de distribuição e na captação de novos clientes.

Espanha iniciou cedo o desenvolvimento das infra-estruturas do sector do gás natural, no início dos anos 60, com a construção de um terminal de regaseificação para processar o gás natural liquefeito importado da Argélia e da Líbia. Nas duas últimas décadas o mercado do gás natural tem tido um crescimento muito significativo, acompanhado por um importante desenvolvimento das infra-estruturas de importação, transporte e distribuição. O mercado em Espanha apresenta duas características relevantes: (i) a forte evolução da procura de gás natural, superior à de qualquer outra fonte de energia; (ii) a elevada dependência do fornecimento do exterior, sendo o gás natural produzido em Espanha meramente residual para a dimensão do mercado interno.

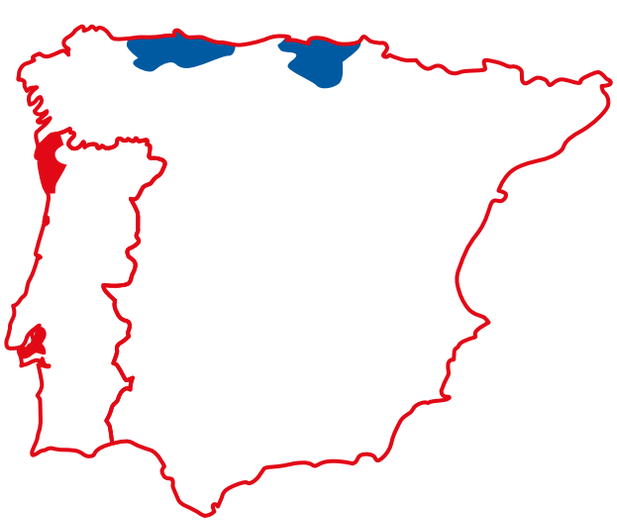
Os dois mercados apresentam um aspecto comum que resulta do crescimento do mercado de gás natural estar a ser sobretudo induzido pela crescente procura desta fonte de energia para a produção de energia eléctrica, sendo expectável que nos próximos anos se continue a verificar um elevado crescimento da procura, nos dois países, com a construção de mais centrais de ciclo combinado, já licenciadas entretanto pelos Governos de Portugal e Espanha.

6.2.2. Posicionamento da EDP

Criação de uma Unidade de Negócio de Gás e da EDP Gás

A EDP detém uma presença de referência no mercado ibérico do gás natural estando presente como accionista maioritário nas empresas Naturgas (Espanha) e Portgás (Portugal) e como accionista minoritário na Setgás (Portugal) e constituindo-se como um dos maiores consumidores de Gás Natural neste mercado.

Considerando a dimensão crescente destas operações



	Portugal	Espanha
Transporte	n.a.	●
Distribuição	●	●
Comercialização		
Regulada	●	●
Livre	n.a.	●

e o seu carácter estratégico decidiu-se proceder à reestruturação das actividades de gás natural do grupo, através da criação de uma unidade de negócio específica, com os seguintes objectivos:

- Garantir a gestão integrada da estratégia gasista da EDP, concentrando numa só Unidade de Negócio a coordenação das diversas actividades do Grupo na área do gás natural, desde o aprovisionamento/ "trading" até à comercialização e distribuição, bem como a coordenação das participações da EDP neste sector;

- Valorizar os investimentos do grupo neste sector, através de uma acrescida visibilidade, junto dos mercados de capitais, das realizações e do potencial das capacidades, activos e recursos do negócio de Gás Natural da EDP;

- Incentivar a transferência, entre empresas do Grupo, das melhores práticas do negócio de Gás Natural e a obtenção de sinergias resultantes da integração do mesmo a nível ibérico.

Esta unidade de negócio foi criada em Abril e convertida em empresa, a EDP Gás SGPS, S.A., em Dezembro.

6.2.3. Gestão das Participadas

A EDP Gás lançou em 2006 diversos projectos de optimização transversal com intuito de garantir a partilha das melhores práticas e captura de sinergias entre as sociedades participadas pelo Grupo EDP com actividades no Transporte, Distribuição e Comercialização de Gás Natural.

Ao nível accionista, o ano de 2006 ficou marcado pela aquisição de 100% do capital das distribuidoras Bilbogas (Distribuidora de Gás da Cidade de Bilbao) e da Gasnalsa (Distribuidora de Gás Natural da Província de Álava). Estas aquisições, associadas às posições já detidas em Portugal e Espanha, permitem à EDP reforçar a sua posição como segundo operador na distribuição de gás natural na Península Ibérica, ultrapassando os 800.000 locais de consumo.

Apresentam-se em seguida as principais magnitudes do Negócio de Gás na Península Ibérica em 2006:

Principais Indicadores — **EDP Gás**

	2006	2005	Var. %
Número de Clientes (milhares)	754,3	700,0	7,8%
Distribuição regulada	506,2	605,5	-16,4%
Comercialização	248,1	94,5	162,6
Kms de Rede (Kms)	7.662	7.218	6,2%
Rede de Transporte	250	216	1,6%
Rede de Distribuição	7.412	6.972	6,3%
Volume de Gás Natural (milhões de m^3)	3,1	3,0	0,7%
Distribuído	1,9	2,0	-7,3%
Comercializado	1,2	1,0	16,7%
Volume de Gás Natural (TWh)	35,7	35,5	0,6%
Distribuído	21,9	23,7	-7,4%
Comercializado	13,8	11,8	16,7%
Número de Colaboradores	434	444	-2,3%

6.2.4. Actividade de Aprovisionamento de Gás

Com a criação da unidade de negócio, o aprovisionamento de gás natural e a gestão da carteira de contratos de compra de gás das diversas empresas do grupo passou a ser feito de forma centralizada pela EDP Gás.

Tal permitiu uma optimização da carteira, por transferência de excedentes entre consumidores internos ao grupo, com poupanças significativas face à alternativa de aquisições externas. O volume de gás natural movimentado nestes termos atingiu os 80 milhões de m^3.

De igual modo, a unidade de negócio, em coordenação com a unidade de gestão de energia do grupo, levou a cabo a montagem de uma primeira operação no mercado "spot" de GNL, conjuntamente com um dos fornecedores de gás do Grupo EDP. Este negócio resultou numa margem para o grupo superior a 2,7 milhões de euros.

Em termos de carteira de longo prazo, procedeu-se a uma reavaliação rigorosa das necessidades de aprovisionamento do grupo, no actual quadro dos mercados ibéricos de energia. Esta reavaliação, conjuntamente com a gestão integrada da carteira e alguns acordos logísticos pontuais, permitiu garantir a cobertura das necessidades de aprovisionamento da EDP planeadas até 2008. Iniciou-se a prospecção ao mercado e os contactos com potenciais fornecedores para fornecimento de longo prazo após esta data.

Noutro plano, a EDP Gás esteve muito activa, em colaboração com a HC Energía e a Naturgas Energia, na gestão de problemas de acesso a infra-estruturas reguladas em Espanha, problemas esses que tendem a tornar-se mais exigentes neste país, dada a evolução da estrutura de mercado, com muita geração a gás natural, a pouca capacidade de armazenagem e um quadro regulatório severo.

6.2.5. Actividade da Portgás

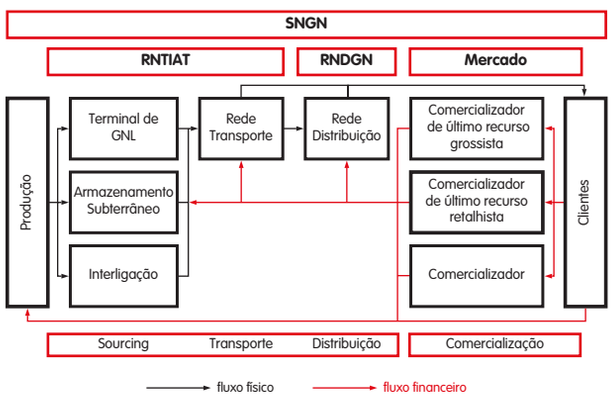
Organização e Regulação do Sector em Portugal

A organização e regulação do sector foram desenvolvidas no contexto das directivas comunitárias, nomeadamente da última, a Directiva n.º 2003/55/CE. O princípio de abertura total do mercado, admitindo um processo progressivo de liberalização, que se inscreve na Directiva comunitária foi também transposto pelo Governo português para a legislação nacional. A abertura de mercado tem início em 1 de Janeiro de 2007 para os produtores de electricidade em regime ordinário e conclui-se para todo o universo de clientes de gás natural em 1 de Janeiro de 2010.

Em 15 de Fevereiro de 2006 foi aprovado o Decreto-Lei 30/2006 que estabelece as bases gerais da organização e funcionamento do Sistema Nacional de Gás Natural (SNGN).

Foi posteriormente publicado em 26 de Julho de 2006 o Decreto-lei 140/2006 que desenvolve os princípios gerais relativos à organização do SNGN, regulamentando o regime jurídico aplicável ao exercício das actividades e que completa a transposição da Directiva n.º 2003/55/CE.

O sector do gás natural ficou estruturado com base no Sistema Nacional de Gás Natural (SNGN) que integra a Rede Nacional de Transporte, Infra-estruturas de Armazenamento Subterrâneo e Terminais de GNL (RNTIAT) e a Rede Nacional de Distribuição de Gás natural (RNDGN). O SNGN recebe o gás natural, armazena, transporta e distribui pelos sistemas RNTIAT e RNDGN. A gestão global do sistema é assegurada pelo concessionário da Rede Nacional de Transporte de Gás Natural (RNTGN). Em termos organizativos, a exploração da RNTIAT e da RNDGN compreende as seguintes concessões: (i) concessão da RNTGN; (ii) concessão do armazenamento subterrâneo; (iii) concessão de recepção, armazenamento e regaseificação do GNL; (iv) concessões e licenças da RNDGN.



Na sequência do processo de discussão pública da proposta de regulamentos, que teve lugar em Julho deste ano e em que a Portgás foi representada pela EDP a ERSE fez publicar em Setembro de 2006 um conjunto de regulamentação específica do sector do gás natural, nos quais se incluem o Regulamento Tarifário, o Regulamento de Relações Comerciais, o Regulamento de Qualidade de Serviço e o Regulamento do Acesso às Redes, às Infra-estruturas e às Interligações do Sector do Gás Natural.

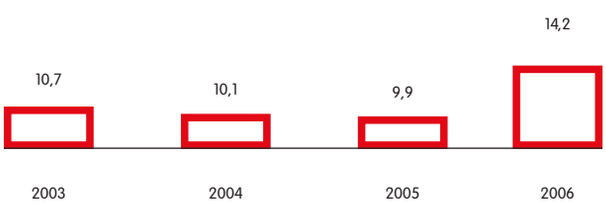
Mudança de Imagem

Em Outubro de 2006 a Portgás lançou a sua nova imagem, mantendo no entanto a sua marca. Esta mudança teve um duplo objectivo: (i) O alinhamento interno da empresa com a imagem corporativa do Grupo EDP, alavancando na enorme notoriedade desta última; (ii) Actualização de um visual já datado e pouco apelativo para a nova fase de desenvolvimento que se iniciou.

Actividades Reguladas

O ano de 2006 ficou marcado por um novo impulso na actividade da Portgás resultante da clarificação accionista da empresa, e consequente redefinição estratégica com uma clara focalização no crescimento e criação de valor através da captação de novos clientes (+40% que em 2005), tendência que se deverá acentuar nos próximos anos.

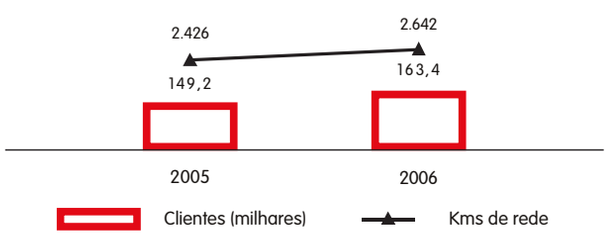
Captura de Novos Clientes - Portgás



Foi assim retomada a acção comercial sobre o mercado doméstico existente, nomeadamente permitindo triplicar face ao ano anterior o número de novos clientes neste mercado. Além deste aspecto fulcral foi desenvolvido um conjunto de acções que permitirão reforçar a Portgás como uma referência na qualidade de serviço e criação de valor:

- Abastecimento do concelho de Fafe a através da construção de uma nova rede primária entre este concelho e Guimarães;
- No âmbito dos investimentos programados para 2007, foram instaladas as duas primeiras UAGs (Unidade Autónoma de Gás) na zona concessão para abastecimento a 3 novos concelhos, Paredes, Penafiel e Viana do Castelo, como forma de optimizar economicamente a actividade;
- Redução dos risco associado à contagem/medição do gás natural, nomeadamente, pela instalação de sistemas de registo e correcção de consumos para todos os clientes com consumos esperados acima dos 200 mil m^3/ano;
- Início de implantação de soluções de mobilidade na gestão de "field services";
- Melhoria continua de processos operacionais de distribuição, nomeadamente na relação com as entidades oficiais, e fornecedores, pela utilização da via electrónica, com poupança de recursos e de tempo;
- Desenvolvimento do projecto de implementação do sistema de informação geográfico, tendo o ano terminado com um conjunto relevante de concelhos já em operação;
- Desenvolvimento do projecto de certificação ambiental que culminou no final do ano com a respectiva certificação.

Portgás - Clientes e Rede



Principais Indicadores			Portgás
	2006	2005	Var. %
Número de Clientes (milhares)	163,4	149,2	9,5%
Kms de Rede (Kms)	2.641,9	2.425,9	8,9%
Volume de Gás Natural (milhões de m^3)	0,2	0,2	3,4%
Volume de Gás Natural (TWh)	2,2	2,2	3,4%
Número de Colaboradores	110	110	0,0%

6.2.6. Actividade da Naturgas Energia

Organização e Regulação do Sector em Espanha

Desde 1 de Janeiro de 2003 que o mercado do gás natural em Espanha se encontra liberalizado. No entanto, o mercado do gás natural distingue os clientes elegíveis que estão no mercado liberalizado fornecidos pelos comercializadores e os clientes ainda à tarifa, estes fornecidos pelas empresas de distribuição.

Em Espanha os clientes elegíveis podem contratar individualmente os serviços de: compra de GN ou GNL; regaseificação; transporte; armazenamento e distribuição.

O quadro regulatório tem sido extraordinariamente volátil para tentar acomodar a crónica falta de capacidade de armazenagem operacional do Sistema de Gás Natural Espanhol. Esta limitação tem sido gerida para que os comercializadores assumam o essencial do risco decorrente das variações de

consumo de gás associado à produção eléctrica, sobre a qual têm pouca influência. Esta actividade, de comercialização, esteve assim fortemente exposta em 2006, com sucessivas alterações regulamentares que colocaram dificuldades operacionais inesperadas às empresas do sector, em particular para as de menor dimensão.

Este quadro regulatório ficou marcado por duas alterações relevantes que se traduziram em vário Reais Decretos e Ordens Ministeriais que tiveram impacto relevante em duas áreas fundamentais:

- Em Agosto de 2006, definição de novas regras de armazenagem e logística de GNL vieram ornar mais complexa e potencialmente onerosa a actividade de importação de GNL, particularmente para empresas de pequena ou média dimensão, com o consequente impacto na actividade de comercialização em regime livre;

- O final do ano de 2006 foi marcado pela fixação das regras de retribuição das actividades reguladas do sector do gás natural para 2007, com modificações que não apresentam impacto relevante nas actividades actualmente desenvolvidas pelas empresas controladas pelo Grupo EDP.

Actividades Reguladas

O processo de liberalização do mercado levou a uma redução do número de clientes à tarifa (mercado regulado) bem como da energia distribuída neste regime. Neste contexto, em resultado do desenvolvimento de redes nas zonas de influência e de expansão, registou-se um crescimento de 10% dos pontos de abastecimento, consolidando desta forma a condição de segunda distribuidora Espanhola.

Durante 2006, desenvolveram-se acções específicas que permitirão reforçar a posição da empresa enquanto veículo da EDP para o mercado gasista Espanhol:

- Adjudicação da construção dos Gasodutos Bilbao - Treto (Transcantábrico) e para abastecimento da central de ciclo combinado de Soto da HC Energía (Astúrias);

- Obtenção de todas as autorizações administrativas para iniciar a construção dos Gasoduto Serinyá - Figueres (Catalunha) e Bergara - Villabona (País Basco);

- Início de Operação do gasoduto Sória - Agreda (Castela e Leão) e da ligação com França do projecto Euskadour;

- Início da operação da rede do Mar Menor (Múrcia);

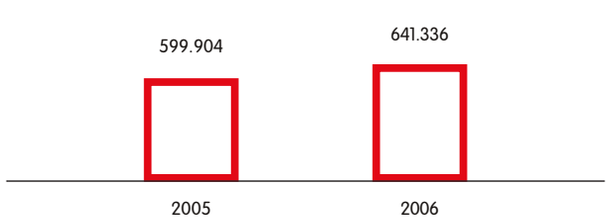
- Adjudicação da concessão competitiva para infra--estruturação de Villarejo de Salvanes (Madrid);

- Início de operação e abastecimento aos municípios de Tapia y Orozco (País Basco);

- Início de implantação de soluções de mobilidade na gestão de "field services";

- Participação em programas de Investigação e Desenvolvimento em projectos nacionais e europeus sobre novas tecnologias de distribuição de energia.

Pontos de abastecimento - Naturgas Energia

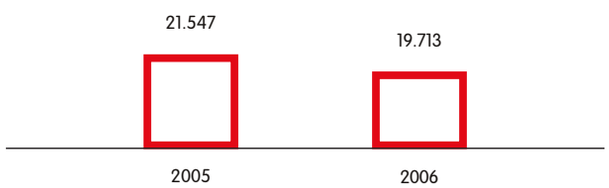


Distribuição de Gás (TI+TA)			Naturgas Energia
Pontos de abastecimento	**2006**	2005	Var. %
Total de pts. TI	342.770	456.269	-24,9%
P<= 4 Bar	342.390	456.086	-24,9%
P>= 4 Bar	380	183	107,7%
Total de pts. TA	298.566	143.635	107,9%
P<= 4 Bar	298.247	143.125	108,4%
P>= 4 Bar	319	510	-37,5%
Total TI+TA [1]	641.336	599.904	6,9%

(1) Número de pontos de abastecimento considerando 100% da participação social

Em 2006 verificou-se um decréscimo da energia distribuída provocado sobretudo pela passagem da Central Térmica de Santurtzi para o mercado livre, com fornecimento directo da rede de transporte.

Energia distribuída (GWh) - Naturgas Energia



Distribuição de Gás (TI+TA)		Naturgas Energia	
GWh distribuídos	**2006**	2005	Var. %
Total GWh TI	6.349	6.998	-9,3%
P<= 4 Bar	3.767	5.214	-27,8%
P>= 4 Bar	2.582	1.784	44,7%
Total GWh TA	13.364	14.549	-8,1%
P<= 4 Bar	1.825	619	194,9%
P>= 4 Bar	11.539	13.930	-17,2%
Total TI+TA [1]	19.713	21.547	-8,5%

(1) Distribuição de gás considerando 100% de participação social

Actividades Liberalizadas

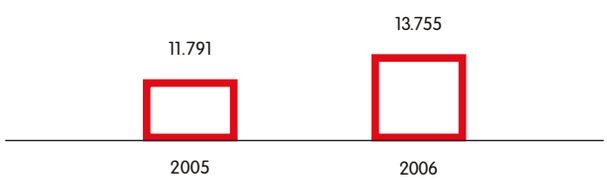
Tal como já foi referido estas actividades foram seriamente determinadas pela evolução desfavorável da regulação. No entanto, o processo de liberalização do mercado prosseguiu, tendo a Naturgas Energia Comercializadora intensificado o seu esforço comercial.

Como resultado, o número de clientes de mercado livre disparou em 2006 e, bem assim, a energia vendida em mercado livre. Este aumento extraordinário levou a uma enorme tensão do lado da procura, que só pode ser satisfeita através de operações de gestão de energia pela EDP Gás, utilizando a flexibilidade do "portfolio" de contratos de aprovisionamento de gás da EDP dos dois lados da fronteira, antecipando desta forma a emergência de um mercado único ibérico de gás e validando a estratégia de integração peninsular do Grupo EDP.

Pode-se, assim, destacar com factos mais relevantes do exercício:

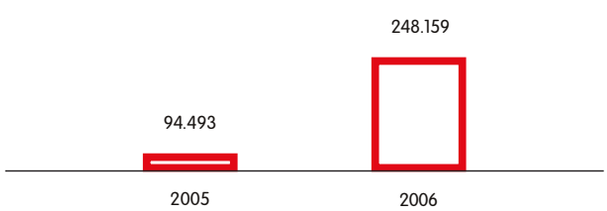
- Implementação de novos mecanismos internos de controlo de oferta e procura para responder de forma eficiente à volatilidade dos mercados;
- Renegociação do contrato de "shipping" relativo ao contrato de aprovisionamento de gás de Trinidad e Tobago;
- Melhoria das margens das operações de trading internacional por entrada em vigor de nova fórmula contratual, relativo ao gás proveniente de Trinidad e Tobago;
- Renegociação da totalidade dos contratos B2B com base num novo marco contratual que reduz substancialmente o risco de margem;
- Migração de 150.000 novos clientes do mercado regulado para o mercado liberalizado, numa óptica de fidelização e gestão da margem.

Energia comercializada (GWh) - Naturgas Energia



Iníciou-se em 2006 o processo de criação de um modelo de Gestão de Valor de Cliente (CVM- Cliente Value Management). Este modelo permitirá a gestão contratual existente e a nova contratação integrando a estratégia de "downstream" e "midstream". No mesmo âmbito prossegue a acção comercial sobre clientes de electricidade estando permanentemente em estudo o impacto, para controlo, de uma estratégia dual fuel coordenando as ofertas das duas operadoras da EDP no mercado espanhol (HC e Naturgas).

Clientes Gás - Naturgas Energia



Globalmente tratou-se de um ano positivo para a Naturgas, com incrementos substanciais do seu volume de negócio (53%), devido ao aumento substancial das quantidades comercializadas e do preço do petróleo mas, acima de tudo, num ambiente regulatório particularmente adverso.

Apresenta-se abaixo os principais indicadores consolidados da Naturgas Energia no exercício que agora se encerra:

Principais Indicadores		**Naturgas Energia**	
	2006	2005	Var. %
Número de Clientes	590.884	550.762	7,3%
Distribuição Regulada	342.770	456.269	-24,9%
Comercialização	248.159	94.493	162,6%
Kms de Rede (Km)	5.020	4.792	4,8%
Rede de Transporte	250	246	1,6%
Rede de Distribuição	4.756	4.546	4,6%
Volume de Gás Natural (milhões de m^3)	2,9	2,9	0,6%
Distribuído	1,7	1,8	-8,3%
Comercializado	1,2	1,0	16,9%
Volume de Gás Natural (TWh)	33,5	33,3	0,4%
Distribuído	19,7	21,5	-8,5%
Comercializado	13,8	11,8	16,7%
Número de Colaboradores	319	334	-4,5%

6.3. NEGÓCIO ELÉCTRICO NO BRASIL

6.3.1. Energias do Brasil em síntese e "performance" no mercado de capitais

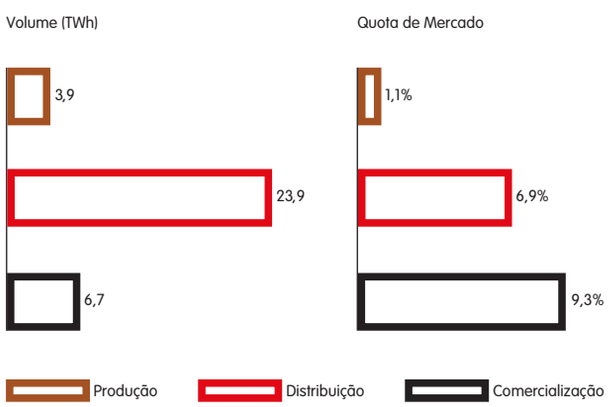
A Energias do Brasil, subsidiária do Grupo EDP para o negócio no Brasil, actua como uma "sub-holding" com actividades de produção, distribuição e comercialização de energia eléctrica, com presença nas Regiões Sudeste, Centro-Oeste e Norte do Brasil, mais concretamente nos Estados de São Paulo, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Tocantins. A Energias do Brasil está, desde Julho de 2005, cotada no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), segmento que reúne as empresas com as melhores práticas de governo das sociedades.

Na produção, a Energias do Brasil detém 1.018 MW de capacidade instalada no final de 2006, que proporcionaram um volume de energia produzida de 3,9TWh.

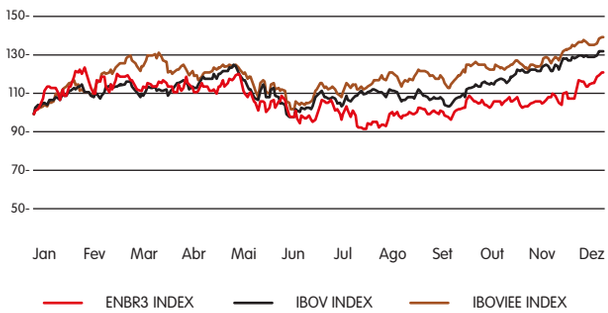
A Energias do Brasil detém na distribuição controlo integral das empresas Bandeirante Energia S.A. (Alto Tietê, Vale do Paraíba e Litoral Norte do Estado de São Paulo), Espírito Santo Centrais Elétricas - Escelsa (Estado do Espírito Santo) e Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - Enersul (Estado do Mato Grosso do Sul), servindo mais de 3,1 milhões de clientes e distribuindo 23,9 TWh em 2006.

Actua no segmento de comercialização de energia eléctrica através da Enertrade, que em 2006 comercializou 6,7 TWh a clientes no mercado liberalizado, com uma quota de mercado de 9,3%.

Quota de Mercado da Energias do Brasil



Evolução da cotação da Energias do Brasil



Relativamente à "performance" no mercado de capitais, a acção da Energias do Brasil registou um crescimento de 24% em 2006, essencialmente relacionado ao desempenho da Bolsa de Valores brasileira como um todo. Face à performance das congéneres, apesar de em 2006 ter-se situado abaixo do IEE (Índice de Energia Eléctrica da Bovespa), no período desde a sua listagem, a acção acumula uma valorização de 83,3% face a 80,2% do IEE.

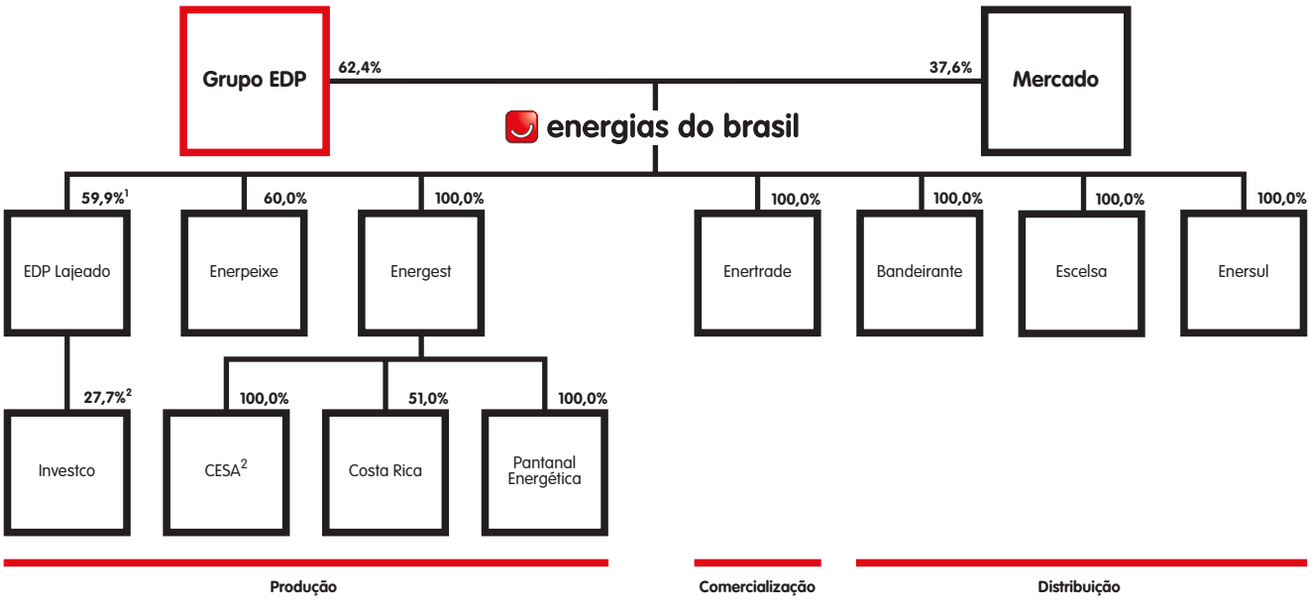
São ainda de salientar algumas ocorrências no ano de 2006:

- O reconhecimento com o Prémio IBGC de Governança Corporativa, concedido pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa;
- A conquista do Prémio Abamec de Melhor Companhia Aberta de 2005 e Menção Honrosa da IR Magazine Awards 2006;
- A entrada das acções da Energias do Brasil no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da Bolsa de Valores de São Paulo. Os papéis também passaram a integrar o Índice de Energia Elétrica (IEE) e o Índice Valor Bovespa (IVBX-2);
- A emissão de 851,5 milhões de reais em obrigações pelas distribuidoras Bandeirante, Escelsa e Enersul, com a finalidade de alongar o perfil do endividamento e reduzir o custo médio da dívida.

Relativamente à sustentabilidade, a Energias do Brasil tem a destacar duas ocorrências no ano de 2006:

- Criação do Comité de Sustentabilidade e Governança Corporativa, responsável por zelar pela perenidade da empresa e assegurar a aplicação

Organograma do Grupo Energias do Brasil



(1) Capital Votante (100%) - (2) Capital Votante e representa o percentual que a Energias do Brasil detém na energia produzida.

dos princípios éticos e de desenvolvimento sustentável na companhia;

- Adesão aos princípios do Pacto Global (Global Compact), iniciativa da Organização das Nações Unidas que propõe a cidadania corporativa como forma de contribuir para o avanço de uma economia global mais sustentável.

6.3.2. Enquadramento no mercado eléctrico brasileiro

O sector eléctrico brasileiro, nos últimos anos, tem passado por importantes alterações de carácter estrutural e institucional, migrando de uma configuração centrada no monopólio estatal como provedor dos serviços e único investidor, para um modelo de mercado, com a participação de múltiplos agentes e investimentos partilhados com o capital privado.

A capacidade instalada de geração de energia no Brasil, conforme relatório da ANEEL de Novembro de 2006, era de 96.197 MW, com predominância de centrais hidroeléctricas (74,7%).

Actualmente, cerca de 1.200 agentes investem no mercado de geração de energia, porém os 10 maiores possuem cerca de 67% do total da capacidade instalada. A predominância do investimento ainda é estatal, com apenas 3 agentes privados entre os 10 maiores e o maior deles com participação de 6,8%. A Energias do Brasil, com 1.018 MW de capacidade instalada, possui 1,1% do total de geração instalada no Brasil.

O mercado de produção assenta numa estrutura predominantemente de contratos de fornecimento de longo prazo (PPAs) entre produtores e distribuidores, existindo leilões A5, A3 e A1, para suprir, respectivamente, a procura de longo prazo e ajustes de médio e curto prazos, e um mercado de encontro/liquidação diária onde se efectuam os ajustes das diferenças entre as previsões e o consumo efectivo.

Na maioria dos Estados brasileiros, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, a área de concessão das empresas de distribuição corresponde aos limites geográficos estaduais; em outros, principalmente em

São Paulo e no Rio Grande do Sul, existem concessionárias com áreas de abrangência menores. Esta condição resulta, conforme relatório da ANEEL de 2004, na existência de 64 distribuidoras de energia, 48 das quais de controlo privado. Esta actividade funciona em regime de concessão totalmente regulado, sendo remunerada em função dos seus custos operacionais e da sua base de activos. Os custos de aquisição de electricidade definidos nos contratos com produtores são integralmente repassados para o consumidor através das tarifas de venda a cliente final.

De acordo com relatório publicado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE, o consumo de energia eléctrica dos consumidores cativos e livres atendidos pelo sistema eléctrico brasileiro foi de 347.371 GWh em 2006, representando um crescimento de 3,8% em comparação com o ano anterior. Desse modo, o volume de energia distribuída pelas distribuidoras do grupo representa 6,9% do total do Brasil.

Os Agentes Comercializadores de Energia Eléctrica são empresas que não possuem sistemas eléctricos e que, sob autorização, actuam exclusivamente no mercado de compra e venda de energia eléctrica para concessionários autorizados ou consumidores que tenham livre opção de escolha do fornecedor (consumidores livres).

6.3.3. Actividade da Energias do Brasil

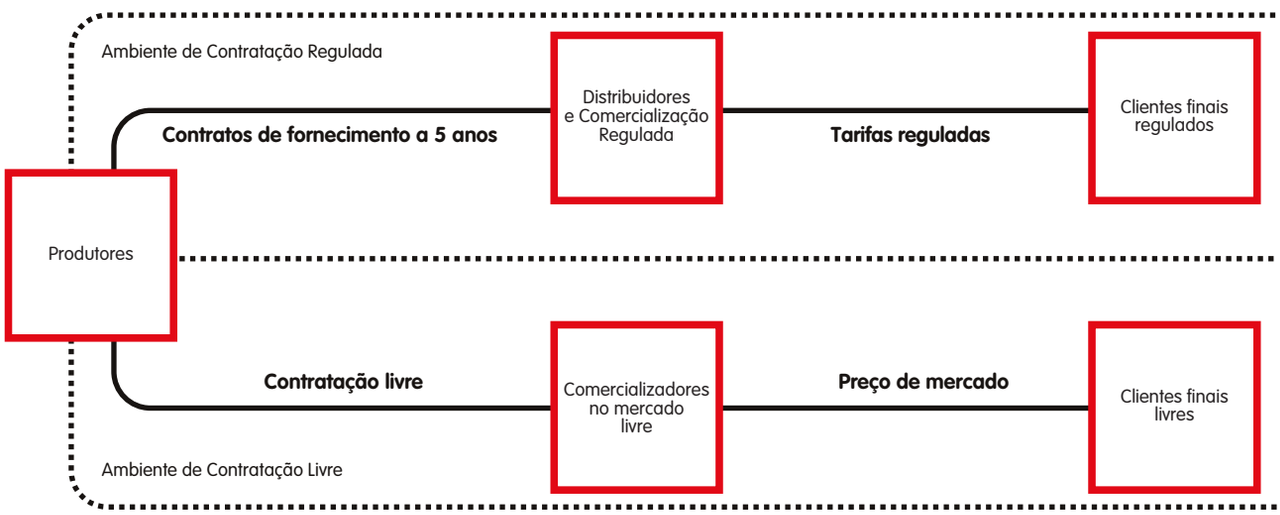
Enfoque na Eficiência Operacional

O ano de 2006 foi caracterizado pela implementação e operacionalização do projecto Vanguarda e do projecto Aliança. Apesar do sucesso destes dois projectos, a constante busca pela melhoria operacional das actividades e a maximização das sinergias no Grupo determinaram a continuidade dos programas de eficiência operacional com o lançamento do projecto Vanguarda OPEX, do projecto Integração e do projecto Capex.

Vanguarda e Vanguarda Opex - O projecto Vanguarda envolveu na fase de redesenho de processos mais de 350 pessoas organizadas em 30 equipas responsáveis por mapear 120 processos divididos em 460 sub-processos. Redesenhados os processos, procedeu-se à implementação do projecto com o anúncio, em Junho de 2006, do Programa de Desligamento Voluntário (PDV), que obteve a adesão de 651 colaboradores e representará economias de 68,4 milhões de reais até à sua conclusão.

Uma vez reduzida a estrutura, torna-se necessário continuar o esforço de optimização com o lançamento do Vanguarda Opex, alinhado com o projecto Opex do Grupo EDP, que implicará poupanças estimadas de 23 milhões de reais nos custos operacionais a partir de 2009.

Integração - No âmbito do projecto Aliança foram concluídos, no início de 2006, os módulos



Centrais Hidroeléctricas em Exploração

Centrais Hidroeléctricas em Construção

Distribuidoras

Áreas de Concessão das Distribuidoras

6

administrativos e financeiros, de forma a melhorar os processos e as decisões internas. Durante o ano de 2006 foi iniciado o projecto Integração, dando continuidade ao projecto Aliança, para unificar os módulos técnicos (gestão de redes eléctricas, gestão de redes próprias de telecomunicações, atendimento técnico a clientes e monitorização do meio-ambiente) e comerciais ("billing", leitura, medição e gestão de clientes) com o objectivo de reduzir custos e ampliar a produtividade. Este projecto deverá estar concluído no final de 2007.

Actividade de produção

A actividade de produção de energia, que compreende a gestão de Usinas Hidroeléctricas (UHE) e de Pequenas Centrais Hidroeléctricas (PCH) localizadas nos Estados do Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Tocantins, praticamente duplicou a capacidade instalada da Energias do Brasil de 531 MW em Dezembro de 2005 para 1.018 MW em Dezembro de 2006. Este acréscimo resulta da entrada em operação da Usina Hidroeléctrica de Peixe Angical e da 4ª Máquina de Mascarenhas, concretizando um dos vectores estratégicos de crescimento da Energias do Brasil, a diversificação do portfolio.

Energias do Brasil	2006	2005
MW		
Lajeado [1]	250	250
Peixe Angical [2]	452	0
Energest [3]	211	16
Pantanal	31	41
Cesa	59	59
Costa Rica	17	17
Enersul	0	5
Potência Máxima em 31 Dez (MW)	1.018	531
GWh		
Lajeado [1]	1.236	1.203
Peixe Angical [2]	1.196	0
Energest [3]	984	991
Pantanal	226	199
Cesa	252	275
Costa Rica	86	76
Enersul	0	12
Produção Líquida (GWh)	3.980	2.756

(1) Participação de 27,65%, equivalente à parcela detida pela EDP no empreendimento.
(2) Entrou em funcionamento em 2006 (1º Grupo em Junho, 2º Grupo em Julho e 3º Grupo em Setembro).
(3) Subholding da Energias do Brasil que controla activos de geração oriundos do processo de desverticalização da Escelsa e Enersul.

Dando continuidade à estratégia de expansão em produção, a Energias do Brasil anunciou o investimento na central hidroeléctrica de Santa-Fé, localizada no estado do Espírito Santo, com uma capacidade instalada de 29 MW e com a entrada em operação prevista para o segundo semestre de 2008.

A UHE Luís Eduardo Magalhães, localizada no Rio Tocantins, tem capacidade total instalada de 902,5 MW. A participação da Energias do Brasil no empreendimento é de 27,65%, o que corresponde a 250 MW da EDP Lajeado. No ano de 2006, a central produziu 1.236 GWh.

O empreendimento hidroeléctrico de Peixe Angical entrou em operação no quarto trimestre de 2006 antecipando em 15 dias o cronograma inicial e adicionando uma capacidade instalada de 452 MW ao sistema eléctrico brasileiro. Com uma energia assegurada de 2.374 GWh contratada com as distribuidoras da Energias do Brasil, Peixe Angical gera energia suficiente para abastecer uma cidade de 4 milhões de habitantes. O empreendimento é controlado pela Enerpeixe, detida em 60% pela Energias do Brasil e 40% pela Furnas Centrais Eléctricas S.A..

O investimento efectuado em 2006 totalizou 243,6 milhões de reais e 13% do investimento total destinou-se a mitigar os impactos sociais e ambientais associados a uma obra desta envergadura. Os programas socioambientais envolveram a relocação das populações rurais e urbanas afectadas, reconstrução de infra-estrutura viária, centros de saúde e escolas, resgate de animais silvestres e domésticos na área de formação do reservatório, educação ambiental, recomposição de áreas degradadas, entre outros.

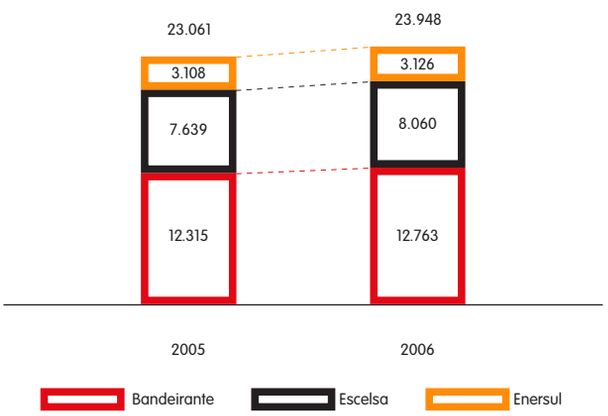
Os activos detidos pela Energest resultaram do processo de desverticalização ocorrido em Junho de 2005, pelo que o ano de 2006 corresponde ao primeiro ano completo de actividade da empresa. A Energest detém uma capacidade instalada de 316,8 MW, sendo responsável pela gestão das UHE Mascarenhas e UHE Suiça, além das empresas Cesa, Costa Rica e Pantanal Energética. Em Outubro de 2006 foi iniciada a operação comercial da 4ª máquina de Mascarenhas com uma capacidade instalada de 50 MW e com energia contratada por um período de 30 anos.

Os trabalhos referentes ao Aproveitamento Hidroeléctrico Couto Magalhães com uma capacidade instalada de 150 MW mantêm-se suspensos, na sequência da solicitação à ANEEL da formalização da rescisão amigável do contrato de concessão, por parte do Consórcio EnerRede Couto Magalhães, na qual a Energias do Brasil participa em 49%.

Actividade de Distribuição

A Energias do Brasil registou, em relação a 2005, um aumento de 3,8% na energia distribuída atingindo 23,9 TWh. O número de clientes servidos chegou a cerca de 3,1 milhões, um crescimento de 4,7% face ao ano passado e representando uma população servida de quase 10 milhões de habitantes.

Vendas de Energia - Energias do Brasil (GWh)

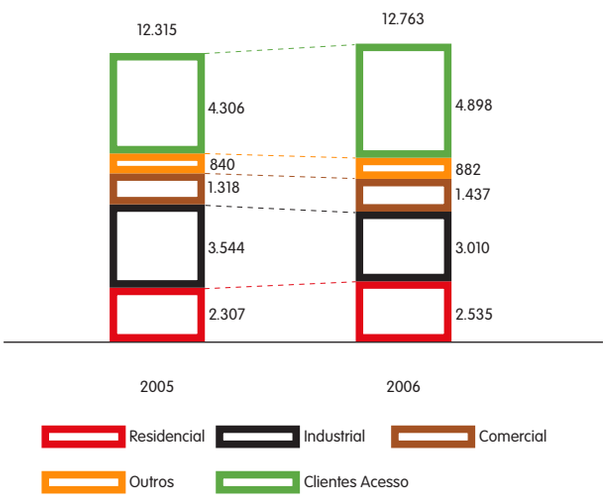


Energias do Brasil	2006	2005	Var. %
Bandeirante	1.364.738	1.283.449	6,3%
Escelsa	1.058.915	1.030.868	2,7%
Enersul	689.951	658.141	4,8%
Total Clientes	3.113.604	2.972.458	4,7%

Bandeirante

O total de energia eléctrica distribuída pelo sistema da Bandeirante, no ano de 2006, foi de 12.763 GWh, o que representou um acréscimo de 3,6% sobre o ano anterior. A energia eléctrica distribuída a clientes finais, totalizou o montante de 7.861 GWh, o que representou uma redução de 1,8% sobre o ano de 2005. Esta redução deve-se à migração de clientes cativos para a categoria de clientes livres, fundamentalmente da classe industrial. Em relação ao número de clientes, a empresa encerrou o ano de 2006 com 1.365 mil clientes, mais 6,5% do que em 2005. Durante 2006, a energia eléctrica distribuída pelo sistema da Bandeirante ao mercado livre e concessionárias, totalizou o montante de 4.898 GWh, o que representou um acréscimo de 13,7% face a 2005.

Vendas de Energia - Bandeirante (GWh)



Bandeirante	2006	2005	Var. %
Residencial	1.252.268	1.175.375	6,5%
Industrial	8.633	8.256	4,6%
Comercial	86.629	83.476	3,8%
Outros	17.208	16.342	5,3%
Total Clientes	1.364.738	1.283.449	6,3%

Foi concluída em 2006 a revisão tarifária periódica da Bandeirante relativa a 2003. Em 2005, a Agência Nacional de Energia Eléctrica (ANEEL) reduziu de 1.092 milhões de reais para 998 milhões de reais o valor da Base de Remuneração Regulatória (BRR) referente a Setembro de 2003. Devido a esse ajuste, também foi rectificado o Índice de Reajuste Tarifário (IRT) de 18,08% provisoriamente aplicado a partir de 2003, reduzindo-o para 10,51%.

A Energias do Brasil fez um pedido de reconsideração ao órgão regulador e, em 19 de Outubro de 2006, a Aneel concedeu um aumento preliminar da BRR para 1,026 mil milhões de reais, com a possibilidade de revisão. Nesse período, conduziria uma fiscalização

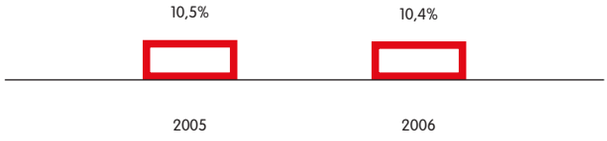
antes de tomar uma decisão definitiva sobre a BRR referente a 30 de Setembro de 2003. Até ao final de 2006, a Aneel não se pronunciou sobre este aspecto.

Em 19 de Outubro, a Aneel aprovou um reajuste médio de 13,44%, a ser aplicado no período entre Outubro de 2006 a Setembro 2007, para todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, etc.). O IRT contempla a decisão da Aneel acerca do pedido de reconsideração interposto pela Bandeirante relativo à primeira revisão tarifária periódica da concessionária de 2003 e, por extensão, os seus efeitos sobre o IRT do ano de 2005. Considerando-se os efeitos conjuntos da revisão da BRR e dos ajustes financeiros já incluídos nas tarifas da Bandeirante, associados à recuperação relativa a períodos passados, o reajuste tarifário médio efectivo nas facturas de energia eléctrica foi de 15,41%.

Durante o ano de 2006 a Bandeirante investiu cerca de 150 milhões de reais, um aumento de 27,6% em relação a 2005. Os investimentos foram essencialmente canalizados para a melhoria da rede de distribuição, modernização e combate às perdas. Os investimentos contribuem para dotar a Bandeirante de maior agilidade e eficiência operacional e melhorar a qualidade dos serviços prestados aos seus clientes.

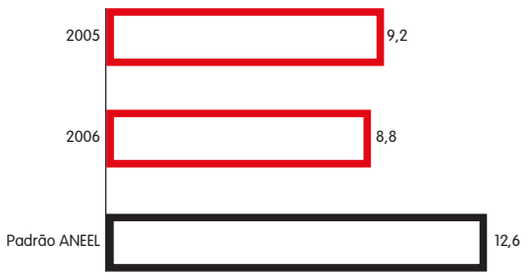
Na Bandeirante, com a intensificação das acções do Programa de Combate às Perdas Comerciais para o ano de 2006, foram realizadas 160.004 inspecções de campo, substituídos 55.476 medidores entre obsoletos, danificados e electromecânicos por electrónicos com medição indirecta e realizadas 4.101 regularizações de clientes clandestinos.

Perdas - Bandeirante



A Bandeirante cumpriu com os requisitos de qualidade impostos pela Aneel, como consequência dos investimentos realizados nas redes, da implementação dos projectos de modernização e automação do sistema eléctrico e da criteriosa utilização de recursos na sua gestão e manutenção, vem apresentando padrões de qualidade melhores que os estabelecidos pelo Órgão Regulador.

DEC - Duração Equivalente de Interrupções por Cliente - Bandeirante (horas)

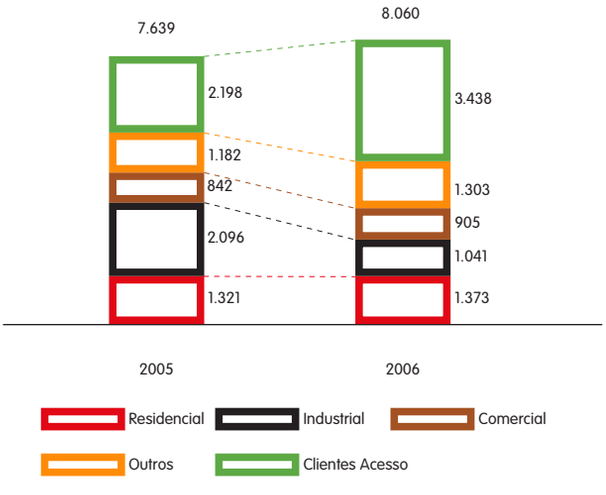


FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Cliente - Bandeirante (vezes)

Escelsa

A Escelsa distribuiu em 2006 8.060 GWh, um crescimento de 5,5% em relação a 2005. O número de clientes atingiu 1.059 milhares, um aumento de 2,7% face ao ano anterior. No mercado cativo, a Escelsa vendeu em 2006 um total de 4.276 GWh, menos 16,7% do que em 2005. O decréscimo é explicado,

Vendas de Energia - Escelsa (GWh)



fundamentalmente, pela migração de clientes do regime cativo para o ambiente livre o que implicou uma redução de 50,3% na classe industrial. Em relação ao mercado livre e outras concessionárias, a Escelsa distribuiu, durante 2006, o montante de 3.438 GWh, ou seja, um acréscimo de 56,4% face ao ano anterior.

Escelsa	2006	2005	Var. %
Residencial	827.193	812.000	1,9%
Industrial	10.602	10.617	-0,1%
Comercial	89.923	89.049	1,0%
Outros	131.197	119.202	10,1%
Total Clientes	1.058.915	1.030.868	2,7%

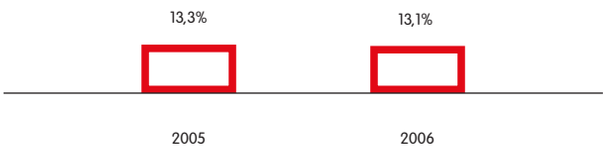
Para a Escelsa, a revisão periódica de 2004 foi homologada pela Aneel em Agosto de 2005, com a fixação de valores finais para a BRR, taxa de depreciação e custos operacionais da Empresa de Referência, com o reposicionamento tarifário passando do valor provisório de 6,33% para o valor definitivo de 8,58%, correspondendo a um acréscimo de receita no valor de 17,2 milhões de reais, compensado financeiramente para a concessionária no período tarifário de 7 de Agosto de 2005 a 6 de Agosto de 2006.

O reajuste médio das tarifas da Escelsa foi fixado em 16,67% pela Aneel para o período entre Agosto de 2006 e Julho de 2007, englobando todas as classes de consumo. Considerando os ajustes financeiros já incluídos nas tarifas da Escelsa, associados à recuperação relativa a períodos anteriores, o reajuste tarifário médio efectivo nas facturas de energia eléctrica foi de 11,40%. O reajuste tarifário, concedido em 3 de Agosto de 2006, contemplou o reconhecimento líquido positivo de 34,4 milhões de reais, referentes principalmente à revisão, pela Aneel, dos critérios utilizados no ano anterior no tratamento dos impactos da desverticalização de activos da concessionária.

Os investimentos da Escelsa em 2006 (191 milhões de reais) foram aplicados na ampliação, melhoria e modernização das suas instalações do sistema de distribuição, subestações, recapacitação de linhas, e outros nas áreas de TI e na Universalização, sendo que nesta última os investimentos totalizaram 58,8 milhões de reais, beneficiando 11.908 Clientes.

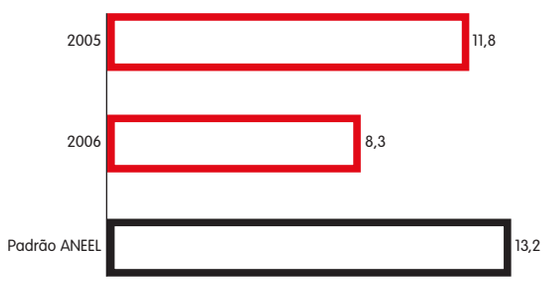
Em relação às perdas comerciais, foi desenvolvido um vigoroso programa de combate às fraudes através de 323.798 inspecções de campo e 170.619 ligações clandestinas retiradas, além de investimentos em tecnologias de medição e de protecção de rede, com uma recuperação de 47,4 GWh. Apesar disso, as perdas comerciais aumentaram de 5,1%, em 2005, para 5,4% no ano de 2006.

Perdas - Escelsa

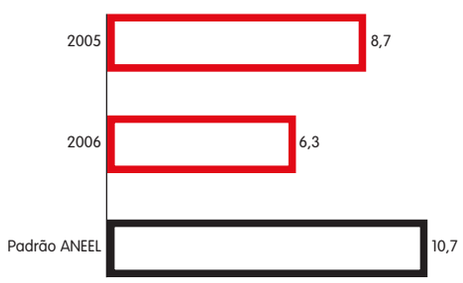


Também a Escelsa cumpriu com os requisitos de qualidade impostos pela Aneel e o crescimento dos indicadores face o ano anterior foi causado principalmente pela grande incidência de temporais.

DEC - Duração Equivalente de Interrupções por Cliente - Escelsa (horas)



FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Cliente - Escelsa (vezes)

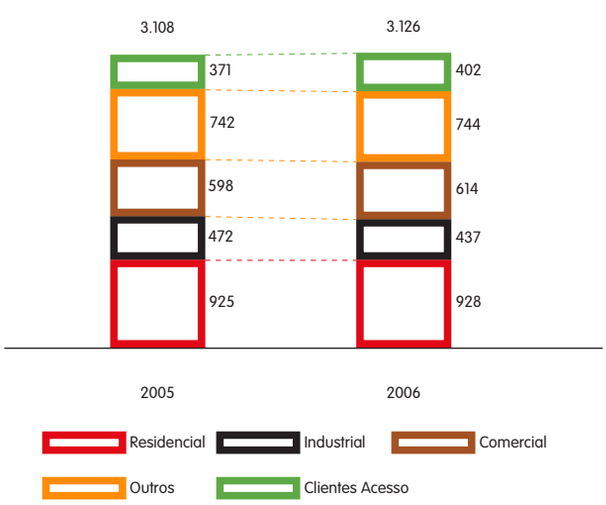


edp

Enersul

A Enersul obteve um ligeiro incremento da energia distribuída em 2006 de 0,6%, de 3.108 GWh em 2005 para 3.126 GWh em 2006. O número de clientes foi superior em 4,9% face a 2005 totalizando 690 milhares. No mercado cativo, o volume de energia vendida em 2006 para estes clientes atingiu um total de 2.717 GWh, uma redução de 0,5% em relação a 2005. Esta redução está associada à migração de clientes cativos que optaram pela condição de livres, tornando-se somente usuários do sistema de distribuição, e ao fraco desempenho da economia do Estado de Mato Grosso do Sul. Para o mercado livre e outras concessionárias, a Enersul distribuiu, durante 2006, 402,4 GWh, ou seja, um acréscimo de 8,6% sobre o ano anterior.

Vendas de Energia - Enersul (GWh)



Enersul	2006	2005	Var. %
Residencial	559.006	536.343	4,2%
Industrial	4.091	4.286	- 4,5%
Comercial	55.206	55.019	0,3%
Outros	71.648	62.493	14,6%
Total Clientes	689.951	658.141	4,8%

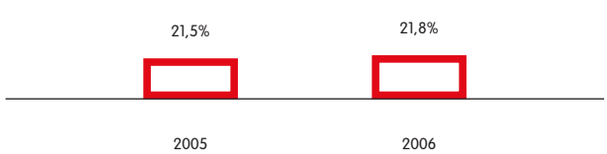
No ano de 2005, a Aneel, de forma definitiva, estabeleceu a Base de Remuneração Regulatória de 2003 da Enersul, elevando o percentual da revisão tarifária de 2003 para 50,81%, o que representou um efeito positivo de 74,8 milhões de reais na receita líquida, registado no primeiro trimestre de 2005.

As tarifas médias da Enersul foram reajustadas, em 6 de Abril, em 16,75% para o período de Abril 2006 a Março de 2007. O reajuste tarifário médio efectivo nas facturas de energia eléctrica foi de 10,33%, por considerar ajustes financeiros já incluídos na tarifas da Enersul, associados à recuperação de diferenças tarifárias de períodos passados.

A Enersul, em 2006, realizou investimentos no valor de 195 milhões de reais, aplicados na expansão, adequação e modernização do sistema de distribuição, visando a satisfação da procura de mercado com os níveis de qualidade exigidos pela legislação. Foram ainda realizados projectos para incorporação de redes particulares e modernização tecnológica em medição de energia. No programa de universalização, destaca-se a adesão ao Programa Luz para Todos que tem como objectivo universalizar o acesso à rede eléctrica nas áreas rurais e fomentar o desenvolvimento económico e social das comunidades carentes, sendo que o valor investido em 2006 totalizou 76,5 milhões de reais, beneficiando 9.860 Clientes.

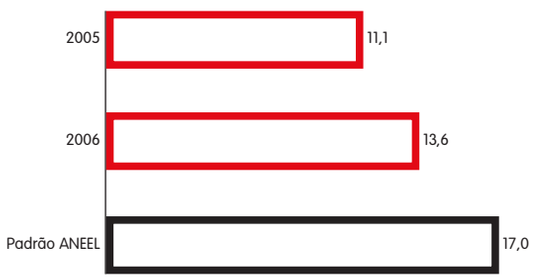
Em relação às perdas comerciais houve um importante incremento de 1,7% no ano, tendo como factor preponderante o impedimento, durante 11 meses do ano, de executar o corte de inadimplentes ou de redes clandestinas, atendendo à decisão judicial do Estado Mato Grosso. Este impedimento terminou em Novembro, permitindo trabalhar a redução desse indicador nos próximos anos. Mesmo nesse ambiente desfavorável, a Enersul continuou o seu programa de combate às perdas, com a realização de diversas acções, entre as quais se destacam: 219.997 inspecções de campo, retiradas de 43.872 ligações clandestinas e substituição de 2.803 medidores entre obsoletos, danificados e electromecânicos por electrónicos. Também foram desenvolvidas diversas acções de instalações de novas tecnologias de medição e protecção de rede de baixa tensão.

Perdas - Enersul

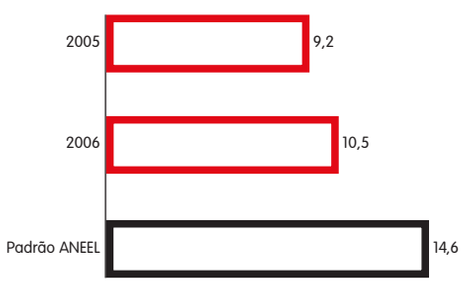


Também a Enersul cumpriu com os requisitos de qualidade impostos pela Aneel, e mais uma vez o crescimento dos indicadores face ao ano anterior deve-se principalmente à grande incidência de temporais.

DEC - Duração Equivalente de Interrupções por Cliente - Enersul (horas)



FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Cliente - Enersul (vezes)



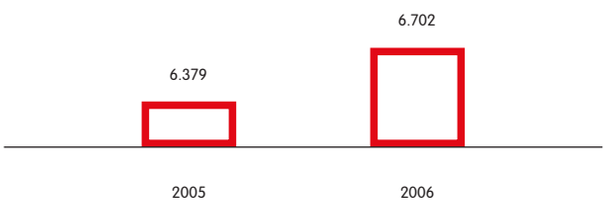
Actividade de Comercialização

A Enertrade, empresa do Grupo que opera no mercado livre de energia no Brasil, comercializou em 2006 6.702 GWh correspondendo a um acréscimo de 5,1% em relação a 2005.

Durante o ano de 2006, a Enertrade registou melhorias significativas no seu modelo de gestão e estratégia comercial. A oferta de serviços para os clientes, incluindo assessoria no relacionamento com a CCEE, simulações de mercado, gestão de portfolios de energia, telemedição on line, entre outros. Foi também desenvolvida uma ferramenta de gestão de risco energético para optimizar a rentabilidade dos clientes.

O maior crescimento de clientes ocorreu com consumidores da área de actuação das distribuidoras da Energias do Brasil, o que mostra a importância da comercializadora para o atendimento a grandes clientes que migram para o mercado livre. Nessa situação, eles continuam a ser atendidos por uma empresa do grupo, sem a perda do relacionamento com o cliente.

Vendas de Energia - Enertrade (GWh)



Numa acção pioneira, a Enertrade, actuando no interesse de seus clientes, realizou em Dezembro de 2006 um leilão on-line para a compra de energia, destinada ao período 2007-2014. Foi a primeira vez que uma comercializadora realizou um leilão simultâneo ao da Câmara de Comercialização de Energia Eléctrica (CCEE). O objectivo foi oferecer aos geradores a alternativa de venda de energia também para o mercado livre e não apenas para o ambiente regulado e, ao mesmo tempo, estimular a discussão sobre a conveniência de leilões para os dois ambientes num único mercado.

A migração de clientes cativos para o mercado livre foi menos intensa do que no ano anterior. O comportamento é explicado basicamente pelo facto de os maiores consumidores já integrarem esse segmento de mercado, limitado ao uso de alta tensão e consumo mínimo de 3,0 MW.

Novas regras, que devem vigorar a partir de 2007, estenderão essa possibilidade a consumidores de qualquer tensão, que superem carga de 500 kW e adquiram a energia de fontes alternativas (como de Pequenas Centrais Hidroeléctricas, energia eólica, solar ou biomassa). A mudança prevê que possam ser somadas as cargas de diversas unidades de uma mesma empresa, o que se aplica a bancos, cadeias de hotéis e de lojas, além de grandes condomínios residenciais. A tarifa de energia será mais cara, pela menor escala dessas fontes alternativas, mas a Aneel prevê compensação por meio desconto de 50% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição.

Para esses clientes, a Enertrade poderá realizar as compras de energia de forma centralizada, com a identificação das melhores fontes alternativas para suprir o abastecimento.

6.4. TELECOMUNICAÇÕES

6.4.1. Actividade das Telecomunicações em Portugal

O ano de 2006 ficou marcado por movimentações relevantes no mercado das telecomunicações em Portugal. Em Fevereiro a Sonaecom anunciou uma oferta pública de aquisição da Portugal Telecom no valor de 10.700 milhões de euros e em Junho a Cogeco, um operador de cabo Canadiano comprou a Cabovisão Portugal pelo valor de 465 milhões de euros.

A concentração subjacente à proposta de aquisição do controlo da Portugal Telecom pela Sonaecom a concretizar-se, irá alterar a estrutura do mercado de telecomunicações em Portugal. Das condições impostas pela Autoridade da Concorrência ao nível do negócio da rede fixa na sua decisão final de não oposição à operação de concentração destacam-se:

- Modelo de separação horizontal das redes fixas e um modelo de separação vertical funcional da rede básica, seguido de implementação da separação horizontal das redes fixas com a alienação do negócio de rede fixa de cobre ou do negócio de rede fixa de cabo;

- Alargamento de todas as condutas cuja titularidade ou direitos de utilização sejam ou venham a ser pertença de empresas controladas pela Sonaecom às obrigações de fornecimento de acesso a terceiros que hoje decorrem da ORAC PT (Oferta de referencia de acesso a condutas).

6.4.2. Alienação pela EDP do capital social da ONI, SGPS

Neste contexto de movimentação do sector, também a 9 de Novembro de 2006 foi celebrado um contrato através do qual a EDP acordou vender a totalidade do capital da ONI SGPS à Win Reason, S.A., sociedade detida à data integralmente pela The Riverside Company e que neste momento é também participada pela Gestmin SGPS.

Já em Janeiro de 2007 foi conhecida a decisão final de não oposição da Autoridade da Concorrência à compra pela WIN REASON da totalidade do capital social da ONI SGPS, o que permitiu a conclusão da transacção, passando a ONI a ser detida integralmente pela WIN REASON.

6.4.3. Actividade da ONI em 2006

Ao nível corporativo, destacam-se em 2006:

- **Re-equilíbrio da estrutura financeira:** Para além da melhoria das condições de exploração das suas participadas a ONI formalizou no primeiro trimestre de 2006 a reestruturação da sua dívida financeira, assegurando a adequação da maturidade da dívida financeira à sua capacidade de geração de fundos, mediante a contratação de cerca de 255 milhões de euros de dívida a médio/longo prazo em substituição de dívidas de curto prazo.

- **Racionalização das participações financeiras:** Neste exercício concluiu-se o plano de racionalização das participações financeiras detidas mediante a alienação das participações detidas na UCall e na ONI Multimédia, a par da liquidação da ONI WEB e do acordo para a alienação da participação detida na Gastroni, a qual se concretizou já em Janeiro de 2007.

- **Política de "outsourcing":** Prosseguindo a política iniciada em 2005, neste exercício a ONI colocou em "outsourcing" uma série de funções de suporte: contratou os serviços de contabilidade e tesouraria à Deloitte/SGG, contratou a operação de "Contact Center" à Edinfor/Lógica e a gestão técnica de clientes e de SRPV à NextiraOne, entre outros.

- **Redimensionamento do quadro de pessoal:** Em 2006 a ONI prosseguiu o esforço de adequação do seu quadro de pessoal assente na alteração dos métodos e organização do trabalho, o que permitiu substanciais ganhos de eficiência e viabilizou o decréscimo em cerca de 20% no número de colaboradores, passando de 492 no final de 2005 para cerca de 395 colaboradores no final de 2006.

Para a ONI, o exercício de 2006 veio confirmar a dinâmica de recuperação introduzida a partir do segundo semestre de 2005 e fica marcado pelos seguintes aspectos fundamentais.

Consolidação do negócio Corporate:

- Afirmação da ONITelecom nas grandes empresas: O posicionamento da ONI neste mercado tem permitido o crescimento sustentado da quota de mercado no segmento Corporate e Operadores,

que neste momento se estima ser de cerca de 20%.

No exercício de 2006 a ONI Telecom centrou a sua actividade no desenvolvimento de uma estratégia de alargamento da sua carteira de negócio através da oferta de um conjunto de serviços de valor acrescentado antecipando, deste modo, a resposta às necessidades mais complexas deste segmento de mercado;

- Aumento da penetração no sector público: Não obstante o atraso que se verifica na abertura do sector público ao mercado dos serviços de telecomunicações, designadamente mediante a adiamento do lançamento dos concursos públicos dependentes dos Ministérios de maior dimensão, a ONI Telecom vem afirmando a sua posição neste segmento de mercado através da concretização de contratos com entidades públicas. Neste particular cumpre referir que a ONI Telecom ganhou o maior concurso público realizado até a data (Ministério da Economia). Este concurso foi subsequentemente impugnado pela Portugal Telecom e ainda se aguarda a decisão das autoridades judiciais competentes.

Crescimento da base de clientes de banda larga:

- Aumento da capilaridade na distribuição: No ano de 2006 a ONI Telecom manteve o esforço de construção da sua rede de distribuição iniciado em 2005. Este trabalho reflecte-se no crescimento sustentado do número de pontos de venda, que sendo praticamente inexistente em 2004, atingiu cerca de 1.400 pontos de presença em 2005, e cerca de 2.000 pontos de presença no final de 2006.

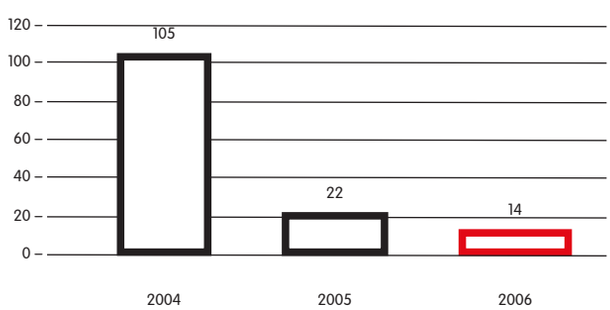
Neste âmbito e no presente exercício, a actividade comercial centrou-se no desenvolvimento do canal de agentes de distribuição do retalho, tendo-se assegurado a cobertura nacional mediante a presença da ONI Telecom em todas as cadeias de distribuição relevantes.

O ano de 2006 correspondeu, ainda, à consolidação do projecto inovador de venda de serviços de telecomunicações através da rede bancária do Millennium BCP e das lojas EDP.

- Continuação do desenvolvimento da rede de acesso directo para a Banda Larga: No ano de 2006 manteve-se o esforço de desagregação das centrais OLL tendo sido lançados os projectos para lançar 31 novas centrais. A ONI Telecom ficará a dispor de cobertura própria de quase 90% em Lisboa e Porto e de cerca de 50% do território continental. Mais de 90% destas centrais estão preparadas para ADSL 2+, tecnologia que possibilita larguras de banda superiores e que permite a conjugação no mesmo acesso de serviços de voz, internet e vídeo (triple play);

- Diminuição do tempo de provisão: Não obstante o ritmo de crescimento da captação de novos clientes, a ONI Telecom manteve o seu esforço de melhoria dos métodos e processos internos reflectido na redução para 14 dias no tempo necessário para dar serviço a um cliente de banda larga, contados a partir do momento em que o contrato é recebido na ONI;

Disponibilização do serviço de banda larga aos clientes (dias)



- Aquisição de clientes de banda larga: Como consequência das acções referidas, a penetração na banda larga continua a evoluir de uma forma positiva, tendo a ONI registado em 2006 cerca de 68 mil novos clientes, um crescimento de mais de 100% face aos cerca de 32 mil novos clientes angariados em 2005 e de 460% face aos cerca de 12 mil novos clientes angariados em 2004.

edp

A ONI tem vindo a conquistar uma quota crescente no fluxo dos novos utilizadores de banda larga em Portugal tendo, segundo os últimos dados de mercado disponíveis conquistado uma quota superior a 20% no fluxo de novos clientes ADSL no 3º trimestre. A quota de mercado do parque de clientes de ADSL do segmento residencial têm vindo a evoluir favoravelmente, passando de uma posição residual em 2004, para cerca de 4% em 2005 e cerca de 10% no 3º trimestre de 2006, de acordo com os últimos dados disponibilizados pela ANACOM.

No final de 2006, os principais indicadores operacionais eram os seguintes:

Indicadores Operacionais			**ONI**
	2006	2005	Var. %
Novos Clientes Banda Larga (seg. Retalho) (mil clientes)	68	32	114,2%
Tráfego Voz Total (milhões de minutos)	1.121	978	14,6%
Tráfego Voz acesso directo (milhões de minutos)	300	244	23%
Recursos Humanos	395	492	-19,7%

Relatório e Contas 2006 Caderno Institucional e do Governo da Sociedade **Temas Corporativos**

edp

Temas Corporativos **93**

Qualidade 94
Recursos Humanos 96
Gestão do Risco 102
Sistemas de Informação 108
Investigação, Desenvolvimento
e Inovação 111
Serviços de Suporte 114

1. QUALIDADE

A Qualidade encontra-se enquadrada nas linhas de orientação estratégica que o Grupo EDP apresentou ao mercado durante o ano de 2006 e suporta a Visão formulada, de a EDP ser fornecedor de referência e líder na criação de valor, nos mercados em que opera. Em primeiro lugar porque é fundamental para a Gestão do Risco do negócio e para a satisfação das necessidades dos clientes. Em segundo lugar, porque contribui para a eficiência, através de uma abordagem de Excelência no Desempenho dos processos. Em terceiro lugar, porque um Crescimento Sustentado, implica adequados procedimentos de gestão da inovação e da melhoria dos processos e do conhecimento, próprios das abordagens sistémicas da Qualidade.

Neste contexto, a actividade em 2006 foi significativa nos domínios da consolidação dos sistemas de gestão, da melhoria do desempenho dos processos e da maior focalização nos clientes, internos e externos, e traduziu-se num diversificado número de projectos e de iniciativas, adaptados às necessidades e circunstâncias específicas dos diversos negócios e geografias.

Já em 2007, foi criada, no Centro Corporativo, a Direcção de Desenvolvimento Organizacional, com atribuições de promoção e coordenação, no Grupo, dos temas da Qualidade e Excelência, em geral, e da Organização e Gestão por Processos, em particular.

1.1. Consolidação dos Sistemas de Gestão

Gestão por Processos

A Gestão por Processos constitui uma abordagem estruturante na gestão organizacional, tendo durante 2006 conhecido um assinalável desenvolvimento no Grupo EDP. Neste âmbito é de destacar o desenvolvimento do projecto PR.O.S (Processos, Organização e Sistemas), cujos resultados ao nível da sistematização e integração das abordagens e das ferramentas de suporte à gestão e da racionalização dos processos de maior criticidade e transversalidade no Grupo, serão já quantificáveis em 2007.

Em 2006, decorreram importantes projectos de mapeamento, caracterização, (re)desenho e uniformização de processos, dos quais se destacam:

- Projecto PROEDIS na EDP Distribuição, que contemplou a conclusão do redesenho dos principais processos operacionais e o início da sua implementação;

- Projecto Qualidade na EDP Produção, com particular ênfase na reestruturação organizacional da empresa;

- Projecto Gestão por Processos e o Programa Valer Mais na EDP Valor, com o objectivo de definir e implantar um sistema de gestão e melhoria de processos e de constituir um manual que contenha um repositório de conhecimento sobre os processos de negócio da EDP Valor;

- Manual de Organização das Empresas da Energias do Brasil, que inclui o organograma da empresa, com explicitação gráfica dos reportes e dos nomes dos titulares dos cargos de topo, a lista das siglas atribuídas às unidades organizativas, o manual de funções, com a listagem completa das atribuições funcionais, também por unidade organizativa e por cargo, o manual de processos com a informação escrita e gráfica de cada um dos processos redesenhados e o manual de competências.

Certificação da Qualidade

Para efeitos da manutenção da certificação com referência à norma EN ISO 9001:2000, foram realizadas, pelas respectivas entidades certificadoras, auditorias às áreas de Produção, Distribuição e Comercialização da HC Energía, bem como, na EDP Produção, às áreas de Projectos de Engenharia e Manutenção.

Na EDP Valor e na Labelec prosseguiram os projectos de implementação de sistemas de gestão certificáveis com referência às normas EN ISO 9001:2000, EN ISO 14001:2004 e OSHAS 18001:1999, relativas, respectivamente, à gestão da qualidade, à gestão ambiental e à gestão da saúde e segurança no trabalho.

Ainda na Labelec, foram concedidas, pelo Instituto Português de Acreditação (IPAC), acreditações aos Laboratórios de Ensaios de Contagem de Energia e de Ensaios de Câmaras Térmicas, estando em curso o processo de extensão da acreditação dos Laboratórios de Materiais Isolantes e de Ambiente, para um significativo número de novos ensaios.

1.2. Melhoria do Desempenho

Com objectivos específicos de criação de valor através da obtenção de ganhos de eficiência e/ou de eficácia, foram desenvolvidos ou continuados em 2006 diversos projectos de melhoria de processos, de entre os quais se destacam:

- na actividade de produção, a implementação do Programa Lean, numa primeira fase na EDP Produção e na HC Energía, encontrando-se, no final do ano, esta metodologia de controlo e melhoria de processos já implementada nas centrais de Sines, Setúbal e Soto;

- na EDP Distribuição, o Programa para a Melhoria da Qualidade de Serviço Técnica que tem como objectivo atingir padrões de qualidade de serviço que correspondam aos objectivos da Empresa e às expectativas dos Clientes, o Projecto "Data Quality" de melhoria da qualidade dos dados dos sistemas de informação técnica e os projectos Produtividade+, que visa a melhoria da produtividade nas Áreas de Rede e nos Centros de Condução, incidindo sobre recursos próprios e de prestadores de serviço e de Gestão da Mobilidade, estes incluídos no Programa Lean Distribuição;

- na HC Energía, a abertura de doze novos projectos de "Seis Sigma" induzindo poupanças acumuladas da ordem de 3 milhões de euros e o desenvolvimento de outros quarenta e sete projectos de melhoria de menor dimensão, no âmbito do Programa IMAS, de gestão de sugestões de colaboradores;

- na EDP Valor, o projecto "Valor Eficiente" contemplando um conjunto de melhorias na plataforma tecnológica SAP R/3, designadamente, a implementação da auto-facturação e facturação electrónica de fornecedores, a criação de um módulo de especializações, as melhorias nas funcionalidades de suporte aos processos de gestão de RH e o reforço dos mecanismos de controlo interno associados aos processos em causa, para as quais foi estimado um investimento total de cerca de 383 mil euros com NPV a 3 anos de 3,9 milhões de euros.

Visando a melhoria do desempenho dos processos, desenvolveram-se ainda, de forma extensiva, actividades de "benchmarking" interno e externo, de entre as quais se destacam as conduzidas na EDP Valor, relativas ao desempenho dos principais processos de suporte à actividade do Grupo e cujos resultados serviram de base a diversas iniciativas de melhoria.

1.3. Focalização nos Clientes

A Focalização nos Clientes foi consubstanciada, em 2006, de uma forma indirecta, através da abordagem de gestão por processos já referida cujo corolário é o enfoque no Cliente, de uma forma directa, em iniciativas específicas levadas a efeito no âmbito do Marketing e da Gestão da Relação com os Clientes, objecto de referência em outros capítulos deste Relatório.

Nesta área, destacam-se, no que respeita aos clientes externos, a conclusão do Projecto "SIGLO", tendo por objecto um novo sistema de gestão de clientes em mercado livre, bem como o projecto "Voz del Cliente" no âmbito da gestão do conhecimento gerado no Cliente, ambos na HC Energía. No que respeita aos clientes internos, destaca-se o projecto "Modelo de Relacionamento com Cliente", iniciado em 2006 pela EDP Valor, visando a revisão e melhoria dos processos e ferramentas associadas às diversas fases do ciclo de relacionamento com os clientes (contratação dos serviços e definição de acordos de nível de serviço, gestão da prestação do serviço, tratamento de reclamações e sugestões, avaliação da satisfação dos Clientes, facturação e reporte dos serviços prestados).

2. RECURSOS HUMANOS

O ano de 2006 foi um ano de forte evolução das vertentes de organização e desenvolvimento dos Recursos Humanos, com o aprofundamento de projectos que contribuíram significativamente para um maior conhecimento do capital humano e potenciação de competências críticas para os processos de gestão e mudanças necessários, num contexto multi-geográfico e em consonância com as orientações estratégicas do grupo.

2.1. Gestão Estratégica de Recursos Humanos

No decorrer de 2006, desenvolveu-se um conjunto de projectos com o objectivo de potenciar o desenvolvimento dos Recursos Humanos do Grupo EDP:

- "Management Appraisal": Este projecto, que visa a avaliação e potenciação de competências, o conhecimento e desenvolvimento profissional dos Gestores e Quadros Dirigentes com base em conceitos de "benchmarking" nacional e internacional, continuou em 2006, tendo-se envolvido mais 78 colaboradores, num total de 621 colaboradores participantes em Portugal. Foi também alargado às empresas sedeadas em Espanha, no qual participaram 151 colaboradores e no Brasil, num universo de 180 gestores de topo;

- "Coaching" Externo e Interno: Iniciou-se para a alta direcção e quadros com potencial, num total de 50 colaboradores em Portugal e em Espanha, vários programas de "coaching" externo e interno, focalizados no desenvolvimento de competências comportamentais em que foram reconhecidos maiores gaps, com "Coaches" Internacionais e Nacionais de referência;

- "Mentoring": Iniciaram-se programas de "mentoring" com o objectivo de fazer o acompanhamento e desenvolvimento das carreiras dos colaboradores seleccionados, alinhando-as com a estratégia do Grupo EDP;

- Reestruturação de Planos de Carreiras e Salários: este projecto envolveu cerca de 180 colaboradores da Energias do Brasil, entre cargos de topo e restantes cargos, e teve como principais objectivos a racionalização das estruturas, promover o nível de competitividade da empresa face ao mercado, promover a mobilidade nacional, permitir identificar e reter os "talentos", definir estratégias de remuneração, fortalecer a cultura corporativa e melhorar o clima organizacional;

- Carreiras em Y: Na sequência do desenvolvimento do Projecto Carreiras em Y os seus resultados foram aplicados no início de 2006, tendo resultado incrementos salariais e atribuição de benefícios a cerca de 50% do universo dos quadros superiores envolvidos (408 colaboradores);

- Gestão da Mobilidade: Concebido em 2005 e focalizado na resposta às necessidades de mobilidade interna, quer dos colaboradores quer das empresas, o projecto Gestão Interna da Mobilidade entrou em funcionamento em 2006, pondo em prática os seus princípios básicos:

  - Identificar e desenvolver as capacidades individuais dos colaboradores, acarretando um aprofundado conhecimento das competências individuais e pessoais;

  - Responder eficazmente às necessidades de mobilidade da organização, garantindo-se um conhecimento das funções e estruturas da empresa;

  - Promover a mobilidade interna necessária aos planos de sucessão.

Neste âmbito, foi criado um espaço na intranet que permite a qualquer colaborador registar o seu interesse em novas funções e actividades e, simultaneamente, ficar a conhecer as oportunidades de mobilidade que surjam no Grupo EDP.

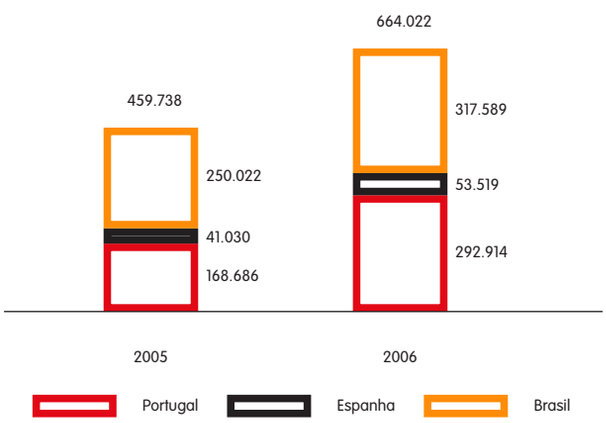
Até final de 2006 foram recebidos 58 pedidos de mobilidade, oriundos das diferentes empresas do Grupo EDP, procedendo-se à caracterização das competências destes colaboradores e entrevista, tendo em vista a análise e adequação a outras funções e colocação noutro local.

No que respeita à mobilidade além-fronteiras, e com base no Regulamento de Trabalho Internacional, adaptado às exigências de mobilidade de grupos profissionais mais diversificados, foram colocados 18 colaboradores em diferentes geografias onde a EDP está presente, distribuídos por Espanha, Brasil e Cabo Verde.

Formação

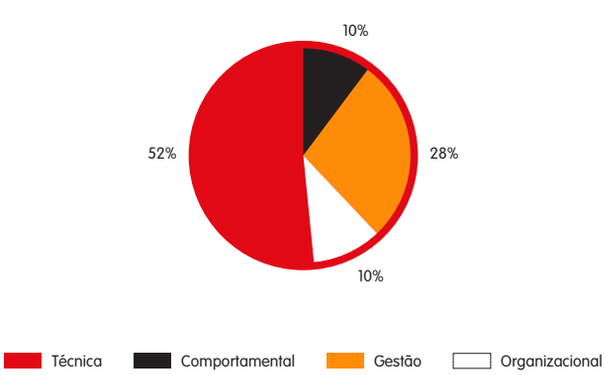
Em 2006, ao nível do Grupo EDP, verificaram-se mais de 664 milhares de horas em formação, mais 44% face a 2005.

Horas de Formação



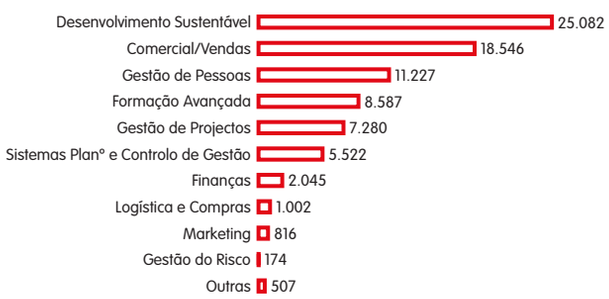
A Formação Técnica e em Gestão continuaram a ser os domínios formativos que mais se destacaram no Grupo EDP (Portugal), tendo envolvido 71% dos formandos, com 232.163 horas de formação.

Horas de Formação por Domínio Formativo



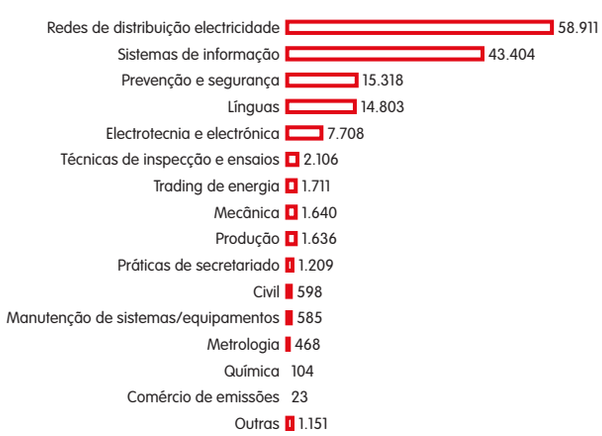
Em 2006 foi ministrada formação em Desenvolvimento Sustentável com 389 acções de formação realizadas, nas quais participaram 6.263 colaboradores num total de 25.082 horas de formação.

Formação no domínio da Gestão
(n.º de horas)



No âmbito da Formação Técnica, a área de formação em Redes de Distribuição de Energia Eléctrica envolveu 8.212 formandos, a área de Prevenção e Segurança 2.784 formandos e a área de Sistemas de Informação 2.524 formados, num cômputo total de 117.633 horas de formação.

Formação no domínio Técnico
(n.º de horas)



No domínio Organizacional, nas áreas de Projecto/Cultura de Empresa e Qualidade realizaram-se 363 Acções de Formação, com 7.795 formandos.

O investimento no desenvolvimento dos colaboradores no Grupo EDP em Portugal abrangeu 8.046 pessoas, num total de 292.914 horas de formação distribuídas por 2.722 acções de formação e o montante de 5,98 milhões de euros relativos a custos directos.

O desenvolvimento de Quadros-Chave e a sua adaptação às constantes exigências do mercado, pautaram as seguintes vertentes de Formação:

- Programa de Formação "Gerir a Mudança": Programa de formação em Liderança Estratégica, desenvolvido em parceria com a Universidade Nova de Lisboa e que constituiu um instrumento de mudança para o Grupo. Realizaram-se 10 Acções de formação com 269 quadros onde foram abordados os temas Estratégia e Criação de Valor, Gestão de Processos e Qualidade em Serviços, Cultura Organizacional, Gestão de Pessoas e Gestão da Mudança.

- Formação Avançada: esta vertente englobou a formação avançada em escolas superiores nacionais e internacionais, com o objectivo de desenvolver competências específicas e de gestão para 24 colaboradores, a vinda de conceituados consultores internacionais para acções em que participaram mais de 200 dirigentes do Grupo e acções de formação comportamental com o objectivo de promover o desenvolvimento profissional e a contínua adaptação dos quadros às necessidades estratégicas do Grupo, sendo de destacar a formação em "Comunicação Eficaz" e "Feedback Comportamental" a elementos da Alta Direcção e Quadros com potencial.

Em Espanha, no conjunto das empresas HC Energía e Naturgas, registou-se um total de 53.519 horas de formação. Destas, 36.260 horas são relativas a 701 acções realizadas pela HC Energía, que envolveram um total de 1.200 colaboradores, abrangendo essencialmente os domínios técnicos específicos das áreas da Produção e Distribuição (62%) e Segurança no Trabalho (20%).

No Brasil, efectuaram-se mais de 1.100 acções de formação, com duração total de 317.589 horas, mais 27% que em 2005, na sua maioria nas áreas técnicas e comercial. Nestas inclui-se também o Programa de Incentivo à Educação Formal, em que a empresa suporta 50% dos custos de licenciatura e 80% dos custos de pós-graduação, visando o incentivo ao aumento da escolaridade dos colaboradores.

A Energias do Brasil esteve envolvida, também, no programa de inclusão social "Programa Menor Aprendiz", que visa habilitar profissionalmente adolescentes entre os 16 e 18 anos, oriundos de classes sociais menos favorecidas.

Durante o ano de 2006, destaque ainda para as seguintes iniciativas em que a EDP participou:

- Diversas actividades de colaboração/estágio com Quadros Dirigentes da Empresa de Electricidade de Angola - ENE, com base no protocolo de intercâmbio de conhecimentos e experiências estabelecido entre as empresas e que culminou com a visita da Administração da ENE para uma sessão de trabalho com o Conselho de Administração Executivo da EDP;

- Recepção de Quadros Superiores da Electricidade de Moçambique para estágio e de dirigentes da Société Tunisiene de Electricité et du Gaz - STEG que, durante uma semana, tiveram conhecimento de processos relacionados com a organização da empresa;

- Associação à "Junior Achievement" (JA) e à Associação Aprender a Empreender, lançando um desafio a todos os colaboradores para participarem como voluntários no programa Economia para o Sucesso;

- Gestão Global, competição que foi duplamente participada pela EDP que, para além das suas equipas representantes, acolheu a realização da final nacional que envolveu os 300 finalistas.

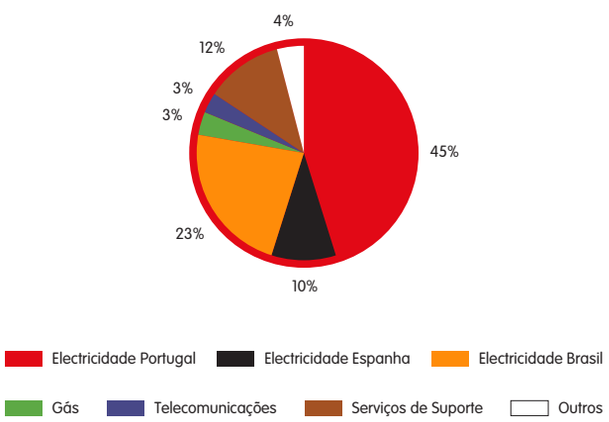
2.2. Evolução do Quadro de Colaboradores

Número de Colaboradores

	2006	2005	Var. %
Mercado Ibérico de Energia			
Electricidade	7.455	7.693	-3,1%
Produção em Regime Ordinário	2.160	2.276	-5,1%
Portugal	1.571	1.672	-6,0%
Espanha	589	604	-2,5%
Produção em Regime Especial	246	229	7,4%
Portugal	25	18	38,9%
Espanha	221	211	4,7%
Distribuição	4.869	5.016	-2,9%
Portugal	4.474	4.615	-3,1%
Espanha	395	401	-1,5%
Comercialização	180	172	4,7%
Portugal	88	91	-3,3%
Espanha	92	81	13,6%
Gás	434	444	-2,3%
Portugal	115	110	4,5%
Espanha	319	334	-4,5%
Brasil	3.076	3.528	-12,8%
Produção	242	282	-14,2%
Bandeirante	1.081	1.203	-10,1%
Escelsa	1.003	1.162	-13,7%
Enersul	734	866	-15,2%
Comercialização	16	15	6,7%
Serviços de Suporte	1.627	1.654	-1,6%
Telecomunicações	395	492	-19,7%
Outros [1]	588	506	16,2%
Total	13.575	14.317	-5,2%

Nota: Inclui Órgãos Sociais e corresponde a 100% do número de colaboradores independentemente da participação do Grupo EDP
(1) Inclui holdings e outras empresas participadas.

Repartição do Quadro de Colaboradores



O quadro de colaboradores da EDP atingiu os 13.575 colaboradores, no final de 2006, uma redução de 742 face a 31 de Dezembro de 2005. Esta evolução foi fortemente influenciada por programas de adequação de efectivos, nomeadamente pelo Plano de Ajustamento de Efectivos em Portugal e pelo Programa de Desligamento Voluntário no Brasil, que prevê a saída líquida de 637 colaboradores até ao final de 2007.

O Plano de Ajustamento de Efectivos 2006/2008, lançado no decorrer de 2006, tem os seguintes objectivos:

- Executar um Plano visando a desvinculação de trabalhadores, esgotadas as possibilidades de recolocação interna;
- Assegurar, sob a direcção da EDP, com o apoio de uma empresa especializada, a implementação de medidas de apoio aos colaboradores que saiam no âmbito deste Plano;
- Garantir o acompanhamento dos casos sociais mais complexos.

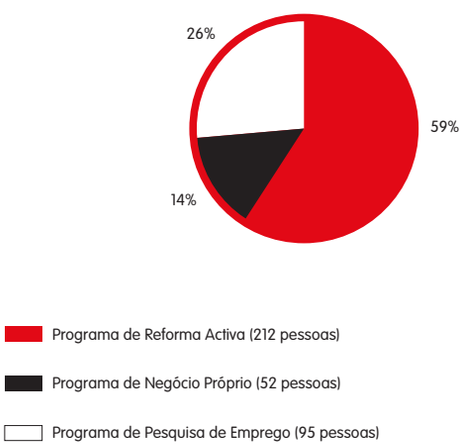
Inserido num processo de simplificação da organização e focado essencialmente na agilização de processos e tecnologias de suporte, são elegíveis para este programa os colaboradores que desenvolvam actividades que possam ser executadas com menos recursos e que não seja possível a sua recolocação funcional ou geográfica, os colaboradores que esteja em regime de cedência a empresas participadas minoritárias com garantia de manutenção do contrato na empresa cessionária e "sem possibilidade" de recolocação no Grupo.

No âmbito deste plano, foram reforçadas as medidas de reorientação sócio profissional para os colaboradores que se desvinculam da EDP, privilegiando-se práticas facilitadoras de procura de novo emprego ou a criação de negócio próprio, como por exemplo, avaliação das alternativas de mercado versus preferências de trabalho e perfil, preparação do Curriculum Vitae, preparação de entrevista, negociação e marketing pessoal, avaliação de perfil do empreendedor, levantamento das ideias e apoio à análise da viabilidade, elaboração do projecto para apresentação no Centro de Emprego.

Os programas de Reforma Activa, que pretendem equacionar os interesses de ocupação e orientar a etapa da vida dos ex-colaboradores nas suas diversas vertentes - saúde, lazer, formação, voluntariado, etc. - são também uma preocupação do Plano de Ajustamento de Efectivos em curso.

O novo programa de adequação de efectivos é assim suportado pelo mesmo tipo de apoios do plano anterior, que registou os seguintes resultados:

Profissionais segundo Programa Concluído



Em 2006, registaram-se os últimos 29 apoios relativos ao Plano de Reestruturação anterior, dos quais 26 Programas de Reforma Activa, 2 Programas de Pesquisa de Emprego e 1 Programa de Negócio Próprio.

Em termos de Recrutamento e Selecção:

- Admitiram-se 102 novos colaboradores em Portugal, dos quais 58% com idade inferior a 30 anos, o que representa um esforço continuado de rejuvenescimento do quadro;
- Participou-se em Feiras de Emprego, com especial relevo para as Jornadas de Engenharia Electrotécnica e de Computadores, do Instituto Superior Técnico;
- Realizaram-se diversos estágios, dos quais:
  - 212 estágios profissionais destinados a jovens trabalhadores de Portugal e Espanha;
  - 93 estágios curriculares;
  - 15 estágios com a IAESTE - The International Association for the Exchange of Student for Technical Experience;
  - 21 estágios com a Fundação da Juventude, através do PEJENE - Programa de Estágios de Jovens Estudantes do Ensino Superior nas Empresas e ainda estágios na Companhia de Electricidade de Macau a alunos recém-licenciados , no âmbito do Programa "Jovens Quadros" da Companhia de Electricidade de Macau;
  - Realização, na Energias do Brasil, de 81 estágios a estudantes, com duração média de 6 a 24 meses.

2.3. Segurança e Saúde no Trabalho

A segurança e saúde no trabalho são para a EDP condições imperativas ao normal desenvolvimento das suas actividades empresariais e, por isso, um objectivo estratégico essencial no desenvolvimento sustentável do Grupo. A EDP pretende manter-se como referência nacional em matéria de gestão da segurança e estar ao nível das melhores práticas internacionais, tendo em 2006:

- Reformulado e actualizado a "Política de Segurança da EDP", evidenciando um compromisso para a gestão da segurança no trabalho, numa perspectiva de melhoria contínua, e na convicção de que o desenvolvimento laboral num ambiente seguro e saudável constitui um factor determinante para a satisfação dos colaboradores e uma mais valia para o sucesso nos resultados;
- Aprovada a política de Prevenção e Controlo do Álcool que visa essencialmente contribuir para a saúde das pessoas e para a melhoria das condições de segurança na realização dos trabalhos. O seu objectivo é preventivo, reconhecendo, que o consumo (excessivo) de álcool é prejudicial à saúde, que a presença de álcool no sangue tem efeitos sobre a segurança e qualidade do trabalho e que é da responsabilidade de cada um a consciência de consumo moderado.

Na EDP em Portugal existem 104 Representantes dos Trabalhadores para a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho eleitos que integram as diversas comissões e subcomissões de Segurança das unidades

organizativas. Em 2006 realizaram-se 97 reuniões das comissões e subcomissões de segurança onde foram, nomeadamente, apresentados e discutidos os programas e planos de acções relativos às actividades da segurança, bem como os resultados do estudo dos acidentes de trabalho e medidas correctivas preconizadas.

Foram instituídos os Prémios anuais EDP de Prevenção e Segurança no Trabalho, em três categorias, colaboradores, equipas e empresas externas prestadoras de serviços, para reconhecer aqueles que no decurso do ano desenvolveram iniciativas ou actividades no âmbito da segurança no trabalho, que tenham contribuído de forma relevante para o reforço e consolidação da cultura de prevenção EDP.

Destaque para os seguintes factos em 2006:

- Subscrição pela EDP, como membro fundador, da WSD (World Safety Declaration), aderindo assim a um compromisso mundial para a melhoria das condições de segurança no local de trabalho;

- Continuação da implementação e consolidação no universo EDP do sistema de gestão da segurança, higiene e saúde no trabalho (SHST), que tem como referência a especificação OHSAS 18001:1999 e o preconizado pela Organização Internacional do Trabalho na Recomendação ILO-OSH 2001;

- Realização de acções, em colaboração com escolas, sobre a utilização da electricidade com segurança, visando ensinar os mais novos sobre os riscos da electricidade e a sua correcta utilização;

- Realização de 17 exercícios de simulacro em diversas instalações industriais e administrativas, exercícios de resposta a cenários de acidentes, tendo como finalidade testar a eficácia dos respectivos planos de emergência internos, que contaram com o envolvimento de entidades dos bombeiros, policiais e protecção civil;

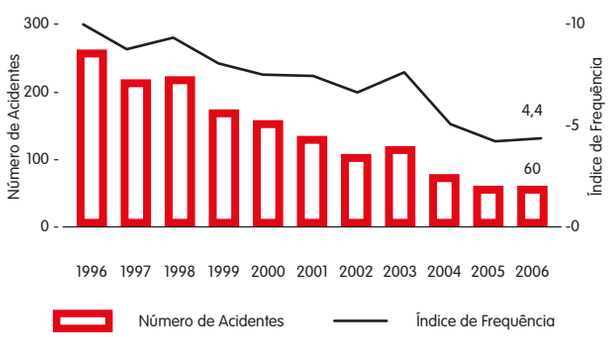
- Protocolo com a Escola Nacional de Saúde Pública, Universidade Nova de Lisboa, para a participação num projecto de "Cenários contra a Gripe Pandémica", de forma a contribuir para o estudo desta problemática, assim como elaborar um plano contingência de resposta à ameaça duma eventual Gripe Pandémica;

- Recebimento do "Prémio Shell - Lubrificantes" atribuído ao trabalho realizado no Centro de Produção Tejo-Mondego dedicado ao tema "O Sistema de Gestão da Prevenção E Segurança do PHTM & Acções Específicas Relativas a Lubrificantes".

Acidentes de trabalho e índice de frequência

Não obstante os esforços desenvolvidos na área da segurança, os principais indicadores mantiveram-se ao mesmo níveis dos de 2005.

Acidentes e Frequência



O índice de frequência no sector eléctrico em Portugal foi de 4,43 acidentes por milhão de horas trabalhadas, que aumenta para 5,75 quando englobados os prestadores de serviços das actividades industriais da produção e distribuição de energia eléctrica. No universo global do Grupo EDP o índice de frequência foi de 4,61 acidentes por milhão de horas trabalhadas.

O índice de gravidade no sector eléctrico em Portugal foi de 345 dias de calendário perdidos por milhão de horas trabalhadas, enquanto que no universo global do Grupo EDP este indicador registou um valor de 252 dias.

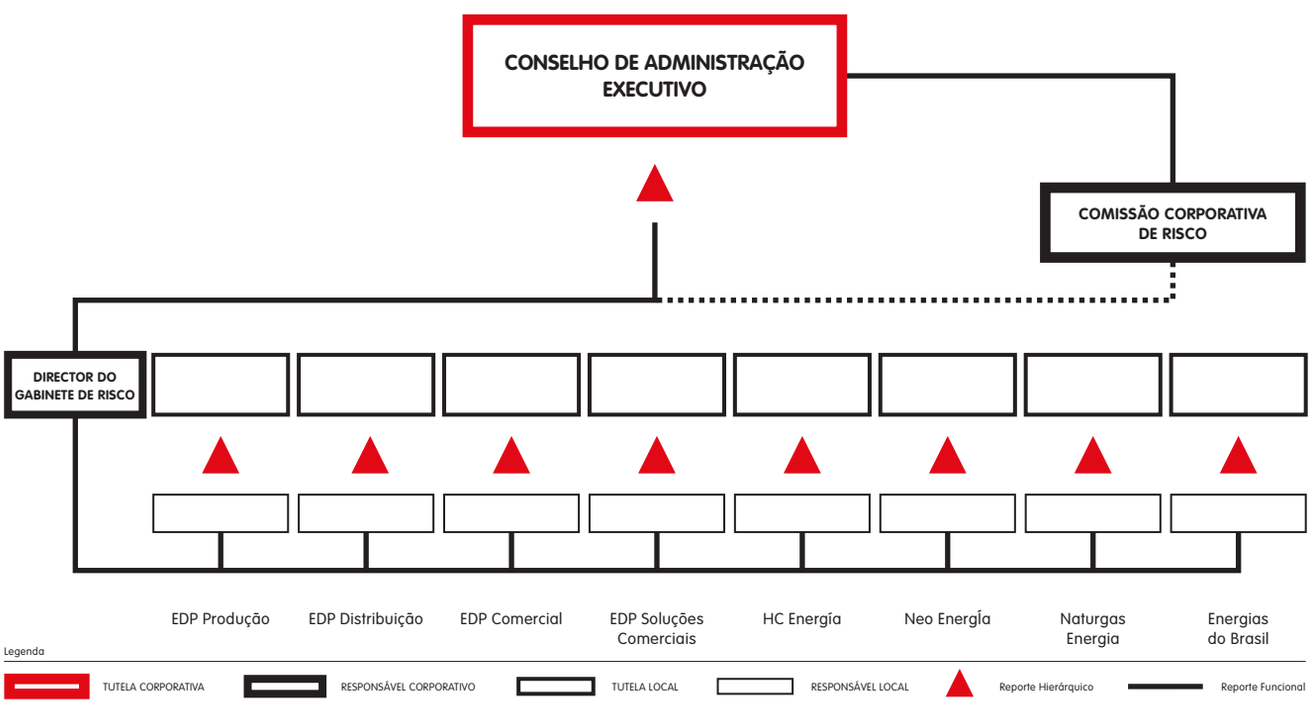
3. GESTÃO DE RISCO

Estrutura de gestão de risco

A estratégia do Grupo na condução dos negócios pauta-se pela criação de benefício para os clientes por meio de uma equilibrada relação de custo - risco, enquanto procura proporcionar valor às partes interessadas e proteger a performance e reputação do Grupo por intermédio de uma gestão prudente dos riscos inerentes ao sector.

- Assegurar a monitorização dos riscos mais significativos;
- Estabelecer mecanismos de "reporting";
- Elaborar recomendações sobre políticas, procedimentos e limites de risco para o Grupo.

Ao nível corporativo, o Gabinete de Gestão de Risco exerce as funções de controlo independente de risco, supervisionando e relatando continuadamente



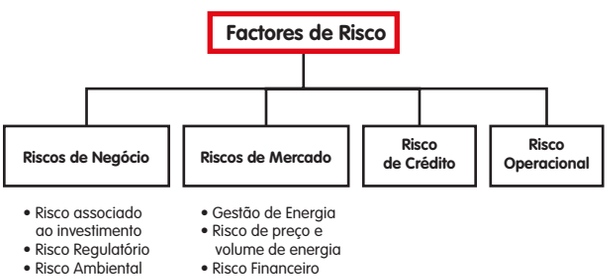
O Conselho de Administração Executivo decide qual o nível de exposição assumido pelo Grupo EDP nas suas diferentes actividades, define limites globais de risco e assegura que as políticas e procedimentos de gestão de risco são seguidas.

É apoiado por uma Comissão Corporativa de Risco, presidida pelo Presidente do Conselho de Administração Executivo, e composta por Administradores com o pelouro financeiro e de Gestão de Energia, Directores dos Gabinetes de Gestão de Risco e Financeiro e da Unidade de Gestão de Energia e outros elementos da alta direcção, convocados de acordo com a agenda. Tem como tarefas principais:

sobre o cumprimento global dos procedimentos e limites definidos. É ainda responsável pelo desenvolvimento de modelos e métodos de medida apropriados para a gestão dos riscos.

As unidades de negócio gerem os seus próprios riscos, dentro dos critérios e delegações estabelecidas. Existe uma solução de duplo reporte entre o "Risk Officer" de cada unidade de negócio e o Director do Gabinete de Gestão de Risco, assegurando o alinhamento das práticas de actuação, de relato e controlo.

Os principais factores de risco identificados pelo Grupo EDP estruturam-se da seguinte forma:



Risco associado ao investimento: Para além dos riscos usuais ligados ao ciclo de investimento, a liberalização do mercado coloca problemas novos de oportunidade de decisão de crescimento - risco, tendo em perspectiva o posicionamento a prazo dos diversos concorrentes. De facto e relativamente ao crescimento pela via de novos investimentos, em 2006 foi implementado um processo de avaliação e decisão de investimento que permite uma maior normalização e controlo da quantificação do valor esperado dos investimentos, através da uniformização das taxas de desconto dos "cash-flows" e da modelação de cenários (que incorporam diferentes sensibilidades a, por exemplo, risco de preço, de volume de energia, regulatório). A criação de comités de investimento (nas unidades de negócio e ao nível corporativo) permitirá uma implementação efectiva destes mecanismos na fase de avaliação e de acompanhamento da execução dos investimentos, monitorando riscos operacionais nesta fase e o seu impacto potencial no valor esperado.

Risco regulatório: Decisões políticas e regulatórias sobre o sector energético ocasionam riscos difíceis de antecipar e de mitigar. Como tal, o Grupo toma um papel activo na análise e estudo de alternativas que possam ajudar os decisores a ter em conta as perspectivas do Grupo.

Subsiste alguma incerteza regulatória no sector energético, tanto em Portugal como em Espanha, que resulta, por um lado, das necessidades de convergência regulatória entre os dois países e, por outro lado, da necessidade de minimizar os défices tarifários no sector eléctrica em Portugal e Espanha, em que se destaca a securitização do défice tarifário de 2005 em Espanha.

A decisão regulatória de atribuição de direitos de emissão de CO_2 e a volatilidade do preço deste em mercado geram um risco para o Grupo EDP, nomeadamente para as centrais em mercado. Este risco tem sido mitigado como qualquer outro risco regulatório e ainda por meio de uma aposta forte em energias renováveis, em novas centrais térmicas de baixa emissão de CO_2 e também por investimento em fundos de carbono e em projectos de sumidouros de CO_2. Para este último, é exemplo o projecto agro-florestal na Quinta da França, em que se prevê produzir um stock de carbono equivalente a 7.000 toneladas de CO_2 por ano, no período de 2006 a 2012, reduzindo assim o balanço nacional de emissões nesta quantidade anual, e demonstrar a viabilidade de alargamento desta iniciativa a uma escala nacional muito mais vasta.

No Brasil o negócio de distribuição tem vivido um período de aprimoramento da metodologia das revisões tarifárias, depois dos agentes regulados terem experimentado um período de imprevisibilidade quanto aos resultados do primeiro ciclo dessas revisões. A abertura do novo ciclo de revisões tarifárias em 2007, com a inclusão de novas metodologias, imprime à Energias do Brasil necessidade de uma postura activa, tendo por objectivo garantir ganhos em termos de previsibilidade, relativamente às acções da entidade reguladora.

Risco ambiental: As obrigações ambientais do Grupo são rigorosamente geridas e controladas, o que permite assegurar a plena satisfação das exigências normativas e minimizar o risco de acidentes ambientais.

Será de assinalar que até 30 de Abril de 2007 será transposta a Directiva de Responsabilidade Ambiental - DRA (Directiva 2004/35/CE). Esta legisla sobre um regime público de Responsabilidade Ambiental distinto do regime até agora existente - de responsabilidade civil -, que está ancorado no "Princípio do Poluidor/Pagador", pois pretende-se que a responsabilidade pelos danos ao ambiente ou a ameaça iminente dos danos recaiam sobre o

responsável pelo dano. Prevê o recurso, por parte dos operadores, a seguros ou outros mecanismos de garantia financeira adequados e o desenvolvimento de instrumentos e mercados de garantia financeira, para proporcionar uma cobertura eficaz das obrigações financeiras decorrentes da presente directiva (o Grupo dispõe já de seguros neste âmbito quer para multi-riscos industriais, quer para responsabilidade civil, cuja adequabilidade à directiva citada será oportunamente revista).

Para garantir a correcta adequação de políticas e procedimentos existentes àquela directiva, foi lançado o Projecto DRA, sob a coordenação do Gabinete de Sustentabilidade e Ambiente e cuja implementação está a ser feita utilizando o Portal de Risco, como a ferramenta de suporte das actividades do Projecto. Este último engloba a inventariação de riscos, em termos de responsabilidade ambiental, quer objectiva quer subjectiva, competindo às unidades de negócio a actualização de planos de gestão do risco ambiental, de modo a reforçarem medidas imediatas de contenção decorrentes de um dano ambiental, assim como medidas preventivas destinadas a minimizar os acontecimentos relativos a este tipo de danos.

Gestão de energia: Cerca de 65% do portfolio de produção na Península Ibérica não está exposto a este risco por via dos Contratos de Aquisição de Energia assinados com a REN. A parte restante é gerida em mercado pela Unidade de Negócio de Gestão de Energia (UNGE), a qual dispõe de um conjunto de políticas e procedimentos operativos incorporando as políticas e princípios de gestão de risco aprovadas. No mercado ibérico liberalizado, as posições da UNGE são divididas em duas áreas de gestão:

- Estrutural, que consolida todas as posições inerentes aos contratos bilaterais com as entidades comercializadoras de electricidade e aos activos produtores de energia;

- Negociação, que concentra as operações (de electricidade físicas e nos mercados financeiros) realizadas com o propósito de: (i) efectuar uma mais-valia (p. ex.: posicionamento no mercado a prazo OMIP); ou (ii) assegurar um resultado eliminando, mediante uma compra e venda, total ou parcialmente o risco de mercado (p. ex.: arbitragem na interligação Espanha - França).

As posições relativas às operações da área Negociação têm o seu nível de exposição delimitado por uma estrutura de controlo específica. As posições e operações da área Estrutural estão divididas por carteiras, correspondendo a cada uma destas uma política de cobertura dos riscos, com a finalidade de: maximizar os resultados, considerando os valores orçamentados e os limites de risco estabelecidos; reduzir os riscos não controláveis.

As actividades de "trading" estão principalmente desenhadas para mitigar riscos sobre a margem, resultante de flutuações de preços nos mercados energéticos. Assim, a UNGE pratica uma política de coberturas, nomeadamente para aquisição de combustíveis para as centrais térmicas em mercado livre de Portugal e de Espanha: "swaps" de petróleo Brent; futuros de carvão; "forwards" Euro / USD (este último por intermédio do Gabinete de Gestão Financeira).

Para além do controlo diário efectuado pelo "middle-office" da UNGE, o Gabinete de Gestão de Risco corporativo efectua complementarmente o controlo do cumprimento dos limites da UNGE e produz um relatório mensal sucinto de avaliação da situação. Esta avaliação utiliza um modelo simplificado de simulação do sistema ibérico, o qual está em vias de ser substituído pelo MUR - Modelo Unificado de Risco, desenvolvido pela UNGE, o qual permite uma avaliação mais sofisticada do risco da actividade de "trading" e a verificação do cumprimentos dos limites aprovados (avaliação da MaR - "Margin at Risk" e outros indicadores). Este modelo está a ser sujeito a uma avaliação de conformidade.

No Brasil, a Enertrade procedeu à alteração da metodologia de avaliação de risco de "trading", anteriormente baseada na estimativa preços à vista para o fecho da posição da Enertrade em momentos futuros, passando a utilizar a estimativa de preços a termo para a energia, o que acaba por ser uma melhor referência para os preços de contratos neste mercado. A política de risco vai ser ajustada em conformidade.

Risco de preço e volume de energia: Na actividade de comercialização no mercado livre na Península Ibérica, a EDP está exposta a risco de preço e volume de energia.

No risco associado às variações do preço de compra de energia e às variações das tarifas de utilização de redes, que poderão não ser passados de uma forma automática ou antecipadamente para o cliente, tem sido feita a avaliação regular da posição da carteira comercial correspondente. Passada a fase inicial de ajustamento competitivo e face à grande subida de preços dos combustíveis, a reformulação de critérios encetada faz prever, no curto prazo, uma quebra sucessiva da energia contratada por esta via, com consequente melhoria nos valores negativos da margem bruta registada.

O risco de volume, entendido como o desvio entre o volume fornecido relativamente ao esperado (previsão incorrecta de quota no mercado liberalizado, influência da temperatura e de variáveis sócio-económicas), tem sido mitigado por duas vias: transacções no mercado organizado e melhoria dos processos de previsão de consumo. Este é um dos factores importantes para a contratação interna, entre a UNGE e a comercialização, a qual desempenha um papel crucial para a gestão equilibrada e integrada do risco preço-volume, tanto pela optimização da estratégia comercial, como pela política de coberturas a praticar pela UNGE. Para apoio a estas decisões, o Grupo dispõe de um Comité de Preços e Volumes, de participação alargada e periodicidade de reunião trimestral. Existem ainda limites formais definidos, que balizam a contratação de novos clientes e a renovação dos contratos actuais.

Para o mercado de gás em Espanha, constata-se que a logística de aprovisionamento é crítica, face ao crescimento do consumo, que não foi acompanhado por um crescimento igual das infra-estruturas. A Naturgas Energia exerce uma monitorização constante do balanço entre aprovisionamento e consumo, procurando gerir a flexibilidade logística, em ligação com os operadores locais e com a recentemente criada EDP Gás. Por outro lado, a EDP está exposta também a variações do preço no mercado spot, o que, se coincide com um período de necessidades adicionais aos contratos firmados a longo prazo, pode ocasionar um risco, que em parte pode ser transferido para o cliente final. A Naturgas dispõe de um sistema de programação de compra-consumo eficaz, segue estreitamente a margem de comercialização de gás e para o cálculo dos impactos tem em conta o histórico de factos ocorridos assim como os custos de compra e a possível perda de margem.

Risco financeiro: Os riscos financeiros do Grupo são principalmente geridos pelo Gabinete de Gestão Financeira, o qual efectua a gestão da tesouraria do Grupo em Portugal, da carteira de dívida e dos riscos de taxa de juro e cambial através de instrumentos financeiros em mercado.

Para o risco da dívida (principalmente taxa de juro em euro) e para a exposição a risco de crédito de contraparte nos derivados de cobertura utilizados, para Portugal e Espanha, observa-se uma relação baixa de VaR - Value at Risk / PV - "Present Value", bem como na sua evolução no tempo, e um risco de contraparte diversificado e envolvendo entidades financeiras com "rating" adequado.

O risco de liquidez encontra-se mitigado devido à política de gestão da dívida e de contratação de novo financiamento que tem como principais objectivos gerir equilibradamente o prazo médio da carteira e alisar o perfil de maturidade. Este risco é ainda mitigado pela disponibilidade de linhas de crédito contratadas (com tomada firme) e não utilizadas.

No Brasil formalizou-se a Política de Gestão de Riscos na Área Financeira, que descreve limites e procedimentos a serem adoptados pela Energias do Brasil e implementou-se um novo sistema de cadastro, medida de risco, contabilidade e planeamento - "RiskControl". Observa-se também uma relação baixa de VaR - Value at Risk / PV - "Present Value" e um risco de contraparte diversificado e envolvendo entidades financeiras com "rating" adequado.

A exposição a taxa de câmbio advém principalmente dos investimentos no Brasil. Sobre o impacto da flutuação no valor das acções detidas pelo Grupo na Energias do Brasil, que apenas se reflecte no balanço consolidado, não é efectuada qualquer cobertura, dado a natureza de investimento de longo prazo e de se considerar aceitável o nível de variação de curto prazo. Para a flutuação da dívida em moeda não local,

que afecta a demonstração de resultados consolidada, tem-se seguido a política de obtenção de novos empréstimos apenas em moeda local e utilização de swaps para os existentes.

As responsabilidades decorrentes do Plano de Pensões de Benefício Definido do Grupo EDP e dos benefícios de saúde em Portugal encontram-se integralmente cobertas pelos activos do Fundo de Pensões e por provisões específicas no balanço da EDP. O cálculo destas responsabilidades é efectuado anualmente por Actuário Independente, com base em pressupostos previstos nas IFRS-IAS, tendo em conta vários aspectos incluindo, entre outros, a performance do Fundo, os aspectos demográficos, variáveis económicas e os requisitos aplicáveis.

Em 2006 foi aprovado o novo Modelo de Governo do Plano de Pensões de Benefício Definido do Grupo EDP, que visa assegurar a gestão coordenada do Plano de Pensões nas áreas financeira, recursos humanos, planeamento e controlo e gestão de riscos.

Tendo presente a preocupação de uma gestão integrada e equilibrada entre activos e passivos foi desenvolvido um estudo de Asset Liability Modelling com recurso a uma entidade independente. Este estudo permitiu ao Grupo EDP a redefinição da política de investimentos mais adequada à estratégia de financiamento do Plano de Pensões de Benefício Definido, tendo em consideração a sua estrutura de responsabilidades.

Para o Fundo de Pensões EDP (Portugal) têm-se efectuado estudos sobre a composição das carteiras, cálculo do VaR e RAROC - "Risk Adjusted Return on Capital", global e para cada carteira, bem como a avaliação de risco de alguns produtos estruturados.

Para a cativa do Grupo - Energia RE - é feito um seguimento semelhante, ao do Fundo de Pensões, da composição desta carteira, cálculo do VaR e RAROC, valores que se têm mostrado razoáveis e estáveis.

Risco de crédito: Este risco é entendido como o risco de perda resultante de uma contraparte não cumprir as suas obrigações. É utilizada, sempre que disponível, classificação externa de "rating" para o estabelecimento da qualidade creditícia da contraparte (ou, no caso de não ser disponível, usa-se um modelo interno). Estão fixados limites por contraparte e critérios de diversificação do risco de crédito de contraparte. Por outro lado, as transacções com clientes estão também sujeitas a este risco, sendo utilizada classificação externa de "rating" para clientes empresariais e também um indicador interno de comportamento, este último também aplicado a clientes residenciais. A unidade comercial dispõe de critérios de delegação de limites individuais, função do segmento e qualidade creditícia do cliente.

Foi desencadeado um estudo específico sobre esta questão, no âmbito dos clientes, o qual evidenciou a necessidade de introduzir melhoramentos, nomeadamente: base de dados com classificação do "rating" creditício; plano de encurtamento dos prazos de recebimento; novo mapa de acompanhamento da dívida; programa de acção para recuperar divida em atraso e para aplicação das melhores práticas.

No Brasil, a questão do risco de crédito foi principalmente tratada na política de risco para activos financeiros com a inclusão de limites para a aplicação das disponibilidades da empresa. Os limites considerados são: "rating", concentração individual por contraparte, volume e prazo de aplicação.

Risco operacional: São consideradas neste grupo as perdas potenciais resultantes de acontecimentos causados por falha ou inadequação nos processos, pessoas, equipamento ou sistemas ou resultantes de ocorrências externas (inclui o risco de incumprimento de legislação e de padrões éticos; a perda operacional inclui efeitos económicos, não económicos e de reputação).

Foi efectuada a revisão dos procedimentos para a gestão de eventuais crises (interrupção de fornecimento, acidentes, actos da natureza, etc.), tendo-se elaborado um Plano de Gestão de Crises EDP, procurando cobrir, nesta fase, o sector eléctrico em Portugal. O Plano articula os Planos de Emergência e de Contingência das unidades de negócio, com um Plano de Comunicação e um Modelo de Governo corporativo. Procura-se assim graduar as intervenções conforme o nível de crise (muito grave; grave; ligeira), tanto ao nível da resposta operacional, como de comunicação com as partes interessadas, nomeadamente a comunicação social, e de política de decisão e de coordenação (Gabinete de Gestão de Crise EDP; Gabinete de Gestão de Crise Empresa; Gabinete de Crise Local / Regional).

Para as Tecnologias de Informação e serviços de suporte comercial, foi efectuado um estudo que conduziu à proposta de introdução de redundância para mitigação de riscos de fragilidade estrutural. Designadamente para o risco de falha grave na capacidade de atendimento de clientes, ficou a EDP Soluções Comerciais encarregue de prosseguir com o lançamento da implementação do projecto de criação de alternativa adequada. Para o risco de impossibilidade de imprimir e envelopar, para expedição postal, facturas e outros documentos para os clientes do Grupo, como também para o risco de inoperacionalidade do Centro de Processamento de Dados, ficou o Gabinete de Sistemas de Informação encarregue de contratação de serviços alternativos aos existentes, de forma a assegurar capacidades mínimas.

Os riscos mais importantes, transferíveis para o mercado segurador, referem-se às instalações industriais. Para optimizar os custos do seguro e melhorar o seu controlo, foi implementado pela EDP Valor um novo Modelo de Gestão de Riscos Seguráveis, baseado no estabelecimento de programas conjuntos para todas as empresas do Grupo, em Portugal e Espanha, na contratação directa com o mercado segurador e na potenciação do papel da cativa de resseguro do Grupo - Energia RE.

Os activos da distribuição também estão cobertos por aquele programa de seguros, mas para as linhas aéreas, em Portugal, apenas existe auto-seguro na cativa. O Grupo dispõe de programas de manutenção e de intervenção adequados, de forma a reduzir qualquer vulnerabilidade destas infra-estruturas. Aliás, esta política é generalizada a todos os activos do Grupo, procurando-se aplicar medidas preventivas de acidentes e avarias, como também programas adequados de manutenção e de treino para minimização destes riscos.

Em relação aos riscos de reclamações de terceiros por danos materiais ou pessoais e suas consequências, que possam ser ocasionados pela própria actividade das empresas do Grupo, também se encontram convenientemente cobertos por seguros de Responsabilidade Civil.

Para os riscos legais, quer ao nível de litigação ou arbitragem ligados às operações, quer em relação a processos de licenciamento de novas instalações, quer no que se refere ao necessário cumprimento das obrigações fiscais e contabilísticas, o Grupo não espera qualquer repercussão negativa relevante.

Portal de Risco

Este instrumento foi desenvolvido com a finalidade de dotar o Grupo de um repositório de todos os seus riscos relevantes, periodicamente actualizados pelos respectivos responsáveis e consultável por entidades autorizadas, por forma a ser a principal ferramenta de suporte de uma prática efectiva de gestão empresarial do risco (ERM - "Enterprise wide Risk Management") em todo o universo EDP, seguindo as boas práticas internacionais de governance do risco (COSO) e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios (Sarbanes-Oxley).

O Portal possibilita conhecer, de forma directa e imediata, os principais riscos do Grupo e de cada unidade de negócio, o seu impacto e a forma como estão a ser geridos e controlados, de maneira a reduzir o respectivo impacto aos níveis adequados, alinhados com as estratégias de risco aprovadas. É ainda uma alavanca muito importante na difusão e consolidação de uma cultura de gestão de risco em todo o Grupo.

A implementação do Portal de Risco decorre em 3 fases: a Fase 1, iniciada no princípio de Junho, consiste em identificar e cadastrar no Portal os principais riscos e medidas de mitigação de cada uma das principais empresas do Grupo em Portugal, Espanha e Brasil; a Fase 2 consiste no arranque do funcionamento normal ("self-service") nessas principais empresas do Grupo; a Fase 3 corresponderá ao lançamento do Portal nas restantes empresas do Grupo que se pretendam englobar. O Projecto já está em curso em 24 das 27 empresas mais importantes, estando prevista a sua conclusão para meados de 2007. O sucesso desta iniciativa é já evidente, dando ao Grupo um papel de relevo na aplicação das melhores práticas internacionais, neste domínio.

4. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

4.1. Governance

O ano de 2006 foi o ano de consolidação do modelo de gestão das Tecnologias de Informação implementado em 2005, quer no que respeita ao modelo de relacionamento com os Clientes internos, quer no que respeita à gestão do "outsourcer", sendo de destacar as seguintes actividades:

- Planeamento plurianual de actividades com definição de prioridades alinhada com a estratégia corporativa;
- Gestão centralizada das necessidades do negócio, das soluções tecnológicas, da relação com fornecedores, do controlo financeiro e da execução dos projectos ou actividades de manutenção evolutiva;
- Definição e documentação de processos e interfaces com o negócio e com o "outsourcer";
- Calendarização de actividades em função das prioridades do negócio e da capacidade de realização disponível, quer em termos dos recursos internos de TI, quer em termos da capacidade de mobilização de recursos do negócio para especificar necessidades e participar em projectos;
- Medição efectiva dos indicadores de qualidade de serviço definidos nos contratos de "outsourcing";
- Aquisição e implementação de um "Software" de "IT governance", determinante para viabilizar a operacionalidade do modelo de gestão adoptado.

4.2. Principais projectos / Iniciativas

As iniciativas dos Sistemas de Informação em 2006 tiveram como principal objectivo capacitar o negócio das ferramentas necessárias para fazer face aos principais desafios com que se deparou o Grupo. Para tal, foram lançados vários projectos entre os quais se destacam:

- Apoio às iniciativas de aumento de eficácia e eficiência operacional das diferentes empresas e Unidades de Negócio, bem como dos Gabinetes do Centro Corporativo;
  - EDP Distribuição: Workforce Management, Sistema de gestão da Produtividade da Distribuição, Gestão de Processos do Gabinete de Compra de Energia;
  - EDP Produção: Projecto SKIPPER, que consiste no desenvolvimento de uma plataforma ferramenta que possibilitará dispor de informação do desempenho dos Centros Produtores em tempo "real" que sirva de suporte para as decisões estratégicas, optimização de desempenho e gestão operacional de cada um dos centros produtores;
  - EDP Valor: Valor Eficiente (pacote de melhorias aos sistemas de "backoffice"), Gestão de Seguros;
  - SIGMED II, que consiste no desenvolvimento do novo sistema de informação da Sãvida, com o objectivo de modernizar as aplicações de suporte às necessidades e realidades do negócio;
  - Gabinetes do Centro Corporativo: "Risk Analyser", Sistema de Informação Ambiental, Adaptação do sistema SAP às regras de Contabilidade Ambiental, Portal de Risco;
  - Projectos Transversais: Portal Corporativo, Reestruturação das autorizações de acesso ao "Enterprise Resource Planning" (ERP) do Grupo EDP.
- Alterações aos sistemas necessárias para garantir a conformidade com novas exigências regulatórias:
  - Liberalização da BTN, incluindo o "Switching";
  - Início do funcionamento do OMIP;
  - Adaptação do GAIA (Gestão Ambiental) às novas exigências de regulação ambiental;
  - Criação do Comercializador de Ultimo Recurso.

4.3. Contratos de "Outsourcing"

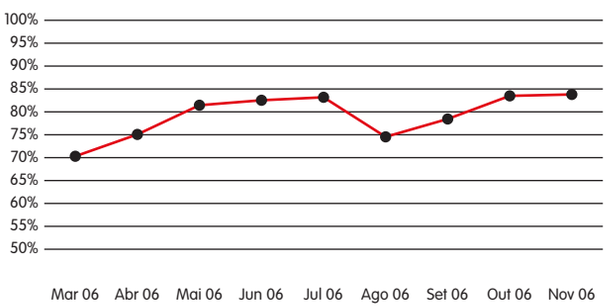
A LogicaCMG foi o parceiro estratégico seleccionado em 2005 para participar maioritariamente no capital da EDINFOR, gerir a empresa, e consequentemente os contratos de "outsourcing" com a EDP.

No âmbito dessa alteração de controlo e do modelo de gestão das TI, foi estabelecido um período de transição de nove meses, até Fevereiro de 2006, para permitir à LogicaCMG levar a cabo um processo de transformação e elevação dos níveis de "performance". Os objectivos propostos eram conseguir atingir a eficácia necessária para cumprir os SLA´s estabelecidos no contrato e a eficiência necessária para o fazer de forma rentável.

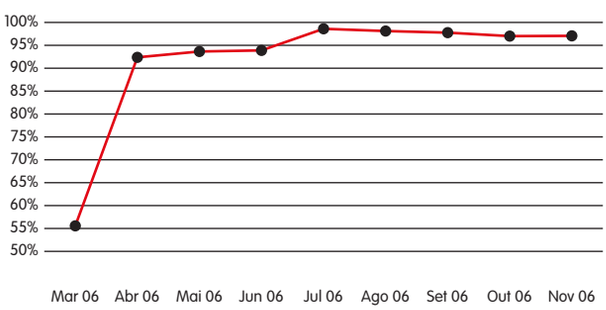
Decorridos 20 meses desde a entrada em vigor destes contratos e 11 meses desde o fim do período de transição, houve uma evolução positiva mensurável em todos os contratos. Esta evolução foi, no entanto, insuficiente para cumprir os níveis de serviço estabelecidos em três dos cinco grupos contratuais (CPD, WAN, SD+LAND Desktop, Manutenção aplicacional e "Printing" e "Finishing").

Este incumprimento deu origem a alguns atrasos em projectos e à aplicação de penalidades previstas.

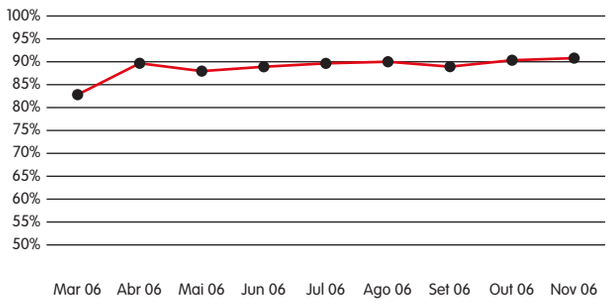
Índice Performance Global -CPD



Índice Performance Global - WAN



Índice Performance Global - SD+Lan&Desktop

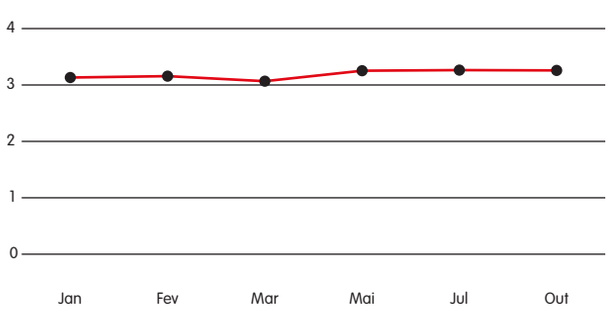


Do ponto de vista de eficiência, foram cumpridos os objectivos de redução de custos na operação de tecnologias de informação, estando os custos operacionais totalmente alinhados com os objectivos fixados, nas projecções efectuadas aquando da operação de venda de 60% do capital da EDINFOR.

4.4. Qualidade de Serviço Percebida

A qualidade de serviço percebida tem sido regularmente aferida por inquéritos telefónicos a um universo de 400 utilizadores escolhidos aleatoriamente no universo EDP e apresenta níveis satisfatórios e com uma tendência positiva.

Índice de Satisfação
(0 a 4)



edp

4.5. Disaster Recovery

No início de 2006, e na sequência dos trabalhos iniciados em 2005 para uma proposta para o "Disaster Recovery" dos Sistemas de Informação do Grupo em Portugal, ficaram claramente definidos os requisitos do negócio e a necessidade de actuar em têS vertentes:

- Contact Center EDP, em que se concluiu a estimativa de custos para instalação de um segundo "Contact Center", tendo já a EDP Soluções Comerciais autorização para prosseguir com esse projecto;

- CPD de Sacavém, tendo sido enviado um RFP ao "outsourcer" para implementação de "Disaster Recovery" relativo aos SI críticos aí sedeados. Decorrem actualmente estudos detalhados entre o GSI e o "outsourcer" para a apresentação de soluções técnicas e respectivos custos, estando a conclusão destes estudos previstos para Abril de 2007;

- Centro de "Finishing" de Sacavém, em que existe já uma proposta concreta do outsourcer para uma solução de "Disaster Recovery", decorrendo actualmente negociações para a sua implementação.

5. INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

No decorrer de 2006, a gestão das actividades de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDi) do Grupo EDP foi reformulada, tendo-se reforçado o seu papel como instrumento de criação de valor para o Grupo, actuando em três frentes:

- Na manutenção de um observatório permanente de novas tecnologias, o qual ajude o Grupo a tomar as melhores decisões na escolha de novas soluções;

- Na procura das melhores práticas e processos, ajudando a materializar o "EDP Way", como o reconhecimento dentro do Grupo da melhor forma de implementar cada processo;

- Na consolidação da actividade de IDi em todas as empresas do Grupo, de forma a permitir a alavancagem em todo o Grupo da actividade desenvolvida ao nível de cada Unidade de Negócios, e aumentar a sua visibilidade.

EDP INOVAÇÃO

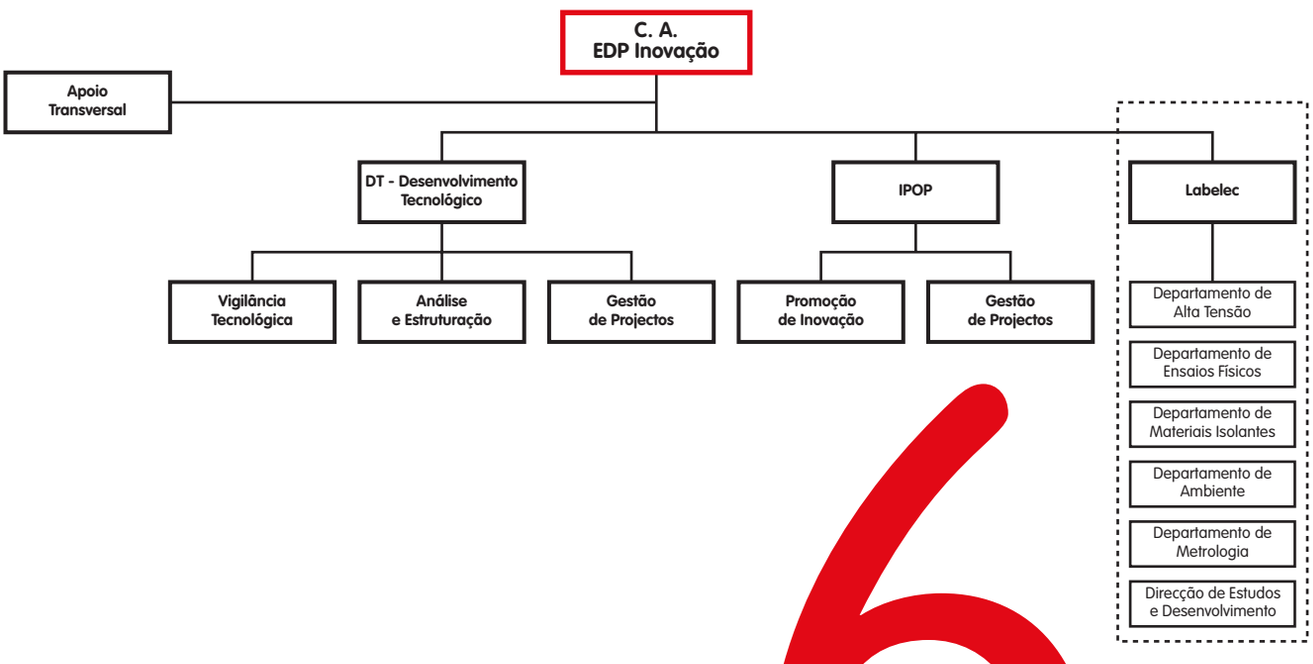
Para implementar esta estratégia, foi decidido criar, no início de 2007, uma nova empresa, a EDP Inovação, a partir da Labelec, por forma a ser possível potenciar os recursos técnicos e humanos existentes na Labelec. A Labelec, por seu lado deverá continuar a alargar o âmbito e a profundidade da sua actuação no campo da gestão especializada de activos.

As áreas de actividade da EDP Inovação serão:

- Desenvolvimento Tecnológico - Deverá funcionar como um observatório de tecnologias com interesse conhecido para as áreas de negócio, procurando identificar oportunidades e formas de investimento. Caber-lhe-á a gestão de projectos específicos na área das tecnologias durante a sua fase de investigação e desenvolvimento assim como a montagem das respectivas estruturas de financiamento;

- Inovação em Produtos, Organização e Processos - Competir-lhe-á a promoção da cultura de Inovação no Grupo EDP. Deverá funcionar como facilitador na definição de projectos transversais através de equipas multidisciplinares, correspondendo-lhe responsabilidade na gestão de projectos em articulação com as áreas de negócio;

- Apoio transversal a IDi - Tem por principais responsabilidades a gestão transversal de ideias e conhecimentos dentro do Grupo. Deverá desenvolver e potenciar a utilização de



metodologias e ferramentas de gestão do conhecimento. Compete-lhe igualmente a Consolidação da actividade de IDi desenvolvida em todo o Grupo, assegurando igualmente a centralização da comunicação e imagem nesta área.

Durante o ano foi ainda definido o modelo de governo da Inovação no Grupo EDP, que pressupõe a criação de dois órgãos específicos, o Conselho de Inovação e o Comité de Inovação. O Conselho de Inovação, tem funções consultivas de apoio ao CAE do Grupo na área da Inovação, sendo constituído por personalidades externas com competência reconhecida na área da inovação. Por outro lado o Comité de Inovação, tem a participação das Unidades de Negócio e dos Gabinetes do Centro Corporativo, e tem a seu cargo estabelecer a prioridade dos investimentos, tendo em atenção as conclusões das acções de vigilância tecnológica.

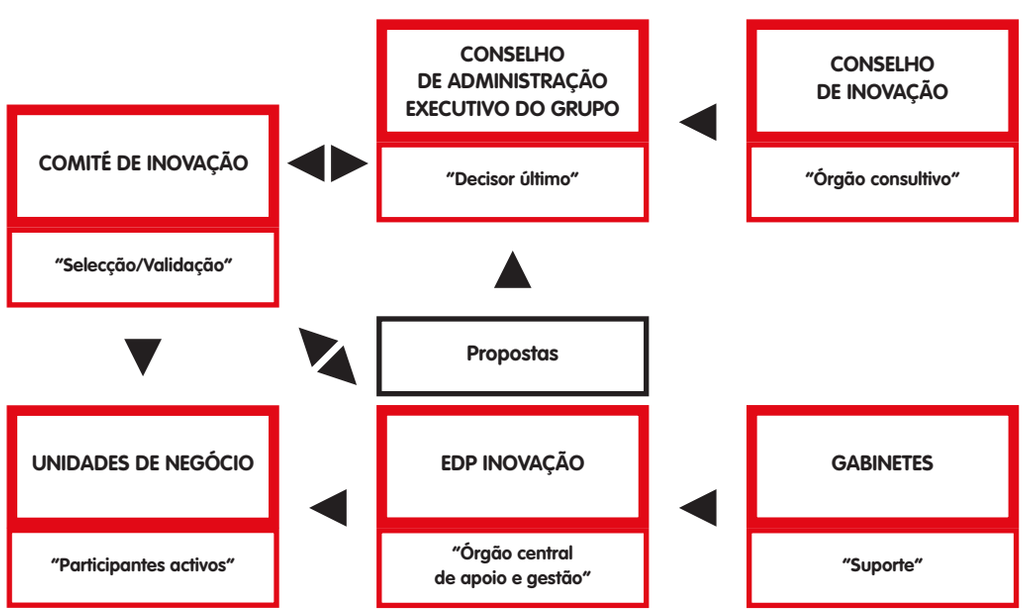
Em paralelo com a reestruturação da actividade de IDi o Grupo continuou a desenvolver a um esforço considerável nesta área, com iniciativas realizadas, grande parte das vezes, a partir das áreas de negócios, sendo de realçar o lançamento das seguintes acções:

- Definição, pela Labelec, de uma estratégia de actuação no campo da Energia das Ondas, que passa pela definição de um Arquitectura Aberta de Energia das Ondas, a qual permita a partilha por distintos dispositivos de uma subestação "off-shore", permitindo coexistência de equipamentos com características distintas e em diferente estado de desenvolvimento;

- Projecto CEODOURO - BREAKWAVE, Central de Ondas de tipo Coluna de Água Oscilante para cujo desenvolvimento se criou um consórcio liderado pela Labelec. Concluiu-se durante 2006 o projecto desta central e lançou-se o Concurso Público Internacional para fornecimento dos equipamentos. Este projecto candidatou-se a financiamento do 6º Programa Quadro de I&DT da União Europeia, tendo as negociações sido concluídas de forma favorável;

- Tem igualmente sido objecto de estudos a Energia Solar, nas suas componentes fotovoltaica, térmica e termo-eléctrica, participando-se, no que se refere a este último num projecto coordenado pelo EPRI. Realizaram-se estudos preliminares no campo do foto-voltaico;

Modelo de Governo da Inovação no Grupo EDP



- Foi iniciado no âmbito da EDP Produção um projecto internacional (Nanoglowa) visando a captura de CO_2 baseada na utilização de membranas desenvolvidas com recurso às nanotecnologias;

- A EDP participa no projecto nacional EDEN, de endogeneização do conhecimento das pilhas de combustível e da utilização do hidrogénio;

- Projecto WFM/GME, lançado pela EDIS, o qual utilizando metodologias de "Workforce management" permitirá optimizar a actuação de piquetes e brigadas móveis na resolução de avarias e ordens de serviço;

- Projecto Skipper, lançado pela EDP Produção, o qual permitirá disponibilizar na Intranet, a utilizadores autorizados o detalhe técnico do funcionamento dos centros electroprodutores, considerando os seus distintos impactos;

- Concurso "30 Ideias para o futuro" lançado pelo Gabinete da Marca e Comunicação, tendo sido apresentadas a concurso, por trabalhadores de todo o Grupo, 183 ideias. Considera-se ser esta uma acção importante para a criação de uma cultura de Inovação no Grupo EDP;

- Na área da Gestão do Conhecimento foi iniciado o desenvolvimento do WikiEDP, enciclopédia de conhecimento do Grupo EDP, a qual utilizando "software Open source" pretende vir a representar mais um passo na criação no Grupo de uma Cultura de Empresa em Rede, em que todos os trabalhadores podem e devem contribuir com conhecimento e ter acesso a ele, independentemente da sua localização na Empresa.

LABELEC

Em paralelo com o lançamento da EDP Inovação, a Labelec manteve a sua actividade normal, centrada na prestação de serviços especializados nas áreas da energia eléctrica e do ambiente. Esta actividade foi desenvolvida a partir de cinco laboratórios acreditados e altamente especializados, respondendo a necessidades específicas do Sector Eléctrico (laboratórios de Alta Tensão, Metrologia Ensaios Físicos, Materiais Isolantes e Meio Ambiente) a Labelec continuou a alargar o âmbito e a profundidade da sua actuação. A sua actividade foi realizada com base nos seguintes Departamentos:

- Direcção de Estudos e Desenvolvimento - Efectua o desenvolvimento de projectos-piloto e realiza estudos de redes eléctricas, nomeadamente aplicados à coordenação de isolamentos, à qualidade de serviço e aos sistemas de protecções;

- Departamento de Alta Tensão - Desenvolve actividades técnico científicas tendo em vista a prestação de serviços de ensaios de controlo de qualidade de equipamentos e sistemas de alta tensão, acções periciais e de consultoria e ensaios de campo sobre equipamentos e infra-estruturas;

- Departamento Ensaios Físicos - Possui os meios electromecânicos e climáticos adequados para controlo de qualidade de materiais e equipamentos de instalações eléctricas, incluindo ensaios de envelhecimento acelerado e acção de agentes atmosféricos. No âmbito da termografia, realiza o rastreio sistemático de pontos quentes através da determinação à distância de temperatura, por meio de infra-vermelhos;

- Departamento de Metrologia - Desenvolve actividades no domínio da contagem / telecontagem de energia e no domínio da calibração de instrumentação e de ensaios diversos em aparelhagem de ensaio e medição;

- Departamento de Materiais Isolantes - Vocacionado para a vigilância preventiva de transformadores e de disjuntores, realiza acções periciais sobre o estado dos transformadores, tendo em vista a estimação da sua vida útil restante. Tem desenvolvido novos métodos de ensaio, nomeadamente: técnicas de Análise Cromatográfica dos Gases Dissolvidos no óleo e de Análise, por HPLC, de Compostos Furânicos;

- Departamento de Ambiente - Desenvolve a sua actividade fundamentalmente no domínio da Água e do Ar. Utiliza vários métodos de análise sendo de salientar: Condutimetria, Potenciometria; Fotometria de Chama, Espectrometria de Absorção Molecular VIS-UV, Espectrometria de Absorção Atómica com chama, Câmara de Grafite e Vapor Frio, e Electroforese Capilar.

edp

6. SERVIÇOS PARTILHADOS E DE SUPORTE

A EDP Valor tem por missão a criação de valor para os accionistas e para os seus clientes através da centralização das actividades de serviços partilhados e de suporte do Grupo EDP, tendo traçado como objectivos estratégicos:

- Consolidar a prestação dos serviços aos clientes do Grupo edp em condições de elevada competitividade, com efectiva redução dos custos operacionais e de investimento;

- Implementar e adoptar iniciativas de optimização de processos e de melhoria de eficiência em linha com as melhores práticas do mercado.

A EDP Valor, enquanto unidade corporativa de serviços de suporte, encontra-se actualmente estruturada em torno de oito áreas de actuação, ou plataformas de serviços, cuja criação se distribuiu ao longo dos anos. No início de 2006, estas áreas apresentavam estádios diferentes de maturação, pelo que se impôs, ao longo do ano, um processo de consolidação das plataformas mais recentes e uma particular atenção ao processo de optimização das plataformas já mais estabilizadas.

Inserem-se no primeiro caso várias acções ou iniciativas com destaque para:

- A dinamização da plataforma Ibérica de Negociação e Compras através de reuniões semanais do Comité de Negociação e Compras;

- A implementação de ferramentas indispensáveis à actividade de compras nomeadamente no que se refere à integração geográfica do processo de negociação e adjudicação de compras (Sinergie), ao registo e qualificação de fornecedores (Repro) bem como à criação de um canal Parceiros/Fornecedores no site EDP;

- A implementação de nova metodologia de Controlo de Qualidade, com a assinatura de Acordos de Fornecimento de Materiais em Regime de Garantia de Qualidade;

- O ajuste organizativo que concentrou numa única plataforma as actividades de compra existentes noutras plataformas.

Quanto ao objectivo de optimização de processos e ganhos de eficiência dos serviços, decorreram ao longo de 2006 diversas iniciativas de gestão, de que se destacam:

- A reorganização das actividades de seguros do Grupo, traduzida na adopção de um novo modelo de funcionamento, com âmbito ibérico e numa lógica mais abrangente de "gestão de riscos seguráveis", tendo sido criada para o efeito uma nova estrutura orgânica para assegurar estas funções;

- A criação e implementado do serviço de Recrutamento & Selecção, com a missão de assessorar as empresas do Grupo na pesquisa de novos colaboradores e gerir a base de dados de currículos;

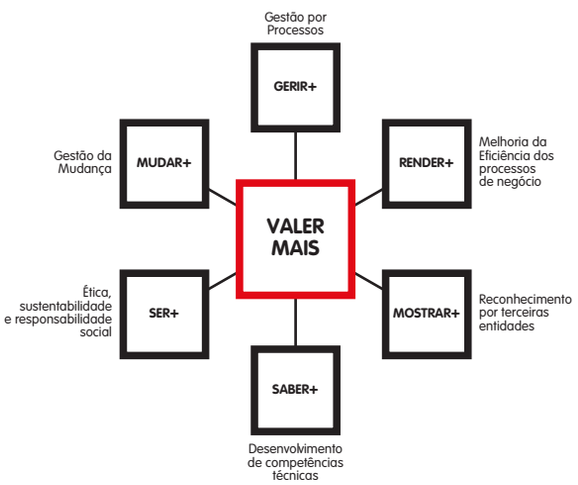
- O reenquadramento orgânico de outras actividades, nomeadamente a transferência das actividades de Espaços e Obras da área Imobiliária para a Plataforma de Actividades Logísticas (PAL) dada a maior articulação e ganhos de sinergias associados;

- Foi dada continuação ao desenvolvimento do Programa de Gestão pela Qualidade (Valer +), com várias linhas de projecto conforme figura, tendo permitido em 2006:

  - Concretizar o projecto da gestão por processos, com a finalização do levantamento, desenho e documentação no sistema QPR;

  - Implementar o "Modelo de Gestão de Serviço" de suporte à prestação do serviço integrado, nas componentes da "Gestão do Catálogo" e "Relatório de Gestão do Serviço" tendo-se ainda dado os primeiros passos no lançamento da componente de tratamento de "Reclamações e Sugestões" cuja conclusão se prevê para 2007;

Estrutura do Programa Valer+



- Prosseguir, a nível de tecnologias de informação, o desenvolvimento e implementação de melhorias operacionais significativas, tendo sido possível concretizar a instalação de um novo sistema para a Gestão da Frota (CE-Fleet) e, através da simplificação de circuitos e introdução de facilidades nos sistemas SAP, nomeadamente na área de Recursos Humanos (HR) e de Gestão de Materiais (MM), dar início a um numero de projectos piloto onde se destaca o da facturação electrónica e auto-facturação a prestadores de serviços do Grupo EDP;

- No âmbito da optimização e sustentabilidade da empresa, encontram-se já em fase de implementação dois projectos estruturantes, desenvolvidos em 2006, de reformulação do actual Modelo de Negócio e do Modelo de Relacionamento com Clientes;

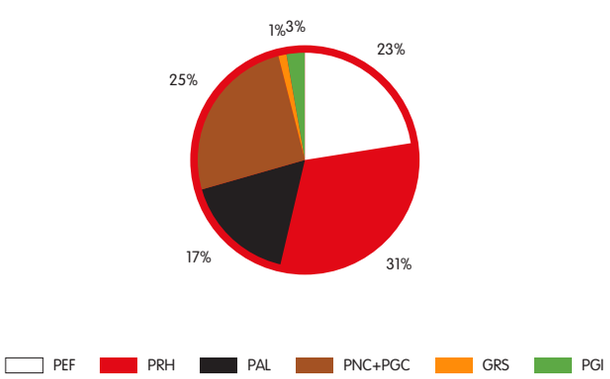
- Complementar o projecto de revisão do Modelo de Negócios com a identificação e quantificação de um conjunto significativo de iniciativas de aumento de eficiência cuja concretização irá concorrer para a optimização dos processos e a redução de custos operacionais da EDP Valor, participando desta forma no objectivo global de redução de custos (Projecto Opex) do Grupo EDP.

- No âmbito dos Recursos Humanos, foi realizado um conjunto de acções visando o reforço das competências e a mobilização das equipas da empresa, de onde se destacam a concretização de encontros de colaboradores promovidos pelas diferentes plataformas, encontros temáticos relacionados com actividades da empresa e a participação no Clube de Serviços Partilhados;

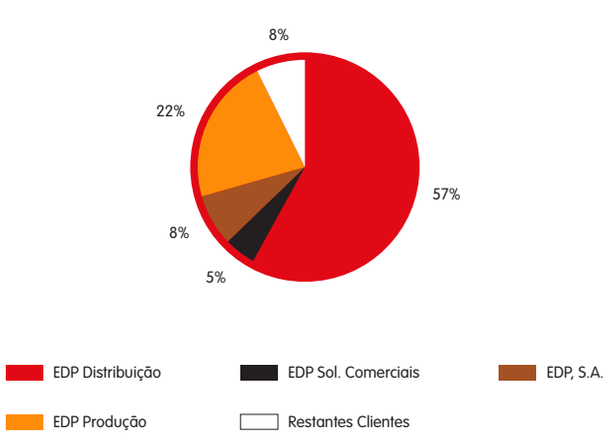
- No domínio da responsabilidade social, é ainda de realçar a obtenção do reconhecimento e atribuição à EDP Valor do estatuto de entidade promotora do Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CRVCC).

Com um diversificado "portfolio" de serviços, a EDP Valor facturou este ano, 58,5 milhões de euros a empresas do grupo e empresas participadas que perfazem um total de 36 clientes.

Volume de Negócios por Serviço

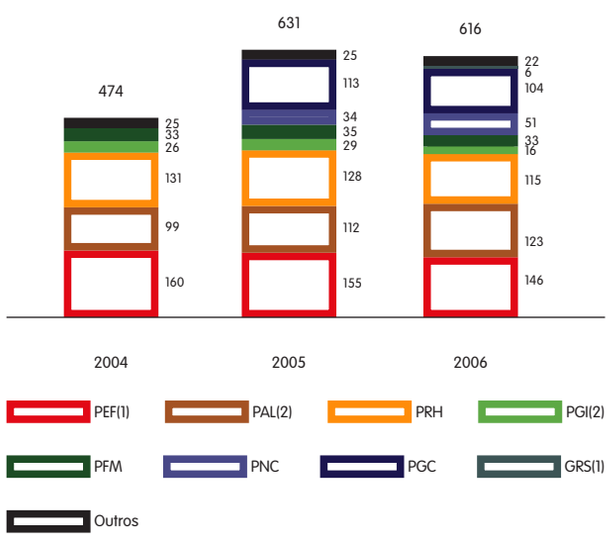


Volume de Negócios por Cliente



No final de 2006, a EDP Valor contava com um quadro de 616 colaboradores cuja evolução e afectação constam do gráfico seguinte:

Distribuição do Quadro de Colaboradores



(1) O GRS foi criado em 2006 por destaque da PEF
(2) Em Julho de 2006 o serviço de Gestão de Espaços e Obras foi transferido da PGI para a PAL

A evolução da actividade das diversas plataformas foi a seguinte durante 2006:

Plataforma Económico-Financeira (PEF)

A PEF presta serviços às empresas do Grupo EDP em Portugal, nas áreas de contabilidade e fiscalidade, conferência e contabilização de documentação de terceiros, pagamentos, recebimentos, operações bancárias e de tesouraria, apoio na elaboração do orçamento e fornecimento de diversa informação de gestão de carácter económico e financeiro.

No âmbito da sua actividade e com o objectivo de optimizar o seu desempenho, foram lançadas, em 2006, um conjunto de iniciativas em todas as áreas, das quais, pelo seu carácter inovador, se destaca a auto facturação (facturação em nome do fornecedor de uma forma automatizada com integração contabilística simultânea nos sistemas da EDP e do fornecedor). Esta iniciativa, cujo piloto de ensaio com um fornecedor previamente seleccionado decorreu entre Outubro e Dezembro, permitiu que se tivessem processado e contabilizado, desta forma, cerca de 2.000 facturas, esperando-se atingir, nos próximos 2 a 3 anos, um universo de cerca de 160.000 facturas.

Plataforma de Aprovisionamentos e Logística (PAL)

A PAL prestou serviços de suporte nas áreas de obras e gestão de espaços, a partir de Julho de 2006 e de forma continuada, gestão de frotas, gestão de instalações, prevenção e segurança e serviços de secretaria-geral.

Plataforma de Recursos Humanos (PRH)

A PRH presta serviços de processamento e controlo de remunerações e pensões, garantindo todas as actividades administrativas de suporte às áreas de Recursos Humanos, incluindo a resposta a estatísticas oficiais e emissão de relatórios para apoio à gestão.

Plataforma de Gestão Imobiliária (PGI)

Na sequência dos ajustes realizados na área de gestão de activos imobiliários do Grupo EDP, centralizados desde o início de Dezembro de 2006 na EDP Imobiliária e Participações S.A., a EDP Valor procedeu à transferência para a Plataforma de Aprovisionamentos e Logística (PAL) das actividades de gestão e manutenção de espaços, que eram, até então, desenvolvidas nesta área de serviços, extinta no âmbito da presente reestruturação.

Plataforma de Formação e Documentação (PFM)

A PFM é responsável pela actividade de formação no Grupo EDP, tendo também proporcionado formação profissional a entidades externas, nomeadamente às que trabalham para o Grupo na área técnica, de acordo com a estratégia definida. No ano de 2006 foi implementado o Manual de Gestão da Formação, que inclui os processos e os procedimentos da actividade formativa.

Plataforma de Negociação e Compras (PNC)

A PNC é responsável pelo alinhamento de estratégias que incluem a introdução de medidas de melhoria de processos, o "bundling" e negociação consolidada de materiais e serviços, a obtenção de economias de escala a nível do Grupo EDP e a exploração do potencial de standardização de referências de produtos com o objectivo de maximização da poupança. Em 2006, a PNC instituiu um procedimento de "benchmarking" das actividades de negociação e compra em Portugal, Espanha e no Brasil.

Plataforma de Gestão Contratual de Aprovisionamentos Técnicos (PGC)

A PGC é responsável pela gestão de contratos de serviços e materiais, pelas actividades de carácter administrativo das compras, pela avaliação de fornecedores e pela gestão de stocks e armazéns.

Gabinete de Riscos Seguráveis (GRS)

O GRS, criado por autonomização do serviço de Seguros e Gestão de Risco que até ao início de 2006 se encontrava sedeado na PEF, é o primeiro serviço verdadeiramente ibérico nos serviços partilhados do Grupo EDP, com um responsável único para Portugal e Espanha.

É responsabilidade do gabinete a operacionalização da estratégia aprovada em matéria de riscos seguráveis, a realização de estudos e elaboração de propostas para cobertura dos mesmos, a preparação de processos de contratação, a gestão administrativa e operacional de contratos de seguros, a gestão operacional da Energia RE (cativa) e a preparação de informação de gestão relacionada.

Relatório e Contas 2006 Caderno Institucional e do Governo da Sociedade **Governo da Sociedade**

edp

Governo da Sociedade

Declaração de Cumprimento
Divulgação da Informação
Exercício do Direito de Voto
e Representação de Accionistas
Regras Societárias
Órgão de Administração

O ano 2006 assumiu particular relevo para a EDP no plano societário, com a reformulação integral dos estatutos da sociedade, aprovados pelos accionistas na Assembleia Geral anual realizada no dia 30 de Março de 2006. Na nova redacção dos estatutos, em vigor desde 30 de Junho de 2006, foi adoptada uma estrutura de administração e fiscalização que compreende os seguintes três órgãos:

- Revisor Oficial de Contas;
- Conselho Geral e de Supervisão;
- Conselho de Administração Executivo.

Em termos gerais, os novos estatutos da EDP incorporam as principais recomendações sobre transparência e eficiência aplicáveis ao governo das sociedades, promovidas, numa primeira instância, pela entidade supervisora do mercado de valores mobiliários portuguesa (CMVM) e, actualmente, consagradas, em larga medida, no Código das Sociedades Comerciais, após a reforma introduzida pelo Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de Março.

A este respeito cumpre destacar a revisão dos estatutos da EDP em linha com as modernas orientações sobre governo societário, nomeadamente nas seguintes matérias:

- introdução do princípio 1 acção / 1 voto;
- redução da antecedência da prova da titularidade de acções para participação na Assembleia Geral para 5 dias úteis;
- aplicação de critérios de independência para a composição dos seguintes corpos sociais:
  - órgão de fiscalização, cuja maioria dos membros deve ser independente;
  - comissão de auditoria, que inclui exclusivamente membros independentes;
  - comissão de vencimentos, eleita pela Assembleia Geral, composta na sua maioria por membros independentes.

Durante 2006, a EDP foi uma das sociedades emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação na Euronext Lisbon com maior número de comunicados de informação privilegiada e outras comunicações, tendo divulgado 32 comunicações de informação privilegiada e 50 outras comunicações.

De facto, a EDP, enquanto entidade emitente que preserva uma relação de elevada transparência com os investidores e o mercado de capitais, tem mantido uma política de permanente comunicação com o mercado, ao mesmo tempo que tem atribuído especial importância à adopção dos melhores modelos organizativos e das melhores práticas e orientações de conduta em matéria de governo societário, mediante o acompanhamento da evolução das tendências internacionais e a promoção interna da reflexão acerca dessas matérias.

Por esta razão, a EDP tem sido uma das entidades emitentes com valores mobiliários admitidos à negociação na Euronext Lisbon com um dos mais elevados índices de observância das recomendações da CMVM sobre o governo das sociedades, sendo, além disso, pioneira na adopção de medidas de organização e funcionamento interno destinadas a promover as melhores práticas neste tema.

Por outro lado, a EDP tem vindo a promover, de forma activa, a participação dos accionistas na Assembleia Geral, devendo a esse respeito destacar-se a decisão de os custos com a emissão das declarações de titularidade e com o bloqueio de acções para participação dos accionistas nas Assembleias Gerais Anuais de 2005 e 2006 terem sido suportados pela empresa.

Deste modo, a EDP usou, de forma pioneira em Portugal, uma medida fomentadora do exercício do direito de voto pelos respectivos accionistas que tem vindo a revelar-se eficaz face ao elevado grau de dispersão do capital da sociedade.

O presente relatório foi organizado em conformidade com o modelo previsto no Regulamento da CMVM n.º 7/2001 (alterado pelos Regulamentos da CMVM n.º 11/2003, n.º 10/2005 e n.º 3/2006), apresentando um resumo dos aspectos mais relevantes sobre as práticas ligadas ao governo da EDP.

1. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

1.1. A EDP adopta, de um modo geral, as recomendações da CMVM sobre o governo das sociedades cotadas, nos termos previstos no Regulamento da CMVM n.º 7/2001 (alterado pelos Regulamentos da CMVM n.º 11/2003, n.º 10/2005 e n.º 3/2006).

A lista seguinte apresenta as recomendações da CMVM:

- Recomendação I-1. (Divulgação de informação - Contacto com os investidores);
- Recomendação II-2., alíneas b), c) e d) (Exercício do direito de voto e representação de accionista);
- Recomendação III-3. (Regras Societárias - Sistema interno de controlo);
- Recomendação III-4. (Regras Societárias - Medidas defensivas contra ofertas públicas de aquisição);
- Recomendação IV-5. (Órgão de Administração - Composição do órgão de administração);
- Recomendação IV-6. (Órgão de Administração - Independência do órgão de administração);
- Recomendação IV-7. (Órgão de Administração - Comissões de controlo internas);
- Recomendação IVI– 8.,1ª parte (Órgão de Administração - Remuneração do órgão de administração);
- Recomendação IV-9. (Órgão de Administração - Independência da comissão de remuneração);
- Recomendação IV-10. (Órgão de Administração - Planos de atribuição de acções e Política de comunicação de irregularidades).

1.2. Relativamente às recomendações da CMVM adoptadas, o quadro seguinte ilustra resumidamente os aspectos de maior relevância:

MEDIDAS DE ADOPÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DA CMVM

RECOMENDAÇÃO CMVM	MEDIDAS DE ADOPÇÃO
I. Divulgação de Informação:	
1. A sociedade deve assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a sociedade criar um gabinete de apoio ao investidor.	Existência e desenvolvimento dos seguintes canais de comunicação com os investidores: • Gabinete de Relação com os Investidores (GRI); • "Website" de acesso generalizado ("www.edp.pt").
II. Exercício do Direito de Voto e Representação de Accionistas	
2. Não deve ser restringido o exercício activo do direito de voto, quer directamente, nomeadamente por correspondência, quer por representação. Considera-se, para este efeito, como restrição do exercício activo do direito de voto: • A imposição de uma antecedência do depósito ou bloqueio das acções para a participação em Assembleia Geral superior a 5 dias úteis; • Qualquer restrição estatutária do voto por correspondência; • A imposição de um prazo de antecedência superior a 5 dias úteis para a recepção da declaração de voto emitida por correspondência; • A não existência de boletins de voto à disposição dos accionistas para o exercício do voto por correspondência.	• Expressa previsão e regulamentação de disposições estatutárias sobre o exercício de voto por correspondência sem imposição de restrições; • Os estatutos da EDP permitem a recepção da declaração de voto por correspondência com um mínimo de 5 dias úteis de antecedência em relação à data da Assembleia Geral; • O direito de voto por correspondência pode também ser exercido por via electrónica; • Disponibilização de boletins para exercício do direito de voto por correspondência (no "website", por entrega pessoal ou envio postal, pelo GRI ou a solicitação de accionista); • Voto por representação admitido sem quaisquer restrições, sendo o seu exercício facilitado pela colaboração que o GRI presta a todos os accionistas interessados, designadamente mediante a disponibilização de modelos de cartas de representação; • Pagamento das despesas bancárias com a emissão das declarações de titularidade e com o bloqueio de acções para participação dos accionistas nas Assembleias Gerais Anuais de 31 de Março de 2005 e de 30 de Março de 2006.
III. Regras Societárias	
3. A sociedade deve criar um sistema interno de controlo, para a detecção eficaz de riscos ligados à actividade da empresa, em salvaguarda do seu património e em benefício da transparência do seu governo societário.	• Definição de uma política corporativa de gestão empresarial do risco, adoptando um sistema articulado e eficiente de controlo interno, com o objectivo de detectar e mitigar os riscos inerentes à actividade da sociedade; • Existência de um Gabinete de Gestão de Risco, no âmbito do centro corporativo, para acompanhamento da execução da política de gestão do risco definida pela empresa.
4. As medidas que sejam adoptadas para impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus accionistas. Consideram-se nomeadamente contrárias a estes interesses as cláusulas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das acções e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.	• Inexistência de cláusulas defensivas cujo efeito provoque uma erosão automática no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração (sem prejuízo de cláusulas usuais de alteração de controlo sem carácter defensivo, destinadas à protecção de contrapartes em termos conformes com as práticas internacionais).

IV. Órgão de Administração

5. O órgão de administração deve ser composto por uma pluralidade de membros que exerçam uma orientação efectiva em relação à gestão da sociedade e aos seus responsáveis.	• Sem prejuízo da competência do Conselho de Administração Executivo enquanto órgão colegial, foram atribuídas áreas de gestão especificas a cada um dos seus membros por forma a viabilizar um acompanhamento mais efectivo e eficaz da gestão da sociedade; • Separação das funções de controlo e supervisão relativamente à função de administração, através da existência de um Conselho de Administração Executivo e de um Conselho Geral e de Supervisão, cuja maioria dos membros é independente.
6. O órgão de administração deve incluir pelo menos um membro que não esteja associado a grupos de interesses específicos, de forma a maximizar a prossecução dos interesses da sociedade.	• Órgão de administração inteiramente composto por membros não associados a grupos de interesses específicos.
7. O órgão de administração deve criar comissões de controlo internas com atribuição de competências na avaliação da estrutura e governo societários.	• Sem prejuízo das competências do Conselho de Administração Executivo em matéria de definição e avaliação da estrutura e governo societário, no contexto do actual modelo de governo da EDP, o Conselho Geral e de Supervisão procedeu, nos termos do artigo 23.º, n.º 1 dos estatutos, à criação da Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade, na qual delegou o acompanhamento das questões relacionadas com a matéria do governo societário.
8. A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses da sociedade e deve ser objecto de divulgação anual em termos individuais.	• Divulgação anual dos valores globais da remuneração atribuída aos membros do órgão de administração, discriminando as componentes fixa e variável das remunerações dos Administradores e individualizando as relativas ao PCAE.
9. Os membros da comissão de remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração.	• Fixação das remunerações dos membros do Conselho de Administração Executivo por Comissão de vencimentos constituída por três membros do Conselho Geral e de Supervisão, nos termos do artigo 27.º, n.º 1 dos estatutos, os quais são, na sua maioria, independentes.
10. A proposta submetida à Assembleia Geral relativamente à aprovação de planos de atribuição de acções e/ou de opções de aquisição de acções a membros do órgão de administração e/ou a trabalhadores deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correcta do plano. O regulamento do plano, se já estiver disponível, deve acompanhar a proposta. 10-A. A sociedade deve adoptar uma política de comunicação de irregularidades.	• Planos de atribuição de acções ou opções de aquisição de acções aprovados pela Assembleia Geral em conformidade com a recomendação da CMVM. • De acordo com o disposto no artigo 22.º, n.º 1, alínea d) dos estatutos, a EDP disponibiliza internamente meios de comunicação que permitem o contacto directo com o Conselho Geral e de Supervisão, de modo a permitir aos colaboradores informar, de forma confidencial, qualquer irregularidade contabilística, financeira ou de outra qualquer natureza presumivelmente ocorrida na empresa.

edp

2. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

2.1. Situação de Transição - Março a Junho de 2006

Na reunião da Assembleia Geral de 30 de Março de 2006, nenhum membro do Conselho de Administração foi reeleito. Nesta reunião, foi aprovada uma proposta para a eleição do Conselho de Administração que esteve em funções até 30 Junho de 2006. Durante este período, vigorou o anterior modelo de governo societário que consistia num Conselho de Administração que delegava competências de gestão corrente da sociedade numa Comissão Executiva e designava uma Comissão de Auditoria.
Os membros do Conselho de Administração eram:

Conselho de Administração	
Presidente	António de Almeida
	Ana Maria Machado Fernandes António Fernando Melo Martins da Costa António Luís Guerra Nunes Mexia António Manuel Barreto Pita de Abreu Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira Eduardo de Almeida Catroga João Manuel Manso Neto João Manuel Pragana da Cruz Morais José Maria Espirito Santo Silva Ricciardi Manuel Menéndez Menéndez Nuno Maria Pestana de Almeida Alves Paulo Jorge de Assunção Rodrigues Teixeira Pinto Vasco Maria Guimarães José de Mello

Comissão Executiva	
Presidente	António Luís Guerra Nunes Mexia
	Ana Maria Machado Fernandes António Fernando Melo Martins da Costa António Manuel Barreto Pita de Abreu João Manuel Manso Neto Jorge Manuel Pragana da Cruz Morais Nuno Maria Pestana de Almeida Alves

Comissão de Auditoria	
Presidente	António de Almeida
	Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira Eduardo de Almeida Catroga

Fiscal Único	
Efectivo:	KPMG & Associados, SROC, S.A., representada por Jean-éric Gaign, ROC
Suplente:	Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho, ROC

Adicionalmente, na Assembleia Geral Anual realizada em 30 de Março de 2006, os accionistas da EDP aprovaram a alteração do modelo de governo da sociedade e a adopção de um modelo dualista, caracterizado pela existência de um Conselho Geral e de Supervisão e de um Conselho de Administração Executivo. Estas alterações entraram em vigor em 30 de Junho de 2006, data da entrada em vigor das alterações introduzidas ao Código das Sociedades Comerciais pelo Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de Março.

Conselho Geral e de Supervisão	
Presidente	António de Almeida
Vice-Presidente	Alberto João Coraceiro de Castro António Francisco Barroso de Sousa Gomes Carlos Jorge Feijoo Pereira Ribeiro* Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira Diogo Campos Barradas de Lacerda Machado Eduardo de Almeida Catroga José Manuel Archer Galvão Teles José Maria Espirito Santo Silva Ricciardi Manuel Fernando de Macedo Alves Monteiro Manuel Menéndez Menéndez Paulo Jorge de Assunção Rodrigues Teixeira Pinto Vasco Maria Guimarães José de Mello Vital Martins Moreira Vítor Domingos Seabra Franco Vítor Fernando da Conceição Gonçalves

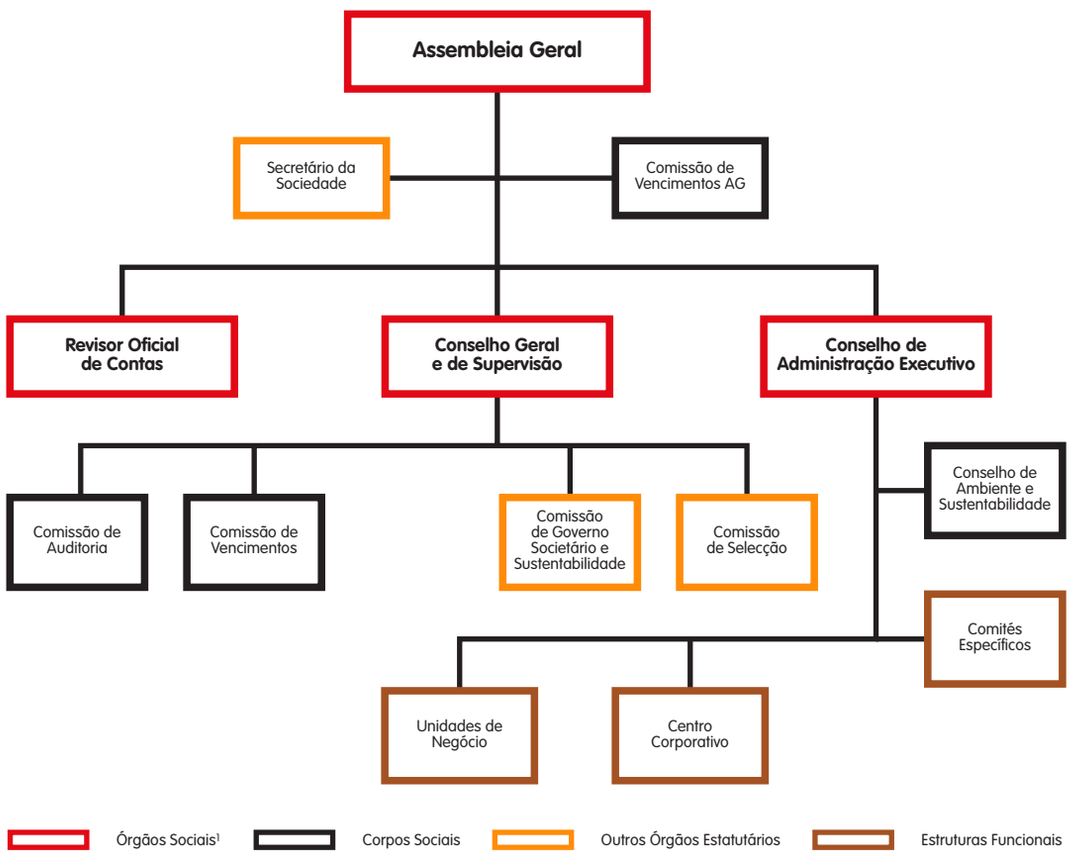
* Apresentou no dia 22 de Fevereiro de 2007 a sua renúncia ao cargo de membro do Conselho Geral e de Supervisão.

Conselho de Administração Executivo	
Presidente	António Luís Guerra Nunes Mexia
	Ana Maria Machado Fernandes António Fernando Melo Martins da Costa António Manuel Barreto Pita de Abreu João Manuel Manso Neto Jorge Manuel Pragana da Cruz Morais Nuno Maria Pestana de Almeida Alves

Revisor Oficial de Contas	
Efectivo:	KPMG & Associados, SROC, S.A., representada por Jean-éric Gaign, ROC
Suplente:	Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho, ROC

Assim, em 30 de Junho de 2006, os membros do Conselho de Administração, que compunham a Comissão Executiva, eleitos na Assembleia Geral de 30 de Março, passaram a integrar o novo Conselho de Administração Executivo, e os restantes elementos não executivos transitaram, com outros novos membros, para o Conselho Geral e de Supervisão. Neste modelo dualista, o Conselho de Administração Executivo tem a seu cargo a actividade de gestão, sendo supervisionado pelo Conselho Geral e de Supervisão. O Revisor Oficial de Contas é, por sua vez, responsável pelo exame dos documentos de prestação de contas.

2.2. Estrutura Orgânica da Sociedade



1) Os Órgãos Sociais são também Corpos Sociais, de acordo com o nº 4 do artigo 8º dos Estatutos da EDP

2.3. Corpos Sociais, Outros Órgãos Estatutários e Estruturas Funcionais

2.3.1. Assembleia Geral

A Assembleia Geral de Accionistas é o órgão máximo da Sociedade e tem as seguintes funções:

- Apreciar o relatório do conselho de administração executivo, discutir e votar o balanço, as contas e o parecer do revisor oficial de contas e os do Conselho Geral e de Supervisão e da Comissão de Auditoria e deliberar sobre a aplicação dos resultados do exercício;

- Eleger e destituir os membros da mesa da Assembleia geral, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, bem como os respectivos presidentes e vice-presidentes, se os houver, o revisor oficial de contas, sob proposta do Conselho Geral e de Supervisão ou, por delegação deste, da Comissão de Auditoria, e ainda os membros do Conselho de Ambiente e Sustentabilidade;

- Deliberar sobre quaisquer alterações dos estatutos, incluindo aumentos de capital;

- Nomear uma Comissão de Vencimentos com o encargo de fixar a remuneração dos membros dos órgãos sociais, cujos membros deverão ser, na sua maioria, independentes;

- Apreciar o relatório anual de actividade do Conselho Geral e de Supervisão;

- Tratar de qualquer outro assunto para que tenha sido convocada;

- Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei.

Mesa da Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um presidente e um vice-presidente, eleitos pela Assembleia Geral, e pelo secretário da sociedade.

Mesa da Assembleia Geral	
Presidente	José Manuel Archer Galvão Teles
Vice-Presidente Secretário da Sociedade	Antônio Campos Pires Caiado Maria Teresa Isabel Pereira

2.3.2. Conselho Geral e de Supervisão

Nos termos dos estatutos, o mandato do actual Conselho Geral e de Supervisão, que iniciou funções em 30 de Junho de 2006, tem uma duração de 3 anos. Em 31 de Dezembro de 2006, o Conselho é composto por 16 membros, na sua maioria independentes que preenchem os requisitos de formação e competência previstos nas normas legais ou regulamentares aplicáveis à EDP. O funcionamento do Conselho Geral e de Supervisão é regido por um regulamento interno.

O Conselho Geral e de Supervisão da EDP assegura em permanência o acompanhamento e a supervisão da actividade da administração da EDP, cooperando com o Conselho de Administração Executivo e com os demais órgãos e corpos sociais na prossecução do interesse social, nos termos previsto no Código das Sociedades Comerciais e nos estatutos:

- Acompanhar em permanência a actividade da administração da sociedade e sociedades dominadas e prestar a respeito dela aconselhamento e assistência ao conselho de administração executivo, designadamente no que concerne à estratégia, consecução de objectivos e cumprimento de normas legais aplicáveis;

- Emitir parecer sobre o relatório de gestão e contas do exercício;

- Proceder ao acompanhamento permanente da actividade do revisor oficial de contas e do auditor externo da sociedade e pronunciar-se, no que ao primeiro respeita, sobre a respectiva eleição ou designação, sobre a sua exoneração e sobre as suas condições de independência e outras relações com a sociedade;

- Acompanhar de forma permanente e avaliar os procedimentos internos relativos a matérias contabilísticas e auditoria, bem como a eficácia do sistema de gestão de risco, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna, incluindo a recepção e tratamento de queixas e dúvidas relacionadas, oriundas ou não de colaboradores;

- Propor à Assembleia Geral a destituição de qualquer membro do Conselho de Administração Executivo;

- Acompanhar a definição de critérios e competências necessários nas estruturas e órgãos internos da sociedade ou do grupo ou convenientes a observar e suas repercussões na respectiva composição, bem como a elaboração de planos de sucessão;

- Providenciar, nos termos da lei, a substituição de membros do conselho de administração executivo em caso de falta definitiva ou impedimento temporário;

- Emitir, por sua iniciativa ou quando lhe seja solicitado pelo Presidente do Conselho de Administração Executivo, parecer sobre o voto anual de confiança em administradores a que se refere o artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais;

- Acompanhar e apreciar questões relativas a governo societário, sustentabilidade, códigos internos de ética e conduta e respectivo cumprimento e sistemas de avaliação e resolução de conflitos de interesses, incluindo no que respeita a relações da sociedade com accionistas e emitir pareceres sobre estas matérias;

- Obter os meios, financeiros ou de outra natureza, que razoavelmente entender necessários à sua actividade e solicitar ao Conselho de Administração

Executivo a adopção das medidas ou correcções que entenda pertinentes, podendo proceder a contratação dos meios necessários ao seu próprio aconselhamento independente, se necessário;

- Receber do Conselho de Administração Executivo informação periódica sobre relações comerciais significativas da sociedade ou sociedades dominadas com accionistas com participação qualificada e pessoas com eles relacionadas;

- Nomear a Comissão de Vencimentos e a Comissão de Auditoria;

- Representar a sociedade nas relações com os administradores;

- Fiscalizar as actividades do Conselho de Administração Executivo;

- Vigiar pela observância da lei e do contrato de sociedade;

- Seleccionar e substituir o auditor externo da sociedade, dando ao Conselho de Administração Executivo indicações para este proceder à sua contratação e exoneração;

- Verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, assim como a situação de quaisquer bens ou valores possuídos pela sociedade a qualquer título;

- Fiscalizar o processo de preparação e divulgação de informação financeira;

- Convocar a Assembleia Geral quando o entenda conveniente;

- Aprovar o respectivo regulamento interno que incluirá as regras de relacionamento com os demais órgãos e corpos sociais;

- Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei ou pela Assembleia Geral.

No âmbito do novo modelo de governo societário aplicável à EDP, encontra-se ainda atribuída ao Conselho Geral e de Supervisão uma competência de particular relevo, pois embora não disponha de poderes de gestão, nos termos do disposto no artigo 442.º, n.º 1 do Código das Sociedades Comerciais, a aprovação de determinados actos está sujeita a parecer prévio favorável deste órgão social, designadamente:

- Plano estratégico da sociedade;

- Aquisições e alienações de bens, direitos ou participações sociais de valor económico significativo;

- Contratação de financiamentos de valor significativo;

- Abertura ou encerramento de estabelecimentos ou partes importantes de estabelecimentos e extensões ou reduções importantes da actividade;

- Outros negócios ou operações de valor económico ou estratégico significativo;

- Estabelecimento ou cessação de parcerias estratégicas ou outras formas de cooperação duradoura;

- Projectos de cisão, fusão ou transformação;

- Alterações ao contrato de sociedade, incluindo a mudança de sede e aumento de capital, quando sejam da iniciativa do Conselho de Administração Executivo.

O Conselho Geral e de Supervisão reúne-se, ordinariamente, pelo menos uma vez por trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu presidente, por iniciativa própria ou mediante solicitação de qualquer dos seus membros, do Conselho de Administração Executivo ou do respectivo presidente.

edp

Conselho Geral e de Supervisão	
Presidente	António de Almeida
Vice-Presidente	Alberto João Coraceiro de Castro António Francisco Barroso de Sousa Gomes Carlos Jorge Feijoo Pereira Ribeiro Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira Diogo Campos Barradas de Lacerda Machado Eduardo de Almeida Catroga José Manuel Archer Galvão Teles José Maria Espirito Santo Silva Ricciardi Manuel Fernando de Macedo Alves Monteiro Manuel Menéndez Menéndez Paulo Jorge de Assunção Rodrigues Teixeira Pinto Vasco Maria Guimarães José de Mello Vital Martins Moreira Vítor Domingos Seabra Franco Vítor Fernando da Conceição Gonçalves

2.3.3. Conselho de Administração Executivo

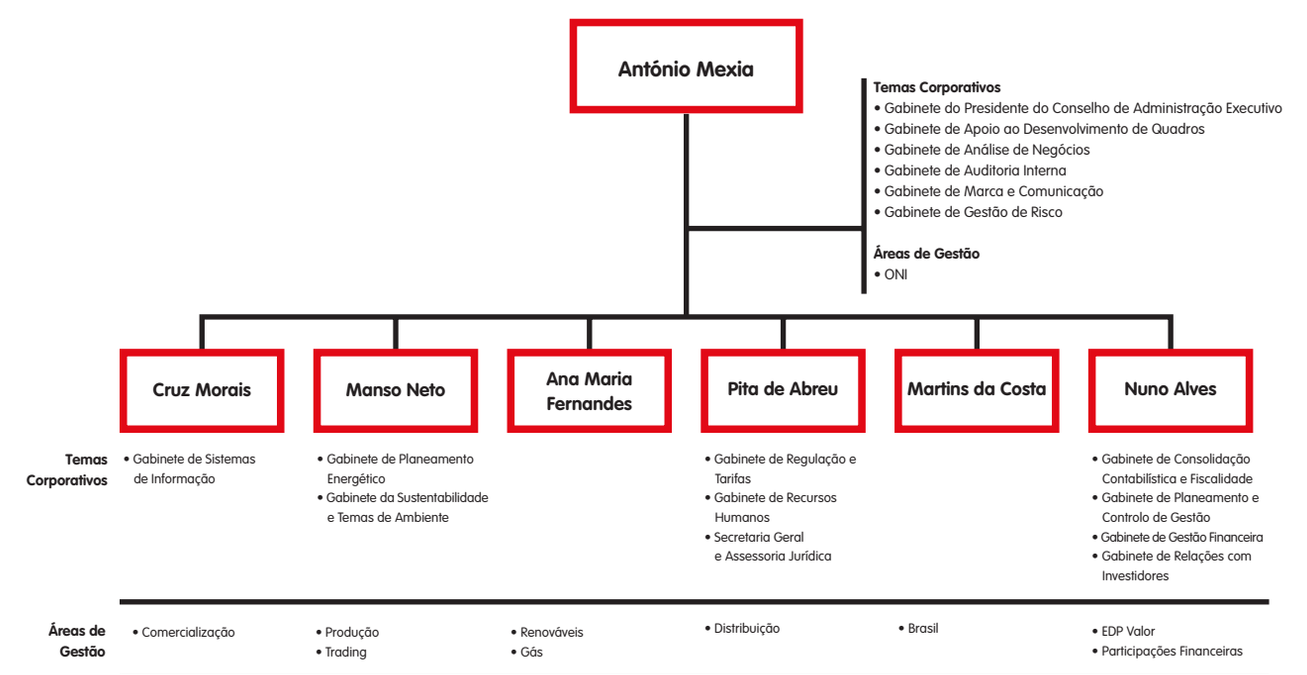
O Conselho de Administração Executivo é o órgão responsável pela gestão das actividades da sociedade, nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais e nos estatutos, sendo eleito pelos accionistas em Assembleia Geral. O Conselho de Administração Executivo da EDP é composto por 7 membros.

Entre as competências especialmente atribuídas ao Conselho de Administração Executivo relativamente à administração da sociedade encontram-se, nomeadamente, as seguintes:

- Fixação dos objectivos e das políticas de gestão da empresa e do grupo;
- Elaboração dos planos de actividade e financeiros anuais;
- Gestão dos negócios sociais e realização de todos os actos e operações relativos ao objecto social que não caibam na competência atribuída a outros órgãos da sociedade;
- Aprovação da emissão de obrigações e outros valores mobiliários nos termos da lei e dos estatutos, devendo observar os limites quantitativos anuais fixados pelo Conselho Geral e de Supervisão;
- Definição da organização técnico-administrativa da sociedade e das normas de funcionamento interno, designadamente sobre pessoal e sua remuneração.

O Conselho de Administração Executivo está organizado de acordo com as seguintes funções:

Conselho de Administração Executivo



2.3.4. Comissão de Vencimentos da AG

A Assembleia Geral nomeia uma Comissão de Vencimentos, à qual compete fixar a remuneração dos membros dos órgãos sociais, à excepção dos membros do Conselho de Administração Executivo, devendo ser composta na sua maioria por membros independentes (ver ponto 2.9)

2.3.5. Conselho de Ambiente e Sustentabilidade

O Conselho de Ambiente constitui um corpo social que foi instituído em 1991, tendo a sua denominação sido alterada para Conselho de Ambiente e Sustentabilidade pela Assembleia Geral Anual de 30 de Março de 2006.

Ao Conselho de Ambiente e Sustentabilidade encontram-se atribuídas determinadas competências consultivas junto do Conselho de Administração Executivo em matéria ambiental e de sustentabilidade, em especial o aconselhamento e apoio deste na definição da estratégia societária de ambiente e sustentabilidade e a formulação de pareceres e recomendações sobre o impacto ambiental de projectos a promover pelo Grupo EDP.

O Conselho de Ambiente e Sustentabilidade é composto por cinco personalidades de reconhecida competência na área da defesa do ambiente, eleitas pela Assembleia Geral:

Conselho de Ambiente e Sustentabilidade
João Ferreira do Amaral
Miguel St. Aubyn
José Azevedo Pereira
Madalena Presumido
Graça Martinho

2.3.6. Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas é o órgão da Sociedade responsável pelo exame dos documentos de prestação de contas, sendo eleito pela Assembleia Geral.

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais e os estatutos, compete ao Revisor Oficial de Contas, nomeadamente:

- Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- Verificar, quando entenda conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie dos bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro titulo;
- Verificar a exactidão dos documentos de prestação de contas;
- Verificar se as politicas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pela sociedade conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados.

Revisor Oficial de Contas	
Fiscal Único Efectivo	KPMG & Associados, SROC, S.A., representada por Jean-éric Gaign, ROC
Fiscal Único Suplente	Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho, ROC

2.3.7. Secretário da Sociedade

O Secretário da Sociedade e o respectivo suplente são designados pelo Conselho de Administração Executivo, dispondo das competências estabelecidas na lei e cessando as suas funções com o termo das funções do Conselho de Administração Executivo que o designou.

Secretário da Sociedade	
Secretário Efectivo	Maria Teresa Isabel Pereira
Secretário Suplente	Maria Virgínia Bastos dos Santos

2.3.8. Comissões especializadas do Conselho Geral e de Supervisão

Comissão de Auditoria

A Comissão de Auditoria constitui a comissão para as matérias financeiras, cuja criação é obrigatória para as sociedades emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação na Euronext Lisbon, de acordo com o artigo 444.º, n.º 2 do Código das Sociedades Comerciais.

De acordo com o modelo de governo societário aplicável à EDP, a Comissão de Auditoria enquadra-se no âmbito do Conselho Geral e de Supervisão, sendo composta por um mínimo de três membros independentes com qualificação e experiência adequadas, incluindo necessariamente um membro com um curso superior adequado ao exercício das suas funções e conhecimentos em auditoria ou contabilidade.

Os actuais membros desta comissão são:

Comissão de Auditoria	
Presidente	Vítor Fernando da Conceição Gonçalves
	António Francisco Barroso de Sousa Gomes Manuel Fernando de Macedo Alves Monteiro

Estão atribuídas à Comissão de Auditoria nomeadamente as seguintes competências:

- Emitir parecer sobre o relatório de gestão e contas do exercício;
- Acompanhar de forma permanente e avaliar os procedimentos internos relativos a matérias contabilísticas e auditoria, bem como a eficácia do sistema de gestão de risco, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna, incluindo a recepção e tratamento de queixas e dúvidas relacionadas, oriundas ou não de colaboradores;
- Verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, assim como a situação de quaisquer bens ou valores possuídos pela sociedade a qualquer título;
- Fiscalizar o processo de preparação e divulgação de informação financeira;
- Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei.

Desde a sua constituição em 2003, a Comissão de Auditoria teve sempre em consideração critérios de independência dos seus membros, tais como a inexistência de qualquer relação laboral ou vínculo contratual com a EDP e respectivas participadas, nem com accionistas com participação igual ou superior a 2% ou entidades em relação de domínio ou de grupo com esses accionistas.

As aludidas características e funções da Comissão de Auditoria vigoram na EDP desde há cerca de 4 anos, apresentando-se em consonância com os princípios preconizados pela Comissão Europeia a respeito da independência dos administradores, na Recomendação de 15 de Fevereiro de 2005 relativa ao papel dos administradores não executivos ou membros do conselho de supervisão de sociedades cotadas e aos comités do conselho de administração ou de supervisão, e hoje acolhidos no Código das Sociedades Comerciais após a reforma introduzida pelo Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de Março.

Em linha com a aludida Recomendação da Comissão Europeia, a composição da Comissão de Auditoria integra exclusivamente membros do Conselho Geral e de Supervisão, cujo perfil de independência corresponde, em geral, àquele preconizado pela Comissão Europeia. De igual forma, as funções atribuídas à Comissão de Auditoria da EDP estão alinhadas com o papel proposto pela Comissão Europeia para o comité de auditoria das sociedades cotadas nas áreas dos procedimentos internos e da auditoria.

A constituição da Comissão de Auditoria, experiência pioneira em matéria de governo societário em Portugal, tem contribuído para o reforço dos mecanismos internos de controlo no seio da EDP, em virtude da actuação dos seus membros que dispõem de efectivas competências de vigilância. Como é assinalado a nível internacional, a actuação desta Comissão assume destaque no domínio do reforço dos mecanismos de controlo interno da gestão, através de uma intervenção "ex-ante" que contribui para eliminar e prevenir eventuais situações de conflitos

de interesses e para aumentar a transparência da gestão.

Durante o ano de 2006, a Comissão de Auditoria, que esteve em funções até 30 de Março, reuniu cinco vezes. A Comissão de Auditoria em funcionamento entre 1 de Abril e 30 de Junho reuniu uma vez e a Comissão de Auditoria que funcionou entre 1 de Julho e 31 de Dezembro reuniu 11 vezes.

Comissão de Vencimentos

A Comissão de Vencimentos constitui uma comissão especializada do Conselho Geral e de Supervisão com competências definidas em matéria de fixação da política remuneratória do Presidente e restantes membros do Conselho de Administração Executivo, distinguindo-se da Comissão de Vencimentos designada pela Assembleia Geral, a qual é responsável pela fixação da política remuneratória dos restantes órgãos sociais. O funcionamento da Comissão de Vencimentos é disciplinado por um regulamento interno.

A Comissão de Vencimentos deve submeter, com carácter consultivo, à Assembleia Geral Anual, uma declaração sobre a política de remuneração dos membros do Conselho de Administração Executivo por si aprovada, pelo menos nos anos em que tal política seja estabelecida ou alterada.
A Comissão de Vencimentos é composta por membros do Conselho Geral e de Supervisão com qualificação e experiência adequadas, sendo a sua maioria membros independentes.

Comissão de Vencimentos

Presidente	Alberto João Coraceiro de Castro
	Eduardo de Almeida Catroga Paulo Jorge de Assunção Rodrigues Teixeira Pinto

Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade

A Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade constitui uma comissão especializada do Conselho Geral e de Supervisão.

A Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade tem como finalidade acompanhar e supervisionar de modo permanente as questões relativas às seguintes matérias:

- Governo societário;
- Sustentabilidade estratégica;
- Códigos internos de ética e conduta;
- Sistemas de avaliação e resolução de conflitos de interesses, designadamente no que respeita às relações entre a EDP e os seus accionistas.

A Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade é composta por membros do Conselho Geral e de Supervisão com qualificação e experiência adequadas, sendo a sua maioria independentes. O funcionamento da Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade é disciplinado por um regulamento interno.

Comissão do Governo Societário e Sustentabilidade

Presidente	António de Almeida
	Alberto João Coraceiro de Castro José Maria Espirito Santo Silva Ricciardi Manuel Fernando de Macedo Alves Monteiro Vital Martins Moreira Vitor Domingos Seabra Franco

Comissão de Selecção

A Comissão de Selecção constitui uma comissão especializada do Conselho Geral e de Supervisão, e tem como finalidade acompanhar e supervisionar, de modo permanente, as matérias relativas:

- À definição de critérios e competências convenientes a observar nas estruturas e órgãos internos da EDP e suas repercussões na respectiva composição;
- À elaboração de planos de sucessão.

A Comissão de Selecção é composta por três membros do Conselho Geral e de Supervisão com qualificação e experiência adequadas, sendo pelo menos um independente. O funcionamento da Comissão de Selecção é disciplinado por um regulamento interno.

Comissão de Selecção	
Presidente	António de Almeida
	Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira Diogo Campos Barradas de Lacerda Machado

2.3.9. Estrutura Funcional da EDP

A EDP tem as suas actividades estruturadas como um grupo empresarial de acordo com a organização, funções e responsabilidades determinadas pelo Conselho de Administração Executivo. Este órgão social define o modelo organizativo do Grupo e a repartição de funções entre as diferentes Unidades de Negócio, a Unidade de Serviços Partilhados - EDP Valor - e a estrutura central que funciona junto de si, constituída por um Centro Corporativo, organizado em Gabinetes e unidades de negócio e com o apoio da Secretaria Geral e Assessoria Jurídica.

Após a reorganização do Centro Corporativo, ocorrida no primeiro semestre de 2006, foram redefinidas as suas áreas prioritárias de actuação de acordo com as novas linhas de orientação estratégica adoptadas pelo Grupo EDP com o objectivo de reforçar a posição de operador ibérico e de focar a sua actuação na criação de valor.

A actual configuração da estrutura central de apoio aos processos de decisão é a seguinte:

As competências e funções dos **Gabinetes** actualmente existentes são as seguintes:

A **Secretaria-Geral e Assessoria Jurídica** tem competências delegadas para a representação externa do Grupo e para a prática de actos de gestão corrente em matérias de carácter administrativo. Cabe-lhe ainda apoiar as actividades dos órgãos sociais e do relacionamento da EDP com as respectivas empresas participadas.

O **Gabinete do Presidente do Conselho de Administração Executivo** assessora o Presidente do Conselho de Administração Executivo e os restantes membros do Conselho de Administração Executivo. Para além de secretariar as reuniões semanais do Conselho de Administração Executivo, compete-lhe igualmente liderar e acompanhar projectos de relevância estratégica e financeira e representar a EDP junto de entidades externas nas competências que lhe tiverem sido especificamente atribuídas.

O **Gabinete de Análise de Negócios (GAN)** tem como missão optimizar o "portfolio" de negócios do Grupo, através de uma análise crítica à luz do desenvolvimento estratégico delineado pelo Conselho de Administração Executivo. As principais áreas de actuação respeitam à avaliação de projectos, identificação de oportunidades de negócio, análise e execução de operações de compra e venda de activos e de participações sociais, negociação de acordos de parceria, bem como ao apoio ao Conselho de Administração Executivo na tomada de decisões relativas a investimentos e desinvestimentos estratégicos.

Conselho de Administração Executivo	
Centro Corporativo • Unidades de Negócio	
Gabinetes	
Secretaria Geral e Assessoria Jurídica	Rui Maria Ribeiro Ferin Cunha
Gabinete do Presidente do Conselho de Administração Executivo	Miguel Nuno Setas
Gabinete de Análise de Negócios	Miguel Stilwell de Andrade
Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento de Quadros	Maria Adília Pina Pereira
Gabinete de Auditoria Interna	Azucena Viñuela Hernández
Gabinete de Marca e Comunicação	Paulo Campos Costa
Gabinete de Gestão Financeira	Magda Abdool Magid Vakil
Gabinete de Gestão de Risco	José Alberto de Baptista Allen Lima
Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão	Rui Manuel Teixeira
Gabinete de Consolidação Contabilística e Fiscalidade	Miguel Ribeiro Ferreira
Gabinete de Planeamento Energético	António José Silva Coutinho
Gabinete da Qualidade	Paula Pinto da Fonseca
Gabinete de Recursos Humanos	Eugénio André da Purificação Carvalho
Gabinete de Regulação e Tarifas	Maria Joana Mano Pinto Simões
Gabinete de Relações com Investidores	Miguel Henriques Viana
Gabinete de Sistemas de Informação	Luis Pedro Ferraz Flores
Gabinete de Sustentabilidade e Termas de Ambiente	António Manuel Neves de Carvalho
Unidades de Negócio	
Unidade de Negócio de Gestão de Energia	Carlos Alves Pereira
Unidade de Negócio Gás	João Paulo Costeira e Carlos Mata

O **Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento de Quadros (GDQ)** foi constituído com a missão de apoiar o desenvolvimento dos "Quadros-Chave" da EDP. O GDQ tem como objectivos contribuir para a optimização do capital humano do Grupo EDP, potenciando as competências técnicas e comportamentais individuais dos seus quadros-chave e colaborar no desenvolvimento organizacional do Grupo, actuando ao nível do planeamento das carreiras dos quadros-chave e da criação de condições/predisposições para a respectiva mobilidade funcional e geográfica.

O **Gabinete de Auditoria Interna (GAI)** tem como principal função o apoio à gestão na concepção, implementação e monitorização de um sistema de controlo interno adequado à prossecução dos objectivos de eficácia e eficiência operacionais estabelecidos, através da realização de auditorias de avaliação estrutural do controlo interno e de verificação do funcionamento efectivo e da eficácia dos controlos instituídos. Estes procedimentos de auditoria destinam-se a fornecer uma garantia razoável quanto à capacidade dos sistemas de controlo interno para prevenir, detectar e corrigir a ocorrência de desconformidades operativas e erros ou omissões materialmente relevantes na informação utilizada para medir o grau de cumprimento dos objectivos estabelecidos e gerir a organização, articulando a sua actuação com os auditores externos e os revisores oficiais de contas.

O **Gabinete de Marca e Comunicação (GMC)** desenvolve a sua actuação no âmbito da gestão dos contactos com os órgãos de comunicação social, da publicidade e gestão de meios, da comunicação interna e organizacional, dos media corporativos (sítio, intranet e revistas internas) e das relações institucionais. Adicionalmente, o GMC tem a responsabilidade da "gestão da marca" da EDP. O GMC centraliza todas as áreas de comunicação do Grupo EDP, incluindo a Energias do Brasil.

O **Gabinete de Gestão Financeira (GFN)** é responsável pela apresentação de propostas de definição da política de gestão financeira do Grupo, pela observação do respectivo cumprimento e pelo controlo das suas responsabilidades financeiras. As funções do GFN incluem a gestão da carteira de dívida da EDP e da EDP Finance BV, a gestão de risco de taxa de juro e divisa associada e a gestão centralizada da tesouraria das empresas do Grupo que actuam no sector eléctrico nacional ou que são detidas em 100%, directa ou indirectamente, pela EDP e a negociação e contratação de financiamento e linhas de crédito. Em paralelo, acompanha as áreas financeiras das empresas participadas. O GFN é ainda o principal interlocutor com os mercados de dívida e bancários e com as agências de "rating". O GFN tem igualmente a responsabilidade de gerir o Plano de Pensões de Benefício Definido do Grupo EDP, nomeadamente monitorizar a adequação entre os activos financeiros e as responsabilidades do Plano de Pensões.

A missão do **Gabinete de Gestão de Risco (GGR)** consiste na definição, implementação e manutenção de um Sistema de Gestão Integrada de Risco (SGIR) para o Grupo EDP. A utilização do SGIR representa uma fonte de vantagens comparativas para a EDP ao possibilitar a inclusão da dimensão risco nas decisões estratégicas e operacionais do Grupo. Com efeito, às oportunidades que permanentemente se apresentam a um Grupo com a dimensão da EDP estão associadas incertezas cuja quantificação, através da determinação do risco que lhes corresponde, constitui um contributo decisivo para a correcta tomada de decisões.

O **Gabinete de Consolidação Contabilística e Fiscalidade (GCF)** está organizado em três áreas de actuação: (i) a área de Consolidação, que tem como principal função a consolidação das contas do Grupo e reporte contabilístico, (ii) a área de Normalização Contabilística Corporativa (nacional, internacional e ambiental) e (iii) a área de Fiscalidade do Grupo.

O **Gabinete de Planeamento e Controle de Gestão (GCG)** é responsável pelo planeamento operacional e orçamento do Grupo, controlo de gestão, controlo orçamental, reporte financeiro, elaboração de "balanced scorecards" e revisão dos processos e sistemas de orçamentação.

O **Gabinete de Planeamento Energético (GPE)** foi constituído com o propósito de apoiar o Grupo com uma visão integrada de todo o "portfolio" e do seu

posicionamento presente e futuro no mercado ibérico, perspectivando necessidades e opções de "sourcing" de energia. Neste sentido, o GPE constitui-se como uma plataforma organizativa de articulação entre as várias áreas de negócio de electricidade e gás do Grupo para a concretização da necessária visão integrada do mercado e da actuação do Grupo EDP.

A missão do **Gabinete da Qualidade (GQL)** consiste em colaborar com as unidades de negócio do Grupo de forma a aumentar a sua rendibilidade, competitividade e quota de mercado nos casos aplicáveis. Para este efeito, o GQL reúne, selecciona e analisa informação relevante para apoiar a tomada de decisões, possibilitar uma melhor condução dos processos de aperfeiçoamento interno e facilitar a concretização de objectivos. Com o objectivo de atingir estes fins, o GQL utiliza como principal metodologia de suporte a elaboração de estudos de mercado, junto dos clientes externos, clientes internos e colaboradores do Grupo, identifica novas oportunidades de negócio, assegura acções de formação na área da qualidade e actua como um consultor interno.

O **Gabinete de Recursos Humanos (GRH)** tem por finalidade apoiar o desenvolvimento da organização e das pessoas através da elaboração de políticas e estratégias alinhadas com os objectivos e valores do Grupo. Tem como principais responsabilidades (i) a concepção e desenvolvimento de estratégias, políticas e procedimentos de Recursos Humanos e Prevenção e Segurança no Trabalho, (ii) o desenvolvimento de negociações com parceiros sociais, (iii) o controlo da execução da política de Recursos Humanos, (iv) o desenvolvimento de instrumentos de Gestão das Pessoas, (v) a implementação das políticas de apoio social aos trabalhadores e reformados, (vi) o desenvolvimento de uma cultura de segurança e (vii) a adequação dos sistemas corporativos de Recursos Humanos à regulamentação e legislação aplicáveis e às necessidades de desenvolvimento organizativo.

O **Gabinete de Regulação e Tarifas (GRT)** tem como missão apoiar a Conselho de Administração Executivo na tomada de decisões no âmbito da regulação e no relacionamento com as diversas entidades supervisoras do sector energético. O GRT acompanha o desenvolvimento e a implementação das novas Directivas Europeias da Electricidade e do Gás Natural e estuda os impactos decorrentes da concretização do MIBEL. A liberalização dos sectores energéticos e a regulação dos "monopólios naturais" consubstanciam-se através de alterações profundas ao nível legislativo, regulamentar e organizativo, cujas implicações na rentabilidade das empresas importa estudar, obrigando ao desenvolvimento de modelos económico financeiros e de estudos tarifários.

Gabinete de Relações com Investidores (GRI) (ver 2.8.2)

Ao **Gabinete de Sistemas de Informação (GSI)** compete promover o alinhamento dos Sistemas de Informação do Grupo com os objectivos de negócio e com a evolução da tecnologia, apoiar a Administração na definição dos objectivos, políticas e normas na área dos Sistemas e das Tecnologias de Informação e a contratação global de bens e serviços. O GSI tem ainda por missão auxiliar o Conselho de Administração Executivo na definição da estratégia de Sistemas e Tecnologias de Informação do Grupo e estabelecer o Plano Director de Sistemas, definir o modelo de arquitectura de sistemas e tecnologia, promover a segurança informática e efectuar o planeamento, orçamento e controlo de gestão dos sistemas e tecnologias de informação.

As principais competências do **Gabinete de Sustentabilidade e Temas de Ambiente (GSA)** consistem em (i) assessorar a Administração em matérias de Ambiente e Sustentabilidade, nomeadamente na definição de políticas e estratégias de actuação corporativa e na definição e supervisão de metas e objectivos, bem como no relacionamento com o Conselho de Ambiente e Sustentabilidade, (ii) reportar a actividade desenvolvida pela empresa em matéria de Ambiente, (iii) assegurar a coordenação das actividades de ordem estratégica, em matérias de índole ambiental, no Centro Corporativo e garantir que a actuação operacional no Grupo se faz em coerência com as orientações do Conselho de Administração Executivo e (iv) acompanhar o desenvolvimento das questões ambientais de maior importância para os negócios e propor a adopção de estratégias globais de actuação da empresa.

A **Unidade de Negócio Gás (UNG)** é responsável por todas as actividades de gestão da cadeia de valor do gás, desde o aprovisionamento/"trading" até à comercialização e distribuição, bem como a coordenação das participações da EDP neste sector.

A **Unidade de Negócio de Gestão de Energia (UNGE)** é responsável pela negociação da compra física e a prazo de combustíveis e contratação do seu transporte marítimo, em nome e por conta das empresas do Grupo EDP relevantes. Compete-lhe realizar negócios a prazo e à vista de compra e venda de electricidade em mercado, de tipo físico ou financeiro, nomeadamente de produtos derivados de energia e de operações de câmbio. Cabe-lhe ainda decidir sobre os programas de exploração e despacho dos centros electroprodutores do Grupo EDP cuja gestão de energia esteja sob a sua responsabilidade com vista à optimização do portfolio e à satisfação do abastecimento de energia aos clientes das comercializadoras do Grupo EDP. Está ainda sob a sua gestão as operações relacionadas com "licenças de emissão de CO_2" e de "certificados verdes" do Grupo EDP.

2.3.10. Comissões e Comités específicos da EDP (Estruturas Funcionais)

Com vista a um acompanhamento mais efectivo, eficaz e de apoio à gestão da sociedade, foram criadas as seguintes comissões e comités:

Comité de Inovação

O Comité de Inovação tem as seguintes atribuições:

- Definir as áreas estratégicas de inovação no seio do Grupo EDP e submetê-las à aprovação do Conselho de Administração Executivo;
- Identificar o conjunto de projectos a implementar na área da inovação e submetê-los à aprovação do Conselho de Administração Executivo;
- Acompanhar as iniciativas e projectos do Grupo em curso na área da inovação, propondo acções correctivas sempre que tal se justifique;
- Analisar as conclusões das acções de vigilância tecnológica;
- Definir os investimentos e as linhas tecnológicas prioritárias, tendo em conta os resultados do Projecto Portfolio XXI;
- Preparar as reuniões do Conselho de Inovação.

A composição do Comité de Inovação integra os responsáveis pelas principais áreas de negócio da empresa, bem como responsáveis pelos Gabinetes de Análise de Negócios, Marca e Comunicação, Planeamento Energético e Sistemas de Informação, os quais reúnem trimestralmente.

Comissão de Controlo e Procedimentos de Divulgação de Informação (CDI)

A CDI tem a seu cargo três funções primordiais:

- Identificar e analisar os factos informativos que devam ser periodicamente tornados públicos pela empresa;
- Participar na revisão da informação prestada periodicamente pela EDP, no âmbito da preparação dos relatórios e outros comunicados ao mercado;
- Avaliar trimestralmente os mecanismos de controlo e divulgação da informação da EDP.

Esta comissão constitui uma estrutura organizativa responsável pelo acompanhamento e avaliação dos mecanismos de controlo e procedimentos de divulgação de informação, compreendendo-se no Projecto de Certificação da Informação do Grupo EDP de que fazem igualmente parte um Grupo de Trabalho do Projecto, liderado pelo Gabinete de Auditoria Interna em ligação estreita com o Conselho de Administração Executivo e Equipas das Áreas de Negócio responsáveis pelos procedimentos de controlo de cada sector de actividade.

A composição da CDI integra os responsáveis pelos Gabinetes de Relações com Investidores, Auditoria Interna, Planeamento e Controle de Gestão, Consolidação e Fiscalidade, Gestão Financeira, Regulação e Tarifas, Recursos Humanos, Ambiente e Secretaria Geral do Conselho de Administração Executivo com intervenção na preparação de informação, bem como os responsáveis pelas principais áreas de negócio da empresa.

Comissão Corporativa de Risco (CCR)

A CCR é presidida pelo Presidente do Conselho de Administração Executivo e nela têm assento, como membros permanentes, o administrador do pelouro financeiro (CFO), o "Chief Risk Officer", o director do Gabinete Financeiro e o responsável pela Unidade Trading Ibérico.

A CCR tem como atribuições:

- Efectuar uma correcta monitorização dos riscos significativos e avaliação do perfil de risco do Grupo EDP;
- Aprovar o modelo de relatórios periódicos a apresentar pelas áreas de negócio ou GGR, bem como o de outros mecanismos de "reporting" e monitorização dos riscos da EDP;
- Aprovar recomendações sobre riscos significativos do Grupo e sobre situações extraordinárias em termos de risco para apreciação do Conselho de Administração Executivo;
- Definir recomendações sobre politicas, procedimentos e limites de risco para o Grupo, para apreciação e aprovação pelo Conselho de Administração Executivo.

Esta comissão reúne trimestralmente e nela participam membros não permanentes convocados de acordo com a respectiva agenda da reunião, para além de reunir sempre que uma situação de risco inesperada o aconselhe.

Conselho Estratégico de Prevenção e Segurança (CEPS/EDP)

O CEPS/EDP tem como principais competências:

- Apoio ao Conselho de Administração Executivo na elaboração de propostas para a definição dos objectivos estratégicos do Grupo EDP em matéria de prevenção e segurança no trabalho, a avaliação do seu grau de aplicação e eficácia e o reporte do respectivo progresso;
- Análise crítica do Relatório Anual de Actividades e dar parecer sobre o Plano de Actividades de Prevenção e Segurança da EDP;
- Acompanhamento da evolução dos principais indicadores de segurança no trabalho e a elaboração de propostas de acções de melhoria.

Comité de Regulação, Meio Ambiente e Planificação Energética

O Comité de Regulação, Meio Ambiente e Planificação Energética tem como principais competências:

- Articulação ibérica da área de regulação, meio ambiente e planificação estratégica uniformização entre as actividades do Grupo em Portugal (regulação, ambiente e planeamento energético), a HC Energía (regulação, ambiente e planeamento energético) e as empresas de energia renovável.

Este comité é composto pelos Directores das áreas de regulação, sustentabilidade e temas de ambiente, planeamento estratégico, bem como pelo administrador da área de negócio das energias renováveis.

Comité de Controlo e Finanças

O comité de Controlo e Finanças tem como principal competência a articulação ibérica da área de controlo e finanças, assegurando a coordenação e uniformização entre as actividades do Grupo em Portugal, a HC Energía, Energias do Brasil, EDP Valor e a área de negócio das energias renováveis.

Este comité é presidido pelo administrador com o pelouro da área financeira e integra os directores doa Gabinetes Financeiro, Análise de Negócios, Consolidação, Controlo de Gestão e ainda os administradores das áreas financeiras da Energias do Brasil e HC Energía.

Conselho de Formação

- Definir os objectivos estratégicos do processo formativo;
- Aprovar o Plano e Orçamento de Formação;
- Acompanhar o processo de avaliação da eficácia da formação ao nível de todo o Grupo.

Este conselho é presidido pelo Presidente do Conselho de Administração Executivo e composto por administradores das empresas do Grupo.

Comité de Tecnologias de Informação

- Desenvolver directrizes para o planeamento estratégico dos Sistemas de informação;
- Aprovar o plano e orçamento anual para os Sistemas de informação (projectos aplicacionais e infra-estruturas);
- Atribuir fundos e recursos para as iniciativas de maior dimensão.

Este comité é composto pelo administrador com o pelouro da área de sistemas de informação, pelos administradores das empresas com o mesmo pelouro e pelo Director do Gabinete de Sistemas de Informação.

Comissão de Ambiente e Sustentabilidade

A Comissão de Ambiente e Sustentabilidade tem as seguintes atribuições:

- Elaborar e actualizar anualmente o plano estratégico de médio/longo prazo do Grupo EDP, a submeter à aprovação do CAE;
- Aprovar os planos de acção anuais, definindo os objectivos e metas a atingir pelo Grupo, a submeter à aprovação do CAE;
- Acompanhar o desenvolvimento dos planos de acção aprovados;
- Acompanhar as actividades das Estruturas de Gestão de Sustentabilidade e Ambiente das Empresas do Grupo.

Esta comissão integra um membro do Conselho de Administração Executivo, o responsável pelo ambiente da HC Energía, um representante da Energias do Brasil, bem como os responsáveis pelos Gabinetes de Recursos Humanos, Relações com Investidores e Marca e Comunicação.

Considerando as suas responsabilidades específicas desta Comissão, o Presidente do Conselho de Administração Executivo acompanha os trabalhos e assiste às respectivas reuniões sempre que entenda conveniente. Esta comissão reúne, no mínimo, trimestralmente.

Comité Coordenador de Compras

O Comité de Compras tem como responsabilidade chave a articulação ibérica da área das compras, assegurando a coordenação e uniformização entre as actividades da Plataforma Ibérica de Negociação e Compras e das respectivas Direcções de Compras em Portugal e Espanha.

Comité de Preços e Volumes

O objectivo primordial do Comité de Preços e Volumes é garantir que o Grupo disponha da melhor informação e perspectiva de evolução do mercado a cada momento. Desta forma, fica a cargo deste Comité:

- Partilhar informação relevante e actualizada de mercado;
- Decidir sobre o que considerar como informação relevante acerca da evolução das variáveis chave a disponibilizar para o Grupo;
- Definir a curva forward que represente a melhor estimativa do Grupo relativamente à evolução do mercado;
- Dispor de uma base de dados actualizada, que contenha dados históricos e previsões sobre as variáveis chave do mercado;
- Garantir o alinhamento entre as áreas de negócio no que diz respeito à informação partilhada;
- Constituir-se como um fórum de discussão permanente de partilha e alinhamento de perspectivas e conhecimentos sobre o mercado.

Comité de Produção

O Comité de Produção tem como principal competência a articulação ibérica da produção, assegurando a coordenação e uniformização entre as actividades da EDP Produção e a HC Energía (Produção).

Este comité integra o administrador com o pelouro da área de produção e os administradores das empresas da área de negócio de produção de energia.

Comité de Distribuição

O Comité de Distribuição tem como principal competência a articulação ibérica da distribuição, assegurando a coordenação e uniformização entre as actividades da EDP Distribuição, a HC (Distribuição) e a Energias do Brasil.

Este comité integra o administrador com o pelouro da área de distribuição e os administradores das empresas da área de negócio de distribuição de energia.

Comité Comercial

O Comité Comercial tem como principal competência a articulação ibérica da área comercial, assegurando a coordenação e uniformização entre as actividades da EDP Comercial e da HC (Marketing e Comercial).

Este comité integra o administrador com o pelouro da área comercial e os administradores das empresas da área de negócio de comercialização de energia.

2.4. Cumprimento do "Sarbanes-Oxley Act"

A lei "Sarbanes-Oxley", publicada em Julho de 2002, obriga todas as empresas estrangeiras com valores mobiliários admitidos à negociação numa bolsa de valores sujeita à supervisão da "Securities and Exchange Commission" (SEC) a proceder à certificação do respectivo relatório anual quanto à fiabilidade da informação nele contida, bem como a divulgar publicamente o resultado da avaliação do controlo interno da informação financeira comunicada ao mercado.

Ciente dos benefícios que a adopção dos princípios e das práticas preconizadas na lei "Sarbanes-Oxley" teriam na transparência das relações da empresa com o mercado, a EDP lançou um projecto com o objectivo de, em tempo oportuno, criar as condições que lhe permitam cumprir cabalmente os requisitos daquela.

Numa primeira fase, o projecto centrou-se no estabelecimento e implementação de procedimentos e controlos de divulgação da informação consistentes com o disposto na secção 302 da referida lei e orientados fundamentalmente para os produtos de reporte obrigatório para o mercado americano.

Numa segunda fase, abrangendo Portugal, Espanha e Brasil, centrou-se:

- Na compreensão, documentação e avaliação do controlo interno da informação financeira, em conformidade com o modelo de referência COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Comission) e

- Na formalização dos procedimentos de gestão do controlo interno em conformidade com os requisitos da referida lei.

O objectivo destes trabalhos consiste essencialmente em:

- Monitorar e avaliar, de modo mais eficaz, o funcionamento do controlo interno da informação financeira e, consequentemente, actuar mais rapidamente no sentido de corrigir lacunas ou fragilidades potencialmente comprometedoras da qualidade da informação disponibilizada;

- Fundamentar, de modo mais objectivo, a avaliação do controlo interno da informação financeira a que, nos termos da lei "Sarbanes-Oxley", a EDP está obrigada a partir de 2007, relativamente ao exercício de 2006.

2.5. EDP no Mercado de Capitais

As acções representativas do capital social da EDP foram inicialmente admitidas à negociação no mercado de cotações oficiais da Euronext Lisbon (então denominada Bolsa de Valores de Lisboa) em 16 de Junho de 1997. Desde então foram admitidas mais acções à negociação na Euronext, na sequência de cinco fases posteriores de reprivatização:

Fases de Admissão à Negociação da EDP

Fase de Admissão	Data	% Capital em Bolsa
1ª Fase Reprivatização / IPO	16-Jun-97	30%
2ª Fase Reprivatização	26-Mai-98	32%
3ª Fase Reprivatização	28-Jun-98	47%
4ª Fase Reprivatização	23-Out-00	69%
5ª Fase Reprivatização/Aumento de Capital	07-Dez-04	80%
6ª Fase Reprivatização	27-Dez-05	85%

Desde 27 de Dezembro de 2005, na sequência da 6ª fase de reprivatização, a EDP tem 3.096.222.980 acções ordinárias admitidas à negociação na Euronext Lisbon, com o valor nominal de 1 euro, representativas de 85% do seu capital social. O "free float" em 2006 situava-se nos 60%.

Para além da Euronext Lisbon, a EDP tem valores mobiliários representativos do seu capital social igualmente admitidos na NYSE - New York Stock Exchange, sob a forma de "American Depositary Shares" (ADS's).

EDP - Energias de Portugal, S.A.

Acções	
Acções	
Capital Social	€ 3.656.537.715
Valor Nominal das Acções	€ 1,00
Nº de Acções	3.656.537.715
Data de entrada em bolsa	16 Junho 1997
Euronext Lisbon	**Acções**
Reuters RIC	EDP.LS
Bloomberg	EDP PL
ISIN	EDP0AM0009
New York Stock Exchange	**ADS's**
Reuters RIC	EDP.N
Bloomberg	EDP US
ISIN	US2683531097

As acções EDP constituem também activo subjacente a contratos de futuros transaccionados na praça de Lisboa.
Encontram-se ainda em vida os seguintes empréstimos obrigacionistas da EDP:

	Data				Montante	
Emissão/ISIN	Emissão	Maturidade	Cupão	Bolsa	Emissão	Outstanding[2]
23ª Emissão PTEDPS0E0002	20-12-1996	20-12-2011[3]	Semestral Euribor 6m + 12,5bp	Euronext Lisbon	149.639.369	10.321.254
25ª Emissão PTEDPK0E0000	23-11-1998	23-11-2008[4]	Semestral Euribor 6m + 22,5bp	Euronext Lisbon	299.278.738	199.319.625
26ª Emissão PTEDPA0E0002	26-03-2003	26-03-2013	Semestral Euribor 6m + 50,0bp	Não listada	150.000.000	150.000.000
1ª Emissão EMTN [1] XS0103383286	29-10-1999	29-10-2009	Anual Taxa fixa EUR 6,400%	Euronext Paris Londres, Suíça,	1.000.000.000	1.000.000.000
2ª Emissão EMTN [1] XS0126990778	28-03-2001	28-03-2011	Anual Taxa fixa EUR 5,875%	Londres, Frankfurt	1.000.000.000	747.352.000
4ª Emissão EMTN [1] XS0139081763	26-11-2001	27-11-2009	Cupão Zero - EUR	Londres	22.455.000	22.455.000
6ª Emissão EMTN [1] XS0152784715	09-08-2002	09-08-2017	Anual Taxa fixa GBP 6,625%	Londres	200.000.000[5]	200.000.000[5]
7ª Emissão EMTN [1] XS0159585453	16-12-2002	20-03-2008	Anual Taxa fixa EUR 5,000%	Londres	500.000.000	355.024.000
8ª Emissão EMTN [1] XS0160258280	23-12-2002	23-12-2022	Anual Taxa fixa EUR 2,661%	Não listada	93.357	93.357
9ª Emissão EMTN [1] XS0221295628	22-06-2005	22-06-2015	Anual Taxa fixa EUR 3,75%	Londres	500.000.000	500.000.000
10ª Emissão EMTN [1] XS0223447227	29-06-2005	29-06-2020	Anual Taxa fixa EUR 4,125%	Londres	300.000.000	300.000.000
11ª Emissão EMTN [1] XS0256996538	12-06-2006	14-06-2010	Trimestral Euribor 3m + 15,0bp	Londres	500.000.000	500.000.000
12ª Emissão EMTN [1] XS0256997932	12-06-2006	12-06-2012	Anual Taxa fixa EUR 4,25%	Londres	500.000.000	500.000.000
13ª Emissão EMTN [1] XS0256997007	12-06-2006	13-06-2016	Anual Taxa fixa EUR 4,625%	Londres	500.000.000	500.000.000

(1) EMTN - Euro Medium Term Notes
(2) Outstanding - Valor em Dívida em 30 Dez 2006
(3) 4 anuidades a partir de 20 Dez 2008
(4) 6 semestralidades a partir de 23 Maio 2006
(5) Montante em GBP

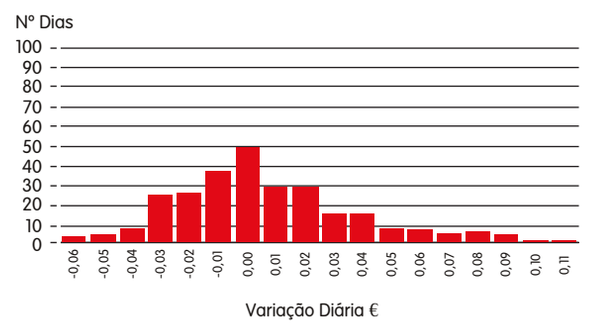
Durante 2006, a EDP foi a empresa com maior peso relativo no PSI-20, índice de referência da Euronext Lisbon, representando cerca de 19,82% do índice. A EDP é uma das seis empresas portuguesas com representatividade no índice Euronext 100 com um peso na ordem dos 0,65%. A acção EDP constitui também uma referência em vários índices europeus, tais como o Dow Jones Eurostoxx Utilities, calculados com base na performance bolsista das principais e mais representativas empresas europeias do sector de "Utilities".

Durante o ano de 2006, as acções EDP valorizaram 47,7%, tendo passado dos 2,60 euros para os 3,84 euros, o que somado ao dividendo bruto por acção de 0,10 euros por acção pago em 28 de Abril de 2006 resulta num retorno total bruto de 51,5% no período. Esta performance ficou substancialmente acima dos retornos proporcionados pelos principais índices de referência, nomeadamente o PSI-20 que subiu 30,2% no período e o Dow Jones Europe STOXX Utilities que teve uma performance de +35,3% em 2006.

O valor de mercado do Grupo EDP, calculado com base na sua capitalização bolsista (nº de acções emitidas x preço por acção) a 29 de Dezembro de 2006, ascendia a 14.041 milhões de euros, o equivalente a 7% da capitalização total de acções da Euronext Lisbon que, em 2006, ascendia a 238.286 milhões de euros. Durante o ano de 2006, a EDP foi a acção mais transaccionada na Euronext Lisbon. Foram transaccionadas neste mercado de cotações oficiais cerca de 4.128 milhões de acções EDP, o que corresponde a uma média diária de 16 milhões de acções, a um preço médio de €3,15 e a cerca de 130% do total de acções EDP admitidas à negociação neste mercado. Em termos de volume de negócios, as acções EDP representaram o equivalente a 25% (12.988 milhões de euros) do volume global de acções transaccionadas no mercado regulamentado lisboeta (52.327 milhões de euros).

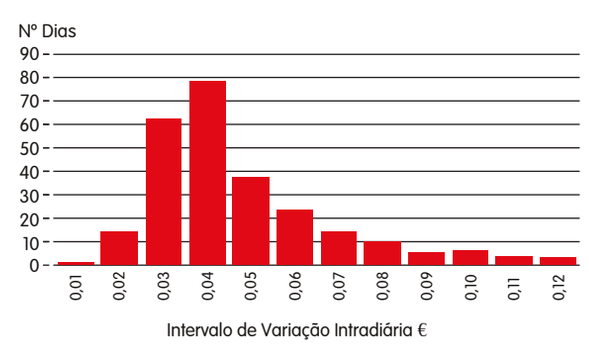
De seguida apresentam-se dois gráficos com a variação diária e intradiária da acção EDP na Euronext Lisbon, dos quais se conclui a reduzida volatilidade do título. O último gráfico apresenta a matriz de retorno vs. volatilidade onde se evidenciam as várias movimentações de consolidação no sector na Península Ibérica.

Histograma de Variação Diária
52 Semanas (Jan 06 - Dez 06)



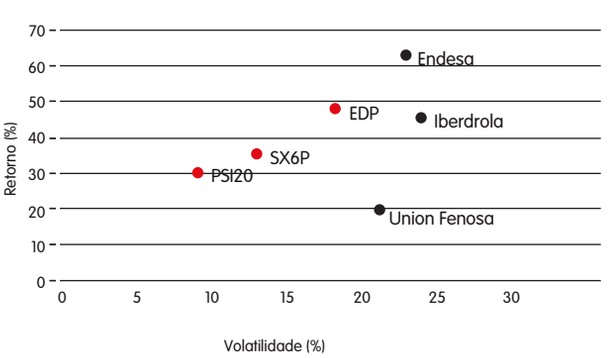
Fonte: Bloomberg

Histograma de Variação Intradiária
52 Semanas (Jan 06 - Dez 06)



Fonte: Bloomberg

Retorno vs Volatilidade (Jan 06/Dez 06)



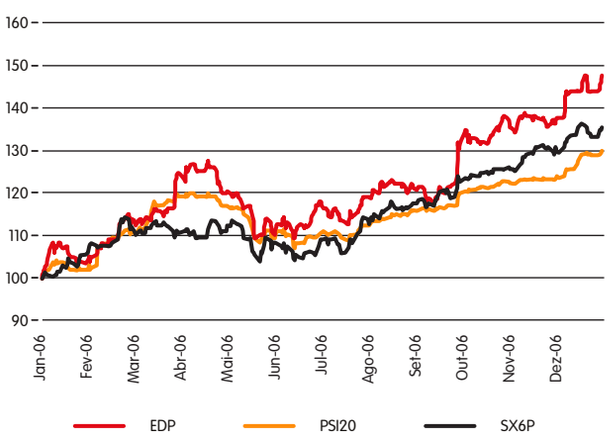
Fonte: Bloomberg

2.5.1. Factores que influenciaram a evolução da cotação das acções EDP

O ano de 2006 foi caracterizado por uma performance positiva dos principais índices bolsistas Europeus. A nível nacional, a performance do índice PSI-20 apresentou uma valorização de cerca de 30% suportada por perspectivas de movimentos de consolidação, nomeadamente os anúncios preliminares das OPAs da SonaeCom sobre a PT e PTM e do BCP sobre o BPI.

Por outro lado, o sector das "Utilities" na Europa foi sustentado pela subida dos preços de electricidade nos principais mercados grossistas europeus e algumas tentativas de movimentos de consolidação, tais como o anúncio preliminar da OPA da Gás Natural à Endesa seguida da contra-OPA da E.On, a OPA da Iberdrola à Scottish Power e o projecto de fusão Suez/GdF. Estas movimentações permitiram que o sector das "Utilities" apresentasse uma valorização de aproximadamente 35%.

EDP vs PSI20 vs Euro Stoxx Utilities

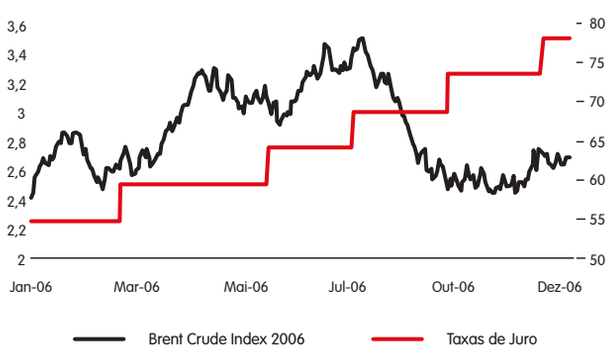


Fonte: Bloomberg

Durante o ano 2006 continuou a existir uma instabilidade relativamente ao preço do energia, tendo o preço médio do barril de petróleo aumentado consideravelmente entre o ano de 2005 - 55,75 USD (44,34 EUR) e 2006 - 66,34 USD (52,86 EUR). No entanto, é de realçar que, desde Agosto de 2006, o preço do petróleo apresentou uma queda acentuada, diminuindo cerca de 18%. Esta instabilidade teve efeitos nos preços de electricidade ao nível dos mercados grossistas e nos preços de gás, o que consequentemente influenciou as centrais que utilizam o gás natural como matéria-prima, e usualmente utilizadas como tecnologia marginal. Neste cenário, as empresas que possuem um mix de tecnologias mais diversificadas, como hídricas e nuclear, que apresentam custos mais reduzidos, obtiveram ganhos elevados. Por outro lado, a instabilidade do preço do petróleo, o aumento das preocupações do aquecimento global e com a independência energética da Europa, o que implicou um aumento dos incentivos aos investimentos nas energias renováveis.

De salientar que o ano 2006 apresentou uma inversão na tendência seguida no último ano ao nível das taxas de juro, tendo o Banco Central Europeu aumentado a sua taxa de referência em 125 b.p. para 3,5%, valor que não igualava desde Maio de 2001, com naturais implicações ao nível das taxas Euribor e nas Bond yields.

Brent Crude Index 2006 & Taxas de Juro



Fonte: Bloomberg

O processo de liberalização e integração dos mercados de electricidade na Europa continuou o seu aprofundamento ao longo de 2006 implicando um necessário aumento das capacidades de gestão de risco no sector da produção e comercialização.

Foi nesta envolvente que durante o ano de 2006, a acção EDP, com uma valorização de cerca de 48%, teve uma desempenho claramente acima dos índices PSI-20 e DJ EuroStoxx Utilities, em parte suportada pelo clima de fusões e aquisições que se vive no sector das "Utilities", nomeadamente na Península Ibérica.

No plano societário foram anunciados diversos aumentos de participações qualificadas na EDP. O Banco Espírito Santo, S.A. anunciou, a 5 de Janeiro de 2006, deter uma participação de 2,17% na EDP; a Baltic - SGPS, S.A. anunciou, a 3 de Fevereiro de 2006, deter uma participação de 2,0% na EDP; a Caixa Geral de Depósitos, S.A. anunciou, a 31 de Março de 2006, que passou a deter uma participação de 5,098% e em 29 Dezembro, esta participação reduziu para 5,00%; a Iberdrola anunciou, em 27 de Abril de 2006, o reforço da sua participação na EDP de 5,7% para 9,5%. Por outro lado, a Assembleia Geral da EDP que teve lugar a 30 de Março de 2006, elegeu os novos corpos sociais da sociedade para o triénio 2006-2008, o que resultou numa renovação da equipa de gestão e mudança de CEO.

No plano estratégico foram apresentadas em Londres, a 19 de Julho de 2006, pela nova equipa de gestão da EDP, as novas linhas de orientação estratégicas para a empresa para o triénio 2006-2008, com enfoque na criação de valor para o accionista através de três pilares: risco controlado, eficiência superior e crescimento orientado.

Uma das apostas para o crescimento do Grupo baseia-se no investimento em energias renováveis, tendo sido anunciado, em Outubro de 2006, que o Agrupamento Eólicas de Portugal, do qual a EDP detém 40%, venceu a "Fase A" do concurso para a atribuição de capacidade de ligação à rede eléctrica de centrais eólicas, com a consequente atribuição de 1.200MW de capacidade eólica a instalar. Por outro lado, em Dezembro de 2006, a EDP anunciou a aquisição dos activos renováveis da Agrupación Eólica e Ceasa localizados em França e Espanha, numa aposta clara de diversificação dos seus mercados.

No sector do gás e com o objectivo estratégico de consolidação da Naturgas como operador energético integrado e líder no sector do gás no País Basco, foi adquirido o controlo total da Bilbogas e da Gasnalsa.

Dando sequência ao proposto nas linhas de orientação estratégicas para a empresa, em 2006 a EDP procedeu à alienação de alguns dos seus activos não estratégicos, designadamente: a venda da Telecable à Cajastur, a venda da ONI à Win Reason, S.A., a venda de 7,55% da Sonaecom em bolsa e a venda de 15% da REN à Gestmin, SGPS, S.A., à Logoenergia, SGPS, S.A. e à Oliren, SGPS, S.A..

Relativamente aos investimentos do Grupo no exterior, de referir a celebração em Fevereiro do acordo entre a EDP Lajeado e a Eletrobrás relativamente às acções preferenciais "resgatáveis" emitidas pela Investco.

No plano tarifário, a ERSE divulgou os parâmetros, preços e tarifas para o período de 2007 no negócio eléctrico em Portugal, tendo sido fixado um aumento médio das tarifas de 6,2%. Por outro lado, foi aprovado e publicado o DL 237-B/2006, de 18 de Dezembro, que permite a titularização dos créditos resultantes do défice tarifário do sistema eléctrico. Foi também anunciada pela mesma entidade uma nova regulação para o sector do gás em Portugal, com o intuito de preparar o processo de liberalização, não estando, no entanto, os parâmetros associados a esta nova regulação definidos e esperando-se o seu anúncio apenas durante 2007.

Principais marcos na evolução da cotação da acção EDP no ano de 2006

#	Data	Descrição
1	03-Fev	Standard & Poors reafirma notação de crédito da EDP em 'A' longo prazo e 'A-1' curto prazo.
2	16-Fev	EDP Lajeado conclui negociação com a Eletrobrás relativamente às acções preferenciais "resgatáveis" emitidas pela Investco
3	07-Mar	EDP divulga resultados financeiros anuais referentes a 2005
4	30-Mar	Assembleia Geral de Accionistas da EDP
5	06-Abr	ANEEL aprova reajustamento tarifário anual da Enersul de 16,75%
6	18-Abr	Deliberações do Conselho de Administração relativamente à constituição da Comissão Executiva, constituição do Comité de Auditoria, designação do Secretário da Sociedade e nomeação do representante para as relações com o mercado e a CMVM
7	25-Abr	Data de "Ex-dividend"
8	28-Abr	Pagamento de dividendo bruto por acção no valor de €0,10 (exercício 2005)
9	03-Mai	Naturgas adquire o controlo total da Bilbogas
10	11-Mai	EDP concretiza o reforço da participação accionista indirecta na Portgás (72,0%) e Setgás (19,8%)
11	22-Mai	EDP inicia processo de alienação da sua participação social na ONI
12	02-Jun	EDP emite Eurobonds no montante de €1.500 milhões em três tranches
13	06-Jul	Passagem do agrupamento Eólicas de Portugal à short list para a "Fase A" do concurso eólico
14	13-Jul	Entrada em vigor do novo Contrato de Sociedade e do novo modelo de governo societário
15	19-Jul	Apresentação do plano estratégico do Grupo EDP
16	25-Jul	Reestruturação societária da Electra
17	27-Jul	HC Energía assina acordo de intenções para alienação da sua participação na Telecable à Cajastur
18	04-Ago	ANEEL aprova reajustamento tarifário anual da Escelsa de 16,67%
19	08-Set	Naturgas Energia adquire a totalidade da Gasnalsa
20	20-Out	ANEEL aprova reajustamento tarifário anual da Bandeirante de 13,44%
21	26-Out	EDP decide exercer a opção de compra sobre OPTEP
22	31-Out	Agrupamento Eólicas de Portugal assina contrato relativo à "FASE A" do concurso eólico
23	09-Nov	Venda da ONI
24	14-Dez	EDP adquire os activos renováveis de Agrupación Eólica e Ceasa
25	14-Dez	EDP reduz participação na Sonaecom
26	22-Dez	EDP vende participação de 15% na REN

edp

Indicadores - Mercado de Capitais

	2006	2005	2004	2003	2002	2001	2000	1999	1998	1997
Acções da EDP na Euronext Lisbon (euros)										
Cotação de início				1,58	2,43	3,52	3,50	3,79	3,49	3,49
Cotação de fecho				2,09	1,59	2,44	3,52	3,47	3,75	3,48
Cotação máxima				2,14	2,50	3,64	4,22	4,36	4,99	4,04
Cotação mínima				1,38	1,47	2,29	3,10	2,82	3,40	2,64
Cotação da EDP ajustada ao Aumento de Capital (euros)[1]										
Cotação de início	2,60	2,22	2,01	1,52	2,33	3,38	3,36	3,64	3,35	3,35
Cotação de fecho	3,84	2,60	2,23	2,01	1,53	2,34	3,38	3,33	3,60	3,34
Cotação máxima	3,85	2,68	2,42	2,06	2,40	3,50	4,05	4,19	4,79	3,88
Cotação mínima	2,58	2,04	1,93	1,33	1,41	2,20	2,98	2,71	3,26	2,54
ADRs da EDP na NYSE (dólares norte americanos)										
Cotação de início	31,37	30,03	26,59	16,79	22,19	33,50	34,75	45,50	38,38	25,84
Cotação de fecho	50,66	30,87	30,23	26,37	16,80	21,80	33,88	34,88	44,56	38,75
Cotação máxima	50,18	31,67	31,15	26,50	22,19	34,31	39,50	50,04	54,50	39,63
Cotação mínima	31,37	24,60	25,15	15,10	14,56	20,90	25,81	29,00	38,38	25,84
Variação da cotação e de índices de referência										
Acções EDP[1]	48%	17%	11%	31%	(35%)	(31%)	2%	(8%)	8%	12%
ADSs EDP	64%	2%	15%	57%	(23%)	(36%)	(3%)	(22%)	15%	12%
PSI20	30%	13%	13%	16%	(26%)	(25%)	(13%)	9%	25%	20%
Dow Jones Eurostoxx Utilities	36%	26%	25%	10%	(27%)	(11%)	7%	(5%)	32%	19%
Euronext 100	19%	23%	8%	13%	(33%)	(20%)	-	-	-	-
Liquidez das acções da EDP nos mercados										
Volume na Euronext Lisboa (M. euros)	12.576,9	5.639,4	5.470,9	2.800,2	2.489,5	3.475,5	4.535,4	3.450,1	4.364,0	2.226,1
Volume médio diário (M. euros)	50,5	21,9	21,1	11,0	10,1	14,1	18,4	13,9	17,6	16,4
Volume na NYSE (M. dólares)	398,8	222,6	124,3	40,8	43,1	33,2	73,2	55,4	179,4	301,5
Volume médio diário (M. dólares)	1,6	0,9	0,5	0,2	0,2	0,2	0,4	0,3	0,8	2,2
Número de Acções Transaccionadas (M.)[2]	2.190,3	2.505,2	2.477,2	1.587,5	1.294,2	1.228,9	1.308,4	1.024,2	1.078,0	726,7
Número de ADRs Transaccionados (M.)	10,4	7,9	4,3	2,0	2,3	1,3	2,5	1,5	3,9	8,5
Número Total de Acções Emitidas (M.)	3.656,5	3.656,5	3.656,5	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0
Acções privatizadas no final do ano (M.)	3.096,2	3.096,2	2.936,2	2.099,1	2.099,1	2.099,1	2.099,1	1.499,1	1.499,1	899,8
% do Capital já privatizado	85%	85%	80%	70%	70%	70%	70%	50%	50%	30%
Número de Acções Próprias a 31 Dez (M.)	7,1	17,3	14,3	21,4	17,4	11,7	2,4	1,8	0,0	0,0
Rotação anualizada do Capital (acções privatizadas)	70,7%	85,0%	84,4%	75,6%	61,7%	58,5%	62,3%	68,3%	71,9%	80,8%
Rotação anualizada do Capital (ADRs)	3,4%	2,7%	1,5%	0,9%	1,1%	0,6%	1,2%	1,0%	2,6%	9,5%
Valor de Mercado da EDP (M. euros)										
Capitalização bolsista no final do período	14.041,1	9.507,0	8.154,1	6.270,0	4.770,0	7.320,0	10.560,0	10.398,0	11.250,0	10.431,0
Rendibilidade total do Accionista										
Variação anual da cotação[1]	1,24	0,37	0,22	0,48	(0,82)	(1,04)	0,05	(0,27)	0,26	(0,02)
Dividendo Bruto por Acção distribuído no ano	0,100	0,092	0,090	0,090	0,113	0,140	0,140	0,140	0,130	-
Rendibilidade total do Accionista	52%	21%	16%	37%	-30%	-27%	6%	-4%	12%	12%
Dividendos										
Dividendo por acção	0,11	0,10	0,09243	0,090	0,090	0,113	0,140	0,140	0,140	0,130
"Dividend yield"	2,9%	3,8%	4,1%	4,3%	5,7%	4,6%	4,0%	4,0%	3,7%	3,7%

(1) De forma a garantir a comparabilidade, as cotações das acções da EDP anteriores a 9 de Novembro de 2004 foram ajustadas pelo destaque dos direitos ao aumento de capital da EDP 2004.
(2) O Número de acções transaccionadas foi ajustado de forma a manter inalterado o Volume de Negócios diário, após o ajustamento à cotação referido em (1).

2.5.2. Estrutura Accionista da EDP

Participações Qualificadas

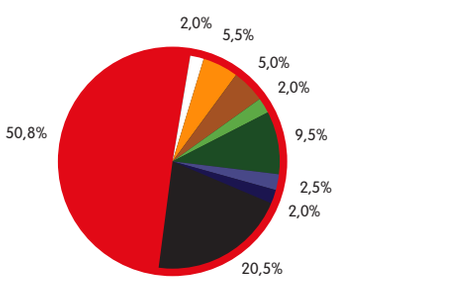
De acordo com o disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 8.º do Regulamento da CMVM n.º 4/2004, presta-se a seguinte informação respeitante às participações qualificadas detidas por accionistas no capital social da EDP, a 31 de Dezembro de 2006:

Estrutura Accionista da EDP

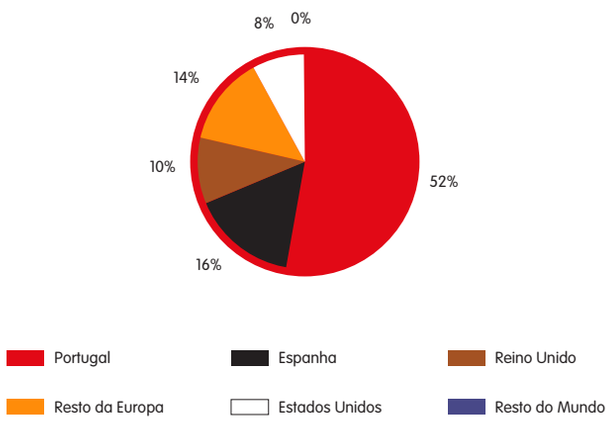
Accionistas	Nº acções	% Capital	% Voto
Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A.	749.323.856	20,49%	20,53%
Iberdrola - Participações, SGPS, S.A.	347.371.083	9,50%	5,00%
Caja de Ahorros de Asturias (Cajastur)	202.250.158	5,53%	5,00%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	182.997.452	5,00%	5,00%
Fundo de Pensões do Grupo BCP	89.750.000	2,45%	2,46%
Banco Espírito Santo, S.A.	74.699.087	2,04%	2,05%
Banco Comercial Português, S.A.	74.039.991	2,02%	2,03%
José de Mello - Soc. Gestora de Participações Sociais, S.A.	73.327.867	2,01%	2,01%
EDP (Acções Próprias)	7.084.793	0,19%	-
Restantes Accionistas	1.855.693.428	50,77%	
Total	**3.656.537.715**	**100%**	

Estrutura Accionista

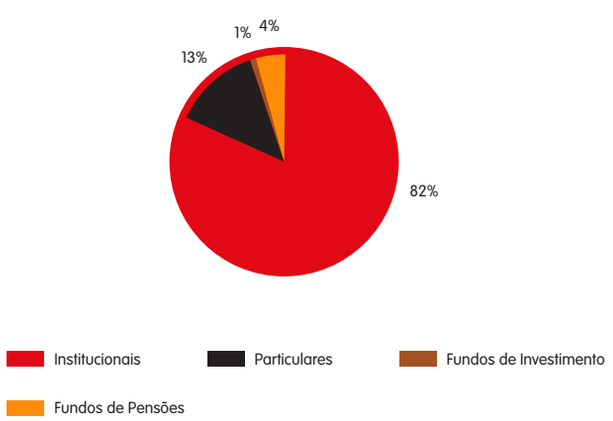
A repartição geográfica e por tipo de investidor da estrutura accionista da EDP era, em 31 de Dezembro de 2006, a seguinte:



Repartição Geográfica da Estrutura Accionista



Repartição da Estrutura Accionista por Tipo de Investidor



edp

Imputação de Direitos de Voto, nos termos do n.º 1 do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários

Participações informadas pelos Accionistas

Accionistas	Nº acções	% Capital	% Voto
Grupo Caixa Geral de Depósitos			
Caixa Geral de Depósitos	175.171.517	4,79%	4,80%
Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, S.A.	5.592.240	0,15%	0,15%
Fundo de Pensões da Comp. Seg. Fidelidade	18.798	0,00%	0,00%
Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A.	405.560	0,01%	0,01%
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	5.684	0,00%	0,00%
Cares - Companhia de Seguros, S.A.	9.645	0,00%	0,00%
Fundo de Pensões da CGD	1.794.008	0,05%	0,05%
Total	**182.997.452**	**5,00%**	**5,00%**
A CGD detém 100% do capital social e dos direitos de voto da Caixa Seguros, SGPS, S.A. que, por sua vez, detém: i) 100% do capital social e dos direitos de voto da Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A. que, por sua vez, detêm 100% do capital e dos direitos de voto da Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.; ii) 70% do capital social e dos direitos de voto da Império Bonança, SGPS, SA, que por sua vez detêm 100% do capital social e dos direitos de voto da Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A.; iii) 100% do capital e dos direitos de voto da Cares - Companhia de Seguros, S.A.			
José de Mello - Soc. Gestora de Participações Sociais, S.A.			
José de Mello Energia, SGPS, S.A.	73.202.802	2,00%	2,01%
José de Mello - Soc. Gestora de Participações Sociais, S.A.	100.000	0,00%	0,00%
Órgãos de Administração e Fiscalização	25.065	0,00%	0,00%
Total	**73.327.867**	**2,01%**	**2,01%**
A sociedade José de Mello Energia, SGPS,S.A.(anteriormente designada por Baltic, SGPS, S.A.) é totalmente detida pela José de Mello Participações II, SGPS, S.A., cuja totalidade do capital social é detida pela José de Mello - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.			
Banco Comercial Português			
Banco Comercial Português	73.256.894	2,00%	2,01%
Órgãos Sociais	7.948	0,00%	0,00%
Fundação Banco Comercial Português	350.000	0,01%	0,01%
Banco Millennium BCP Investimento, S.A.	418.719	0,01%	0,01%
Banco Millennium BCP Investimento, S.A. (Gestão Descricionária)	6.430	0,00%	0,00%
Fundo de Pensões do Grupo BCP	89.750.000	2,45%	2,46%
Total	**163.789.991**	**4,48%**	**4,49%**
Banco Espírito Santo, S.A.			
Banco Espírito Santo, S.A.	74.650.058	2,04%	2,05%
Elementos dos Órgãos Sociais	49.029	0,00%	0,00%
Total	**74.699.087**	**2,04%**	**2,05%**

2.5.3. Política de Distribuição de Dividendos

Desde o início da admissão à cotação das acções EDP na Bolsa de Valores de Lisboa (actual Euronext Lisbon), a EDP tem anualmente procedido a uma criteriosa e fundamentada distribuição de dividendos, segundo regras de prudência e de criação de valor para os seus accionistas. Em consonância com essas regras, os valores dos dividendos distribuídos pela EDP, desde 1997, são os seguintes:

Exercício	Data de aprovação	Data de pagamento	Dividendo bruto	Dividendo líquido	
				Residentes	Não residentes
1997[1]	17-04-1998	18-05-1998	€ 0,648	€ 0,534	€ 0,534
1998[1]	11-05-1999	28-05-1999	€ 0,698	€ 0,620	€ 0,620
1999[1]	12-05-2000	31-05-2000	€ 0,698	€ 0,611	€ 0,611
2000[2]	10-05-2001	31-05-2001	€ 0,140	€ 0,119	€ 0,119
2001[2]	10-05-2002	06-06-2002	€ 0,113	€ 0,099	€ 0,093
2002[2]	22-05-2003	18-06-2003	€ 0,090	€ 0,079	€ 0,074
2003[2]	31-03-2004	30-04-2004	€ 0,090	€ 0,083	€ 0,079
2004[2]	31-03-2005	29-04-2005	€ 0,09243	€ 0,085	€ 0,081
2005[2]	30-03-2006	28-04-2006	€ 0,10000	€ 0,090	€ 0,090

(1) Valores convertidos de escudos para euros aproximados à terceira casa decimal. O valor bruto por acção referenciado na moeda em circulação à data do pagamento do dividendo foi de 129$87 em 1997, 140$00 em 1998 e 140$00 em 1999.
(2) Após "stock split" em que cada acção foi substituída por cinco acções com o valor nominal igual a um quinto do seu valor antes do "stock split".

Em relação ao exercício de 2005, o Conselho de Administração da EDP submeteu à aprovação da Assembleia Geral de Accionistas, realizada em 30 de Março de 2006, uma proposta de aplicação do resultado líquido (IFRS) de 509,8 milhões de euros, do qual 365,6 milhões de euros se destinavam a distribuição aos accionistas sob a forma de dividendos. A proposta foi aprovada com 99,99% dos votos emitidos naquela Assembleia Geral, tendo sido colocado a pagamento, em 28 de Abril de 2006, um dividendo bruto de 0,10 euros por cada acção.

Os estatutos da EDP, em conformidade com as disposições legais vigentes, prevêem que os resultados do exercício sejam aplicados, nomeadamente, para:

- Cobertura dos prejuízos de exercícios anteriores;
- Constituição ou eventual reintegração da reserva legal e de outras reservas determinadas por lei;
- Constituição ou reforço de outras reservas constituídas por deliberação tomada em Assembleia Geral;
- Distribuição de dividendos a accionistas;
- Atribuição de gratificação aos administradores e colaboradores, segundo critérios definidos pela Assembleia Geral;
- Atribuição à Fundação EDP de uma dotação para acções de mecenato de reconhecido mérito de acordo com programa a submeter ao conselho geral e de supervisão no âmbito da política de cidadania empresarial e de desenvolvimento sustentável do Grupo EDP, no valor correspondente a até 0,1% do volume consolidado de negócios.

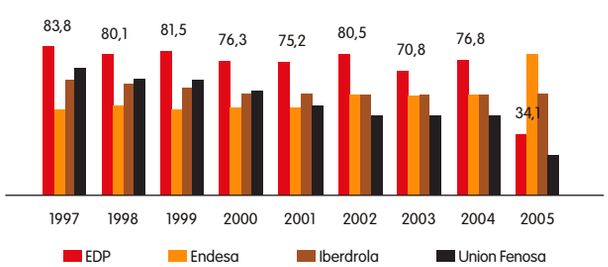
De acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, consideram-se resultados distribuíveis sob a forma de dividendos aqueles que resultam após a dedução dos prejuízos transitados de exercícios anteriores e a dotação de 5% para reforço da reserva legal, até perfazer a quinta parte do capital social e consideradas todas as outras limitações legais e estatutárias aplicáveis.

"Dividend Payout" e "Dividend Yield"

A EDP tem seguido uma política sustentada de distribuição de dividendos que procura conciliar, por um lado, a estrita observância das disposições legais e estatutárias relevantes, e, por outro lado, a partilha com todos os seus accionistas de uma parcela relevante do valor criado pelo Grupo em harmonia com as condições concretas da empresa e do mercado. A prossecução desta política visa permitir a obtenção, pelos accionistas, de um adequado retorno sobre o seu investimento, sem comprometer a conservação de valor da empresa, conforme fica evidenciado pela comparação com a distribuição de dividendos realizada pelas suas congéneres ibéricas:

Dividend Payout (%)

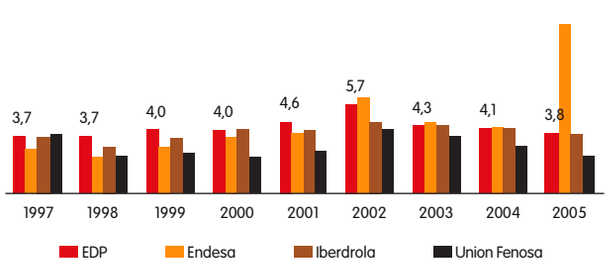
Dividendo distribuído/Resultado Líquido



Nota: Resultado Líquido de acordo com os Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites de cada país.

Dividend Yield (%)

Dividendo distribuído por acção/Cotação fecho de final de ano



Conforme disposto no prospecto do aumento de capital da EDP realizado em Novembro de 2004, o valor global dos dividendos distribuídos pela empresa em relação ao exercício de 2004 foi ajustado pelo efeito técnico decorrente daquele aumento, considerando-se para tal a cotação de fecho da acção EDP na Euronext Lisbon, no último dia de negociação, com direitos de subscrição.

Assim sendo, o montante global de dividendos distribuídos pela EDP e a respectiva variação futura deverá ser determinado com base na proporção correspondente ao efeito do aumento de capital sobre a capitalização bolsista da EDP registada antes do mesmo.

Deste modo, Assembleia Geral realizada em 30 de Março de 2006, aprovou a proposta de aplicação de resultados que consiste na distribuição de um dividendo bruto por acção, em relação ao exercício de 2005, correspondente a 10,00 cêntimos de euro.

Perspectivas

A EDP entende que uma relação transparente com os investidores e com o mercado envolve a definição de critérios claros e objectivos razoáveis quanto à política de distribuição de dividendos, conforme tem sido salientado pela crescente exigência por parte da comunidade de investidores face à instabilidade dos mercados de capitais que se tem feito sentir nos últimos anos.

Neste sentido, na apresentação do plano de negócios 2007-2010, realizada no dia 22 de Janeiro de 2007 com investidores e analistas, tanto nacionais como estrangeiros, foi reforçado o objectivo de crescimento médio anual dos dividendos de 11%, para o período de 2005 a 2010.

2.6. Planos de Atribuição de Acções ou Opções

O Grupo EDP implementou dois planos de atribuição de opções de compra de acções, no seguimento e nos termos de deliberação da Assembleia Geral de 11 de Maio de 1999, um referente a Administradores Executivos e outro referente a quadros das empresas do Grupo.

Em 31 de Dezembro de 2005 apenas o plano referente a Administradores Executivos tinha opções exercitáveis, conforme o quadro seguinte:

Data de Atribuição	Nº de Benef.	Nº opções atribuídas	Preço de exercício	Data início exercício	Data de caducidade	Nº opções canceladas
31-Dez-01	7	490.000	2,95	31-Dez-03	31-Dez-06	337.555
31-Dez-02	9	490.000	2,00	31-Dez-04	31-Dez-07	292.111

A totalidade das 350.334 opções vivas foi exercida no primeiro semestre de 2006, extinguindo-se o plano referente a Administradores Executivos definido em 1999.

Aplicável aos exercícios de 2003 a 2005

Em Março de 2004, a Comissão de Vencimentos definiu os factores de avaliação de desempenho referentes à compensação variável do Presidente do Conselho de Administração, Presidente da Comissão Executiva e Vogais Executivos para o período 2003/2005.

- **Plano de Atribuição de Opção de Compra de Acções**

Este plano prevê a atribuição de opções relativas a cada ano de acordo com a avaliação qualitativa e quantitativa de cada exercício; de acordo com este plano cada opção de compra pode ser exercida até um máximo de 1/3 em cada um dos primeiros aniversários a contar da data de atribuição. As opções não exercidas no final dos 8 aniversários da data de atribuição caducam.

No ano de 2006 foram exercidas as opções conforme o quadro seguinte, o qual detalha também a totalidade de atribuições relativas aos exercícios de 2003 a 2005.

Data de Atribuição	Nº de Benef.	Nº opções atribuídas	Preço de exercício	Data início exercício	Data de caducidade	Nº opções canceladas
30-Abr-04	6	760.482	2,29	30-Abr-05	29-Abr-12	430.436
30-Jun-05	6	932.328	2,21	30-Jun-06	29-Jun-13	263.851
02-Mai-06	6	1.461.497	2,21	02-Mai-07	01-Mai-14	0

- **Plano de Atribuição de Acções**

Conforme previsto no plano de compensação variável, no final do mandato foram atribuídas acções calculadas nos termos da avaliação dos resultados da empresa, relativamente ao triénio 2003/2005, feita pela Comissão de Vencimentos.

Assim, foram atribuídas, em 29-03-2006, 1.511.183 acções representativas do capital social da EDP. Estas acções podem ser transaccionadas quanto a 50%, desde 1 de Julho de 2006, e quanto às restantes após o decurso de um ano sobre esta data.

2.7. Negócios entre a sociedade e os membros dos órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas e sociedades em relação de domínio ou de grupo

A EDP observa estritamente as restrições legais aplicáveis em matéria de negócios entre os Administradores e a sociedade ou sociedades em relação de domínio ou de grupo. Neste sentido, existem instruções para garantir a adequada celeridade e eficácia à operacionalização das decisões de gestão da empresa sem deixar de assegurar plena conformidade com as melhores práticas exigidas às empresas cotadas quer no que respeita aos processos de controlo interno quer no respeito pela politica corporativa de gestão de risco.

No exercício de 2006 não se concretizaram quaisquer negócios entre os Administradores e a sociedade ou com sociedades em relação de domínio ou de grupo.

2.8. Estruturas de Apoio aos Investidores

2.8.1. Política de Comunicação da EDP

A EDP, em linha com as boas práticas do governo das sociedades cotadas no que respeita ao direito de acesso dos accionistas à informação sobre a actividade do Grupo, tem a constante preocupação de assegurar que a política de comunicação da empresa e a disseminação de toda a informação de carácter relevante sejam efectuadas de forma não discriminatória para os diferentes intervenientes no mercado financeiro e que o conteúdo dessa informação seja claro e objectivo.

A política de comunicação da EDP pauta-se pela adopção das recomendações propostas pela CMVM e das melhores práticas de governo societário nesta matéria, como forma de assegurar a transparência da gestão e a credibilidade da informação veiculada pela EDP, com o intuito de promover e reforçar a confiança de accionistas, parceiros estratégicos, trabalhadores, clientes, credores e público em geral.

2.8.2. Gabinete de Relações com Investidores da EDP

O Gabinete de Relações com Investidores da EDP, instituído em 1997 na sequência da primeira fase do processo de reprivatização da sociedade, desempenha um papel de relevo para a prossecução desse

objectivo, permitindo manter um adequado relacionamento institucional e informativo com o vasto universo de accionistas, analistas financeiros e potenciais investidores da EDP, bem como com as bolsas de valores dos mercados onde as acções EDP se encontram admitidas à negociação e respectivas entidades reguladoras e de supervisão (a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em Portugal e a Securities and Exchange Commission, nos Estados Unidos da América).

A função primordial do Gabinete de Relações com Investidores consiste em actuar como interlocutor entre o Conselho de Administração Executivo da EDP e os investidores e os mercados financeiros em geral, sendo responsável, no âmbito da sua actividade normal, por toda a informação disponibilizada pelo Grupo EDP, quer no que se refere à divulgação de informação privilegiada e de outras comunicações ao mercado, quer no que respeita à publicação das demonstrações financeiras periódicas.

Para o desempenho das suas funções, este gabinete mantém um fluxo de comunicação constante com investidores e analistas financeiros, disponibilizando toda a informação necessária para, com observância das disposições legais e regulamentares aplicáveis, satisfazer as solicitações de informação que lhe são dirigidas por estas entidades.

O representante para as relações com o mercado é o Eng.º Nuno Alves, membro da Conselho de Administração Executivo. O Gabinete de Relações com Investidores da EDP é coordenado pelo Dr. Miguel Viana e encontra-se localizado no edifício da sede da empresa em:

Praça Marquês de Pombal, n.º 12, 4º Piso
1250-162 Lisboa
Telefone: +351 21 001 2834
Fax + 351 21 001 2899
Email: ir@edp.pt

Durante 2006 tiveram lugar diversas reuniões com analistas, accionistas e investidores, participação em duas conferências sobre "Utilities" e realização de um "road-show", em Novembro, pela Europa e EUA.
No quadro seguinte apresenta-se uma síntese dos canais de comunicação que a EDP coloca à disposição dos seus accionistas para divulgação de informação respeitante a cada um dos tipos de documentação assinalada.

Canais	Presencialmente[1]	www.edp.pt	E-mail	Linha telefónica GRI[5]	Correio postal[2]	www.cmvm.pt	Media
Elementos obrigatórios por lei ou regulamento[3]							
Convocatória	•	•	•	•	•	•	•
Propostas do Conselho de Administração	•	•	-	•	-	-	-
Alteração dos Estatutos	•	•	-	•	-	•	-
Outras Propostas	•	•	-	•	-	-	-
Relatório e Contas referente ao exercício de 2005[4]	•	•	•	-	•	•	•
Cargos de administração e fiscalização desempenhados em outras sociedades pelos membros dos órgãos sociais	•	•	-	•	-	-	-
Elementos adicionais disponibilizados pela EDP							
Minutas para o exercício de voto por representação	•	•	•	•	•	-	-
Boletins de voto para o exercício de voto por correspondência postal	•	•	•	•	•	-	-
Minutas para o exercício de voto por correspondência electrónica	•	-	•	•	•	-	-
Esclarecimento de questões	•	•	•	•	•	-	-
Estatutos e regulamentos	•	•	•	•	•	•	-
Resultados das votações das propostas	•	-	-	•	•	•	-

1 Na sede da EDP.
2 Adicionalmente, por iniciativa da EDP: Informação do Presidente do C.A. relativa à participação nas Assembleias Gerais de Accionistas de 2005 e 2006, Comunicação do Presidente da C.E. dando conhecimento da actividade e indicadores económico-financeiros no final de cada exercício e Comunicações sempre que ocorram factos de relevância para a sociedade.
3 Código das Sociedades Comerciais (artigo 289.º) e Regulamento da CMVM n.º 7/2001 com as alterações introduzidas pelos Regulamentos da CMVM nº 10/2005 e nº 3/2006.
4 Relatório de gestão, contas individuais e consolidadas, certificação legal das contas e parecer do Fiscal Único.
5 Linha telefónica Relação com Investidores: +351 21 001 28 34

2.8.3. Utilização das Novas Tecnologias de Informação para Divulgação de Informação Societária

Para além da existência do Gabinete de Relações com Investidores, e em cumprimento das exigências regulamentares da CMVM, a EDP disponibiliza, através do seu sítio institucional na internet ("www.edp.pt"), toda a informação de carácter legal ou respeitante ao governo da sociedade, actualizações acerca do desenvolvimento da actividade do Grupo, bem como um completo conjunto de dados financeiros e operacionais da empresa, de modo a facilitar a consulta e o acesso à informação por parte dos seus accionistas, analistas financeiros e outros interessados.

A informação disponibilizada por este meio inclui os relatórios de prestação de contas, os comunicados de factos relevantes, os estatutos e os regulamentos internos dos corpos sociais, a estrutura accionista do Grupo, a documentação preparatória de cada Assembleia Geral, a evolução histórica da cotação da acção EDP, para além de outras informações de potencial interesse sobre o Grupo. O site da EDP na internet possibilita ainda a todos os interessados consultar ou requerer o envio dos documentos de prestação de contas referentes a qualquer exercício contabilístico desde 1997.

A EDP tem incrementado o recurso ao suporte informático em todos os processos de divulgação de informação, muito para além da sua página institucional na internet. Com efeito, há uma prática consistente de investimento nas tecnologias de informação que visa facilitar quer o acesso, quer a troca de informação entre as empresas do Grupo EDP e os diferentes "stakeholders", em especial accionistas, analistas financeiros e profissionais da comunicação social.

Neste sentido, a EDP tem promovido e incentivado a utilização do correio electrónico para a recepção e prestação de informação nas relações com a entidade de supervisão e o mercado, bem como de metodologias de teleconferência e videoconferência na interacção com agentes e investidores institucionais.

2.9. Comissão de Vencimentos AG

As remunerações dos órgãos sociais, à excepção das dos membros do Conselho de Administração Executivo, são fixadas pela Comissão de Vencimentos eleita em Assembleia Geral, composta por três accionistas eleitos pela Assembleia Geral, de acordo com os estatutos.

Comissão de Vencimentos AG	
Presidente	José Manuel Archer Galvão Teles
	Parpública Ruy Manuel Corte-Real de Albuquerque

2.10. Auditores

A KPMG tem a incumbência da responsabilidade da auditoria externa para todo o Grupo EDP, Portugal, Espanha, Brasil e outros países.

Em 2006 os custos reconhecidos e especializados com honorários da KPMG relativos a auditoria e revisão legal de contas, serviços de garantia e fiabilidade, de consultoria fiscal e outros serviços que não de revisão legal de contas para Portugal, Espanha, Brasil, e outros países foram os seguintes:

Euros	Auditoria e Revisão Oficial de Contas	Outros serviços de garantia e fiabilidade	Serviços de Consultoria fiscal	Outros serviços que não de revisão legal de contas	Total
Portugal	1.824.000	537.570	1.088.260	185.250	3.635.080
Espanha	1.123.632	0	0	0	1.123.632
Brasil	885.395	183.151	32.027	0	1.100.573
Outros Países	46.500	21.500	0	0	68.000
Total	**3.879.527**	**742.221**	**1.120.287**	**185.250**	**5.927.285**

Os serviços de auditoria e de revisão legal de contas correspondem aos serviços necessários para a emissão dos pareceres sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da empresa-mãe e das suas filiais em Portugal e no estrangeiro. Estes montantes não incluem os serviços prestados a associadas e a entidades conjuntamente controladas.

3. EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO E REPRESENTAÇÃO DE ACCIONISTAS

3.1. Regras Estatutárias

De acordo com os estatutos da EDP, podem assistir e participar nas reuniões da Assembleia Geral accionistas com direito de voto, sendo que a cada acção corresponde 1 voto.

3.2. Legitimação para o Exercício do Direito de Voto

Os accionistas apenas podem participar na Assembleia Geral se forem titulares de acções desde, pelo menos, o quinto dia útil anterior à data da realização da Assembleia e desde que mantenham essa qualidade até à data da sua realização.

A prova da titularidade das acções é realizada mediante o envio ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com, pelo menos, cinco dias úteis de antecedência em relação à data da realização da Assembleia Geral, de declaração emitida e autenticada pelo intermediário financeiro a quem esteja cometido o serviço de registo em conta das acções, da qual deverá constar que as acções em causa se encontram registadas na respectiva conta desde, pelo menos, o quinto dia útil anterior ao da realização da referida assembleia, e que foi efectuado o bloqueio em conta dessas acções até à data em que a mesma Assembleia Geral terá lugar.

De forma pioneira em Portugal, a EDP decidiu suportar os custos com a emissão de declarações de titularidade e com o bloqueio de acções para participação dos accionistas na Assembleia Geral anual. Esta medida visa incentivar o exercício activo do direito de voto pelos accionistas, através da eliminação de obstáculos, designadamente de ordem financeira, susceptíveis de desincentivar a participação dos accionistas mediante o exercício dos respectivos direitos de voto.

3.3. Modos de exercício do direito de voto

3.3.1. Titulares de acções EDP

Os accionistas podem exercer o seu direito de voto por correspondência sobre cada um dos pontos da ordem do dia, mediante carta com assinatura idêntica à do Bilhete de Identidade, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral por correio registado com aviso de recepção, para a sede social, com, pelo menos, cinco dias úteis de antecedência em relação à data da assembleia, salvo se prazo superior constar da convocatória, devendo ainda remeter fotocópia legível do Bilhete de Identidade do subscritor da carta.

A EDP tem procurado incentivar a participação dos seus accionistas na vida da empresa, nomeadamente através do exercício do direito de voto nas Assembleias Gerais, pelo que consagrou o exercício do voto por correspondência nos respectivos estatutos, imediatamente após a entrada em vigor do Código dos Valores Mobiliários.

Para permitir este modo de exercício do direito de voto, as propostas a submeter pelo Conselho de Administração Executivo e pelo Conselho Geral e de Supervisão à Assembleia Geral, bem como os relatórios que legalmente acompanham estas propostas e demais elementos de informação preparatória, são disponibilizados a todos os accionistas na sede social da EDP, com a antecedência mínima de quinze dias sobre a realização da Assembleia Geral. A EDP procede também ao envio por correio, fax ou correio electrónico daquela informação, mediante solicitação dos accionistas.

3.3.2. Titulares de "American Depositary Shares" (ADS's)

Os titulares de direitos representativos de acções ao abrigo de programas de ADS's que se encontram admitidos à cotação na NYSE - New York Stock Exchange poderão dar instruções ao respectivo banco depositário para o exercício do direito de voto ou conferir procuração a representante designado pela EDP para o efeito, com respeito pelas disposições legais e estatutárias aplicáveis; o contrato de depósito deverá regular os prazos e modos de exercício das instruções de voto, bem como os casos de ausência de instruções.

Aos detentores de ADS's são conferidos direitos idênticos aos dos titulares de acções ordinárias. Os direitos de voto dos detentores de ADS's são determinados tendo em consideração que um ADS é representativo de dez acções ordinárias da EDP.

3.3.3. Limitação ao Exercício do Direito de Voto

Nenhum accionista titular de acções ordinárias (ou da categoria A) pode emitir votos, em nome próprio ou como representante de outro, que excedam 5% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social.

Acresce que os accionistas que passem a deter uma participação igual ou superior a 5% dos direitos de voto ou do capital social, devem comunicar esse facto ao Conselho de Administração Executivo, no prazo de cinco dias úteis contados da data em que se tenha verificado a referida detenção, não podendo exercer os respectivos direitos de voto enquanto não houverem procedido a essa comunicação.

3.4. Modelo para o Exercício do Direito de Voto por Correspondência

De forma a alargar a utilização e facilitar o exercício de voto por correspondência aos accionistas que pretendam usufruir desta prerrogativa, a EDP disponibiliza na página da internet "www.edp.pt" ou a quem o requeira pessoalmente, por escrito ou por telefone, minutas-tipo de carta de representação e de boletim de voto para o exercício de voto por correspondência, em conformidade com as regras legais e estatutárias aplicáveis.

3.5. Possibilidade de Exercício do Direito de Voto por Meios Electrónicos

A EDP disponibiliza a possibilidade de exercício do direito de voto por correspondência mediante mensagem electrónica, desde que se cumpram os formalismos legais e estatutários para participação na Assembleia Geral e desde que seja assegurada a identificação do accionista mediante adequados métodos de certificação em termos equivalentes aos aplicáveis para o voto por correspondência por carta registada com aviso de recepção.

4. REGRAS SOCIETÁRIAS

4.1. Regulamentos Internos

Os estatutos da EDP, que definem as principais regras de funcionamento e organização da estrutura orgânica e administrativa da sociedade, constituem um documento de consulta pública, podendo ser disponibilizados a todos aqueles que assim o solicitem ao Gabinete de Relações com Investidores da EDP ou que acedam à página da EDP na internet em "www.edp.pt".

Para além dos estatutos da EDP, o Conselho Geral e de Supervisão e o Conselho de Administração Executivo regem-se por regulamentos internos, os quais estabelecem um conjunto de regras relativas ao funcionamento destes.

O Conselho Geral e de Supervisão da EDP integra comissões especializadas compostas pelos seus membros, cujas funções se encontram referidas acima (vide ponto. 2.3.10.).

4.2. Prevenção de situações de "Insider Trading"

Os titulares de órgãos sociais, dirigentes e colaboradores que estejam na posse de informação privilegiada, ainda não tornada pública, susceptível de poder influenciar as cotações bolsistas de títulos de empresas do Grupo EDP, nomeadamente estimativas de resultados, aquisições ou parcerias significativas, aquisição ou perda de contratos relevantes, entre outros, não podem antes da sua divulgação oficial:

- Divulgar essa informação a terceiros;
- Transaccionar valores mobiliários de empresas do Grupo EDP, de parceiros estratégicos ou de empresas envolvidas em transacções ou relações com o Grupo EDP que constituam ou possam vir a constituir factos relevantes.

A EDP instituiu um conjunto de práticas dissuasoras de situações de abuso resultantes do acesso a informação privilegiada, como sejam:

- A publicação de informação privilegiada fora dos períodos de negociação em bolsa, conciliando, sempre que possível, os horários dos diversos mercados onde a EDP e empresas do Grupo têm activos mobiliários cotados, nomeadamente a Euronext Lisboa, a NYSE - New York Stock Exchange e Bovespa - Bolsa de São Paulo;
- A disponibilização, no sistema de difusão de informação da CMVM e no website do Grupo EDP, de apresentações de carácter estratégico e temáticas, destinadas a analistas e investidores.

Adicionalmente, em conformidade com o disposto no artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários e o artigo 3.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2001, os membros dos órgãos de administração e fiscalização da EDP estão obrigados a comunicar à sociedade e esta à CMVM, a aquisição e/ou alienação de acções da sociedade de que sejam titulares, num prazo de cinco dias úteis a contar da data da transacção.

4.3. Comunicação de Práticas Contabilísticas e Financeiras Irregulares

O Grupo EDP tem, desde sempre, pautado a sua actuação pela persistente implementação de medidas que assegurem o bom governo das suas empresas e, entre elas, a prevenção de práticas menos correctas, nomeadamente nos âmbitos contabilístico e financeiro.

A EDP foi pioneira em Portugal na disponibilização aos colaboradores do Grupo de um canal que lhes permite transmitir, de forma directa e confidencial, ao Conselho Geral e de Supervisão, qualquer prática presumivelmente ilícita ou uma alegada irregularidade contabilística e/ou financeira ocorrida na sua Empresa, dando assim cumprimento às normas constantes do Regulamento da CMVM n.º 7/2001 e aos princípios impostos pelo Sarbanes-Oxley Act.

Com a criação deste canal para comunicação de práticas contabilísticas e financeiras irregulares a EDP visa:

- Garantir a existência de condições que permitam a qualquer colaborador comunicar livremente as suas preocupações nestes domínios ao Conselho Geral e de Supervisão.

- Facilitar a detecção precoce de situações irregulares que, se viessem a ser praticadas, poderiam causar graves danos ao Grupo EDP, aos seus colaboradores, clientes e accionistas.

O contacto com o Conselho Geral e de Supervisão é possível através de correio electrónico, fax e endereço postal, sendo reservado o acesso à informação recebida neste âmbito.

Qualquer reclamação ou denúncia dirigida ao Conselho Geral e de Supervisão é tratada de forma estritamente confidencial, mantendo-se anónima a identidade do reclamante, desde que essa condição não inviabilize a investigação da reclamação.

De acordo com o regulamento instituído, a EDP garante que o colaborador que comunique uma irregularidade não será alvo de nenhuma acção retaliatória ou disciplinar no exercício do direito que lhe assiste de denunciar situações irregulares, de fornecer informações ou de assistência num processo de investigação.

4.4. Indicação das medidas susceptíveis de interferir no êxito de ofertas públicas de aquisição

Embora não existam limitações à transmissibilidade das acções EDP, dado que, nos termos do Código dos Valores Mobiliários, as acções transaccionadas em mercado são livremente transmissíveis, os estatutos da EDP contêm regras relativas à limitação do exercício de direito de voto aplicáveis às acções ordinárias (ou de categoria A) e o diploma legal que definiu as condições para a 4.ª fase de reprivatização da EDP, realizada em Outubro de 2000, estabelece determinados direitos especiais atribuídos ao Estado Português, enquanto accionista da EDP, que são susceptíveis de interferir no êxito de ofertas públicas de aquisição de acções EDP.

Segundo os estatutos da EDP, não são considerados os votos inerentes às acções de categoria A, emitidos por um accionista, em nome próprio ou como representante de outro, que excedam 5% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social.

As acções de categoria B são as acções a reprivatizar e têm como único privilégio a não sujeição dos accionistas que sejam seus titulares, ou que as representem, à limitação de voto prevista nos números 3 e seguintes do artigo 14.º dos estatutos, por referência às mesmas acções.

Acresce que os accionistas que passem a deter uma participação igual ou superior a 5% dos direitos de voto ou do capital social, devem comunicar esse facto ao Conselho de Administração Executivo, no prazo de cinco dias úteis contados da data em que se tenha verificado a referida detenção, não podendo exercer os respectivos direitos de voto enquanto não houverem procedido a essa comunicação.

Para este efeito, consideram-se emitidos pelo mesmo accionista os direitos de voto que, nos termos do Código dos Valores Mobiliários, são considerados como integrantes de uma participação qualificada; neste caso, os accionistas têm o dever de prestar ao Conselho de Administração Executivo, por escrito e de forma completa, objectiva, clara e verídica, e de forma satisfatória para este, todas as informações que o mesmo lhes solicite sobre factos que lhes digam respeito e que estejam relacionados com aquela participação qualificada.

Por outro lado, nos termos do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 141/2000, de 15 de Julho, respeitante à 4ª fase do processo de reprivatização da EDP, enquanto o Estado Português for accionista da EDP, independentemente do número de acções de que seja titular, quer directa, quer indirectamente através de entes públicos, a aprovação das seguintes deliberações depende do respectivo voto favorável:

- Alteração dos estatutos, incluindo aumento do capital social, fusão, cisão e dissolução;

- Celebração de contratos de grupo paritário e de subordinação;

- Supressão ou limitação do direito de preferência dos accionistas em aumentos de capital.

De igual modo, enquanto o Estado conservar a qualidade de accionista da EDP, dispõe do direito consagrado no nº 2 do artigo 13 do Decreto-lei nº 141/2000 de 15 de Julho.

4.5. Ética

A EDP desde sempre desenvolveu a sua actividade num quadro de valores éticos, explícitos ou implícitos na sua agenda empresarial, nas relações profissionais e obrigações com os accionistas, bem como na Visão e Compromissos definidos pelo Conselho de Administração Executivo e nos Princípios de Desenvolvimento Sustentável.

A empresa dispõem de um Código de Ética aplicável a todo o Grupo, que traduz a forma como todos os colaboradores se devem apresentar na condução dos negócios e em todas as actividades do Grupo EDP.

Comité de Ética

No seguimento da aprovação do Código de Ética do Grupo EDP foi criado um Comité especializado, com o objectivo de:

- Apoiar a definição da política do Grupo EDP em matéria de código de conduta, de adopção de boas práticas e de cumprimento dos mais elevados padrões de ética;

- Estabelecer orientações para a regulamentação das matérias da sua responsabilidade e;

- Zelar pela correcta aplicação regulamentar das matérias de ética nas empresas do Grupo.

5. ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

5.1. Caracterização do Órgão de Administração

O Conselho de Administração Executivo é o órgão responsável pela gestão das actividades da sociedade, nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais e nos estatutos, sendo nomeado pelos accionistas em Assembleia Geral.

5.2. Descrição do modo de funcionamento do Conselho de Administração Executivo

O Conselho de Administração Executivo, reúne, em regra, semanalmente sendo, no entanto, obrigatória uma reunião bimensal, não podendo deliberar sem que esteja presente a maioria dos seus membros.

Não é permitida a representação por cada administrador de mais de um administrador ausente em cada reunião. Todos os Administradores possuem igual direito de voto, tendo o Presidente voto de qualidade. O funcionamento do Conselho de Administração Executivo é disciplinado por um regulamento interno.

As atribuições do Conselho de Administração Executivo incluem, de acordo com os estatutos:

- Fixar os objectivos e as políticas de gestão da EDP e do Grupo EDP;
- Elaborar os planos de actividades e financeiros anuais;
- Gerir os negócios sociais e praticar todos os actos e operações relativos ao objecto social que não caibam na competência atribuída a outros órgãos da sociedade;
- Representar a sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, podendo desistir, transigir e confessar em quaisquer pleitos e, bem assim, celebrar convenções de arbitragem;
- Adquirir, vender ou por qualquer outra forma alienar ou onerar direitos ou bens imóveis;
- Constituir sociedades e subscrever, adquirir, onerar e alienar participações sociais;
- Deliberar sobre a emissão de obrigações e outros valores mobiliários nos termos da lei e dos estatutos, devendo observar limites quantitativos anuais que sejam fixados pelo Conselho Geral e de Supervisão;
- Estabelecer a organização técnico administrativa da EDP e as normas de funcionamento interno, designadamente sobre pessoal e sua remuneração;
- Constituir mandatários com os poderes que julgue convenientes, incluindo os de substabelecer;
- Designar o Secretário da Sociedade e respectivo suplente;
- Contratar o Auditor Externo sob indicação do Conselho Geral e de Supervisão;
- Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei ou pela Assembleia Geral;
- Estabelecer um regimento próprio que fixe as regras do seu funcionamento interno.

Ao Presidente do Conselho de Administração Executivo encontram-se atribuídas competências próprias, cabendo-lhe:

- Representar o Conselho de Administração Executivo em juízo e fora dele;
- Coordenar a actividade do Conselho de Administração Executivo, bem como a convocar e a presidir às respectivas reuniões;
- Zelar pela correcta execução das deliberações do Conselho de Administração Executivo.

O Presidente do Conselho de Administração Executivo tem direito de assistir, sempre que o julgue conveniente, às reuniões do Conselho Geral e de Supervisão, salvo quando se trate da tomada de deliberações no âmbito da fiscalização das actividades do Conselho de Administração Executivo e, em geral, em quaisquer situações de conflito de interesses.

No ano de 2006, o Conselho de Administração, em funções até 30 de Março de 2006, realizou 6 reuniões. O Conselho de Administração, em funcionamento entre 1 de Abril e 29 de Junho de 2006, realizou 3 reuniões.

O actual Conselho de Administração Executivo reuniu 22 vezes entre o dia 30 de Junho e o dia 31 de Dezembro.

5.3. Remuneração dos Órgãos Sociais

De harmonia com os estatutos, a Assembleia Geral elege uma Comissão de Vencimentos que fixa as remunerações dos membros dos órgãos sociais, à excepção das dos membros do Conselho de Administração Executivo. A Assembleia Geral pode ainda determinar a atribuição de uma parte dos lucros a administradores, a título de participação nos resultados, bem como a implementação de planos de opções de aquisição de acções.

As remunerações atribuídas, no exercício de 2006, aos membros dos Órgãos Sociais da EDP, foram as seguintes:

Remuneração dos Órgãos Sociais	Euros
Mesa da Assembleia Geral	3.750,00
Fiscal único	154.450,00
CA/CE/CGS/CAE	9.764.000,74
Total	**9.922.200,74**

Política de compensação dos Membros do Órgão de Administração

A definição da política de compensação dos membros do Órgão de Administração compete à Comissão de Vencimentos nomeada pelo Conselho Geral e de Supervisão. Neste momento esta comissão já defeniu a remuneração fixa a atribuir aos administradores, estando em curso a definição dos parâmetros que irão determinar a respectiva remuneração variável.

Remuneração dos Membros do Órgão de Administração - Mandato Anterior (até 30 de Março) e Actual

Euros	Fixo	Variável(*)	Senhas	Total
Mandato Anterior				
Presidente CA	149.834,76	882.431,16	0,00	1.032.265,92
Presidente CE	149.834,76	1.182.661,81	0,00	1.332.496,57
Vogais CE	492.964,51	3.472.026,84	0,00	3.964.991,35
Vogais C. Auditoria	31.098,75	0,00	15.000,00	46.098,75
Subtotal	823.732,78	5.537.119,81	15.000,00	6.375.852,59
Mandato Actual				
Presidente CA/CGS	410.485,67	0,00	0,00	410.485,67
Presidente CE/CAE	517.421,33	0,00	0,00	517.421,33
Vogais CE/CAE	2.460.241,15	0,00	0,00	2.460.241,15
Vogais C. Auditoria	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	3.388.148,15	0,00	0,00	3.388.148,15
Total	**4.211.880,93**	**5.537.119,81**	**15.000,00**	**9.764.000,74**

(*) Considera o Prémio Anual Cash e a atribuição de Planos de Acções

5.4. Acções da EDP detidas por membros dos Órgãos Sociais

De acordo com o nº 5 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, a seguir indica-se o movimento havido, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, com as acções pertencentes aos membros dos Órgãos Sociais.

	Movimentos em 2006	Preço Médio Aquis./Alien.	N.º Acções 31-12-2006
Mesa da Assembleia Geral			
José Manuel Archer Galvão Teles	680	3,01	6.000
António Campos Pires Caiado	-6.078	3,79	0
Maria Teresa Isabel Pereira	-	-	3.962
Conselho Geral e de Supervisão			
António de Almeida	-100	3,04	0
Alberto João Coraceiro de Castro	-	-	4.578
António Francisco Barroso de Sousa Gomes	-	-	4.135
Carlos Jorge Feijoo Pereira Ribeiro[1]	-	-	0
Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira	-	-	24.400
Diogo Campos Barradas de Lacerda Machado	-	-	260
Eduardo de Almeida Catroga	-	-	0
José Manuel Archer Galvão Teles	680	3,01	6.000
José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi	-	-	0
Manuel Fernando de Macedo Alves Monteiro	-	-	0
Manuel Menéndez Menéndez	-	-	0
Paulo Jorge de Assunção Rodrigues Teixeira Pinto[2]	-	-	1.388
Vasco Maria Guimarães José de Mello	-872	3,00	0
Vital Martins Moreira[3]	1.996	3,74	21.870
Vítor Fernando da Conceição Gonçalves	-	-	6.035
Víctor Domingos Seabra Franco	-	-	0
Conselho de Administração Executivo			
António Luís Guerra Nunes Mexia	-	-	1.000
Ana Maria Machado Fernandes	-	-	0
António Fernando Melo Martins da Costa	-	-	13.299
António Manuel Barreto Pita de Abreu	-	-	34.074
João Manuel Manso Neto	-	-	1.268
Jorge Manuel Pragana da Cruz Morais	-	-	12.497
Nuno Maria Pestana de Almeida Alves	-	-	0

Notas:
(1) Administrador da Energy Finance,S.A., sociedade que celebrou com a UBS AG um acordo de compra, com obrigação de recompra, de 36.785.378 acções da EDP
(2) Acções detidas pelo cônjuge Paula Teixeira da Cruz
(3) Inclui 6.109 acções detidas pelo cônjuge Maria Manuel de Lemos Leitão

5.5. Cargos Sociais Desempenhados pelos membros do Órgão de Administração

	António Mexia	Nuno Alves	Ana Maria Fernandes	António Martins da Costa	Jorge Cruz Morais	João Manso Neto	António Pita de Abreu
EDP - Energias de Portugal, S.A.	PCAE	A	A	A	A	A	A
EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A.						PCA	
EDP Energias do Brasil, S.A.	PCA	V	V	DP			
EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A.					PCA		
EDP - Estudos e Consultoria, S.A.	PCA						V
EDP - Soluções Comerciais, S.A.					PCA		
EDP Participações - SGPS, S.A.		PCA				V	
EDP Produção EM - Engenharia e Manutenção, S.A.						PCA	
EDP Produção - Bioeléctrica, S.A.			PCA				
EDP Serviner - Serviços de Energia, S.A.					PCA		V
EDP Valor - Gestão Integrada de Serviços, S.A.		PCA					
Sãvida - Medicina Apoiada, S.A.							PCA
SCS - serviços complementares de Saúde, S.A.							PCA
Energia RE - Sociedade Cativa de Resseguro		PCA					
Enernova - Novas Energias, S.A.			PCA				
Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.		V	V		V	VPCA	V
Naturgás Energia, S.A.			V		V	V	
Desarrollos Eólicos S.A.			PCA				
Genesa S.L.			PCA				
NQF Projectos de Telecomunicações e Energia, SGPS, S.A.		V	PCA				
NQF Energia, SGPS, S.A.		V	PCA				
NQF Gás, SGPS, S.A.			PCA				
Portgás – Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.			V		V		
Setgás – Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.			V				
Enagas, SGPS, S.A.			PCA				
EDP Powerline		V					PCA
Internel - Serviços de Consultoria Internacional, S.A.						PCA	
Nuevas Energias de Occidente, S.L.			V				
ONI - SGPS, S.A.	PCA	V					

PCAE: Presidente da Conselho Administração Executivo
PCA: Presidente do Conselho de Administração
VPCA: Vice-Presidente do Conselho de Administração
DP: Director Presidente
A: Administrador
V: Vogal

5.6. Cargos desempenhados pelos membros do Conselho Geral e de Supervisão

Ver capítulo "Órgãos Sociais".

Relatório e Contas 2006 Caderno Institucional e do Governo da Sociedade

edp

Demonstrações Financeiras	162
Proposta de Aplicação dos Resultados	166
Perspectivas para 2007	167
Referências Finais	168
Extracto da Acta da Assembleia Geral	169

edp

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

(milhares de Euros)	**2006**	2005
Activo		
Activos fixos tangíveis	15.081.728	13.864.146
Activos intangíveis	1.168.136	1.462.003
Goodwill	2.553.831	2.046.824
Investimentos financeiros em empresas associadas	201.863	351.302
Activos financeiros disponíveis para venda	822.148	566.446
Activos por impostos diferidos	898.323	892.653
Clientes	117.651	121.992
Devedores e outros activos	299.968	374.601
Total de Activos Não Correntes	**21.143.648**	**19.679.967**
Inventários	228.692	219.194
Clientes	1.475.202	1.463.505
Devedores e outros activos	874.916	1.465.612
Impostos a receber	620.840	346.175
Activos financeiros detidos para negociação	116.439	275.618
Caixa e equivalentes de caixa	753.493	585.499
Activos detidos para venda	255.681	-
Total de Activos Correntes	**4.325.263**	**4.355.603**
Total do Activo	**25.468.911**	**24.035.570**
Capitais Próprios		
Capital	3.656.538	3.656.538
Acções próprias	-14.542	-38.119
Prémios de emissão de acções	501.992	501.992
Reservas e resultados acumulados	504.424	-368.113
Resultado líquido atribuível aos accionistas da EDP	940.823	1.071.102
Capitais Próprios atribuíveis aos accionistas da EDP	**5.589.235**	**4.823.400**
Interesses minoritários	945.661	1.287.763
Total dos Capitais Próprios	**6.534.896**	**6.111.163**
Passivo		
Empréstimos	8.624.695	8.600.721
Benefícios aos empregados	1.770.560	1.843.246
Provisões para riscos e encargos	388.473	269.249
Conta de hidraulicidade	198.596	169.967
Passivos por impostos diferidos	557.269	369.722
Credores e outros passivos	2.427.193	1.898.258
Total de Passivos Não Correntes	**13.966.786**	**13.151.163**
Empréstimos	1.528.355	1.983.579
Credores e outros passivos	2.757.669	2.613.925
Impostos a pagar	521.107	175.740
Passivos detidos para venda	160.098	-
Total dos Passivos Correntes	**4.967.229**	**4.773.244**
Total do Passivo	**18.934.015**	**17.924.407**
Total dos Capitais Próprios e Passivo	**25.468.911**	**24.035.570**

Demonstração de Resultados Consolidados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

(Milhares de Euros)	2006			2005		
	Operações em continuação	Operações em descontinuação	Total	Operações em continuação	Operações em descontinuação	Total
Volume de negócios	10.185.658	164.168	10.349.826	9.374.890	273.277	9.648.167
Custos com aquisição de electricidade	-4.380.703	-	-4.380.703	-4.222.003	-	-4.222.003
Custos com aquisição de gás	-744.350	-	-744.350	-458.233	-	-458.233
Variação nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis	-1.052.114	-14.205	-1.066.319	-1.106.791	-5.801	-1.112.592
	4.008.491	**149.963**	**4.158.454**	**3.587.863**	**267.476**	**3.855.339**
Outros proveitos / (custos) de exploração						
Outros proveitos de exploração	136.386	7.762	144.148	208.318	3.235	211.553
Fornecimentos e serviços externos	-621.674	-119.724	-741.398	-616.966	-205.815	-816.781
Custos com o pessoal	-563.894	-21.192	-585.086	-504.024	-41.963	-545.987
Custos com beneficios aos empregados	-162.201	-86	-162.287	-200.163	-128	-200.291
Outros custos de exploração	-498.188	- 10.193	-508.381	-444.771	-8.895	-453.666
	-1.709.571	**-143.433**	**-1.853.004**	**-1 551.606**	**-253.566**	**-1.805.172**
	2.298.920	**6.530**	**2.305.450**	**2.036.257**	**13.910**	**2.050.167**
Provisões do exercício	-90.350	-4.214	-94.564	-73.338	60.864	-12.474
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	-1.018.851	-40.015	-1.058.866	-906.174	-87.239	-993.413
Compensações de amortizações	101.415	-399	101.016	97.600	-	97.600
	1.291.134	**-38.098**	**1.253.036**	**1.154.345**	**-12.465**	**1.141.880**
Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros	4.791	27	4.818	440.647	83	440.730
Outros proveitos financeiros	769.351	1.010	770.361	527.260	634	527.894
Outros custos financeiros	-956.053	-21.685	-977.738	-897.249	-29.922	-927.171
Ganhos / (perdas) em associadas	245.329	-	245.329	35.295	-	35.295
Resultado antes de impostos	**1.354.552**	**-58.746**	**1.295.806**	**1.260.298**	**-41.670**	**1.218.628**
Impostos sobre lucros	-266 457	542	-265.915	-100.236	-51.953	-152.189
Resultado depois de impostos e antes de alienação de operações descontinuadas	1.088.095	-58.204	1.029.891	1.160.062	-93.623	1.066.439
Ganhos / (perdas) na alienação de operações descontinuadas	-	-12.808	-12.808	-	45.522	45.522
Resultado líquido do exercício	**1.088.095**	**-71.012**	**1.017.083**	**1.160.062**	**-48.101**	**1.111.961**
Atribuível a:						
Accionistas da EDP	1.011.911	-71.088	940.823	1.115.118	-44.016	1.071.102
Interesses minoritários	76.184	76	76.260	44.944	-4.085	40.859
Resultado líquido do exercício	1.088.095	-71.012	1.017.083	1.160.062	-48.101	1.111.961
Resultado por acção (Básico e Diluído) - Euros	**0,28**	**(0,02)**	**0,26**	**0,31**	**(0,01)**	**0,29**

edp

Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

(milhares de Euros)	**2006**	2005
Activo		
Activos fixos tangíveis	84.899	95.536
Activos intangíveis	1.763	322
Investimentos financeiros em empresas filiais	6.673.680	7.351.589
Investimentos financeiros em empresas associadas	97.919	354.635
Activos financeiros disponíveis para venda	399.805	260.394
Activos por impostos diferidos	83.662	53.317
Devedores e outros activos	3.351.059	3.494.196
Total de Activos Não Correntes	**10.692.787**	**11.609.989**
Clientes	66.396	70.664
Devedores e outros activos	1 567.202	1 356.160
Impostos a receber	50.017	140.591
Activos financeiros detidos para negociação	1.693	205.376
Caixa e equivalentes de caixa	235.234	183.334
Total de Activos Correntes	**1.920.542**	**1.956.125**
Total do Activo	**12.613.329**	**13.566.114**
Capitais Próprios		
Capital	3.656.538	3.656.538
Acções próprias	-14.542	-38.119
Prémios de emissão de acções	501.992	501.992
Reservas e resultados acumulados	1.527.942	1.758.382
Resultado líquido do exercício	515.696	509.835
Total dos Capitais Próprios	**6.187.626**	**6.388.628**
Passivo		
Empréstimos	2.623.926	3.171.899
Beneficios aos empregados	-	17.087
Provisões para riscos e encargos	19.910	14.754
Conta de hidraulicidade	198.596	169.967
Credores e outros passivos	12.740	3.598
Total de Passivos Não Correntes	**2.855.172**	**3.377.305**
Empréstimos	2.993.257	3.386.438
Credores e outros passivos	566.367	407.971
Impostos a pagar	10.907	5.772
Total dos Passivos Correntes	**3.570.531**	**3.800.181**
Total do Passivo	**6.425.703**	**7.177.486**
Total dos Capitais Próprios e Passivo	**12.613.329**	**13.566.114**

Demonstração dos Resultados Individual para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

(milhares de Euros)	**2006**	2005
Volume de negócios	682.261	560.385
Custos com aquisição de electricidade	-329.289	-278.006
Custo das matérias primas e consumíveis	-243.841	-190.162
	109.131	**92.217**
Outros proveitos / (custos) de exploração		
Outros proveitos de exploração	12.051	29.722
Fornecimentos e serviços externos	-103.162	-97.188
Custos com o pessoal	-13.272	-6.329
Custos com beneficios aos empregados	-1.469	-882
Outros custos de exploração	-294.121	-131.943
	-399.973	**-206.620**
	-290.842	**-114.403**
Provisões do exercício	-2.424	-3.850
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	-6.378	-5.374
Compensações de Amortizações	-	676
	-299.644	**-122.951**
Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros	-17.206	-81.714
Outros proveitos financeiros	1.439.452	1.556.660
Outros custos financeiros	-632.253	-871.939
Ganhos / (perdas) em associadas	-19.399	-
Resultado antes de impostos	**470.950**	**480.056**
Impostos sobre lucros	44.746	29.779
Resultado líquido do exercício	**515.696**	**509.835**
Resultado por acção (Básico e Diluído) - Euros	**0,14**	**0,14**

edp

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Nos termos do artigo 30º do contrato de sociedade, o Conselho de Administração Executivo propõe que o Resultado Líquido tenha a seguinte aplicação:

Aplicação de Resultados	Euros
Reserva Legal	25.784.821,02
Dividendos	402.219.148,65
Dotação para a Fundação EDP	8.400.000,00
Resultados Transitados	79.292.450,66
Resultado Líquido	**515.696.420,33**

O dividendo proposto é de 0,11 euros por acção.

PERSPECTIVAS PARA 2007

Para a EDP, o ano de 2007 será um ano de grandes desafios, em que a sua actuação será marcada pelas linhas de orientação estratégicas definidas: Controlo do Risco, Eficiência das Operações e Crescimento Rentável.

Ao nível do Controlo do Risco, a EDP implementará em 2007 uma estratégia integrada de "hedging" entre a produção e comercialização no mercado livre e enfrentará uma agenda regulatória diversa e complexa. Por um lado, é expectável a entrada em funcionamento do Mercado Ibérico de Energia (MIBEL), que abrirá aos operadores de cada um dos países, de uma forma mais ampla que a actual, o mercado do outro país. Da mesma forma, e como condição para a entrada do MIBEL, deverão ser regulamentados os Custos para a Manutenção do Equilíbrio Contratual (CMEC), que definirão as compensações devidas aos produtores em regime vinculado por cessação dos Contratos de Aquisição de Energia em Portugal.

No sector do gás em Portugal, ocorrerá, por um lado, o início da liberalização do mercado em Portugal aos produtores de electricidade, processo este que culminará em 2010 com a abertura deste mercado a todos os consumidores à semelhança do que já acontece em Espanha e, por outro lado, uma definição pela ERSE da regulação da actividade de distribuição de gás em Portugal.

Em Espanha, esperam-se desenvolvimentos em diversos temas na área da regulação, nomeadamente subsequentes à publicação do Real Decreto-Lei 3/2006 e ao "borrador" para as energias renováveis, com especial impacto na remuneração das várias actividades da cadeia de valor.

O ambiente concorrencial no Mercado Ibérico de Energia será condicionado pela evolução dos mercados internacionais de commodities e pela actuação dos agentes, que dependerá fortemente do resultado das actuais movimentações accionistas, de que são exemplos as Ofertas Públicas de Aquisição da E.ON e Gas Natural sobre a Endesa e a tomada de posições accionistas por parte de grandes grupos construtores em empresas energéticas espanholas.

No que respeita à Eficiência das Operações, em 2007 será dado um enfoque muito particular à implementação do programa de redução de custos lançado em 2006, nomeadamente através da criação de um sistema de controle rigoroso das iniciativas lançadas neste âmbito, e a uma forte disciplina no investimento efectuado, incutindo a competição interna por recursos. Espera-se assistir ainda à conclusão do plano de desinvestimento em activos não estratégicos, de que serão exemplo a conclusão da alienação pela EDP do capital social da ONI e a alienação adicional de parte do capital da REN.

Em termos de Crescimento Rentável, a EDP prevê prosseguir no próximo ano a construção de novas centrais de ciclo combinado na Península Ibérica, Lares I em Portugal e Castejón II e Soto 4 em Espanha, com vista à consolidação da sua posição no ambiente competitivo na Península Ibérica. Simultaneamente, a EDP continuará a desenvolver a sua forte aposta de crescimento no sector das energias renováveis e de expansão para outros mercados internacionais.

2007 será assim um ano de grandes desafios para a EDP mas também de grandes oportunidades para a empresa consolidar a sua estratégia e para se afirmar como a "utility" ibérica líder na criação de valor.

edp

REFERÊNCIAS FINAIS

Como referências finais, o Conselho de Administração Executivo pretende deixar uma palavra de apreço a todos aqueles que apoiaram e acompanharam a actividade do Grupo EDP ao longo do exercício de 2006.

A atenção que nos foi dispensada ao longo do ano, sendo uma consequência do papel central que a EDP tem como Grupo económico completo e actuante a todos os níveis da sociedade e nas várias geografias em que está presente, constituiu um forte estímulo para se alcançarem os resultados apresentados no exercício em apreço.

Desde logo e em primeiro lugar, um agradecimento aos Senhores Accionistas por acreditarem no potencial do Grupo EDP e pela confiança que depositaram no actual Conselho de Administração Executivo e em cada um dos seus membros eleitos para o triénio 2006-2008 em reunião da Assembleia Geral anual.

A este respeito, um agradecimento pelo trabalho desenvolvido pelos Órgãos Sociais também eleitos na mesma reunião da Assembleia Geral e a quem estão cometidas as funções de fiscalização e de supervisão da actividade do Grupo.

Importa assinalar o apoio, a colaboração e a orientação que o Conselho de Administração Executivo recebeu do Conselho Geral e de Supervisão na operacionalização do novo modelo de governo adoptado pelos accionistas.

Ao anterior Conselho de Administração, que nessa reunião da Assembleia Geral cessou funções, o Conselho de Administração Executivo expressa o seu reconhecimento pela valiosa contribuição para o desenvolvimento do Grupo EDP e pela forma inexcedível como facilitou o início do mandato do novo Conselho.

Pelo apoio prestado às actividades do Grupo ao longo do último exercício, o Conselho agradece também aos membros dos Órgãos de Soberania dos países em que a EDP tem presença institucional e que acompanharam a EDP na sua acção em prol do desenvolvimento económico e social das respectivas populações.

No âmbito do sector da energia e num ano caracterizado por alterações substanciais do quadro legal nacional, importa fazer referência ao diálogo construtivo da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) e da Direcção Geral de Geologia e Energia (DGGE) com as empresas do Grupo com actividade em Portugal. Nesta mesma linha, uma menção também para as entidades reguladoras dos países em que a actividade do grupo EDP assume maior expressão, designadamente a CNE, em Espanha, e a ANEEL no Brasil.

Os agradecimentos do Conselho de Administração Executivo são ainda extensivos a todas as entidades que ao longo de 2006 interagiram com a EDP, nomeadamente:

- CMVM, Euronext Lisbon, Interbolsa, CVM e BOVESPA;
- Auditores Externos das Empresas do Grupo EDP;
- Instituições Financeiras;
- Instituições de carácter científico, universitário e técnico;
- Associação Portuguesa das Empresas do Sector Eléctrico - Elecpor.

É ainda devido um agradecimento especial aos Clientes das Empresas do Grupo EDP, a quem se reafirma o empenho na procura da excelência na prestação de serviços e na plena satisfação das suas necessidades e à comunicação social que mais de perto segue a actividade do Grupo EDP e que, pela cobertura que faz de cada um dos acontecimentos, eleva a um patamar mais alto a exigência de rigor e profissionalismo da gestão.

Por fim uma palavra especial aos Colaboradores de todas as empresas do Grupo, pela sua contribuição para o desenvolvimento da EDP, pela competência e profissionalismo no desempenho das suas funções e pelo empenho na participação da dinâmica de mudança e crescimento do Grupo.

O Conselho de Administração Executivo

António Luís Guerra Nunes Mexia (Presidente)
Ana Maria Machado Fernandes
António Fernando Melo Martins da Costa
António Manuel Barreto Pita de Abreu
João Manuel Manso Neto
Jorge Manuel Pragana da Cruz Morais
Nuno Maria Pestana de Almeida Alves

Lisboa, 8 de Março de 2007

---------- Extracto da Acta n.º 1/2007 ----------

--- No dia doze de Abril do ano de dois mil e sete, pelas dez horas, reuniu na Rua Castilho, n.º 77-A, em Lisboa, a Assembleia Geral da EDP – Energias de Portugal, S.A., sociedade aberta (doravante simplesmente designada por "EDP" ou "Sociedade"), com sede na Praça Marquês de Pombal, 12, em Lisboa, com o capital social de € 3 656 537 715, pessoa colectiva e matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa número 500 697 256 (anterior matrícula n.º 1.805). A reunião realizou-se fora da sede da Sociedade dado que as instalações da sede não permitiriam que a reunião aí se efectuasse em condições satisfatórias, tendo em conta que, por ser uma sociedade aberta, é sempre elevado o número de accionistas presente.----------

--- O Presidente da Mesa, Dr. José Manuel Archer Galvão Teles, coadjuvado pelo Secretário da Mesa, Dra. Maria Teresa Isabel Pereira, verificou a regularidade da convocatória pelas publicações obrigatórias efectuadas nos sítios da Internet do Ministério da Justiça, da CMVM, da Euronext Lisbon e da própria EDP (para além de terem sido efectuadas publicações no Boletim de Cotações da Euronext Lisbon de 7 de Março de 2007, no Jornal Público de 9 de Março de 2007 e no Jornal de Notícias da mesma data).----------

O Presidente da Mesa e o Secretário da Mesa verificaram que a lista de presenças se encontrava devidamente organizada e que existiam cartas de representação para os accionistas que fossem pessoas colectivas ou que não se encontrassem fisicamente presentes.----------

Seguidamente, o Presidente da Mesa e o Secretário da Mesa verificaram a percentagem do capital social que se encontrava presente ou representada na Assembleia Geral – a qual correspondia a 50.8402% do capital social e 46.3418% dos direitos de voto correspondentes ao capital social –, com base nas declarações de registo e bloqueio das acções emitidas pelos intermediários financeiros responsáveis pelo registo individualizado das acções de cada accionista, declarando que se encontra reunido o quórum constitutivo e deliberativo necessário para a presente AG.----------

O Presidente da Mesa declarou ainda que nenhum accionista, para além da Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A., poderia votar com mais de 5% dos direitos de voto correspondentes ao capital social.----------

O Presidente e o Secretário da Mesa verificaram ainda que foram respeitadas as demais formalidades prévias à realização da Assembleia Geral, designadamente que as propostas e demais informação relativa aos pontos da ordem do dia foram disponibilizados aos accionistas, na sede social e nos sítios da Internet da CMVM e da EDP, dentro dos prazos legais aplicáveis, com excepção da matéria relativa ao ponto 6 da ordem do dia.----------

(...)

(...) o Dr. José Manuel Galvão Teles colocou à consideração da Assembleia Geral a alteração da sequência da Ordem do Dia, de forma a que o Ponto Seis (referente à eleição de membros de órgãos sociais) na parte respeitante à eleição dos membros da Mesa da Assembleia Geral, passasse a ser o primeiro. Dado que não houve qualquer voto contra, o Presidente da Mesa declarou que a sequência da Ordem do Dia tinha sido alterada por unanimidade, passando o Ponto Seis, na parte respeitante à eleição dos membros da Mesa da Assembleia Geral, a primeiro ponto da Ordem do Dia.----------

Na sequência, o Presidente da Mesa informou os presentes de que a Mesa havia recebido duas propostas, subscritas pela Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A. e pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. e a que se pretendia juntar, se a assembleia assim o autorizasse, respeitantes à eleição para a presidência e vice-presidência da Mesa, e procedeu à leitura das referidas propostas do seguinte teor:----------

"Proposta para eleição de Presidente da Mesa da Assembleia Geral da EDP - Energias de Portugal, SA----------
Tendo o Senhor Dr. José Manuel Galvão Teles, Presidente da Mesa da Assembleia Geral, renunciado ao seu cargo, torna-se necessário proceder à eleição do seu substituto.----------
Para esse efeito, e tendo presentes as respectivas qualificações e experiência profissional, propõe-se aos Senhores Accionistas que seja eleito como Presidente da Mesa da Assembleia Geral da EDP – Energias de Portugal, SA, para completar o triénio 2006/2008, o Senhor Dr. Rui Pena."----------
"Proposta para eleição de Membro da Mesa da Assembleia Geral da EDP - Energias de Portugal, SA----------
Tendo renunciado ao seu cargo o Vice Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Senhor Dr. António Pires Caiado, torna-se necessário proceder à eleição do seu substituto.----------
Para esse efeito, e tendo presentes as respectivas qualificações e experiência profissional, propõe-se aos Senhores Accionistas que seja eleito como Vice Presidente da Mesa da Assembleia Geral da EDP – Energias de Portugal, SA, para completar o triénio 2006/2008, o Senhor. Dr. António Bernardo de Menezes e Lorena de Sèves."----------
(...) Seguidamente, o Presidente da Mesa colocou à votação as propostas cuja leitura tinha efectuado, as quais foram aprovadas por maioria dos votos emitidos (com 3.6468% de votos contra e 1.7124% de abstenções).----------
(...)
Na sequência, o Dr. Rui Pena retomou os trabalhos da presente Assembleia Geral começando pela discussão e votação do inicial Ponto Um da Ordem do dia do seguinte teor: "Deliberar sobre os documentos de prestação de contas individuais e consolidadas do exercício de 2006, incluindo o relatório único de gestão, as contas individuais e consolidadas, o relatório anual e o parecer do Conselho Geral e de Supervisão e a certificação legal de contas única".-
(...)
Terminado o debate e não havendo mais quem se quisesse pronunciar, o Presidente da Mesa colocou a proposta à votação, tendo, em consequência, sido aprovados o relatório único de gestão e os demais documentos de prestação de contas do exercício de 2006, por maioria dos votos emitidos (com 0.0180% de votos contra e 1.1951% de abstenções).----------
--- O Presidente da Mesa prosseguiu os trabalhos, tendo procedido à leitura do Ponto Dois da ordem do dia do seguinte teor: "Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados do exercício de 2006". Em seguida, o Presidente da Mesa procedeu à leitura da proposta do Conselho de Administração Executivo, nos termos seguintes: "Em conformidade com o disposto no número 1 do artigo 30º do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração Executivo propõe aos Senhores Accionistas que os lucros do exercício tenham a seguinte aplicação:

Reserva legal	€ 25.784.821,02---------
Dividendos (o dividendo proposto é de 0,11€ por acção)	€ 402.219.148,65---------
Dotação para a Fundação EDP	€ 8.400.000,00---------
Resultados Transitados	€ 79.292.450,66"--------

(...)
Na sequência, o Presidente da Mesa colocou à votação o Ponto Dois da ordem do dia, tendo a proposta de aplicação de resultados sido aprovada por unanimidade dos votos emitidos (com 0.0005% de abstenções).----------
--- Entrando no inicial Ponto Três da ordem do dia, o Presidente da Mesa passou a ler o teor do referido ponto – "Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade, nos termos do disposto no artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais". Seguidamente,

o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão, o qual apresentou o parecer deste órgão sobre a administração da sociedade, nos termos seguintes: "Senhores Accionistas----------
Nos termos do art. 22º, n.º 1, al. h) dos Estatutos da EDP, o CGS deve emitir parecer sobre o voto anual de confiança no CAE, o qual, nos termos do art. 455º do Código das Sociedades Comerciais, deverá ser deliberado pelos Senhores Accionistas.----------
(...) O CGS confia na capacidade colectiva e individual dos membros do Conselho de Administração Executivo para atingirem esses objectivos, pautando a sua actuação pela exclusiva promoção dos interesses da Sociedade.----------
Nesse sentido, o CGS, na sua reunião de 8 de Março de 2007, deliberou por unanimidade emitir parecer favorável a um voto de confiança e louvor ao CAE e a cada um dos seus Membros."
Seguidamente, o Presidente da Mesa leu a proposta apresentada pelos accionistas Parpública – Participações Públicas SGPS, S.A., Caixa Geral de Depósitos, S.A., Banco Comercial Português, S.A., Banco Espírito Santo, S.A. e José de Mello – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. do seguinte teor:----------
"Considerando o disposto nos artigos 376º, n.º 1, alínea c) e 455º nºs 1 e 2 do Código das Sociedades Comerciais,----------
Propõe-se:----------
1º - Um voto de confiança e louvor ao Conselho de Administração Executivo e a cada um dos seus membros pelo desempenho das suas funções durante o exercício de 2006.
2º - Um voto de confiança e louvor ao Conselho Geral e de Supervisão e a cada um dos seus membros pelo desempenho das suas funções durante o exercício de 2006.--
3º - Um voto de confiança e louvor ao Revisor Oficial de Contas pelo desempenho das suas funções durante o exercício de 2006".----------
(...)
Seguidamente, o Presidente da Mesa colocou à votação, em separado, os três pontos da proposta apresentada pelos accionistas Parpública – Participações Públicas SGPS, S. A., Caixa Geral de Depósitos, S.A., Banco Comercial Português, S.A., Banco Espírito Santo, S.A. e José de Mello – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. tendo-se apurado os resultados seguintes:----------

- O primeiro ponto da proposta ("Um voto de confiança e louvor ao Conselho de Administração Executivo e a cada um dos seus membros pelo desempenho das suas funções durante o exercício de 2006") foi aprovado por maioria dos votos emitidos (com 0.0016% de votos contra e 0.0002% de abstenções).----------

- O segundo ponto da proposta ("Um voto de confiança e louvor ao Conselho Geral e de Supervisão e a cada um dos seus membros pelo desempenho das suas funções durante o exercício de 2006" foi aprovado por maioria dos votos emitidos (com 0.0016% de votos contra e 0.0011% de abstenções).----------

- O terceiro ponto da proposta ("Um voto de confiança e louvor ao Revisor Oficial de Contas pelo desempenho das suas funções durante o exercício de 2006") foi aprovado por maioria dos votos emitidos (com 0.0016% de votos contra e 0.0011% de abstenções).----------
Passou-se de seguida para o inicial Ponto Quatro da ordem do dia, tendo o Presidente da Mesa procedido à leitura do referido ponto – "Conferir autorização ao Conselho de Administração Executivo para a aquisição e alienação de acções próprias pela EDP e sociedades participadas"
(...)
(...)
Terminada a exposição e não havendo quem se quisesse pronunciar, o Presidente da Mesa

colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria dos votos emitidos (com 0.0525% de votos contra e 0.0009% de abstenções).----------
--- Relativamente ao inicial Ponto Cinco da ordem do dia, o Presidente da Mesa procedeu à leitura do referido ponto – "Conferir autorização ao Conselho de Administração Executivo para a aquisição e alienação de obrigações próprias pela EDP e sociedades participadas" (...) Na sequência, não havendo quem se quisesse pronunciar, o Presidente da Mesa colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria dos votos emitidos (com 0.0542% de votos contra e 0.0073% de abstenções).----------
--- O Presidente da Mesa retomou a discussão e votação do Ponto Seis da ordem do dia, quanto à eleição para os demais órgãos sociais (...) Seguidamente, o Presidente da Mesa informou os presentes de que havia recebido uma proposta em relação a este ponto da ordem do dia, subscrita pelas accionistas Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A. e Caixa Geral de Depósitos, S.A., e solicitou ao Secretário da Mesa que procedesse à leitura da mesma. Na sequência, o Secretário da Mesa procedeu à leitura da proposta do seguinte teor:------
"Considerando:----------

a) a renúncia aos seus cargos apresentada pelos Senhores Presidente e Vice Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Sr. Dr. José Manuel Galvão Teles e Sr. Dr. António Pires Caiado;
b) a forma exemplar como ambos exerceram as funções a que renunciaram, permitindo-nos destacar o Sr. Dr. José Manuel Galvão Teles, pela dignidade, pela elevação e pela enorme competência com que exerceu o cargo de Presidente da Mesa da Assembleia Geral ao longo dos anos, tendo constituído uma honra para a EDP e para os seus accionistas ter como Presidente do seu órgão mais representativo uma pessoa com a craveira intelectual, moral e profissional do Senhor Dr. José Manuel Galvão Teles;----------
c) a circunstância de terem sido eleitos, para substituir os renunciantes, pessoas com a experiência e qualidade dos Srs. Dr. Rui Pena e António de Sèves;----------

Propõe-se aos Senhores Accionistas que aprovem:----------

1. um voto de louvor aos Senhores Drs. José Manuel Galvão Teles e Pires Caiado pela forma exemplar como exerceram os seus cargos, sendo justa uma referência especial ao Sr. Dr. Galvão Teles pelas razões supra referidas;----------
2. um voto de congratulação pela eleição dos Srs. Dr. Rui Pena e António de Sèves para os substituir nos cargos a que renunciaram".----------

Terminada a leitura e não havendo quem se quisesse pronunciar, o Presidente da Mesa colocou à votação, em separado, os dois pontos da proposta apresentada pelos accionistas Parpública – Participações Públicas (SGPS), S. A. e Caixa Geral de Depósitos, S.A., tendo-se apurado os resultados seguintes:----------

- O primeiro ponto da proposta ("Um voto de louvor aos Senhores Dr. José Manuel Galvão Teles e Pires Caiado...") foi aprovado por maioria dos votos emitidos (com 0.2413% de votos contra e 1.4248% de abstenções).----------

- O segundo ponto da proposta ("Um voto de congratulação pela eleição dos dos Srs. Dr. Rui Pena e António de Sèves ...") foi aprovado por maioria dos votos emitidos (com 0.2417% de votos contra e 7.6760% de abstenções).----------

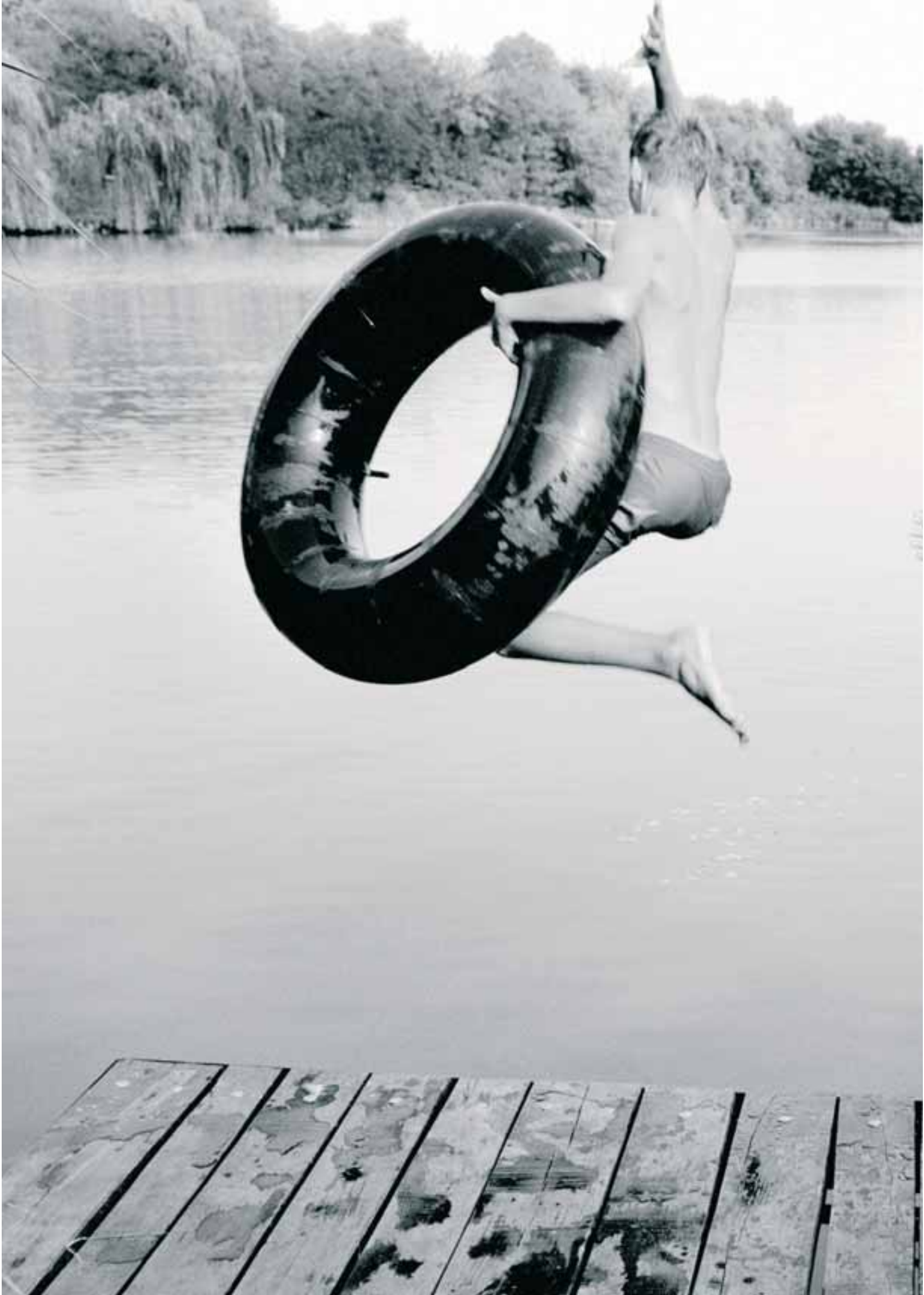
Ainda no âmbito do Ponto Seis da ordem do dia, o Presidente informou a Assembleia de que havia recebido outra proposta, com vista à eleição de um membro de um órgão social, subscrita pelas accionistas Parpública – Participações Públicas SGPS, S.A. e Caixa Geral de Depósitos, S.A. Seguidamente, o Presidente da Mesa procedeu à leitura da referida proposta do seguinte teor:----------
"Considerando que:----------
(A) Em 11 de Abril de 2007, a EDP - Energias de Portugal, S.A. ("EDP") e a Société Nationale pour

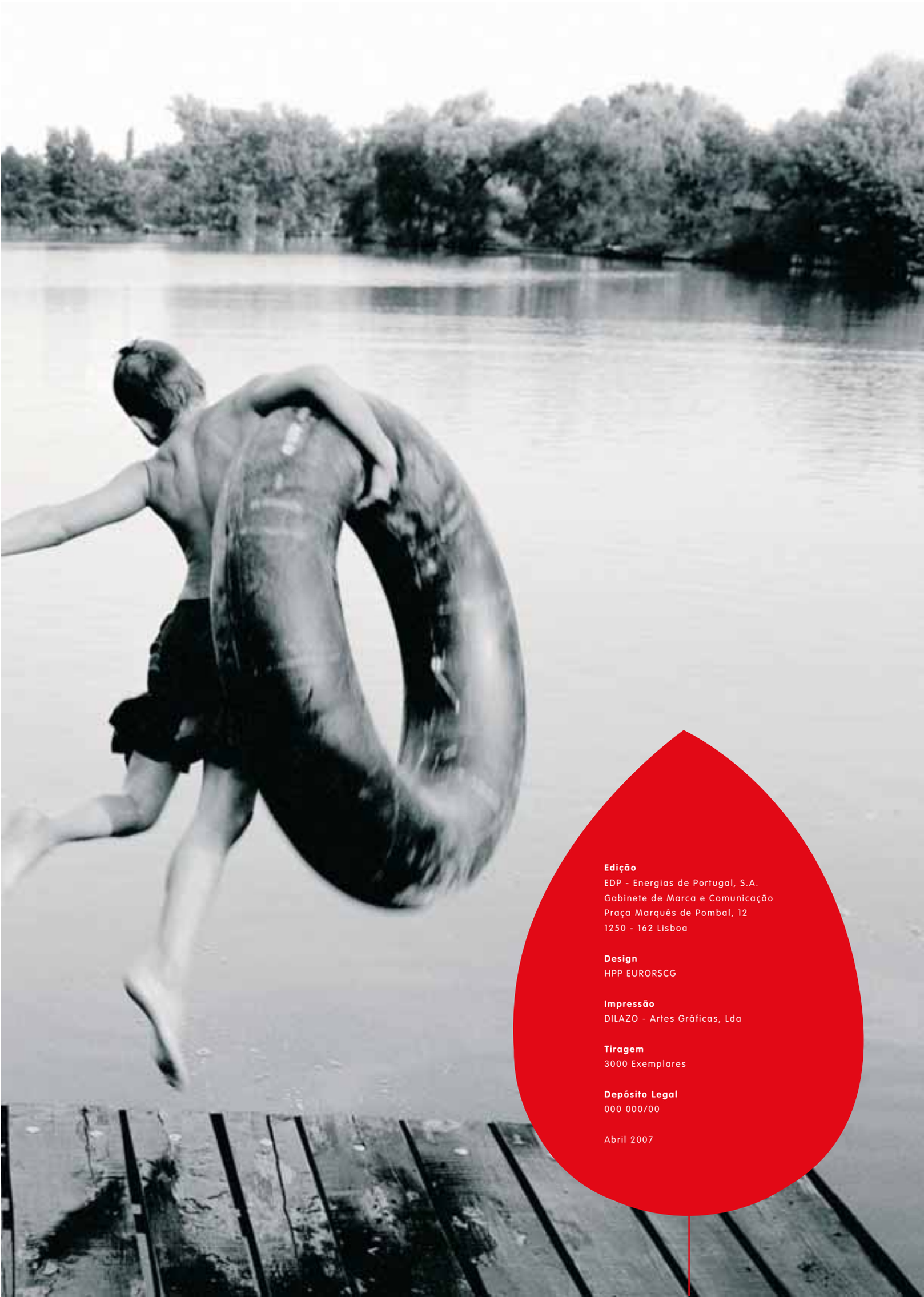
la Recherche, la Production, le Transport, la Transformation et la Commercialisation des Hydrocarbures ("Sonatrach") celebraram um acordo de princípios relativo à possível criação de uma parceria empresarial para determinadas áreas de negócios do gás natural e da produção de energia eléctrica ("Parceria Estratégica");----------
(B) A concretização da Parceria Estratégica se encontra condicionada à celebração de acordos definitivos que deverão ser negociados até 31 de Julho de 2007 (salvo se a extensão deste prazo for acordada pela EDP e a Sonatrach), bem como à aquisição pela Sonatrach de uma participação de 2% do capital social da EDP e à designação da Sonatrach como membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP;----------
(C) No dia 26 de Março de 2007, a Sonatrach adquiriu 1.639.699 acções representativas do capital social da EDP, passando assim a deter 74.400.000 acções representativas de 2,035% do capital social da EDP, correspondentes a 2,039% dos direitos de voto, conforme comunicado divulgado ao mercado em 2 de Abril de 2007;----------
a Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A. e a Caixa Geral de Depósitos, S.A. propõem que se delibere:----------
1. Autorizar a deliberação de eleição da Société Nationale pour la Recherche, la Production, le Transport, la Transformation et la Commercialisation des Hydrocarbures ("Sonatrach") como membro do Conselho Geral e de Supervisão, nos termos do número 4 do artigo 10.º do Contrato de Sociedade da EDP ("Estatutos"), uma vez que, nos termos conjugados da alínea a) do número 1 do artigo 10.º e do número 7 do artigo 10.º dos Estatutos, a Sonatrach é uma pessoa colectiva concorrente da EDP, sendo como tal aqui expressamente referida e identificada a relação de concorrência, de acordo com o referido número 4 do artigo 10.º dos Estatutos;
2. Eleger a Société Nationale pour la Recherche, la Production, le Transport, la Transformation et la Commercialisation des Hydrocarbures ("Sonatrach") como membro do Conselho Geral e de Supervisão, para o presente exercício de funções – triénio 2006/2008 -, sob condição suspensiva da eficácia da Parceria Estratégica (salvo se a extensão deste prazo for acordada pela EDP e a Sonatrach)."----------
Na sequência, o Presidente da Mesa informou a Assembleia sobre a necessidade de aprovação do primeiro ponto por uma maioria de dois terços dos votos emitidos, conforme previsto nos Estatutos da EDP, e colocou à votação, em separado, os dois pontos da proposta apresentada pelos accionistas Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A., Caixa Geral de Depósitos, tendo-se apurado os resultados seguintes:----------
- O primeiro ponto da proposta ("Autorizar a deliberação de eleição da Société Nationale pour la Recherche, la Production, le Transport, la Transformation et la Commercialisation des Hydrocarbures ("Sonatrach") como membro do Conselho Geral e de Supervisão...") foi aprovado por maioria de mais de dois terços dos votos emitidos (com 3.3023% de votos contra e 13.1359% de abstenções).----------
- O segundo ponto da proposta ("Eleger a Société Nationale pour la Recherche, la Production, le Transport, la Transformation et la Commercialisation des Hydrocarbures ("Sonatrach") como membro do Conselho Geral e de Supervisão...") foi aprovado por maioria dos votos emitidos (com 3.3025% de votos contra e 13.1270% de abstenções).----------
--- No âmbito do inicial Ponto Sete da ordem do dia, o Presidente da Mesa procedeu à leitura do teor do referido ponto – "Proceder à apreciação, com carácter consultivo, da declaração da Comissão de Vencimentos do Conselho Geral e de Supervisão sobre a política de remuneração dos membros do Conselho de Administração Executivo" – e, de seguida, deu a palavra ao Presidente da Comissão de Vencimentos do Conselho Geral e de Supervisão, Prof. Alberto de Castro, que apresentou à Assembleia Geral a Declaração da referida Comissão (...)----------
Na sequência, o Presidente da Mesa colocou à votação o Ponto Sete da ordem do dia,

tendo-se apurado uma maioria de votos emitidos que apreciou favoravelmente, com carácter consultivo, a declaração apresentada pela Comissão de Vencimentos do Conselho Geral e de Supervisão (com 5.8233% de votos contra e 1.8275% de abstenções).----------
(...)
--- Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelas quinze horas, lavrando-se a presente acta que vai ser assinada pelo Presidente da Mesa cessante, pelo actual Presidente da Mesa e pelo Secretário da Mesa.----------

Lisboa, 12 de Abril de 2007

O Secretário da Sociedade
Maria Teresa Isabel Pereira





Edição
EDP - Energias de Portugal, S.A.
Gabinete de Marca e Comunicação
Praça Marquês de Pombal, 12
1250 - 162 Lisboa

Design
HPP EURORSCG

Impressão
DILAZO - Artes Gráficas, Lda

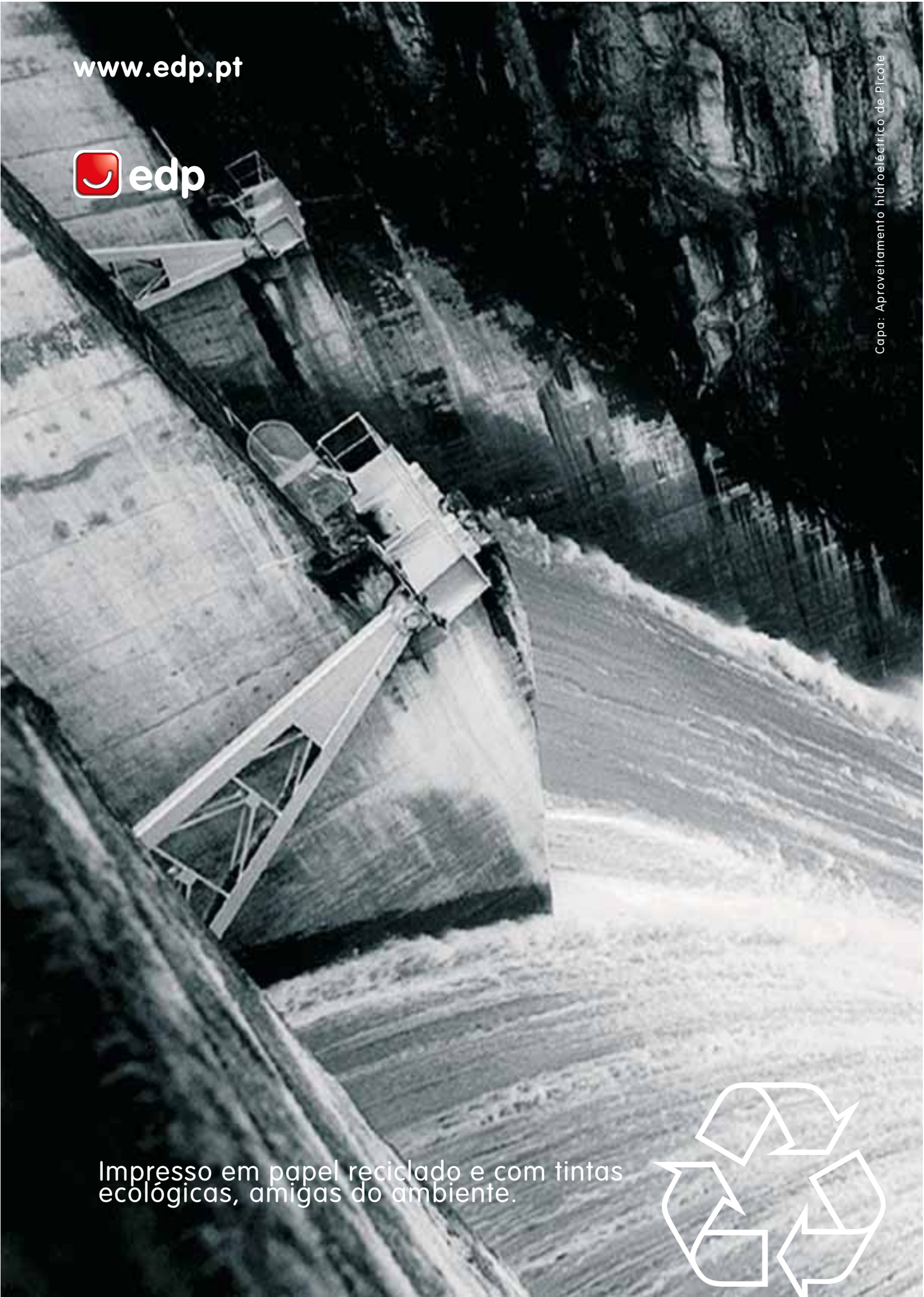
Tiragem
3000 Exemplares

Depósito Legal
000 000/00

Abril 2007

www.edp.pt

edp



Capa: Aproveitamento hidroeléctrico de Picote

Impresso em papel reciclado e com tintas ecológicas, amigas do ambiente.